



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CLÍNICA E CULTURA**

**ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO CONJUGAL ENTRE
CASAIS: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS**

GREISY GONZÁLEZ VÁZQUEZ

Brasília, DF

2014



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CLÍNICA E CULTURA**

**ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO CONJUGAL ENTRE
CASAIS: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS**

GREISY GONZÁLEZ VÁZQUEZ

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia Clínica e
Cultura, Departamento de Psicologia
Clínica, Instituto de Psicologia,
Universidade de Brasília, como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Gláucia Ribeiro Starling Diniz, Ph.D.

**Brasília, DF
2014**

Trabalho apresentado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, da Universidade de Brasília, sob a orientação da Profa. Gláucia Ribeiro Starling Diniz, Ph.D.

Banca Examinadora

Profa. Gláucia Ribeiro Starling Diniz, Ph.D. – Presidente
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Orestes Diniz Neto – Membro Externo
Universidade Federal de Minas Gerais

Profa. Dra. Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Malushcke
Membro Interno – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Mauricio da Silva Neubern
Membro Suplente – Universidade de Brasília

Brasília, DF
2014

O negócio é amar

Tem gente que ama, que vive brigando
E depois que briga acaba voltando
Tem gente que canta porque está amando
Quem não tem amor leva a vida esperando
Uns amam pra frente, e nunca se esquecem
Mas são tão pouquinhos que nem aparecem
Tem uns que são fracos, que dão pra beber
Outros fazem samba e adoram sofrer
Tem apaixonado que faz serenata
Tem amor de raça e amor vira-lata
Amor com champagne, amor com cachaça
Amor nos iates, nos bancos de praça
Tem homem que briga pela bem-amada
Tem mulher maluca que atura porrada
Tem quem ama tanto que até enlouquece
Tem quem dê a vida por quem não merece
Amores à vista, amores à prazo
Amor ciumento que só cria caso
Tem gente que jura que não volta mais
Mas jura sabendo que não é capaz
Tem gente que escreve até poesia
E rima saudade com hipocrisia
Tem assunto à bessa pra gente falar
Mas não interessa... O negócio é amar

(Dolores Duran, 1959)

*A mis padres y hermana
Grandes Amores*

AGRADECIMENTOS

A mi padre, Diego González Machín, mi *papote*, y a mi madre, Ileana Vázquez Moreno, mi *mamota*, por el amor y confianza incondicionales. Por acompañar de cerca todos mis pasos, con la fibra única del corazón. Por el apoyo y dedicación en los pequeños detalles y en los grandes momentos, centímetro a centímetro, a lo largo de mi vida. Por tu forma de ser madre y por tu forma de ser padre, ambas GRANDES ejemplos en mi vida. Gran parte de quien soy hoy es gracias ustedes, porque me enseñaron que *amar* siempre viene primero. Además de TODO eso, muchas gracias por las valiosas contribuciones a la realización de este trabajo.

A mi hermana, Deilys González Vázquez, mi *sis*, por confiar y apoyarme a cada momento, en tantos momentos. Por escuchar detenidamente todas y cada una de mis historias. Por ser mi GRAN compañera en la vida. Por tu amistad incondicional y tu forma de ser hermana. Muchas gracias también por tu importante participación en este trabajo. *Looove youuuu!*

A mi abuelo Armando, por creer en mí siempre y por ser mi eterna inspiración para el desarrollo intelectual. A mi abuela Dulce, por el lugar privilegiado que conquistaste en mi corazón desde que era pequeña y que tienes y tendrás, hoy y *siempre*. A mi abuela Nina, por tu ejemplo de fuerza y tenacidad en la vida. A mi abuelo Pipo (*in memoriam*) por estar también aquí, de alguna forma. A mis tías y tíos, primas y primos, que aún en la distancia, son también parte importante de esta conquista. Los amo!

À Gustavo Costa Soares, obrigada por acompanhar e por contribuir, de forma tão única e especial, no meu processo de desenvolvimento pessoal e profissional, desde a graduação. Obrigada pelo seu apoio em tantos momentos vividos e seu GRANDE significado na minha vida. Obrigada por estar presente sempre *Gus Gus* e pela participação neste trabalho. *Loviú!*

À Flávia Fonseca, pela amizade tão valiosa e especial. Por tantos momentos vividos juntas e tantas histórias compartilhadas, em vivo e no telefone! Por acompanhar tão de perto todos os desafios, alegrias e sofrimentos deste trabalho, desde que era um sonho até sua realização. Muito obrigada pela leitura do material e pelas valiosas contribuições ao longo de todo o processo. *You know, I know, We know!*

À Luanne Batista, minha *Luli*, grande e incondicional amiga, muito obrigada pela presença, apoio e vibrações positivas ao longo do desenvolvimento deste trabalho e de todo o tempo da nossa amizade. Contar com você e compartilhar momentos com você é certamente muito *especial*! A Mariquel Menéndez, mi amiga del *alma*, con quien comparto todas mis alegrías y tristezas, muchas gracias por ser una parte tan esencial y presente en mi vida.

À Naiana Gomes, *fala baby*! Grande amiga e colega de graduação, obrigada por ter participado da decisão do momento de realização do mestrado. Obrigada também pela sua amizade, tão valiosa para mim. Mesmo longe, você está sempre perto. À Larissa Carvalho, minha *tchuca*, obrigada por entrar na minha vida em um dos momentos que mais precisei e por permanecer nela, de um jeito tão *fofo*! Obrigada pelo seu carinho e pela contribuição neste trabalho.

Muchas gracias a mis grandes amigos de toda la vida Carlos Estrada y Carlos Soto, por el interés, incentivo y confianza en mí. Também agradeço às minhas amigas Chiara Motta e Karina Vasco por terem se tornado partes importantes da minha vida, em tão pouco tempo. Obrigada pela amizade!

À professora Gláucia Diniz, Ph.D, minha querida orientadora, agradeço muito pela oportunidade de desenvolver o trabalho no meu tema de interesse. Pela qualidade, dedicação e nível de detalhe das revisões. Pelo incentivo à valorização da produção nacional, do que é nosso. Pela inspiração e influência sempre presentes na minha escrita. Pelo carinho, compreensão, flexibilidade e respeito constantes ao longo de todo o processo. Aqui estamos, *firmes na luta*!

À Fabrício Guimarães, meu veterano de graduação, muito obrigada por inspirar muitos dos meus passos profissionais e por suas valiosas contribuições em vários dos momentos ao longo da minha trajetória. Obrigada por estar presente sempre que precisei! *Bjokas com mt carinho*! À Luiz Fernando, meu colega de mestrado, por ter compartilhado esta experiência que com certeza acrescentou muito. Desde a prova oral de seleção até o momento final da defesa! Obrigada por ter sido parte dos dramas e conquistas desse processo!

À João Vicente de Souza Marçal e Gustavo Martins, amigos queridos e grandes colegas, obrigada pelo apoio e por acompanhar uma parte importante desta trajetória. À Gabriella Nunes, pelo interesse e contribuição neste trabalho, *merci beaucoup chérie*! A la Dra. Maureen Birmingham, muchas gracias por su participación!

Um agradecimento especial a todos os casais participantes deste estudo, por mostrar a conjugalidade que mora dentro de casa, do outro lado da porta. Obrigada pela disposição, pelo detalhe das informações e pela paciência com a duração da entrevista. Obrigada pela contribuição tão SIGNIFICATIVA nesta pesquisa e em todos os seus possíveis desdobramentos.

Agradeço também às autoras e autores brasileiras/os, importantes referências nacionais, que foram parte fundamental da construção deste trabalho: Adriana Wagner, Andrea Magalhães, Clarisse Mosmann, Denise Falcke, Eda Tassara, Gláucia Diniz, Bernardo Jablonski, Maria de Fátima Araújo, Maria Lúcia Garcia, Maria Lúcia Rocha-Coutinho, Orestes Diniz Neto, Simone Bolze e Terezinha Féres-Carneiro.

Um agradecimento, também especial, aos membros da banca, Prof. Dr. Orestes Diniz Neto, Profa. Dra. Júlia Sursis Nobre Ferro Bucher-Malushcke e Prof. Dr. Mauricio da Silva Neubern, pela disponibilidade e gentileza de aceitar o convite para avaliar este trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento desta pesquisa.

A todas as pessoas que influenciaram, acompanharam ou contribuíram de alguma forma na realização deste trabalho.

Aos prezados/as leitores e leitoras, pelo interesse no tema e por serem a motivação e destino principal da minha dedicação.

À vida, pela grande e valiosa oportunidade de estar aqui.

Obrigada!

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS	v
ÍNDICE	viii
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
RESUMEN	xii
INTRODUÇÃO	1
 I – REVISÃO DE LITERATURA	 6
 CAPÍTULO 1- CASAMENTO CONTEMPORÂNEO	 6
1.1. Casamento na contemporaneidade.....	7
1.2. Casamento contemporâneo.....	11
1.3. Casamento contemporâneo: contradições e desafios.....	13
1.3.1. Concepção de casamento e conjugalidade para casais brasileiros.....	17
1.4. Desafios da conjugalidade.....	20
1.4.1. Equilíbrio entre a individualidade e a conjugalidade.....	21
1.4.2. Diferenciação das famílias de origem.....	23
1.4.3. Transição para a parentalidade.....	26
 CAPÍTULO 2- CONFLITO CONJUGAL	 30
2.1. Definição de conflito conjugal.....	31
2.2. Consequências do conflito conjugal para os cônjuges.....	32
2.3. Consequências do conflito conjugal para os/as filhos/as.....	35
2.4. Fatores geradores de conflito conjugal.....	37
 CAPÍTULO 3- ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO CONJUGAL	 45
3.1. Estratégias: para além do conflito.....	45
3.2. Problemas e Estratégias: elementos indissociáveis.....	46
3.3. Tipos de estratégia de resolução de conflito conjugal.....	48
3.4. Tipos de pedidos de mudança.....	52
3.5. Padrões de interação conjugal durante o conflito.....	54
3.6. Consequências das estratégias de resolução de conflito conjugal para o desenvolvimento dos/as filhos/as.....	57
3.7. Estudos sobre estratégias de resolução de conflito conjugal.....	61
3.7.1 Estudos internacionais.....	61
3.7.2 Estudos nacionais.....	65
 II – MÉTODO	 75
 CAPÍTULO 4 - CONFLITO CONJUGAL E ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO: CONSTRUÇÃO DE ESTUDO QUALITATIVO COM CASAIS DE BRASÍLIA, DF	 75
4.1. Objetivos da pesquisa.....	80
4.1.1. Questões de pesquisa.....	80
4.1.2. Objetivo geral.....	80
4.1.3. Objetivos específicos.....	81
4.2. Estudo qualitativo com casais de Brasília, DF.....	81
4.3. Universo de pesquisa.....	82

4.3.1. Participantes.....	82
4.3.2. Instrumento e Coleta de Dados.....	84
4.3.3. Procedimentos.....	85
4.3.4. Análise dos dados.....	86
III – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	88
CAPÍTULO 5- CONFLITO CONJUGAL E ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO ENTRE CASAIS DE BRASÍLIA, DF: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS.....	88
5.1. Introdução: Definição do casal de conflito conjugal.....	88
5.1.1. Casal 1: Joana e João.....	88
5.1.2. Casal 2: Claudia e Claudio.....	89
5.1.3. Casal 3: Andréa e André.....	90
5.1.4. Casal 4: Rafaela e Rafael.....	91
5.1.5. Discussão geral.....	92
5.2. Fatores geradores de conflito conjugal.....	93
5.2.1. Casal 1: Joana e João.....	93
5.2.2. Casal 2: Claudia e Claudio.....	94
5.2.3. Casal 3: Andréa e André.....	96
5.2.4. Casal 4: Rafaela e Rafael.....	98
5.2.5. Discussão geral.....	101
5.3. Estratégias de resolução de conflito conjugal.....	103
5.3.1. Casal 1: Joana e João.....	103
5.3.2. Casal 2: Claudia e Claudio.....	108
5.3.3. Casal 3: Andréa e André.....	114
5.3.4. Casal 4: Rafaela e Rafael.....	118
5.3.5. Discussão geral.....	121
5.4. Eixos comuns emergentes	133
5.4.1. Permanências nos papéis de gênero.....	133
5.4.1.1. Âmbito financeiro.....	134
5.4.1.2. Âmbito doméstico.....	135
5.4.1.3. Âmbito pessoal.....	139
5.4.2. Mudanças nos papéis de gênero.....	140
5.4.3. Influência da família de origem.....	146
IV- CONCLUSÃO.....	151
CAPÍTULO 6 – O PESSOAL É POLÍTICO.....	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	159
ANEXOS.....	172
Anexo 1- Termo de consentimento livre e esclarecido.....	173
Anexo 2- Dados sócio-demográficos individuais.....	175
Anexo 3- Dados sócio-demográficos do casal.....	176
Anexo 4- Roteiro de entrevista.....	177
Anexo 5- Seleção de perguntas para análise.....	179

RESUMO

O conflito é inerente às interações humanas, em especial, à conjugalidade. A forma como casais lidam com conflitos é fundamental, pois pode fazer a diferença entre a estabilidade, por um lado, e a dissolução das uniões, pelo outro. Os objetivos desse trabalho foram identificar os fatores geradores de conflito conjugal e as estratégias utilizadas para seu enfrentamento entre casais com três a quatro anos de casamento e entre aqueles com duração igual ou superior aos quinze anos de união. Participaram da pesquisa quatro casais heterossexuais, de classe média, que formalizaram juridicamente seu casamento. Foram realizadas quatro entrevistas semi-estruturadas com ambos os cônjuges juntos. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra e analisadas com base na análise de conteúdo qualitativa. Os resultados mostraram que os fatores geradores de conflito comuns aos quatro casais dizem respeito a situações relacionadas ao contexto profissional e/ou financeiro. Esses conflitos têm implicações para as interações entre o casal no espaço doméstico. Foram identificadas estratégias construtivas e destrutivas na forma de os casais resolverem seus conflitos. Também foram evidenciadas permanências e mudanças nos papéis tradicionais de gênero, e a influência da família de origem na maneira de homens e mulheres se relacionarem. As implicações do conflito conjugal e das estratégias de resolução para a saúde física e mental dos cônjuges e de seus/suas filhos/as, assim como para a qualidade, satisfação e estabilidade do relacionamento ao longo do tempo, tornam o casamento um tema importante de pesquisa. Apesar dos limites do estudo, espera-se que este trabalho sirva como ferramenta para o desenvolvimento de novas pesquisas, assim como de programas preventivos e de intervenção conjugal, especialmente voltados para a população brasileira.

Palavras-chave: Conflito Conjugal; Estratégias de Resolução; Casamento Contemporâneo; Gênero.

ABSTRACT

Conflict is inherent to relationships, especially marriage. The way couples deal with conflict is critical and can represent the difference between stability on one hand, and dissolution of the union, on the other. The purpose of this study was to identify factors responsible for causing marital conflicts and the strategies used for coping with these conflicts among couples in the third and/or fourth year of marriage as well as among those with duration greater than or equal to fifteen years of marriage. Participants were four middle-class, heterosexual couples, that legally formalized their marriage. Four semi-structured interviews were conducted with both spouses together. All interviews were recorded, transcribed, and analyzed based on a qualitative content analysis. The results showed that conflicts common to the four couples were caused by situations related to the professional and/or financial context. These factors had implications on the interactions between the couple at home. Constructive and destructive strategies were identified in the way couples resolve their conflicts. Continuities and changes in traditional gender roles have also become clear, as well as the influence of the family of origin on the way men and women relate. The implications of marital conflict and resolution strategies for physical and mental health of the spouses and their children, as well as for the quality, satisfaction and stability of the relationship over time, have led to a recognition that marriage relationships constitute an important research topic. Despite the limitation of this study, its findings may nevertheless stimulate further research on the subject and help guide intervention programs on marital conflict management and prevention, especially directed to the Brazilian population.

Key-words: Marital Conflict; Conflict Strategies; Contemporary Marriage; Gender.

RESUMEN

El conflicto es inherente a la conyugalidad. La forma como los esposos lidian con conflictos es fundamental, pues puede hacer la diferencia entre la estabilidad, por un lado, y la disolución de las uniones, por el otro. El objetivo de este trabajo fue identificar los factores generadores de conflicto conyugal y las estrategias utilizadas para su enfrentamiento entre parejas con tres a cuatro años de matrimonio y entre aquellas con duración igual o superior a los quince años de unión. Participaron en la investigación cuatro parejas heterosexuales, de clase media, que formalizaron jurídicamente su matrimonio. Se realizaron cuatro entrevistas semi-estructuradas con ambos esposos juntos. Todas las entrevistas fueron grabadas, transcritas integralmente y estudiadas con base en el análisis de contenido cualitativo. Los resultados mostraron que los factores generadores de conflicto comunes en las cuatro parejas están relacionados a situaciones ligadas al contexto profesional y/o financiero. Estos factores tienen implicaciones para las interacciones de la pareja en el espacio doméstico. Fueron identificadas estrategias constructivas y destructivas en la forma como las parejas resuelven sus conflictos. También se evidenciaron permanencias y rupturas en los papeles tradicionales de género, y se constató la influencia de la familia de origen en la manera en la que hombres y mujeres se relacionan. Las implicaciones del conflicto conyugal y las estrategias de resolución para la salud física y mental de las parejas y de sus hijos/as, así como para la calidad, satisfacción y estabilidad de la relación a lo largo del tiempo, tornan el matrimonio un tema importante de investigación. A pesar de los límites del estudio, se espera que este trabajo sirva como herramienta para el desarrollo de nuevas investigaciones, así como de programas preventivos y de integración conyugal, especialmente enfocados en la población brasileña.

Palabras-clave: Conflicto Conyugal; Estrategias de Resolución; Matrimonio Contemporáneo; Género.

INTRODUÇÃO

A conjugalidade, entendida como a dinâmica relacional própria de cada díade, não acontece no vácuo. A forma como ela é vivenciada depende de fatores pessoais, interpessoais, transgeracionais, econômicos, sociais e culturais (Diniz, 2011). Na visão sistêmica, a formação da conjugalidade é um processo complexo, que envolve diversos níveis do relacionamento e contextos que resultam na definição psicossocial de uma relação afetiva estável (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2010).

Cada parceiro/a, ao se engajar na relação a dois, reconstrói sua realidade individual, ao mesmo tempo em que participa da construção de uma realidade em comum. Essa última é tecida a partir de trocas verbais e não-verbais entre os companheiros, inseridas em um universo social de significado. Nesse processo, o casal constrói uma identidade conjugal e uma história em comum, a partir da qual as ações de cada um dos/as cônjuges afetam um ao outro, reciprocamente (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2010).

A visão pós-moderna das relações aponta que toda ação social pode ser concebida como o resultado de uma interação em um sistema de pessoas que atuam, ajustam e conectam seus comportamentos, mediante um processo hermenêutico de interpretação de si mesmos/as e dos outros. Esse processo é produto de trocas e práticas sociais, do diálogo e da construção da narrativa humana. De acordo com o olhar pós-moderno, não somos mais do que co-autores das identidades que construímos narrativamente (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005).

A relação conjugal acontece, portanto, dentro de um contexto sócio-histórico e familiar, no qual cada pessoa, ao se socializar, internaliza pautas de ações psicossociais complexas. Ela tem início com a criação de um território comum, no qual são compartilhadas experiências que produzem padrões de interação social significativos para o casal, relativizados pelas experiências individuais de cada cônjuge (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2010).

Nos marcos da sociedade contemporânea, a conjugalidade pode ser compreendida como um processo em construção da intimidade dos cônjuges, no qual é possível pensar o crescimento de cada um individualmente e de ambos como casal,

através da possibilidade de se viver as diferenças e os conflitos de cada parceiro/a (Gomes & Paiva, 2003; Paiva & Gomes, 2006).

A construção da vida a dois envolve negociações para o estabelecimento de um contrato que vai servir de base para o funcionamento conjugal. Esse contrato inclui dimensões tais como a sexualidade, a comunicação, a divisão de tarefas, decisões sobre a procriação e a criação dos filhos, as formas de demonstração de afeto, as estratégias de negociação de diferenças, a relação com as famílias de origem, decisões sobre o uso do dinheiro, entre outros (Diniz, 2011).

Os relacionamentos contemporâneos carregam grandes responsabilidades. Ao mesmo tempo que os parceiros devem manter vivos o romance e a sexualidade, devem também prover suporte emocional um para o outro, enquanto cumprem tarefas de ordem financeira, doméstica e, na maioria dos casos, de cuidado às crianças. Nos relacionamentos que lutam pela igualdade de decisões, todas essas tarefas devem ser negociadas em um contexto no qual os papéis sexuais e de gênero têm sido questionados e relativizados e as expectativas de construir um relacionamento satisfatório e feliz têm aumentado (Heyman, Hunt & Slep, 2009).

A intensa e complexa convivência em um relacionamento conjugal aciona constantemente o confronto entre as demandas individuais e conjugais. Nesse processo de negociação, o surgimento de conflito é inevitável. O conflito, assim como a forma como ele é resolvido, é peça chave para a satisfação nos relacionamentos amorosos, para a saúde dos/as envolvidos/as e para a viabilidade do relacionamento em longo prazo (Heyman & cols., 2009)

Existem demandas que são disparadoras de conflitos e de uma diversa gama de sentimentos entre os cônjuges (Falcke, Wagner & Mosmann, 2013). As estratégias de resolução são a ponte que ligam o projeto conjugal ao contexto social. Em tempos de contemporaneidade – para Bauman, modernidade líquida – os casais para manterem seu relacionamento enfrentam o desafio de terem de negociar e atualizar na própria relação, seus desejos e as possíveis soluções para os problemas (Bauman, 2001). As estratégias que cada membro da díade adota exige uma exploração do cotidiano, na qual é necessário avaliar e selecionar a melhor forma de abordar o/a parceiro/a, levando em consideração o momento adequado para proceder a tal abordagem (Garcia & Tassara, 2001).

Tal escolha é pautada pela antecipação da reação do outro e é realizada a partir de várias opções. As barganhas e negociações explicitariam qual o projeto de

conjugalidade almejado, e este, por sua vez, definiria os pontos de convergência e divergência entre os membros da díade. Divergências em torno do projeto conjugal podem acarretar dificuldades na identificação de problemas, e também podem gerar desafios sobre a forma de comunicar ao parceiro sua insatisfação (Garcia & Tassara, 2001). Compreender os motivos de conflito conjugal e as estratégias utilizadas para seu enfrentamento entre as díades torna-se desafio importante para a psicologia.

O estudo da conjugalidade na pós-modernidade é relevante uma vez que contribui para a identificação das mudanças ocorridas nos relacionamentos afetivos nas últimas décadas. Esses estudos também auxiliam na compreensão das implicações de tais mudanças no desenvolvimento e amadurecimento das pessoas nos contextos conjugais e familiares atuais (Cicco, Paiva & Gomes, 2005). A partir desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo compreender os conflitos vivenciados por casais brasileiros na cotidianidade conjugal e as estratégias utilizadas para sua resolução.

No capítulo um buscamos contextualizar o significado do casamento na contemporaneidade ou sociedade pós-moderna, assim como identificar algumas contradições que lhe são inerentes. Apresentamos também algumas concepções de casamento e conjugalidade para casais brasileiros, a partir de pesquisas nacionais. Por último, exploramos três desafios importantes na construção, desenvolvimento e manutenção da conjugalidade, sendo eles: o equilíbrio entre a individualidade e a conjugalidade; a diferenciação das famílias de origem e a transição para a parentalidade.

No capítulo dois apresentamos a temática de conflito conjugal e suas implicações na saúde física e mental dos cônjuges e de seus/suas filhos/as. Abordamos também algumas pesquisas internacionais e nacionais que tiveram como objetivo identificar fatores geradores de conflito conjugal entre casais de diversos contextos.

No capítulo três abordamos o tema das estratégias de resolução na conjugalidade, a partir de uma compreensão de sua estreita relação com os problemas que o casal define para si. Apresentamos os tipos de estratégia de resolução de conflito conjugal que têm sido descritos na literatura, assim como os principais padrões de interação entre os parceiros durante o conflito. Também são abordadas as consequências dos tipos de estratégia utilizada pelo casal parental para o desenvolvimento dos/as filhos/as. Por último, apresentamos pesquisas internacionais e nacionais que tem contribuído para a construção de conhecimento nessa temática.

No capítulo quatro contextualizamos a construção dos objetivos e do problema de pesquisa a partir das estatísticas do divórcio, de acordo com o registro civil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013), correspondentes ao período de 2009 a 2013. A metodologia do estudo é descrita e foi dividida em quatro dimensões, isto é: caracterização dos/as participantes, construção do instrumento, procedimentos realizados e análise dos dados.

No capítulo cinco apresentamos os resultados da pesquisa em contraste com os achados da literatura internacional e nacional sobre a temática. O capítulo descreve as verbalizações dos casais do estudo no que diz respeito à definição de conflito conjugal, aos fatores geradores de conflito próprios de cada díade e às estratégias utilizadas para seu enfrentamento. No final de cada tópico é apresentada uma discussão geral que integra os resultados correspondentes a cada casal. Abordamos também três eixos temáticos que foram identificados pela pesquisadora, a partir das verbalizações dos/as participantes e das tendências apontadas na literatura.

Por último, no capítulo seis apresentamos uma leitura interpretativa dos achados da pesquisa com base na literatura utilizada ao longo do trabalho. Apontamos também para as implicações do estudo do ponto de vista prático e sugerimos a realização de pesquisas futuras que contribuam para a construção do conhecimento na área.

As escolhas de pesquisa são um ato político, na medida em que não somente envolvem aspectos epistemológicos, ideológicos e éticos importantes, mas também por suas implicações práticas na condução da investigação. A pretensão de objetividade e neutralidade tem levado à negligência desses aspectos na academia, na pesquisa ou na clínica, ao tentar evitar assumir a responsabilidade sobre as motivações e sobre as consequências dos saberes produzidos (Narvaz & Koller, 2006).

A minha experiência pessoal e trajetória profissional mostram bem de perto a importância dos relacionamentos amorosos na vida das pessoas. O interesse de compreender essa forma de interação humana, do ponto de vista acadêmico, surgiu a partir de tais experiências. A preocupação e motivação principais foram evidenciar *como* os casais resolvem as dificuldades e conflitos inevitáveis em todo e qualquer relacionamento. Alguns casais conseguem superar tais dificuldades, outros não. Acredito que parte do segredo esteja nas estratégias utilizadas para lidar com os desafios da cotidianidade conjugal.

Pretendemos com este estudo, portanto, contribuir para a construção do conhecimento acerca do tema da conjugalidade na sociedade pós-moderna. Acreditamos que a compreensão detalhada dos motivos que levam ao surgimento de conflitos conjugais, assim como das estratégias utilizadas para seu enfrentamento, a partir da experiência de alguns casais, possa enriquecer a experiência de outros, em suas relações amorosas. Esse trabalho poderá contribuir também para inspirar novas pesquisas sobre essa temática.

I- REVISÃO DE LITERATURA

CAPÍTULO 1

CASAMENTO CONTEMPORÂNEO

Em sua origem, as principais funções do casamento estavam relacionadas a interesses políticos e econômicos (Perlin & Diniz, 2005). Em todos os níveis da sociedade, o casamento tinha por função ligar duas famílias e permitir sua perpetuação, muito mais do que satisfazer as necessidades de amor de duas pessoas. De fato, a história da sexualidade aponta para um fenômeno muito significativo até o século XVIII no mundo ocidental, que é a diferença entre o amor no casamento e o amor fora do casamento (Féres-Carneiro, 1998).

O amor esteve presente na literatura ocidental pelo menos desde o século XII, mas salvo raras exceções, não era nunca um amor conjugal. O amor-paixão era essencialmente extra-conjugal. A partir do século XVIII, as duas formas de amor, tradicionalmente opostas, foram aproximadas. O erotismo extraconjugal entra no casamento e o amor-paixão passa a ser visto como modelo (Féres-Carneiro, 1998; Oltramari, 2009).

Atualmente, as pessoas se casam principalmente por razões afetivas e sexuais (Perlin & Diniz, 2005). O processo de entrada do afeto nas relações conjugais e familiares fez surgir o ideal e a prática do casamento por amor, que se tornaram dominantes no século XX. Isso significa, por um lado, que o casamento não depende mais das negociações entre famílias, mas da escolha pessoal dos cônjuges; e pelo outro, que a principal razão da escolha é o sentimento amoroso.

Atrelado a esse processo de priorização do amor, um novo laço se estabeleceu entre sexualidade e vida conjugal nas últimas décadas do mesmo século. Nas palavras de Bozon (2003):

A relação de dependência que ligava a sexualidade ao casamento foi completamente invertida: da instituição matrimonial que dava direito à atividade sexual passou-se ao intercâmbio sexual como motor interno da conjugalidade. A sexualidade, que era ontem um dos atributos do papel social do indivíduo casado, tornou-se uma experiência interpessoal indispensável à existência da união (p. 134).

De fato, aliança e sexualidade constituem duas das mais importantes dimensões da vida conjugal (Féres-Carneiro, 1998). Foucault (1977) formula o conceito de “dispositivos” para explicar como a aliança e a sexualidade se articulam em aparelhos e instituições. Em um primeiro momento, a sexualidade fez parte de uma técnica de poder centrada na aliança, cuja função era ordenar e manter a homeostase do corpo social. A partir dela, ficou estabelecido todo um sistema de casamento, de transmissão de nomes e bens, e de fixação e desenvolvimento de parentescos.

Simultaneamente, desenvolveu-se também o dispositivo da sexualidade, não mais referido à lei, mas ao próprio corpo, à qualidade dos prazeres e à própria sexualidade no contexto familiar. A introdução desse dispositivo na família teve implicações importantes, pois a tornou espaço obrigatório do amor, dos afetos e dos sentimentos, além de ponto central de eclosão da sexualidade (Foucault, 1977). A articulação do papel da aliança e da sexualidade permite compreender, em parte, a relevância do casamento para as pessoas na sociedade contemporânea.

Neste capítulo serão priorizadas importantes referências nacionais que abordam a temática da conjugalidade e seus desdobramentos. Uma das principais fontes de consulta foram os diversos livros organizados pela autora brasileira Terezinha Féres-Carneiro, e os trabalhos dos sociólogos Anthony Giddens e Zygmunt Bauman. Também foram pesquisados artigos, dissertações e teses nacionais que complementam distintos aspectos da conjugalidade e do casamento na contemporaneidade. A busca foi realizada em bases de dados tais como SciELO, Google Scholar, LILACS e PePSIC, entre outras.

1.1. Casamento na contemporaneidade

A segunda metade do século XX e o início do século XXI foram marcados por profundas mudanças sociais. As ideologias e as práticas do casamento, assim como os padrões que envolvem a construção psicossocial das identidades feminina e masculina, passaram por um processo de questionamento que se viu refletido nas distintas formas de interação conjugal (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005).

As constantes transformações ocorridas nos âmbitos econômico, cultural, político e social têm afetado profundamente as estruturas relacionais e familiares. Tais mudanças dizem respeito, entre outras questões, à ampliação do estado de direito e democracia; à participação crescente da mulher no mercado de trabalho; ao controle

sobre a procriação a partir dos anticoncepcionais; à maior aceitação social do divórcio; e à crise pós-moderna (Amazonas & Braga, 2006; Araújo, 2009; Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005; Diniz, 2011; Giddens, 1992; 1997; Perlin & Diniz, 2005; Jablonski, 2009; 2011; Pasquali & Moura, 2003; Rocha-Coutinho, 2013).

A emancipação feminina, por exemplo, tem alterado, desde a segunda metade do século XX, as relações de gênero, em função da entrada maciça da mulher no mercado de trabalho (Diniz, 1996, 1999). Esse fato trouxe consequências para a vida conjugal e familiar, tais como casamentos mais tardios, diminuição no número de filhos/as, aumento no conflito gerado pela busca da igualdade de direitos e mudanças na forma de participação do homem dentro de casa (Jablonski, 2009; 2011). A transformação nos padrões de casamento contemporâneo guarda semelhanças com muitas das características que em diferentes áreas da cultura, da arte, e do discurso filosófico se configuraram como uma tendência pós-moderna (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005).

Existe uma grande polêmica sobre o contemporâneo ou pós-moderno, no que diz respeito à avaliação de suas especificidades como resultado de uma diferenciação de outro período na história. Tal polêmica remete à discussão de possíveis continuidades ou rupturas. A pós-modernidade pode ser compreendida como um período posterior e oposto à modernidade; como um prolongamento e superação dessa última; ou ainda, como um simples modismo (Bezerra & Justo, 2010).

No campo específico da Sociologia, vários dos/as autores/as consagrados/as do nosso tempo não advogam a favor de uma ruptura que pudesse configurar um outro período histórico. Pelo contrário, eles/elas trabalham com noções que enfatizam mais as continuidades entre nosso momento e os momentos de emergência e consolidação das instituições sociais modernas. Autores como Anthony Giddens, que prefere falar de “modernidade radicalizada”, ou Zygmunt Bauman que, recentemente, preferiu o termo “modernidade líquida”, estão dentro dessa perspectiva (Adelman, 2009; Bezerra & Justo, 2010).

Apesar das diferenças de terminologia, é consenso que nosso momento histórico está sendo marcado por transformações profundas na organização social, na política, na economia, na cultura, nas relações de gênero, na sexualidade, no casamento, na família e nas subjetividades (Bezerra & Justo, 2010). Neste trabalho utilizaremos o termo contemporâneo ou contemporaneidade como condizentes à pós-modernidade, a partir da compreensão da atualidade como qualitativamente distinta

aos tempos que a precederam, especialmente no que diz respeito à configuração das subjetividades e dos relacionamentos.

A formação de blocos políticos e econômicos, a globalização da economia e a substituição da disciplina e dos espaços fechados pelo controle e pelos espaços abertos como base de organização social, são alguns exemplos das especificidades do tempo atual. Tais especificidades têm tido eco em várias formas de subjetivação, tais como a descentração da pessoa e sua fragmentação, a abreviação dos vínculos afetivos e emocionais, a exacerbação do narcisismo, o sentimento de insegurança e de efemeridade, e a busca de prazeres sensoriais intensos e imediatos (Bezerra & Justo, 2010).

No paradigma da sociedade moderna, a vida se organizava em torno da economia manufatureira, isto é, das fábricas e suas rígidas normas de conduta, e envolvia seus membros prioritariamente como produtores/trabalhadores (Bauman, 2001). A vida pública era privilégio dos homens, que se dedicavam ao trabalho em tempo integral e cuja função era prover a família financeiramente. Os homens não tinham maiores responsabilidades no mundo doméstico, pois contavam com uma esposa que se responsabilizava integralmente pelos cuidados da casa e da família (Rocha-Coutinho, 2013).

No âmbito da vida privada, a união conjugal deveria ser mantida a qualquer preço. Os papéis eram claramente definidos. As mulheres deveriam obedecer aos maridos, manter-se fiéis e dedicar-se à criação dos filhos. Nesse contexto, as mulheres perdiam sua autonomia para se tornarem *seres para os outros*. A desigualdade era aceita e reforçada socialmente (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005; Diniz, 2011).

As concepções de gênero entram como elemento criador e reforçador dessa ordem social. Gênero é um princípio organizativo que molda o funcionamento tanto das instituições sociais quanto da vida privada, isto é, que media as condições concretas da vida das pessoas. É um elemento fundamental que permeia a distribuição de poder e privilégio na nossa sociedade e afeta a construção da identidade de homens e mulheres, assim como os relacionamentos interpessoais (Diniz, 2011).

Gênero é, portanto, uma construção social e política, relacionada a, mas não determinada pela diferença sexual biológica. Tal construção social, apesar de ter estado universalmente presente nas sociedades humanas, é sujeita a mudanças com o passar do tempo, porque resulta de um número de fatores complexos. A estrutura de gênero de um tempo e um espaço particulares é afetada causalmente não apenas por

diversas estruturas - econômicas, políticas, sociais contemporâneas, como também pela história prévia de gênero (Okin, 2008).

No momento em que as diferenças entre homens e mulheres foram naturalizadas e transformadas em desigualdades sociais, econômicas, políticas, jurídicas e culturais, e em que a separação entre o mundo público e o mundo privado formalizou o submetimento feminino, foram sedimentadas as bases da divisão sexual do trabalho e da vida cotidiana. A superioridade e o poder do homem sobre a mulher foram legitimados (Louro, 2004; Diniz, 2011). O modelo de família tradicional, marcado por normas e expectativas patriarcais, ganhou, portanto, um *status* atemporal, ao ser associado com palavras como “normal” e “natureza” de homens e mulheres, e ao atender às necessidades de procriação e manutenção da ordem social (Diniz, 2011).

A sociedade pós-moderna, por outro lado, é composta por redes de empresas transnacionais com interesses econômicos que rompem com a política nacionalista e imperialista dos estados modernos. A lógica de produção quebra com delimitações e fronteiras, típicas dos estados modernos (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005). Ela envolve seus/suas integrantes principalmente em sua condição de consumidores/as. A vida é organizada em torno do consumo e é unicamente orientada por desejos sempre crescentes e voláteis. A norma é que não há norma (Bauman, 2001).

O que distingue a família e o casamento em um cenário pós-moderno é a inexistência de um modelo dominante, tanto em relação às práticas quanto em relação aos discursos normalizadores de tais práticas. Os papéis definidos rompem-se, deixando fluidas as fronteiras entre a díade e seus filhos. Nesse cenário, as relações conjugais se tornam mais instáveis na busca pela igualdade relacional e pela satisfação sexual e emocional (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005).

Nas práticas econômicas e políticas, assim como no casamento e na família, a pluralidade, a heterogeneidade, a flexibilidade, a instabilidade e a incerteza se transformaram em regra (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005). A durabilidade dos projetos conjugais, ora assegurada mesmo antes da união, é atualmente questionada nas mesmas condições (Garcia & Tassara, 2003). Os ideais do amor romântico de “para sempre e único” tendem a se fragmentar, cedendo lugar ao “amor confluyente”, o qual se desenvolve a partir da intimidade e da reciprocidade do afeto (Giddens, 1992). O laço conjugal, nesse novo modelo, só se mantém na medida em que proporciona satisfações a ambos companheiros (Féres-Carneiro, 1998; Perlin & Diniz, 2005).

Existe a crença de que sempre se pode encontrar um/a parceiro/a melhor que o/a atual, guiada por ideias consumistas de busca pelo novo e diferente. Os relacionamentos atuais caracterizam-se por sua fluidez. Podemos querer alguém diferente, ou até melhor, a qualquer momento. O leque de possibilidades é grande, o que torna difícil se comprometer para a vida inteira (Bauman, 2004).

Diante desse cenário, a confiança no parceiro/a se constitui em uma das metas mais importantes dos casais para seus projetos de conjugalidade, a qual estaria orientada pela possibilidade de não-durabilidade de uma relação afetivo-sexual (Bauman, 1998). O casamento não é mais considerado uma “condição natural” e a relação é durável enquanto houver satisfação suficiente (Giddens, 1992).

O “relacionamento puro” seria, para Giddens (1992), um relacionamento centrado na confiança, no compromisso e na intimidade entre os parceiros. Esse tipo de relação implica em desenvolver uma história compartilhada, em que cada um deve proporcionar ao outro, por palavras e atos, algum tipo de garantia de que o relacionamento deve ser mantido.

O relacionamento amoroso pode, portanto, terminar a qualquer momento e por iniciativa de qualquer um dos parceiros (Giddens, 1992). O estado de insegurança criado a partir de tal possibilidade exigiria dos casais um cuidado constante na relação, com a finalidade de reduzir ou minimizar possíveis perigos, dentre os quais a possibilidade de o companheiro/a vir a não comportar-se de acordo com as expectativas e regras implícitas ou explícitas, que constituem a base para a manutenção da relação. Ações específicas devem ser colocadas em prática para que isso não venha a acontecer. Nesse processo, capacidades práticas de resolução de problemas no marco das relações interpessoais são constantemente solicitadas e revisadas (Giddens, 1991).

1.2. Casamento contemporâneo

O que caracteriza a união contemporânea não é só a referência ao sentimento amoroso e ao papel essencial que assume a sexualidade, mas também a importância crescente que adquiriram os interesses individuais dos que se unem (Bozon, 2003). Os valores do individualismo influenciam tanto a constituição, quanto a manutenção do casamento contemporâneo. Os ideais atuais de relação conjugal enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge, do que os laços de dependência entre eles. Isso significa que a relação conjugal vai se manter enquanto for prazerosa e “útil”

para os/as parceiros/as (Féres-Carneiro, 1998; Féres-Carneiro & Ziviani, 2009; Féres-Carneiro, Ziviani & Magalhães, 2011; Perlin & Diniz, 2005).

Em uma sociedade onde o valor de referência é derivado do “eu”, a família é importante na medida em que ajuda cada pessoa a constituir-se como autônoma. Isso põe em evidência suas contradições internas: os laços de dependência são necessários e negados ao mesmo tempo. Na vida a dois, assim como na família, a necessidade de interdependência e a negação desta necessidade criam tensões internas. Se por um lado, a díade deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada parceiro/a; pelo outro, surge a necessidade da vivência da conjugalidade e dos desejos e projetos conjugais (Féres-Carneiro, 1998).

Atualmente, o casamento estaria ligado a noções de transformação e flexibilidade em relação ao diferente, permitindo assim um espaço de criatividade e desenvolvimento interpessoal. O crescimento individual dar-se-ia por meio da oposição entre as pessoas, fundamental para a concretização de uma experiência. A relação conjugal pode se transformar em fonte de crescimento pessoal e aprendizagem, caso haja espaço para as diferenças e trocas pessoais (Gomes & Paiva, 2003; Paiva & Gomes, 2006).

No casamento, cada um dos cônjuges se distingue pela sua história de vida, pelo sexo e pela cultura da família de origem. A dinâmica do casal se estrutura na oposição de visões antagônicas e no confronto de percepções diferentes do mundo. A vida conjugal, nesse sentido, pode ser vista como um eterno processo dialético que atinge sínteses reformuláveis e transitórias. O absoluto do casal, ou síntese, é pleno de significado e diz respeito às diferenças entre duas pessoas. Ele é um modelo único de ser casal, que define as possibilidades e limites da existência conjugal (Caillé, 1991).

O casamento, nesse sentido, pode ser considerado um ato dramático, no qual dois estranhos se conhecem e se redefinem a si mesmos. Essa redefinição acontece principalmente através do diálogo. Na conversação conjugal, os parceiros confirmam e reconfirmam suas próprias realidades subjetivas, que dizem respeito não somente ao presente, mas também aos dois passados individuais. O drama do ato do encontro amoroso entre duas pessoas distintas é socialmente legitimado e internamente antecipado muito antes de acontecer de fato na vida das pessoas (Féres-Carneiro, 1998).

O casamento contemporâneo representa, portanto, uma relação de intensa significação na vida das pessoas, pois envolve muito investimento afetivo e alto grau

de intimidade. Ele ocupa um lugar privilegiado entre as relações significativas estabelecidas e validadas na nossa sociedade. Parte de sua função é dar sentido e ordem na vida do outro. Para muitas pessoas, é a principal área de auto-realização social e a base dos relacionamentos na esfera privada (Bueno, Souza, Monteiro & Teixeira, 2013; Féres-Carneiro, 1998; 2001; 2003; Mosmann, Wagner & Féres-Carneiro, 2006).

1.3. Casamento contemporâneo: contradições e desafios

Na sociedade brasileira dos últimos anos, a família sofreu profundas mudanças estruturais, tanto na composição de seus membros como na inter-relação de seus papéis (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005; Diniz, 2009). No início do século XXI, a diversidade de arranjos familiares, a plasticidade das escolhas afetivas e o enfraquecimento da hierarquia nas relações entre gêneros e entre gerações, contribuíram para o surgimento de formas mais horizontais ou simétricas de interação (Araújo & Scalón, 2005; Rocha-Coutinho, 2009; 2013).

Jablonski (2009; 2011) chama a atenção para as distintas organizações familiares e conjugais que, em maior ou menor número, existem nos grandes centros urbanos ocidentais. Existem famílias nas quais ainda o pai trabalha fora e a mãe, não; e outras nas quais pai e mãe trabalham fora. Famílias podem ser compostas por pais ou mães em seus segundos casamentos; de mães solteiras que assumiram – por opção ou não – a maternidade e passaram à condição de “famílias uniparentais”; por casais sem filhos – por opção ou não; por casais que moram juntos sem “oficializar” suas uniões.

Além dos modelos heteronormativos, famílias podem ser formadas por casais homossexuais, com ou sem filhos. Mais recentemente, chama atenção os que vivem juntos de forma separada: pessoas que embora se definam como casais, habitam em residências distintas. Todas as formas alternativas se contrapõem ao modelo tradicional de família e redefinem na prática o conceito de família ou as expectativas quanto ao casamento (Jablonski, 2009; 2011).

Esse movimento de mudança se vê refletido nas pesquisas que têm se proposto estudar a família e a conjugalidade em diversos contextos: dentro do casamento (Bozon, 2003; Cicco & cols., 2005; Garcia & Tassara, 2003), na coabitação (Menezes & Lopes, 2007a, 2007b), nas transições para o casamento (Menezes & Lopes, 2007a), na transição da conjugalidade para a parentalidade (Menezes & Lopes, 2007b), na

relação entre conjugalidade e parentalidade (Braz, Dessen & Silva, 2005), nas separações conjugais (Féres-Carneiro, 2003), nos recasamentos (Silva, Trindade & Junior, 2012), nos casamentos, separações e recasamentos, simultaneamente (Martins, 2009), e nas uniões homossexuais (Féres-Carneiro, 1997; Levy, 2013).

Scorsolini-Comin e Santos (2010) constataram esse processo de fluidez do conceito de conjugalidade em uma revisão integrativa da literatura científica acerca do tema. Foram consultadas as bases LILACS, SciELO e PePSIC, a partir do unitermo conjugalidade. Em tais bases, foram recuperados 14 artigos indexados entre 1970 a 2008. A busca bibliográfica se restringiu aos trabalhos publicados nos idiomas português, inglês, espanhol e francês. Os autores encontraram que as pesquisas, de forma geral, acompanham o movimento de reordenamento dos arranjos familiares, que refletem, por sua vez, as novas organizações socioculturais.

Os autores identificaram que em muitos dos trabalhos selecionados são trazidos os movimentos de transição *da* e *para* a conjugalidade. Isso significa que ela não se concebe apenas como um estado – como o casamento ou a parentalidade – mas também como um movimento que é estudado inclusive na dissolução dos relacionamentos (Scorsolini-Comin & Santos, 2010).

De fato, as novas formas de vinculação social, afetiva e sexual, tais como as experimentadas na conjugalidade, caracterizam-se pela multiplicidade de identidades e papéis que se tornam contraditórios, por estar interligados a múltiplos contextos. Surgem novos traços que convivem com os antigos. Os casamentos que se mantêm convencionais coexistem com novos arranjos de conjugalidade. Casamentos informais e abertos, casamentos comunitários, casamentos poligâmicos e uniões homossexuais são exemplos de alguns deles (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005). Nas palavras de Araújo e Scalón (2005):

Na sociedade contemporânea, as tensões entre tradição e modernidade; entre afirmação da individualidade e convivências coletivas; entre o público e o privado, espaços cindidos em suas formas de organizar a reprodução da vida cotidiana e entre os significados; e as consequências dos pertencimentos de gênero – ser homem ou mulher – encontram na organização da vida doméstica e nas relações familiares intensos loci de experiências, dado que constituem espaços privilegiados de vivências de interação afetiva e de

condução da vida cotidiana, marcados por conflitos, tensões e também prazeres (p. 9).

O estilo de vida contemporâneo apresenta, portanto, um conjunto de características paradoxais quando confrontadas com os ideais dos relacionamentos estáveis e do contrato matrimonial clássico. Por um lado, os casais são estimulados a reproduzirem valores e padrões morais tradicionais, tais como a efetivação de uniões oficiais, o exercício da parentalidade e a divisão rígida de papéis e funções na família de acordo com o sexo. Por outro lado, os parceiros também são pressionados a se adequarem às transformações sociais, tais como a valorização do crescimento individual, as exigências do mercado de trabalho, a independência financeira, e a flexibilidade no exercício dos papéis de gênero (Diniz, 2009; Perlin & Diniz, 2005).

As expectativas contemporâneas para o casamento envolvem, além de ter filhos/as, o desejo de encontrar realização pessoal, satisfação sexual, companheirismo e uma divisão mais igualitária de papéis e tarefas no cotidiano conjugal. O reordenamento mais igualitário de papéis e relações demanda um enfrentamento diário de conflitos e contradições visíveis na reprodução e cristalização de práticas desiguais (Araújo, 2009; Diniz, 2011).

De fato, os casais sentem no cotidiano o peso da multiplicidade de demandas para conciliar vida pessoal, conjugal, familiar e profissional. Na maioria das vezes, porém, é a mulher quem tem que abdicar de seus interesses pessoais em favor dos planos do esposo ou das necessidades da família. A falta de igualdade na administração da casa, na divisão de tarefas domésticas e na educação dos/as filhos/as são fatores geradores de estresse. Essa sobrecarga, assim como as percepções diferentes entre os parceiros acerca de seus papéis no casamento e na família, transformam-se em dilemas e desafios que precisam ser enfrentados (Perlin & Diniz, 2005).

As contradições do casamento contemporâneo foram evidenciadas no estudo de Carvalho e Paiva (2009), cujo objetivo foi avaliar a visão de três gerações distintas de mulheres brasileiras, isto é, adolescentes, jovens adultas e de terceira idade, a respeito do casamento. Participaram da pesquisa seis mulheres heterossexuais, pertencentes à classe média, distribuídas equitativamente nas três faixas etárias. As autoras encontraram que houve divergência entre as participantes da mesma faixa etária referentes à concepção do papel da mulher, do homem e do casamento, o que

indica que a diferença de opiniões não se dá apenas no âmbito geracional, mas também diz respeito à história de vida de cada uma delas.

As mulheres adolescentes e jovens adultas apresentam, por um lado, um discurso que valoriza a mudança dos papéis femininos, tais como a vida profissional e a divisão de tarefas entre homens e mulheres. Pelo outro, ainda há identificação com o papel de mãe e de cuidadora do lar de acordo com os moldes tradicionais. O histórico da mulher marcado pelo seu papel submisso dentro da família, somado às mudanças atuais no papel feminino, a colocam diante de ambiguidades e paradoxos. Tais ambiguidades não pertencem somente a elas, mas ao período de transição que vivemos. O casamento contemporâneo não está isento de contradições, pois há uma convivência paralela entre o antigo e o novo (Carvalho & Paiva, 2009).

Rocha-Coutinho (2009) também observou que, apesar de existir um discurso social igualitário, tanto homens como mulheres cariocas ainda concordaram com o fato de a casa e os/as filhos/as prevalecerem como responsabilidade da mulher. Apesar do aumento na participação masculina nas tarefas domésticas, as mulheres ainda trabalham pelo menos duas vezes mais do que os homens nos afazeres rotineiros da casa. Dentre esses afazeres podem ser citados: cuidar das crianças, limpar a casa, lavar e passar roupas, fazer compras no supermercado, entre outros. As consequências dessa divisão desigual são, frequentemente, sintomas de depressão, sentimentos de injustiça, aumento de conflitos e diminuição da satisfação marital (Jablonski, 2009; 2011).

Jablonski (2007) constatou um crescente interesse dos homens em participar da educação e dos cuidados com os filhos. Porém, quando se trata da ação propriamente dita, a divisão de tarefas passa a ser uma utopia. De fato, na prática, a incorporação das mudanças relativas à tradicional divisão sexual do trabalho doméstico ainda é problemática. Apesar de trabalhar fora e investir na carreira profissional tanto quanto os homens, as mulheres continuam sendo as principais “cuidadoras”, responsáveis pela educação dos filhos/as e administração da casa (Araújo, 2009).

A distribuição, por sexo, do tempo dedicado às atividades domésticas ainda é extremamente desigual. Enquanto as mulheres dedicam uma média de 21,9 horas semanais às atividades domésticas, os homens dedicam apenas 10 horas (Bruschini, 2007). As funções desempenhadas por eles no contexto doméstico são, mesmo assim, muito seletivas. Tal como evidenciado por Araújo (2009), os homens preferem

atividades interativas, como auxiliar nas tarefas escolares, levar os/as filhos/as para passear, realizar atividades culinárias mais sofisticadas ou fazer as compras. O fato é que ainda se pode observar a permanência, mesmo que parcialmente modificada, da clássica divisão sexual do trabalho, bem como a persistência de representações sociais dicotômicas sobre os lugares ocupados por homens e mulheres na família e na sociedade (Rocha-Coutinho, 2013). Tudo isso pode vir a constituir fonte de conflito para os casais.

1.3.1. Concepção de casamento e conjugalidade para casais brasileiros

Alterações significativas nas percepções e nos valores que dizem respeito ao casamento e à vida familiar têm sido provocadas pelas mudanças no cenário social contemporâneo. Dentre elas, ainda podem ser citadas a necessidade de os jovens permanecerem dependentes economicamente dos pais por mais tempo, face à demanda cada vez mais elevada de qualificação profissional para a entrada no mercado de trabalho; o aumento da longevidade, que implica em maior convívio com representantes de outras gerações; entre outras (Jablonski, 2009; 2011).

Tais mudanças conjugais e familiares traduzem a passagem de uma definição institucional antiga do casamento, para uma definição interna e amplamente subjetiva do casal (Bozon, 2003). A seguir, serão explicitados alguns estudos (Magalhães, 1993; Martins, 2009; Silva & cols., 2012) que ilustram a forma como casais brasileiros definem o casamento, assim como a convivência paralela do antigo e do novo no discurso social.

No pesquisa de dissertação de Magalhães (1993), realizada com um grupo de 20 casais de classe média carioca, com idades variando de 25 a 55 anos, todas as mulheres por ela entrevistadas, menos uma, definiram casamento como “relação amorosa”, enquanto todos os homens do grupo definiram casamento como “constituição de família”. Para as mulheres, quando a relação conjugal não vai bem, especialmente na vertente amorosa, isto é, nos aspectos de intimidade, relacionamento sexual e admiração, a separação conjugal parece inevitável, devido a que na concepção delas, o casamento é sobretudo uma “relação de amor”. Para os homens, por outro lado, o fato de a relação amorosa não estar bem não é suficiente para justificar o fim do casamento, visto que esse último é definido por eles como “constituição de família” (Magalhães, 1993).

Martins (2009) realizou uma pesquisa com o objetivo de identificar o campo representacional da conjugalidade e a sua relação com as práticas cotidianas do casal. Foram realizados seis grupos focais, sendo três grupos com mulheres e três grupos com homens. Os critérios para participação em cada grupo foram: no grupo 1, estar casado/a até dez anos; no grupo 2, estar separados/as e/ou divorciados/as; e no grupo 3, estar no segundo casamento. Foi utilizada a Teoria das Representações Sociais para análise dos dados. A autora encontrou que o campo representacional da conjugalidade é composto por objetos de representação social de amor, casamento/recasamento e separação/divórcio.

Foram encontrados elementos de representação social compartilhados e elementos específicos de acordo com o sexo. Os elementos compartilhados apresentam a conjugalidade como uma parceria baseada na cumplicidade, no amor e no respeito. A separação/divórcio é representada como uma frustração e um rompimento com o sonho de conjugalidade construído. Especificamente, as mulheres apresentam a conjugalidade como o espaço em que devem doar-se para o bem-estar da relação conjugal e assumir o papel de esposa e mãe (Martins, 2009).

Mulheres entendem que o casamento comporta elementos de idealização/romantização que podem sofrer modificações à medida que vivem o cotidiano da conjugalidade. Os homens, por sua vez, representam a conjugalidade como um espaço no qual é necessário dedicação e trabalho cotidiano para a sua manutenção. Para eles, o papel ativo da mulher, diferente da mulher submissa, constitui um elemento importante para o sucesso da conjugalidade (Martins, 2009).

O casamento é representado também como um ritual e uma tradição em que é importante a fidelidade. A partir da análise do campo representacional, Martins (2009) identificou tanto elementos que se referem aos papéis tradicionais de gênero quanto elementos que configuram uma relação mais igualitária.

No processo de análise da ancoragem do campo representacional da conjugalidade, Martins (2009) observou que seus elementos norteadores são a satisfação e a felicidade individual. A pesquisadora conclui que o campo representacional identificado orienta para uma prática em que a conjugalidade é vivenciada como espaço afetivo no qual ambos os envolvidos precisam estar satisfeitos. A negociação, nessa perspectiva, é a ferramenta essencial para o sucesso do relacionamento amoroso.

Em outro estudo, Silva, Trindade e Junior (2012) investigaram como homens e mulheres que estão em seu segundo casamento representam socialmente a conjugalidade. A partir da análise das discussões do grupo focal dos homens recasados, assim como do grupo focal das mulheres recasadas, os autores encontraram que os temas emergentes foram casamento e felicidade, a forma de lidar com o outro no cotidiano, filhos e família/parentela.

Na configuração das representações sociais de conjugalidade para as mulheres recasadas, os autores observaram a presença de diferentes objetos sociais, tais como o casamento, os filhos e a família/parentela. Eles constataram que o objeto social casamento articula os elementos amor, cumplicidade e maturidade afetiva. O novo casamento representa, para as esposas, o espaço em que se encontra a felicidade e, paralelamente, o espaço em que é necessário conviver com as limitações da individualidade (Silva & cols., 2012).

As mulheres apontaram que as dificuldades na convivência conjugal estão localizadas nas diferenças de gosto e de hábito entre os cônjuges e na necessidade de ceder alguns espaços da vida social em função da vida conjugal. Para os homens, o casamento é também um espaço para a busca da felicidade, que é conquistada por meio do companheirismo, do amor e da afinidade de objetivos. Ao mesmo tempo, é um espaço de constante negociação com a esposa, negociação que é ora vista como necessária, ora como fator de desvantagem (Silva & cols., 2012).

Para ambos os sexos, portanto, o casamento é representado como o lugar onde se encontra a felicidade, o que mostra a importância da vivência da conjugalidade para os/as entrevistados/as. A procura desta felicidade foi o motivo que levou os/as participantes da pesquisa a se casarem novamente. Para a mulher, a felicidade no casamento ocorre à medida que o homem pode ser companheiro e cúmplice; para o homem, ela acontece quando a mulher é o porto seguro e assume um comportamento ativo no relacionamento (Silva & cols., 2012).

Ambos os grupos reconhecem que vários fatores podem interferir no alcance dessa felicidade. Um deles diz respeito ao desafio de lidar com o/a cônjuge no cotidiano conjugal. As mulheres minimizaram esse aspecto, enquanto os homens evidenciaram a dificuldade de negociar e ceder no convívio na vida a dois. Os autores consideram isso como um reflexo das transformações nas relações de gênero na conjugalidade e como um indicador de certa igualdade entre homens e mulheres no

cotidiano conjugal. Há ressalvas, contudo, pois o avanço da mulher no espaço privado não tem sido simétrico a seu avanço no espaço público (Silva & cols., 2012).

Em síntese, para os casais brasileiros, a conjugalidade é vivenciada como o espaço afetivo no qual ambos os envolvidos precisam estar satisfeitos (Martins, 2009). Para mulheres e homens recasados, o casamento é o espaço onde se encontra a felicidade. Lidar com o/a cônjuge no cotidiano conjugal representa um desafio (Silva & cols., 2012), a partir do qual a negociação é a ferramenta essencial para o sucesso do relacionamento (Martins, 2009).

As mulheres brasileiras definiram casamento como uma relação amorosa (Magalhães, 1993), cujos elementos de idealização/romantização podem sofrer modificações à medida que vivem o cotidiano da conjugalidade. Elas devem doar-se e ceder para garantir o bem-estar da relação conjugal, e assumir o papel de esposa e mãe (Martins, 2009; Silva & cols., 2012).

Os homens brasileiros, por sua vez, definiram casamento como “constituição de família” (Magalhães, 1993). Eles representam a conjugalidade como um espaço no qual é necessário dedicação e trabalho cotidiano para a sua manutenção. Nesse processo, o papel ativo da mulher é solicitado (Martins, 2009; Silva & cols., 2012). Os esposos identificaram dificuldade de negociar e ceder, diante do desafio de lidar com a cônjuge no cotidiano conjugal (Silva & cols., 2012). A partir dos estudos apresentados, nas descrições tanto de homens, quanto de mulheres, é evidenciada a importância da participação feminina para o funcionamento do casamento.

1.4. Desafios da conjugalidade

A formação da conjugalidade deve ser vista como um processo contínuo e não meramente como um reflexo de fases iniciais de engamento amoroso. Ao longo do tempo, são os padrões de relacionamento que mantêm a conjugalidade e sua qualidade, fortalecendo-a diante das mudanças previsíveis e imprevisíveis do ciclo de vida (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2010).

Abordaremos na parte seguinte do trabalho dimensões da conjugalidade que podem ser vistas como desafios para sua manutenção. Um desses desafios diz respeito à busca constante do equilíbrio entre duas individualidades e uma conjugalidade. Nesse processo, a diferenciação das respectivas famílias de origem constitui um passo fundamental para a construção da identidade conjugal. A transição da conjugalidade

para a parentalidade também é considerada uma fase importante, caso a díade venha a ter filhos/as. A seguir, serão descritos esses três desafios com maior detalhamento.

1.4.1. Equilíbrio entre a individualidade e a conjugalidade

Parte do grande desafio de ser casal reside no fato de sua dinâmica encerrar, ao mesmo tempo, duas individualidades e uma conjugalidade (Féres-Carneiro, 1998; Féres-Carneiro & Ziviani, 2009; Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2010; Féres-Carneiro & cols., 2011; Magalhães, 2009). Nas palavras de Féres-Carneiro (1998), todo casal contém:

Dois sujeitos, dois desejos, duas inserções no mundo, duas percepções do mundo, duas histórias de vida, dois projetos de vida, duas identidades individuais que, na relação amorosa, convivem com uma conjugalidade, um desejo conjunto, uma história de vida conjugal, um projeto de vida de casal, uma identidade conjugal (p. n. esp.).

A individualidade diz respeito aos desejos, percepções de mundo, histórias e projetos de vida da pessoa. A conjugalidade, por sua vez, existe através da relação amorosa, e se refere ao desejo, história e projeto de vida conjuntos dos parceiros. A constituição de um casal exige a construção de uma zona comum de interação, composta por desejos, projetos conjugais e vivências de uma realidade compartilhada (Féres-Carneiro, 1998; Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2010).

Cada casal cria sua forma única de ser casal, uma “identidade conjugal”, ou “absoluto do casal” nos termos de Philippe Caillé (1991), ao determinar os limites e possibilidades da relação amorosa estabelecida entre eles. A conjugalidade é, portanto, a vivência compartilhada do casal em função da estabilidade e continuidade do vínculo, alicerçado na identidade conjugal (Féres-Carneiro, 1998; Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2010).

O casal contemporâneo é constantemente confrontado por duas forças antagônicas de, por um lado, manutenção da autonomia de cada um dos parceiros, e pelo outro, manutenção da conjugalidade. O paradoxo consiste no fato de que valorizar os espaços conjugais significa, muitas vezes, ceder diante das individualidades, assim como valorizar os espaços individuais significa, muitas vezes, fragilizar os espaços conjugais (Féres-Carneiro, 1998; Féres-Carneiro & Ziviani, 2009; Féres-Carneiro & cols., 2011). As contradições presentes no casamento

contemporâneo colocam um desafio “quase impossível” para os casais, isto é, entender como conciliar vida familiar e realização pessoal, a permanência e o apelo ao novo, a monogamia e a permissividade (Jablonski, 1991/1998).

Na família contemporânea, manifesta-se também essa contradição: os laços de dependência são necessários na medida em que ajudam cada pessoa a constituir-se como autônoma. Interdependência e independência estão, portanto, entrelaçadas, e constituem um espiral dialético de constante interação e tensão entre si (Féres-Carneiro, 1998). É importante para a harmonia do relacionamento a manutenção do equilíbrio dos espaços dedicados ao Eu/Tu. Tal equilíbrio será, por sua vez, influenciado pelas demandas inerentes ao ciclo vital e à vivência de cada etapa do relacionamento conjugal (Levandowski, Piccinini & Lopes, 2009).

Levandowski e colaboradores (2009) realizaram um estudo com o objetivo de investigar as dimensões da conjugalidade e da individualidade na relação de casais adolescentes coabitantes que passaram pela situação de uma gestação não planejada. A intervenção foi feita no período entre a gestação até o segundo ano de vida do bebê. Os autores observaram nos três casais adolescentes dificuldade de equilíbrio e oscilação das dimensões individualidade e conjugalidade na relação, com prevalência ora da primeira, ora da segunda.

A partir da notícia da gravidez e durante esse período, a conjugalidade ficou fortalecida, devido à necessidade de preparação das condições materiais e psicológicas para a chegada do bebê. Contrariamente, no terceiro mês de vida desse último ficou enfraquecida, devido a brigas, diminuição do contato afetivo e sexual, e aumento do investimento emocional na relação com a criança. No segundo ano, houve retomada da conjugalidade por parte dos casais, o que coincidiu com a maior independência da criança em relação aos pais (Levandowski & cols., 2009).

Os autores constataram que a construção da intimidade nos casais investigados ficou prejudicada devido ao pequeno tempo de relacionamento antes da gestação, o que pode ter contribuído para o enfraquecimento da conjugalidade na transição para a parentalidade. Foi acrescentado a isso o fato de os/as participantes ainda estarem na fase da adolescência, na qual a capacidade para a intimidade pode ainda não ter sido plenamente desenvolvida, em função da falta de definição quanto à própria identidade (Levandowski & cols., 2009).

Inúmeras demandas práticas e emocionais advindas da vivência simultânea da adolescência, da conjugalidade e da parentalidade comprometeram a vivência conjugal dos casais adolescentes. A parentalidade foi mais prontamente atendida devido à urgência de cuidado e responsabilidade que a chegada de um bebê imprime. Em decorrência disso, a conjugalidade foi deixada de lado em um primeiro momento, para ser retomada posteriormente com o crescimento do bebê, no seu segundo ano de vida (Levandowski & cols., 2009).

Todo casal, independente da fase da conjugalidade e do ciclo vital, passa por dilemas constantes em função do investimento na individualidade e na conjugalidade. Composta a partir da individualidade de cada cônjuge e do interjogo dinâmico entre eles, a conjugalidade se caracteriza pela oscilação entre momentos de fusão e de diferenciação entre os membros da díade (Féres-Carneiro, 1998; Menezes & Lopes, 2007b). Na vida a dois haveria, portanto, uma constante dialética entre a individualidade e a conjugalidade.

1.4.2. Diferenciação das famílias de origem

Outro desafio importante que o casal enfrenta no casamento diz respeito à influência que as famílias de origem têm na construção de expectativas para a vida conjugal e na relação do casal propriamente dita (Menezes & Lopes, 2007a). Todo casal lida com a tarefa crítica de conseguir estabelecer fronteiras, tanto entre os membros do casal, quanto entre o casal e suas respectivas famílias. Dentro de cada sistema familiar existe a necessidade de acomodação entre as diferentes gerações às transições do ciclo de vida e à influência exercida por elas nas interações entre as pessoas (Carter & McGoldrick, 1995/2001). De fato, todo homem e toda mulher traz para a relação hábitos, valores e uma herança afetivo-emocional de suas famílias de origem (Diniz, 2011).

A diferenciação se refere a um processo de individuação/independência emocional, e como tal, é fundamental nos relacionamentos. Diz respeito à capacidade de funcionar de forma autônoma, o que ajuda a evitar polaridades reativas, tais como a fusão ou o rompimento. Pode ser entendida, também, como a afirmação da singularidade de cada pessoa, casal e/ou grupo familiar (Martins, 2005).

O conceito de “diferenciação do *self* (eu)” foi proposto por Bowen (1979) e não se refere apenas a pessoas, mas também a relacionamentos. Quanto mais diferenciada for a pessoa, mais autônoma ela será e mais satisfatoriamente conseguirá

pensar na coletividade. Isso se deve ao fato de que se libertar parcialmente do caos da própria família – diferenciação – está relacionado com a capacidade de análise da interação e do reconhecimento do próprio papel ativo nos relacionamentos, ao invés de adotar uma postura de culpar os outros.

As pessoas “indiferenciadas” são facilmente levadas à emotividade, e suas vidas são movidas pela reatividade àquelas e àqueles que as cercam (Bowen, 1979). O casamento demanda a negociação implícita ou explícita de inúmeras questões, tanto em termos individuais, quanto em termos do que foi definido por suas famílias de origem (McGoldrick, 1995/2001). Quando não há diferenciação satisfatória do casal ou de um dos cônjuges em relação à sua família, essa negociação pode ser dificultada, e pode gerar inúmeros conflitos entre os parceiros (Tavora, 2009).

A diferenciação no casamento se faz necessária para que o casal consiga delimitar o que será próprio deles e o que repetirão de suas famílias de origem (Skowron, Kozlowski & Pincus, 2010). A competência para fazer tal diferenciação possibilita novas formas de funcionamento. A falta de diferenciação da família de origem faz com que a pessoa traga para suas novas relações dificuldades em saber diferenciar o desejo próprio do desejo dos outros, devido à fusão emocional entre ela e seus pais (Nichols & Schwartz, 2007).

Tal dependência pode ser transferida para seu/sua cônjuge no futuro, o que pode acarretar sofrimento e dificuldade em tomar decisões. Uma rede multigeracional de relacionamentos molda a interação entre individualidade e proximidade. O processo de diferenciação influencia muito o relacionamento do casal. As pessoas têm menos autonomia em suas vidas emocionais do que imaginam (Bueno & cols., 2013; Nichols & Schwartz, 2007).

Casais tendem a utilizar três estratégias para controlar a indiferenciação em relação à família de origem. A primeira é expressa pelo conflito conjugal. A segunda é marcada pelo aparecimento de uma disfunção em um dos cônjuges, o que faz com que um deles ceda com frequência ao outro, tornando-se dependente. A terceira, usada pela díade conjugal para aliviar uma situação estressante, é a transmissão da tensão para os/as filhos/as que, por sua vez, apresentarão algum sintoma (Martins, Rabinovich & Silva, 2008).

É importante apontar que a pessoa tende a escolher o/a parceiro/a com um nível de diferenciação semelhante ao seu (Martins & cols., 2008). O casamento indica a emergência de uma nova geração e o início de um novo núcleo familiar, daí a sua

singular relação com o processo de diferenciação. É de fundamental importância que essa individuação possa ocorrer para que haja um casamento com possibilidades de vir a ser bem sucedido (Bueno & cols., 2013; McGoldrick, 1995/2001).

Os níveis de diferenciação são transmitidos ao longo das gerações, o que significa que não há muita diferença no nível alcançado entre pais e filhos/as. Aqueles que apresentam baixo nível de diferenciação possuem dificuldades de se separar, ou não se separam de seus pais, o que pode comprometer a livre exploração do mundo sozinho/a ou com seu/sua cônjuge (Loriedo & Strom, 2002; Nichols & Schwartz, 2007).

Bueno e colaboradores (2013) realizaram um estudo qualitativo com quatro casais, com o objetivo de descrever o processo de diferenciação de suas famílias de origem. As autoras perceberam que os/as cônjuges, principalmente as mulheres, sentem-se apegados/as e próximos/as às suas famílias, mesmo distantes fisicamente. Foi constatada uma relação entre apego e dificuldade de diferenciação, sendo essa última maior nas participantes do sexo feminino.

Este dado é relevante, no entanto, é importante que não seja generalizado e estendido à todas as mulheres. É possível e até mesmo esperado que existam diferenças de gênero que afetem o processo de diferenciação. Outras dimensões da estrutura de personalidade, assim como das características das relações familiares de ambos os cônjuges precisariam ser melhor estudadas, de modo a oferecer dados mais consistentes sobre a relação entre apego e diferenciação, assim como sobre o seu impacto na conjugalidade.

Bueno e colaboradores (2013) constataram também que a família das quatro esposas pesquisadas exercia mais influência sobre o relacionamento do casal. O tipo de influência depende da família em questão e pode variar, por exemplo, desde emitir opiniões sobre a relação conjugal até funcionar como modelo de casal ou família. A diferenciação vivida por cada cônjuge, de acordo com as autoras, foi mais intensa para alguns/algumas antes do casamento e mais intensa para outros/as após. Tal diferenciação é de caráter subjetivo e é influenciada por diversos fatores, tais como o contexto, o sistema sexo/gênero, a cultura, a idade, entre outros.

A posição fraterna na família de origem deve ser considerada também, pois a ordem de nascimento associada ao grau de diferenciação da díade parental pode ajudar a prever o surgimento de algumas dificuldades conjugais futuras (Bowen, 1979). Aqueles que casam com cônjuge da mesma posição fraterna podem ter mais

dificuldades de adaptar-se ao casamento do que aqueles que se casam com cônjuge de posição complementar. As autoras constataram que os casais entrevistados encontram-se em uma relação de complementariedade com seus/suas cônjuges quanto às posições de nascimento em suas famílias de origem (Bueno & cols., 2013).

Os/as parceiros/as do estudo alegaram que conversam e combinam com frequência sobre o que querem repetir de suas famílias e o que querem fazer diferente, o que ilustra a importância de seus pais como modelos do modo de agir em um relacionamento conjugal. Um dos aspectos que os casais buscam fazer diferente é aumentar a expressão de afetividade, aumentar o diálogo e pensar mais em si próprios. É difícil, contudo, funcionar de modo diferente ao de suas famílias de origem, pois há uma tendência a repetir o padrão de funcionamento dos pais ou das pessoas que exerceram esta função (Bueno & cols., 2013)

Os/as cônjuges afirmaram vivenciar o casamento como uma oportunidade de crescimento conjunto, de se conhecerem melhor diariamente e de se sentirem próximos afetivamente. As pesquisadoras concluem que o aspecto fundamental da relação entre diferenciação e casamento é o casal conseguir tomar suas próprias decisões, isto é, o quanto a díade permite que suas respectivas famílias de origem influenciem nelas (Bueno & cols., 2013).

1.4.3. Transição para a parentalidade

A forma como os casais vivem o momento transicional para a parentalidade pode ser um fator significativo para distinguir entre aqueles que separam e aqueles que permanecem juntos. Walsh (2002) aponta que um dos requisitos principais para o bom funcionamento de um casal e de uma família é a adaptabilidade. Essa competência - adaptabilidade, segundo a autora, está relacionada ao equilíbrio entre a manutenção de uma estrutura estável e ao mesmo tempo flexível em resposta às mudanças da vida. A cada importante transformação, como é caso do nascimento de um/a filho/a, o contrato tácito estabelecido pelo casal deve ser renegociado para acomodar as necessidades de reorganização da vida conjugal e para construir uma adequação à nova etapa do ciclo vital (Carter & McGoldrick, 1995/2001).

Estudos têm enfatizado que a transição para a parentalidade acarreta uma diminuição na satisfação conjugal (Rothman, 2004; Schulz, Cowan & Cowan, 2006). Na pesquisa longitudinal de Rothman (2004) junto a 114 casais, o autor encontrou que a satisfação com a relação conjugal permaneceu estável desde o início do

casamento até o fim da gravidez, mas declinou significativamente durante a transição para a parentalidade. No mesmo sentido, Schulz e colaboradores (2006) compararam o grau de satisfação conjugal entre casais que passaram pela transição para a parentalidade e casais que não tinham filhos/as. Os resultados indicaram que existe um declínio na satisfação conjugal durante a gravidez até os 66 meses pós-parto, o que não ocorreu com casais sem filhos/as.

Outros/as pesquisadores/as concluíram, no entanto, que não é a transição em si que provoca um declínio na satisfação conjugal (Curran, Hazen, Jacobvitz & Sasaki, 2006; Hidalgo & Menendez, 2003; Menezes e Lopes, 2007b). Pelo contrário, a forma como cada casal se relaciona antes do nascimento do/a filho/a é a peça chave para a maneira como atravessam a nova fase do ciclo vital. A hipótese central desse grupo de autores/as é que a maioria dos parceiros com altos níveis de competência conjugal pré-natal conseguem manter a mesma competência quando se tornam um casal parental.

Hidalgo e Menendez (2003), por exemplo, conduziram uma pesquisa longitudinal com a participação de 96 casais durante a transição para a parentalidade. As autoras concluíram que existe uma variabilidade significativa nos processos experimentados pelos casais. A satisfação com a divisão dos trabalhos domésticos, o envolvimento paterno com os cuidados do bebê e o apoio emocional recebido do cônjuge pela parceira, são fatores que explicam, de forma distinta para homens e mulheres, as diferenças existentes entre os casais na forma como vivenciam a transição para a parentalidade.

Curran e colaboradores (2006), por exemplo, pesquisaram o apego emocional e a sintonia entre casais que passavam pela transição para a parentalidade. Os autores encontraram que a forma como homens e mulheres representam seus/suas parceiros/as e o casamento de seus próprios pais, influencia o relacionamento conjugal da fase do bebê até os 24 meses da criança.

Menezes e Lopes (2007b) realizaram um estudo longitudinal com quatro casais brasileiros adultos em diferentes momentos da transição para a parentalidade, com o intuito de compreender a avaliação de cada casal acerca de sua relação conjugal, bem como o tipo de interação comunicacional existente entre eles durante as entrevistas. As autoras constataram a importância da natureza da relação conjugal estabelecida anteriormente à transição para a parentalidade nos quatro casos estudados. O distanciamento foi potencializado nos casais em que já havia

distanciamento emocional anterior ao nascimento do primeiro/a filho/a. Contrariamente, nos casais com vínculo afetivo próximo, a conjugalidade foi preservada.

Menezes e Lopes (2007b) encontraram também que os casais distantes afetivamente não perceberam mudanças positivas em sua relação conjugal nessa nova fase e sim um constante distanciamento emocional. O processo de transição para a parentalidade ocorreu de modo distinto nos casais envolvidos afetivamente. Esses casais perceberam mudanças positivas na conjugalidade após a transição, representadas pelo aumento de sentimentos de companheirismo e de união.

Nos casais que se mantiveram emocionalmente próximos houve a intenção de preservar e dedicar tempo à conjugalidade, enquanto que nos casais mais distantes afetivamente esse desejo não foi expresso. Além disso, houve indícios de relação entre a qualidade do relacionamento conjugal e a participação, ou não, dos homens na função parental. Essa relação não foi encontrada nas mulheres, as quais se mostraram intensamente envolvidas no papel de mães, independentemente da qualidade do vínculo conjugal (Menezes & Lopes, 2007b). Cabe apontar que a participação dos homens na função parental também pode influenciar a qualidade do relacionamento conjugal.

Menezes e Lopes (2007b) concluíram que a transição para a parentalidade pode trazer mudanças positivas ou negativas na conjugalidade, no sentido de promoverem envolvimento ou distanciamento emocional. A qualidade da relação conjugal anterior à gravidez e ao nascimento da criança mostra-se, portanto, a peça chave na preservação ou não do relacionamento nessa fase do ciclo vital.

Em síntese, a conjugalidade se caracteriza pela oscilação entre momentos de fusão e de diferenciação entre os membros da díade (Féres-Carneiro, 1998; Menezes & Lopes, 2007b). As demandas inerentes ao ciclo vital influenciam essa oscilação e o equilíbrio dos espaços dedicados ao Eu/Tu (Levandowski & cols., 2009). Os membros do casal não somente lidam com a tarefa crítica de estabelecer fronteiras entre si, como também entre eles como díade e suas respectivas famílias de origem (Carter & McGoldrick, 1995/2001).

Os parceiros precisam delimitar, nessa tarefa, o que será deles e o que repetirão de suas famílias, possibilitando novas formas de funcionamento (Bueno & cols., 2013; Nichols & Schwartz, 2007), isto é, a criação de uma identidade conjugal

(Féres-Carneiro, 1998; Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2010). Nas palavras de Magalhães (2009):

A conjugalidade implica o entrelaçamento de dois “eus”, duas subjetividades, na direção da constituição de um terceiro eu, uma identidade compartilhada. Na base desse entrelaçamento encontram-se os modelos parentais das famílias de origem dos parceiros, ou seja, o passado geracional da conjugalidade. Na direção da constituição da identidade compartilhada acena o ideal de um projeto conjugal, projeção do futuro familiar, marcado pelo mito de continuidade geracional. Conjugalidade e parentalidade estão, assim, imbricadas na origem e no destino (p. 207).

A história de cada casal e a qualidade de sua relação afetiva são determinantes na forma como a transição para a parentalidade é vivida (Menezes & Lopes, 2007b). Diante de todos esses desafios, os casais se deparam com conflitos inerentes a todo relacionamento humano, que precisam ser resolvidos para manter a estabilidade e a continuidade do vínculo conjugal.

A forma como os/as cônjuges reagem às situações e desafios cotidianos pode evitar/minimizar ou incentivar o surgimento de situações de conflito conjugal. Na contemporaneidade, os casais enfrentam o paradoxo entre o projeto de perenidade da relação conjugal e a perspectiva de não durabilidade.

A duração do relacionamento demanda dos cônjuges enfrentar o desafio de lançar mão de estratégias de negociação de necessidades e desejos, assim como de diferenças, para que os riscos e perigos aos quais a relação está exposta sejam afastados. Tais estratégias têm caráter real, material, emocional e indicam o problema vivido por cada casal no dia a dia (Garcia & Tassara, 2001). Os fatores que podem gerar conflitos, assim como a habilidade de negociar e resolver tais conflitos, constituem o tema que motivou a realização dessa pesquisa de mestrado.

CAPÍTULO 2

CONFLITO CONJUGAL

Tornar-se um casal é uma das tarefas mais complexas e difíceis do ciclo de vida familiar (McGoldrick, 1995/2001). O engajamento em uma relação a dois demanda a reorganização da realidade individual para dar espaço à construção de um mundo em comum, com referências e identidades partilhadas – uma identidade conjugal (Féres-Carneiro, 2003; Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2010). O casamento implica a união de duas pessoas que levam para ele suas opiniões, peculiaridades e valores (Gottman & Silver, 2000). Nas palavras de McGoldrick (1995/2001):

O casamento requer que duas pessoas renegociem juntas uma miríade de questões que definiram previamente para si em termos individuais, ou que foram definidas por suas famílias de origem, tais como quando e como comer, dormir, conversar, fazer sexo, brigar, trabalhar e relaxar. O casal precisa decidir a respeito das férias, e como utilizar o espaço, o tempo e o dinheiro. Também existem as decisões a respeito das tradições e rituais familiares que serão mantidos e daqueles que os parceiros desenvolverão sozinhos. O casal também terá de renegociar os relacionamentos com os pais, irmãos, amigos, família ampliada e colegas, em vista do novo casamento (p. 184).

É previsível, portanto, que os cônjuges, mesmo em relacionamentos considerados felizes, enfrentarão conflitos conjugais. O conflito é um fenômeno característico da vida e inerente a todos os relacionamentos humanos, uma vez que o alto nível de interdependência entre seus membros favorece o surgimento e a manutenção de situações conflituosas (Boas, Dessen & Melchiori, 2010; Falcke & cols., 2013; Gottman & Silver, 2000; Heyman & cols., 2009; McCoy, Cummings & Davies, 2009; Mosmann & Falcke, 2011; Valor-Segura, Expósito & Moya, 2010).

A presença de conflitos é, paradoxalmente, condição necessária para o funcionamento contínuo dos relacionamentos íntimos, especialmente no âmbito familiar. Tentativas de suprimi-los podem comprometer a continuidade de qualquer unidade social, tanto no sentido de sua capacidade para se adaptar a situações novas, quanto pelo aumento da hostilidade de e entre seus membros (Straus, 1979).

2.1. Definição de conflito conjugal

A palavra *conflito*, etimologicamente, advém do latim *confligere*, que significa “lutar”. Linhas teóricas de diversas áreas se propõem a estudar o conflito. Há uma variedade de definições para conflitos intrapessoais, interpessoais, jurídicos, sociológicos, internacionais, entre outros (Bolze, 2011). Neste trabalho será focado o conflito familiar, especificamente o que se refere à díade conjugal.

O conflito conjugal se refere a episódios de interação adversa entre os cônjuges em uma determinada situação. Ele pode ser definido de diversas maneiras e, portanto, não há consenso entre os/as pesquisadores/as quanto a uma única definição do termo. É um construto multidimensional e inter-relacionado, cujas principais dimensões são a frequência da ocorrência de interações conflitivas entre o casal, a intensidade de interações, o conteúdo ou questão que está ocasionando o conflito e, finalmente, a forma como as interações conflitivas são resolvidas (Benetti, 2006; Boas & cols., 2010; Bolze, Schmidt, Crepaldi & Vieira, 2011).

Um conflito pode ser expresso de forma aberta ou encoberta no cotidiano familiar. Os conflitos mudam ao longo do tempo, na medida em que as famílias passam por diferentes fases do seu desenvolvimento no curso de vida familiar (Benetti, 2006; Boas & cols., 2010; Bolze & cols., 2011).

Straus (1979) diferencia conflito, conflito de interesses e hostilidade. Conflito de interesses está relacionado a divergências que surgem entre duas pessoas ou mais, quando cada uma deseja realizar sua vontade. O conflito, por sua vez, se refere às formas de as pessoas lidarem ou resolverem o conflito de interesses. Por último, a hostilidade se expressa por meio da evitação ou impedimento da ocorrência do conflito, através de um conflito de interesses encoberto.

A definição de conflito conjugal é complexa, pois não há uma realidade absoluta, mas sim duas realidades subjetivas. Ele se refere a interações de caráter social, nas quais os parceiros estabelecem metas, desejos, interesses, expectativas ou opiniões que são incompatíveis entre si (Paleari, Regalia & Fincham, 2010). O conflito pode ser compreendido, também, como uma oposição ostensiva entre os cônjuges, identificada por eles como desentendimentos ou fonte de dificuldades no relacionamento (Fincham, 2003).

A percepção que cada cônjuge possui acerca da situação conflituosa constitui outra variável fundamental. Cada pessoa tem tendência a perceber, de maneira

particular, os motivos de discórdia, ou seja, geralmente a percepção de uma pessoa difere da percepção da outra (Falcke & cols., 2013). Tal percepção está diretamente relacionada à forma como cada cônjuge se propõe a lidar com o conflito. Se os cônjuges conseguem perceber o problema como sendo do casal, e não exclusivamente do/a parceiro/a, assumem a responsabilidade conjunta de tentar encontrar uma alternativa para resolvê-lo. O mesmo não acontece se a responsabilidade for atribuída unicamente à outra pessoa (Wagner & Mosmann, 2012).

2.2. Consequências do conflito conjugal para os cônjuges

A saúde relacional do casal e a capacidade dos/as parceiros/as de promoverem o crescimento dos membros da família dependem da qualidade da relação estabelecida pelo casal parental (Cicco & cols., 2005). Uma relação considerada desejada e estável tem impactos positivos para a satisfação pessoal; já uma relação deteriorada influi na dinâmica familiar e nas próprias cognições e comportamentos dos/as esposos/as (Sbicigo & Lisboa, 2009).

A presença de conflitos conjugais está associada ao desenvolvimento de problemas de saúde física e mental nos cônjuges (Bolze, Schmidt, Crepaldi & Vieira, 2013; Brock & Lawrence, 2011; Epstein & Schlesinger, 2004; Epstein, Baucom & La Taillade, 2006; Fincham, 2003; Gouin, Glaser & Kiecolt-Glaser, 2009; Mosmann & Falcke, 2011). Tais problemas incluem o risco de os parceiros apresentarem psicopatologias, de estarem envolvidos em acidentes automobilísticos, de cometerem suicídio, homicídio ou atos de violência, de exposição à incidência de doenças físicas e de mortalidade em função de doenças em geral (Braz & cols., 2005).

Estudos sobre conflito conjugal realizados com casais em contexto de laboratório apontam para a relação entre comportamentos negativos e hostis durante o conflito e transtornos no sistema imunológico dos/as participantes (Gouin & cols., 2009; Kiecolt-Glaser, Malarkey, Chee, Newton, Cacioppo, Mao & Glaser, 1993; Kiecolt-Glaser, Loving, Stowell, Malarkey, Lemeshow, Dickinson & Glaser, 2005). Na pesquisa de Kiecolt-Glaser e colaboradores (1993), realizada com um grupo de recém-casados, foi encontrado que aqueles que apresentaram maior frequência de comportamentos negativos e hostis durante 30 minutos de conflito conjugal tiveram maior diminuição nas funções do sistema imunológico nas próximas 24 horas, quando

comparados àqueles que apresentaram menor frequência de comportamentos negativos.

No estudo de Kiecolt-Glaser e colaboradores (2005) foi detectado que casais que apresentaram maior frequência de comportamentos hostis enquanto realizavam duas tarefas de resolução de conflitos tiveram aumentos mais significativos das citocinas pró-inflamatórias interleucinas-6¹ (IL-6) quando comparados àqueles que apresentaram menor frequência, 18 horas após a tarefa. Elevados níveis de IL-6 têm sido associados ao desenvolvimento de enfermidades, tais como transtornos cardiovasculares, osteoporose, artrite, diabetes *mellitus* tipo 2, alguns tipos de câncer e mortalidade. Comportamentos negativos durante o conflito conjugal podem aumentar o nível de estresse e desregular o sistema imunológico, provocando aumentos persistentes no soro IL-6, com consequências desfavoráveis à saúde física dos/as envolvidos/as.

Do ponto de vista da saúde mental, discordâncias conjugais entre os parceiros apresentam um papel importante no surgimento, desenvolvimento e manutenção da depressão (Brock & Lawrence, 2011; Whisman & Kaiser, 2008; Whisman, Weinstock & Tolejko, 2006; Whitton & Whisman, 2010). Interações destrutivas entre o casal podem levar à depressão ao reduzir o apoio social e incrementar o estresse e a hostilidade entre os cônjuges (Beach, Sandeen & O'Leary, 1990; Heidemarie, Hyoun & Deborah, 2009; Whitton & Whisman, 2010).

Padrões negativos de interação conjugal, caracterizados por baixos níveis de suporte e altos níveis de agressão, têm sido consistentemente associados à depressão em um ou ambos os parceiros (Heidemarie & cols., 2009). A presença intensa de conflitos entre o casal prediz elevados níveis de sintomas de depressão doze meses (Beach, Katz, Kim & Brody, 2003), dezoito meses (Fincham, Beach, Harold & Osborne, 1997) e até dois anos (Whisman & Uebelacker, 2009) depois do surgimento/desaparecimento dos conflitos.

Existe também uma associação entre conflitos conjugais e problemas de ansiedade, embora menos pesquisas tenham sido realizadas nesse sentido. Brock e Lawrence (2011) acompanharam 102 casais ao longo dos seus sete primeiros anos de união com o objetivo de compreender o papel do casamento no desenvolvimento de desordens mentais, tais como depressão e ansiedade. As autoras concluíram que os

¹ Tradução da expressão em inglês *proinflammatory cytokines interleukin-6 (IL-6)*.

relacionamentos conjugais são importantes para a saúde mental de homens e mulheres, porém de forma distinta.

Problemas de insatisfação conjugal e assimetria de poder e controle aumentam o risco de os cônjuges do sexo masculino desenvolverem sintomas de ansiedade e depressão nos primeiros sete anos de casamento. Em contrapartida, a insatisfação conjugal tem um efeito agudo e temporário nos sintomas das esposas, enquanto que baixos níveis de intimidade emocional têm um papel mais crônico e prejudicial em sua saúde mental (Brock & Lawrence, 2011).

A atribuição de papéis de gênero ocorre por meio de processos de socialização. Ao enfatizar a necessidade de estabelecer vínculos de intimidade no caso das mulheres, a sociedade as coloca em maior risco de desenvolver depressão, caso essas necessidades não sejam satisfeitas em suas relações amorosas. A importância de manter relações de alto nível de qualidade potencializa, portanto, respostas de estresse nas mulheres cônjuges quando as interações conjugais não oferecem suporte, o que pode levar à depressão (Heidemarie & cols., 2009).

Heidemarie e colaboradores (2009) realizaram um estudo longitudinal ao longo de uma década, com a participação de 68 casais heterossexuais entre 20 e 30 anos de idade. O objetivo foi investigar a associação entre padrões de interação positivos e negativos observados durante situações de conflito e o surgimento de sintomas de depressão em ambos parceiros. Os autores encontraram que os sintomas de depressão das mulheres estavam mais intimamente relacionados ao comportamento dos casais em vários aspectos, enquanto que os sintomas dos homens apresentaram uma associação mais limitada.

Os relacionamentos caracterizados por níveis baixos de engajamento positivo e elevados níveis de distanciamento/isolamento² por parte das mulheres produziram os níveis mais altos de sintomas depressivos no final do período do estudo. Por outro lado, quando as mulheres se engajavam de forma construtiva no conflito, tanto elas como seus parceiros estavam protegidos contra a depressão. Em contrapartida, as mulheres que não se engajavam positivamente com seus parceiros, e que se ausentavam do conflito, tinham menores condições de dar e receber suporte. Este tipo de interação é particularmente estressante para o sexo feminino porque interfere em

² Tradução do termo em inglês *withdrawal*

sua necessidade socialmente valorizada de intimidade, situação que pode potencializar o aparecimento de estresse (Heidemarie & cols., 2009).

Tal resultado sugere que mudanças sutis na dinâmica estabelecida pelo casal são importantes para o ajustamento das cônjuges. O aumento da agressão psicológica e a diminuição do engajamento positivo pode acentuar os sintomas depressivos das mulheres. As habilidades das parceiras de se engajarem em estratégias construtivas de resolução e de providenciar suporte durante o conflito contribui para sua satisfação com o relacionamento, o que por sua vez, contribui para a satisfação com elas mesmas (Heidemarie & cols., 2009).

Os comportamentos próprios dos homens, por outro lado, não foram indicativos de vulnerabilidade à depressão, pois eles se apoiavam nas suas esposas para manter um clima emocional positivo. A satisfação dos cônjuges na relação dependeu do engajamento positivo das parceiras, mas esse último não foi preditivo dos seus sintomas depressivos. Isso significa que existe uma maior separação entre a satisfação dos cônjuges com o relacionamento e seu ajustamento como um todo (Heidemarie & cols., 2009). O fato é que a presença de conflitos afeta a qualidade do relacionamento conjugal. Constitui, portanto, tema relevante de pesquisa.

2.3. Consequências do conflito conjugal para os/as filhos/as

Certo nível de conflito é parte natural do sistema familiar. Do ponto de vista do desenvolvimento infantil, essa “dose natural” pode ser considerada um aspecto saudável e positivo. Adultos podem discordar e encontrar maneiras de resolver suas diferenças e dificuldades (Benetti, 2006). Uma boa relação conjugal favorece o compartilhamento de tarefas domésticas e práticas de educação entre o casal e promove o desenvolvimento de sentimentos de segurança nos/as filhos/as (Braz & cols., 2005).

A ocorrência de episódios constantes de conflito conjugal como forma de relacionamento familiar, por outro lado, é um fator determinante de estresse. Em tais situações, as crianças podem responder de forma emocionalmente intensa, por meio de condutas depressivas ou agressivas. A frequência dos conflitos conjugais, associada a outras variáveis de contexto, leva a problemas de comportamento em crianças e adolescentes, tais como níveis de competência social e de desempenho acadêmico pobres, problemas de saúde, depressão, distúrbio de conduta, agressividade e ansiedade (Benetti, 2006; Bolsoni-Silva & Marturano, 2010; Bolze &

cols., 2011; Braz & cols., 2005; Gottman, 1994/2014; Kouros, Cummings & Davies, 2010; Machado, 2009; Sturge-Apple, Davies, Winter, Cummings & Schermerhorn, 2008).

No estudo de Braz e colaboradores (2005), a maioria dos pais e das mães consideraram que existe uma influência direta e indireta do seu relacionamento conjugal nas relações com os/as filhos/as. Os pais apontaram que os/as filhos/as também interferem nas suas relações maritais. Os resultados indicam que parece haver uma associação entre o relacionamento conjugal considerado insatisfatório e o surgimento de conflitos, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento e à educação da prole.

Casais em conflito podem, por exemplo, tornar-se mais autoritários e menos afetivos com sua prole. Quanto maior o grau de conflito conjugal, maior o uso de agressividade nas interações entre os cônjuges e entre esses e seus/suas filhos/as (Benetti, 2006; Bolsoni-Silva & Marturano, 2010; Bolze & cols., 2013; Mosmann & Falcke, 2011). Episódios de agressões verbais e emocionais entre o casal têm efeitos tão negativos quanto os físicos no desenvolvimento psicológico da criança. A intensidade desses episódios está associada a uma maior frequência dos mesmos (Benetti, 2006).

A razão da desavença também pode ser uma fonte de estresse para a criança. Muitos desentendimentos entre o casal tratam de situações relacionadas à educação dos/as filhos/as, tais como questões que envolvem divergências de opiniões ou de condutas relativas ao manejo e supervisão da criança, o que provoca intensa ansiedade infantil. A habilidade dos pais em proteger a criança da exposição aos conflitos da diáde parental constitui uma estratégia importante para evitar o estabelecimento de alianças baseadas em hostilidade contra um dos pais (Benetti, 2006).

Uma das formas mais negativas de interação e expressão afetiva no sistema familiar é a ocorrência de conflito conjugal associada a episódios de violência entre o casal. Tal comportamento tem o potencial de trazer graves consequências para o desenvolvimento infantil. A mera exposição da criança à tais episódios, especialmente de agressão física entre os parceiros, provoca danos psicológicos significativos no processo de desenvolvimento infantil, com importantes consequências para o amadurecimento da personalidade em geral (Benetti, 2006).

2.4. Fatores geradores de conflito conjugal

Os problemas conjugais têm comumente múltiplas causas, pois envolvem as particularidades de cada um dos cônjuges, as interações entre ambos e os estressores de vida que enfrentam juntos (Bolze, 2011; Bolze & cols., 2011; 2013). Os cônjuges costumam ter interações conflituosas em dias que vivenciam mais problemas cotidianos, tais como em situações de múltiplas demandas, problemas financeiros, problemas no trabalho e doença crônica (Mosmann & Falcke, 2011).

Dentre os possíveis fatores de conflito conjugal apontados por Bolze (2011) e por Boas e colaboradores (2010) podem ser mencionados os seguintes aspectos:

- a) Características pessoais dos cônjuges, como temperamento, história de vida e a presença de psicopatologias, tais como depressão, abuso de substâncias, altos níveis de intensidade e frequência de ciúme;
- b) Características demográficas do casal, tais como idade, grau de escolaridade, classe social, inserção no mercado de trabalho, renda e número de filhos/as;
- c) Grau em que os cônjuges têm interações negativas em comparação ao engajamento conjunto em atividades positivas e mutuamente divertidas;
- d) Qualidade da comunicação do casal, principalmente quando lida com desacordos ou conflitos que precisam ser resolvidos;
- e) Afinidade entre as características atribuídas por cada cônjuge a um bom relacionamento;
- f) Forma como o casal lida com estressores do ambiente, tais como problemas financeiros, criança com doença crônica, filhos/as considerados/as “difíceis”, isto é, crianças, adolescentes, jovens ou adultos que demonstram um comportamento que se afasta da norma social;
- g) Discordâncias quanto à educação dos/as filhos/as;
- h) Transições inerentes ao desenvolvimento familiar;
- i) Divisão de responsabilidades;
- j) Relacionamentos extraconjugais;
- k) Diferenças de gênero.

Carter e McGoldrick (1995/2001) consideram que o fluxo de ansiedade de uma família pode vir de estressores verticais ou horizontais. Os estressores verticais se referem a padrões, segredos, legados e mitos familiares que, ao serem transmitidos de geração em geração, cada parceiro/a traz consigo para a relação. Os estressores

horizontais, por sua vez, dizem respeito a estresses produzidos na família, à medida que ela avança no tempo. Eles incluem tanto os estresses desenvolvimentais previsíveis, como as transições do ciclo de vida, quanto os eventos imprevisíveis, como acidentes, doença crônica, morte precoce, entre outros. É esperado, portanto, que o casal, ao longo do relacionamento, enfrente conflitos e precise fazer ajustes para se adaptar às novas demandas e desafios.

Giudici, Widmer e Ghisletta (2011) se propuseram a investigar o impacto de três dimensões da vida cotidiana no conflito conjugal, sendo elas a divisão de tarefas domésticas, o individualismo conjugal, e o grau de fechamento do casal ao ambiente social. O estudo foi realizado junto a mulheres que viviam na Suíça e que coabitaram com seus parceiros pelo menos durante um ano. Os autores encontraram que o individualismo tem um efeito significativo no conflito conjugal. O estudo valida a hipótese de que casais que valorizam a autonomia e a prevalência do desenvolvimento individual em detrimento do conjugal e familiar têm maiores dificuldades de permanecerem juntos ao longo do tempo.

A ausência de crianças no ambiente doméstico acentua o individualismo entre os cônjuges. No momento em que os casais se tornam pais, essa postura pode representar um fator negativo para a vida conjugal, o que aumenta cumulativamente o conflito entre os parceiros. O individualismo conjugal está associado a estratégias de resolução mais pobres e altos níveis de sintomas depressivos, especialmente em mulheres. A pesquisa também mostra que existe uma pequena influência da divisão de tarefas no conflito conjugal, porém não tão significativa quanto o individualismo (Giudici & cols., 2011). Cabe apontar que esse último também pode influenciar a escolha de não ter filhos/as.

O grau de fechamento do casal ao ambiente social não teve nenhum impacto no conflito de casais, porém os autores sugerem mais pesquisas antes de tomar uma posição conclusiva a esse respeito (Giudici & cols., 2011). O isolamento – se imposto e usado no contexto da conjugalidade como forma de controle da parceira – pode ser um fator que contribui para o surgimento de atitudes de conflito e violência entre casais (Diniz, 2011; 2013).

Heyman e colaboradores (2009) partiram de uma perspectiva diferente para realizarem um estudo com 453 casais residentes na cidade de New York. A condição de participação na pesquisa foi que os parceiros estivessem casados ou morando juntos há pelo menos um ano, e tivessem uma criança na faixa etária entre 3 a 7 anos,

que fosse filho/a biológico/a de pelo menos um dos cônjuges. O objetivo do estudo foi investigar as mudanças desejadas por mulheres e homens no relacionamento e as formas como eles se comportam quando tentam discutir essas possíveis mudanças. Os resultados do estudo apontaram que as mudanças desejadas no contexto de relacionamentos heterossexuais estáveis estão associadas ao sexo/gênero e ao ajustamento conjugal.

As mulheres manifestaram, de forma geral, um desejo maior de mudança no relacionamento quando comparadas aos homens. Elas desejaram, especificamente, melhoras nos comportamentos afetivos dos parceiros, tais como “passar tempo comigo”, “me dar atenção quando preciso”, “iniciar conversas interessantes comigo” e “expressar suas emoções de forma clara”. Também apresentaram desejo de melhora no apoio instrumental dos cônjuges, tal como “cumprir suas responsabilidades sem atrasos”, “ajudar nas tarefas domésticas quando solicitados”, “ajudar a planejar o tempo livre”, assim como tarefas ligadas ao exercício da parentalidade, tal como “passar tempo com as crianças” (Heyman & cols., 2009).

As mulheres manifestaram, além disso, o desejo de os homens reduzirem a quantidade de horas dedicadas ao trabalho. Os homens, por sua vez, reivindicaram maior investimento das parceiras na área sexual. Heyman e colaboradores (2009) ressaltam que em todos os domínios nos quais homens ou mulheres desejaram aumento ou diminuição na frequência do comportamento do parceiro/a, ambos os cônjuges almejavam o mesmo tipo de mudança, porém não com o mesmo grau. Conflitos relacionados ao grau de mudança desejada são mais fáceis de resolver, ou pelo menos de aceitar, que conflitos que expressam desejos diametralmente opostos.

A questão dos conflitos conjugais também tem sido objeto de estudos com a população brasileira. Vários dentre os trabalhos realizados tiveram o objetivo de identificar explicitamente possíveis motivos para o surgimento de conflito conjugal (Garcia & Tassara, 2003; Mosmann & Falcke, 2011; Toloí & Souza, 2009). Outros estudos buscaram entender o manejo de conflitos por meio da pesquisa de outras variáveis, tais como as relações entre as dimensões parentais e maritais (Braz & cols., 2005), a comunicação (Bereza, Martins, Moresco & Zanoni, 2005) ou a interação casamento-trabalho (Miranda-Martins, 2006).

Serão abordados em detalhes os resultados de pesquisas pertinentes aos motivos que levam ao surgimento de conflitos. Garcia e Tassara (2003) pesquisaram tipos de problemas identificados por mulheres casadas há mais de 15 anos. Para isso,

foram apresentadas duas categorias de problemas: a) os apontados como tal pelas entrevistadas e b) os identificados pelas pesquisadoras após a análise das narrativas das esposas. Os problemas vividos pelas participantes no casamento foram distribuídos em dois grandes blocos: os decorrentes das exigências profissionais e financeiras associadas a cada parceiro e os decorrentes das demais exigências do relacionamento interpessoal entre os cônjuges e deles com os demais membros da família, inclusive da família de origem.

A pesquisa apontou que a maior porcentagem dos problemas identificados (77,6%) surgiram a partir de questões associadas às relações entre a díade (54,2%) ou entre esta e outros membros da família (23,4%). Tais questões originadas no ambiente privado ameaçavam o projeto de durabilidade do relacionamento, e levantavam dúvidas quanto à sua viabilidade. Constatou também que 22,4% do total de indicações de conflitos corresponderam a problemas decorrentes do trabalho de um ou de ambos os cônjuges. A repercussão da esfera laboral no relacionamento conjugal se manifestava por meio de diferenças de destaque profissional alcançado por cada um, dificuldades financeiras, e/ou redução do tempo disponível para o casal (Garcia & Tassara, 2003).

Na fala das entrevistadas, chamou atenção aqueles problemas resultantes do descumprimento do papel social desejado para o parceiro. Dentre as funções esperadas estaria a de provedor financeiro, provedor de afetos e cuidados, e parceiro sexual, as quais podem ser identificadas nos papéis de marido, companheiro e amante, respectivamente. Em tal cenário, as entrevistadas destacaram a falta de diálogo, o temperamento difícil do parceiro e divergências na educação dos filhos (Garcia & Tassara, 2003).

Na segunda categoria de problemas, isto é, aqueles apontados indiretamente ao longo das entrevistas, está o momento de oscilação vivido pelas entrevistadas quanto à reivindicação de maior igualdade entre os sexos, fato que torna evidente a interação entre gênero e conjugalidade. Constatou-se maior percepção de igualdade entre as participantes no aspecto financeiro. Contudo, a distribuição do orçamento e investimentos ainda era feita geralmente pelo parceiro, com exceção dos casos de maior sucesso profissional feminino ou de mulheres que desempenhavam o papel de provedoras financeiras de suas famílias. Em tais circunstâncias, a díade via-se diante de um embate quanto ao gerenciamento financeiro, traduzido em queixa por parte das

mulheres por desenvolverem um papel considerado masculino (Garcia & Tassara, 2003).

Na esfera privada, não foram identificadas pelas participantes condições de igualdade entre o casal, no que diz respeito ao cuidado da casa e dos filhos. Independente da inserção da mulher no mercado de trabalho, permanece no imaginário das entrevistadas a crença de serem elas as responsáveis pelo cuidado doméstico. Os homens, nesse caso, seriam meros colaboradores. Não haveria, portanto, uma responsabilidade partilhada pela díade nos afazeres domésticos, mesmo nas situações em que as parceiras reivindicavam a “ajuda” dos companheiros. Essas reivindicações de colaboração advinham do cansaço resultante das múltiplas atividades realizadas durante o dia, e não de uma mudança na compreensão dos novos papéis de gênero (Garcia & Tassara, 2003).

Mosmann e Falcke (2011) realizaram um estudo com 149 casais de nível socioeconômico médio, que se encontravam em um relacionamento estável há no mínimo seis meses e possuíam pelo menos um filho proveniente dessa união. O tempo médio de união dos casais foi de 22,4 anos. O objetivo da pesquisa foi identificar os motivos de conflito e a frequência com que tais conflitos ocorrem nas relações conjugais. Para isso, utilizaram um questionário de dados de identificação e uma escala de conflito conjugal composta por nove itens apresentados em duas subescalas.

A primeira subescala denominada “conflito-desentendimentos” possui seis itens pontuados em uma escala *Likert* de seis pontos que se referem à frequência com que os/as participantes experimentaram desentendimentos com seus/suas cônjuges no último ano. A outra subescala denominada “conflito-agressão” possui três itens avaliados em uma escala *Likert* de cinco pontos. Os itens um e três medem a frequência de discussões e agressões e o item dois mede a frequência com que o/a participante lida de forma calma com os conflitos. Foram realizadas análises de frequências, médias e desvio padrão, assim como o teste do qui-quadrado para comparar as respostas entre os/as cônjuges. Os motivos de conflito conjugal foram identificados a partir de seis dimensões, sobre as quais os casais deveriam apontar os níveis de desentendimento que elas geravam em seu relacionamento conjugal (Mosmann & Falcke, 2011).

As autoras constataram o predomínio de conflitos relacionados aos filhos, seguido por dilemas em relação ao tempo que desfrutavam juntos, por questões financeiras e domésticas, e em menor frequência, pelo sexo e pelas questões legais. O fato de o relacionamento com os filhos prevalecer como motivo de conflito foi discutido no sentido de confirmar a bidirecionalidade dos estudos que estabelecem correlações entre as dimensões de conjugalidade e parentalidade. Em outras palavras, os conflitos conjugais podem impactar a parentalidade, assim como os conflitos com relação aos filhos podem impactar a conjugalidade (Mosmann & Falcke, 2011).

A partir de uma perspectiva diferente, Toloí e Souza (2009) realizaram um estudo com 45 adolescentes divididos em quatro grupos, dentre os quais dois grupos de filhos/as de pais de primeiro casamento e dois grupos de filhos/as de pais separados/divorciados/segundo casamento. O estudo utilizou o sociodrama temático como estratégia de pesquisa qualitativa. Foram dramatizadas sete cenas, sendo três de filhos/as de pais de primeira união e quatro de pais separados/divorciados/segundo casamento.

A família representada, em ambos grupos, foi de classe média composta por uma unidade heterossexual, em relações hierárquicas, com um pai provedor, uma mãe cuidadora e um ou dois filhos dependentes economicamente dos pais, em vínculo de consanguinidade. O estudo foi dividido em quatro seções: 1) temas de conflitos conjugais; 2) concepções sobre família e papéis familiares nas dramatizações; 3) modo como compreendem conflitos conjugais; e 4) modo como enfrentam conflitos conjugais (Toloí & Souza, 2009). Serão relatados aqui apenas os resultados provenientes dos dois grupos de filhos/as de pais de primeiro casamento, pelo fato de os casais participantes do presente estudo de mestrado estarem também em sua primeira união oficial.

Os autores constataram que a principal fonte de conflitos no âmbito familiar é o dinheiro. No caso dos/as filhos/as de primeira união, a falta de dinheiro e/ou excesso de gastos são identificados através da dependência da mulher e dos/as filhos/as de um único provedor, o que gera raiva e irritabilidade. As brigas entre os pais começam por qualquer coisa e depois são direcionadas para a situação financeira. A intensidade dos conflitos está vinculada à suficiência ou insuficiência do dinheiro no cotidiano. Tanto a mãe quanto os/as filhos/as não questionam o provedor e procuram manter a situação de privilégios através de diferentes tipos de alianças. A

mãe, nesse tipo de estrutura familiar, aparece essencialmente como dependente do marido (Toloi & Souza, 2009).

O segundo grande tema de conflitos conjugais foi a educação dos/as filhos/as ou prática educativa. Para os/as filhos/as de primeira união, a mãe acompanha o monitoramento das atividades no cotidiano, o que aumenta a frequência de brigas entre mães e filhos/as, assim como o conhecimento dos/as filhos/as por parte das mães. A terceira categoria foi o estilo de parentalidade. Para os/as filhos/as de primeira união, o aspecto mais mencionado foi a falta de atenção dos pais. O excesso de trabalho aparece como uma variável que gera distanciamento entre os pais e entre pais e filhos/as. Por último, os/as filhos/as de primeira união apontaram a presença de grande interferência da família extensa e de amigos como fatores intensificadores de conflitos conjugais (Toloi & Souza, 2009).

No estudo de Braz e colaboradores (2005), a maioria dos/as cônjuges revelou que sente incômodo com aspectos pessoais do/a companheiro/a, fator responsável por 50% dos conflitos. Outra fonte alta de conflito mencionada estava relacionada com aspectos específicos do relacionamento familiar e social (21%). A divisão de trabalho doméstico estabelecida pelo casal foi responsável por 11% dos desentendimentos, enquanto a forma de administrar o orçamento familiar foi responsável por 7%. O tipo de relacionamento sexual foi motivo de 7% dos conflitos vivenciados.

Na pesquisa de Bereza e colaboradores (2005) foi investigada a influência da comunicação no relacionamento conjugal, com casais residentes no estado de Paraná. As autoras concluíram que a comunicação influencia o relacionamento conjugal, tanto no sentido de beneficiá-la, quanto de prejudicá-la. Ela pode gerar maior intimidade e satisfação conjugal; ou pode desencadear distanciamento e conflito entre os parceiros.

Miranda-Martins (2006) se propôs estudar as experiências conjugais e profissionais de cinco casais de dupla-carreira. Diferenças de gênero foram constatadas na forma como homens e mulheres lidam com a interação entre casamento e trabalho. As mulheres apresentaram níveis mais altos de conflito nesse âmbito do que seus cônjuges. Os conflitos centrais apresentados pelas entrevistadas diziam respeito à experiência de fragmentação da identidade, culpa, esquecimento de si, inibição para o trabalho, e outras questões relativas à saúde física e mental, tais como ansiedade, *stress* e depressão. Os homens, por sua vez, relataram desgastes gerados na relação conjugal em virtude da administração de vários contextos de atuação e do trabalho da esposa.

A partir dos estudos realizados com a população brasileira, pode-se constatar que os principais motivos de conflito fazem referência às seguintes dimensões:

1. Cuidado e educação dos/as filhos/as (Braz & cols., 2005; Garcia & Tassara, 2003; Mosmann & Falcke, 2011; Toloí & Souza, 2009);
2. Questões financeiras (Braz & cols., 2005; Garcia & Tassara, 2003; Mosmann & Falcke, 2011; Toloí & Souza, 2009);
3. Problemas decorrentes do trabalho de um ou ambos os cônjuges (Garcia & Tassara, 2003; Miranda-Martins, 2006; Toloí & Souza, 2009);
4. Questões domésticas (Braz & cols., 2005; Garcia & Tassara, 2003; Mosmann & Falcke, 2011);
5. Dilemas em relação ao tempo que desfrutam juntos (Mosmann & Falcke, 2011);
6. Relacionamento com outros membros da família (Garcia & Tassara, 2003; Toloí & Souza, 2009).

Este capítulo teve como foco introduzir o conceito de conflito conjugal e apresentar pesquisas que investigaram as principais fontes de conflito entre casais. Todos os casais enfrentam desavenças ao longo das fases do ciclo vital. Estresse e conflitos estão presentes na vida pessoal, conjugal, familiar e nas várias áreas da vida social, como por exemplo no trabalho e nas diversas instituições às quais uma pessoa pertença. Pesquisas relatadas deixaram evidente que a presença de conflito não é, em si, um fator negativo ou positivo. O desafio é encontrar estratégias adequadas para lidar com os vários tipos de conflito presentes no cotidiano da vida.

CAPÍTULO 3

ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO CONJUGAL

No senso comum, muitas vezes prevalece a concepção de que um casal saudável é aquele que não possui conflitos (Mosmann & Falcke, 2011). A diferença entre casais infelizes e felizes, contudo, não está na ausência do conflito, mas na forma como os casais enfrentam os conflitos. Tal processo de enfrentamento pode fazer a diferença entre a estabilidade, por um lado, e a dissolução das uniões, pelo outro (Gottman, 1994/2007; Mitnick, Heyman & Slep, 2009; Mosmann & Falcke, 2011). Enquanto os casais ‘infelizes’ parecem envolver-se em longas cadeias de reciprocidade negativa, os casais ‘felizes’ apresentam mais positividade e aprovação durante o conflito, e menos discordância e críticas (Bolze, 2011).

Do ponto de vista clínico, casais que vivenciam conflitos, mas têm habilidades para negociar e resolvê-los, são considerados saudáveis. A boa habilidade de resolução de conflitos tem sido apontada também como um dos aspectos importantes para a qualidade e satisfação no casamento ao longo do tempo (Bolze, Schmidt, Crepaldi & Vieira, 2013; Mosmann & Falcke, 2011; Paleari & cols., 2010; Whitton, Waldinger, Schulz, Allen, Crowell & Hauser, 2011). Dong e Li (2007) identificaram que mulheres com maiores níveis de satisfação conjugal tinham maior confiança de que os problemas poderiam ser resolvidos, e que não deviam ser evitados. Tal constatação corrobora a relação entre qualidade conjugal e tipos de estratégias de resolução de conflitos.

3.1. Estratégias: para além do conflito

O conceito de estratégia tem múltiplos significados. Ela pode ser definida como o meio utilizado por uma pessoa para levar o outro a pensar, sentir ou agir de um modo que nem sempre partiria espontaneamente dele/a. Tais estratégias têm caráter relacional e podem variar de acordo com atores ou contextos nos quais as ações se desenvolvem. Estratégias podem ser entendidas também como posições ou ações que são tomadas em relação a algo ou a alguém. Ainda, podem ser definidas como ações antecipadas cuja intenção é evitar um resultado indesejado por um ou vários membros da família. É o meio ou ação de enfrentamento utilizado para lidar

com ou transformar um determinado problema. A escolha de uma dada estratégia depende do problema a partir do qual são elaboradas as opções de resposta (Garcia & Tassara, 2001).

Identificar aquilo que se deve evitar na relação demanda que cada cônjuge defina, previamente, o que é esperado ou desejado. O problema e as possibilidades ou não de sua superação seriam, portanto, o resultado da análise reflexiva entre o esperado, o desejado e/ou indesejado em um relacionamento. Devido à uma delimitação imprecisa, a definição do problema pode ficar inconclusa, o que poderia acionar também estratégias provisórias. Nesse sentido, tanto a estratégia quanto o problema constituem manancial semântico e dialético de análise da relação conjugal (Garcia & Tassara, 2001).

3.2. Problemas e Estratégias: elementos indissociáveis

Existem diversas acepções para a palavra “problema”. Os problemas podem ser de natureza matemática, lógica, científica, filosófica, psicológica, religiosa, antropológica, entre outras. Neste trabalho, será focado o conceito de problema a partir do âmbito relacional e conjugal.

Na vida a dois, o que é considerado problema está circunscrito ao distanciamento ou à aproximação em relação a um padrão de desejabilidade ou projeto conjugal, definido histórica e socialmente. Esse padrão configura aquilo que pode e não pode ser alcançado em uma relação afetivo-sexual. As possibilidades e limites de superação desses problemas são questões reflexivas influenciadas pelas transformações que têm ocorrido no cenário social (Giddens, 1997). Essas transformações geram ansiedades nas pessoas e impõem demandas para as quais é preciso buscar respostas de enfrentamento. Tais demandas e ansiedades são constantes, o que exige a busca, também constante, de algum tipo de alívio ou solução. As soluções, por sua vez, são transitórias, o que gera insegurança quanto à durabilidade de coisas e de relações (Giddens, 1992).

Aquilo que constitui um problema, portanto, está intimamente ligado às possibilidades de sua solução, podendo ser definido como *“tarefas sobre as quais se pode fazer algo ou sobre as quais se pode e deve descobrir o que fazer”* (Bauman, 1998, p. 212). Tal fato implica que muitos problemas ou conflitos são antecipados

porque foram definidos socialmente. Os problemas se constroem no bojo da interação entre as pessoas, a partir da qual emergem sentidos e práticas.

É a construção e expressão de falas sociais que oferece os recursos para que cada pessoa reconheça se vive, ou não, um problema. Cada pessoa traz consigo duas imagens simultâneas: aquilo que se coloca como ideal e é, portanto, desejável, e aquilo que se vive na relação consigo mesmo/a e com os outros. A distância entre ambas as imagens, o desejado e o vivido, pode resultar no questionamento ou na vivência de “se ter um problema”. Essa constatação indicaria a consciência individual ou coletiva de que é possível existir/construir uma situação diferente da atual, que seja socialmente valorizada (Garcia & Tassara, 2003).

Os valores sociais e a reflexividade mediada pelos imperativos sócio-normativos do momento histórico influenciam, portanto, aquilo que em uma relação conjugal é ou pode ser considerado como problema. Esse último encontra-se no ponto médio entre o desejado e o risco de não alcançá-lo ou mantê-lo. Os problemas, portanto, originam-se na esfera da ideologia, que configura possibilidades, riscos e expectativas (Garcia & Tassara, 2003).

O que constitui e não constitui um problema pode variar de acordo com as possibilidades de solução para uma dada situação. Pode variar também de acordo com quem observa ou quem vive as relações interpessoais. Nesse sentido, considera-se também a categoria não-problema. Em um relacionamento conjugal, por exemplo, nem sempre o que é definido por um/a cônjuge como um problema, constitui um problema para o outro (Garcia & Tassara, 2003).

Da mesma maneira, um/a observador/a pode identificar algum problema na interação entre um casal, que não é vivido como tal por eles. Em muitos casos, a colocação de situações cotidianas conflituosas na categoria de não-problema pode revelar uma estratégia de evitação, temporária ou não, de tal situação. Pode ainda indicar, que as soluções disponíveis se distanciam do futuro projetado para aquela relação (Garcia & Tassara, 2003).

O fato é que a presença de conflitos é inerente às relações (Boas & cols., 2010; Falcke & cols., 2013; Gottman & Silver, 2000; Heyman & cols., 2009; McCoy & cols., 2009; Mosmann & Falcke, 2011; Valor-Segura & cols., 2010). Conflitos se estruturam a partir do distanciamento entre a idealização do amor romântico e o cotidiano da relação afetivo-sexual. Casais podem vivenciar impasses e encontrar dificuldades para resolver seus conflitos em fases distintas do ciclo vital (Carter &

McGoldrick, 1995/2001). Nesse contexto, inserem-se os/as especialistas que atuam como mediadores/as e são responsáveis por auxiliarem os casais tanto em identificar o problema que aflige um ao outro, quanto em encontrar soluções (Bauman, 1999; Giddens, 1991).

Ao serem produzidos novos problemas, a demanda pela ação especializada aumenta, o que retroalimenta todo o processo. A existência de soluções disponíveis, por sua vez, potencializa o desconforto pessoal, visto que é inadequado viver com um problema resolvível. É dever de cada um/a buscar estratégias para a superação dos problemas devido à sua condição remediável, o que criaria, por sua vez, um manancial semântico de novos problemas (Bauman, 1999). Esses últimos estariam, assim, circunscritos social e historicamente.

As transformações que têm ocorrido nos níveis micro e macrosocial impactam o projeto de conjugalidade das pessoas. Esse processo retroalimenta a demanda pela participação dos/as especialistas das áreas de Psicologia, Serviço Social, Sociologia, entre outras, no sentido de mapearem os fatores que seriam preditivos do sucesso ou fracasso em uma relação afetivo-sexual (Giddens, 1997).

Os problemas podem, portanto, ser definidos a partir de uma lógica dialética de inclusão/exclusão. Situações ou pessoas que ponham em risco uma condição de desejabilidade – ou percepção de inclusão – podem constituir-se em problema. A iminência ou constatação de exclusão, como situação geradora de ansiedade, motiva a pessoa a buscar estratégias de ação que permitam minimizar ou superar tal situação (Garcia & Tassara, 2001).

A definição de problema pode envolver três etapas: sua identificação inicial, as opções de enfrentamento e uma avaliação posterior para verificação da superação ou não da condição inicial. Em todas as fases, o problema tem cunho pessoal, social e ideológico. Pode existir também correlação entre o problema e as ações de enfrentamento para sua redução ou eliminação. Tais ações de enfrentamento constituem mecanismos individuais ou coletivos que se originam em processos dialógicos, presentes ou ausentes do contexto situacional (Garcia & Tassara, 2003).

3.3. Tipos de estratégia de resolução de conflito conjugal

As pesquisas acerca do tema de conflitos conjugais têm focado tradicionalmente em duas estratégias que os casais usualmente utilizam para lidar com as desavenças: interação construtiva e interação destrutiva. A interação construtiva é

caracterizada por manifestações de comportamentos que refletem compromisso, negociação, cooperação e tentativas ativas de resolução de conflito. Demonstrações de apoio e afeição verbal e/ou física, pedidos de desculpas, disponibilidade para ceder, presença de humor, empatia, escuta ativa, sintonia com os sentimentos do outro, expressão de conhecimento e validação da perspectiva do/a parceiro/a e disposição para conversar sobre o conflito são alguns exemplos de interação construtiva (Boas & cols., 2010; Falcke & cols., 2013; Gottman, 1991; McCoy & cols., 2009; Paleari & cols., 2010; Whitton & cols., 2011).

Nas interações construtivas, a comunicação se caracteriza por ser aberta e direta, na qual os interesses de ambos os cônjuges são levados em consideração (Boas & cols., 2010; Falcke & cols., 2013; Gottman, 1991; McCoy & cols., 2009; Paleari & cols., 2010; Whitton & cols., 2011). As interações construtivas implicam, portanto, em uma postura de priorizar o relacionamento, em detrimento dos aspectos individuais de cada cônjuge (Falcke & cols., 2013).

Parceiros que lidam com o conflito de forma construtiva, com uma comunicação mais positiva e com menos interações negativas, criam um ambiente que permite altos níveis de revelações pessoais, essenciais para a intimidade. Estratégias construtivas de resolução de conflitos predizem, portanto, relações conjugais mais saudáveis (Paleari & cols., 2010). A vivência saudável da conjugalidade envolve a capacidade de identificar e reconhecer as próprias necessidades e as necessidades do/a parceiro/a, a habilidade de negociação de diferenças, a capacidade de ceder e de assumir compromissos e a utilização de estratégias adequadas de resolução de conflitos (Diniz, 2011).

A interação destrutiva, por outro lado, é caracterizada por estratégias de resolução baseadas na evitação do conflito, manipulação, ameaça, coerção, assim como na utilização de insultos, desqualificações, ou ataques dirigidos ao/a parceiro/a, nos quais estão contidas críticas e hostilidade (Boas & cols., 2010; McCoy & cols., 2009; Paleari & cols., 2010). A agressão física, sexual e/ou psicológica é representativa desse tipo de interação (Falcke & cols., 2013).

As estratégias de resolução de conflitos destrutivas têm sido associadas à menor qualidade conjugal e maior número de divórcios (Gottman, 1994/2014; Whitton & cols., 2011). Elas aumentam a insatisfação conjugal e o estresse na relação (Paleari & cols., 2010). A insatisfação conjugal, por sua vez, eleva em 35% as chances de uma pessoa adoecer, podendo até mesmo encurtar o tempo de sua vida em

cerca de quatro anos (Gottman & Silver, 2000). Tais consequências podem ser explicadas pela sensação de irritação crônica decorrente da insatisfação, com decréscimo do nível de funcionamento do sistema imunológico. Isso favorece, por sua vez, o aparecimento de enfermidades físicas, tais como doenças cardíacas e hipertensão, além de problemas psicossociais como depressão, abuso de substâncias químicas, suicídio e homicídio (Oliveira, Falcone & Ribas, 2009).

Os conflitos conjugais podem variar desde discordâncias facilmente solucionáveis, que causam apenas certo incômodo e irritação, até episódios de agressão e violência verbal, emocional ou física. A presença desse tipo de episódio pode comprometer a saúde mental e física das pessoas envolvidas (Benetti, 2006; Bolze, 2011; Bolze & cols., 2011, 2013; Fincham, 2003; Gottman & Silver, 2000; Mosmann & Falcke, 2011; Paleari & cols., 2010).

Entre os padrões de resolução de conflitos destrutivos estão presentes, portanto, as diferentes formas de violência conjugal. De fato, a presença de violência pode ser entendida como expressão máxima de disfuncionalidade entre o casal. A tipologia mais utilizada nos estudos sobre violência conjugal são a física, a psicológica e a sexual (Falcke & cols., 2013). Com a promulgação, pelo governo brasileiro, da Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha (Presidência da República, 2006), foram incluídas também a violência patrimonial e a violência moral. O objetivo de tal Lei é oferecer medidas de prevenção, assistência e proteção a mulheres vítimas de violência doméstica (Diniz, 2011; 2013).

De acordo com o artigo 7º da Lei Maria da Penha, a violência física está relacionada a condutas que afetam a integridade ou a saúde corporal de mulheres. A violência psicológica, por sua vez, diz respeito a condutas que causam danos emocionais e perturbam o pleno desenvolvimento da pessoa. Estão incluídas nesse tipo de violência o uso de ameaças, constrangimentos, humilhações, manipulações, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização e exploração (Presidência da República, 2006).

A violência sexual inclui condutas que constroem mulheres a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidações, ameaças, coações ou o uso da força. Inclui também condutas que induzem mulheres a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, ou que as impedem de usar qualquer método contraceptivo. Além disso, são consideradas condutas sexualmente violentas aquelas que forcem as mulheres ao matrimônio, à gravidez, ao

aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limitem ou anulem o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (Presidência da República, 2006).

A violência patrimonial é definida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer as necessidades de mulheres e sua prole. Por último, a violência moral diz respeito a qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Presidência da República, 2006).

Alguns e algumas pesquisadores/as propõem uma diferenciação na compreensão da violência, em função da direcionalidade da agressão conjugal (Duarte, 2005; Straus, 2007; 2011). No padrão de violência unidirecional, os homens assumem preponderantemente a posição de agressores e as mulheres de vítimas. Tal padrão é geralmente encontrado em populações clínicas ou em dados de denúncia de violência e se expressa na forma de abuso, pautado no uso da força física (Schraiber, D'Oliveira & Franca Júnior, 2008; Straus, 2011).

A violência bidirecional, por outro lado, é resultado de uma escalada, na qual a agressão emerge como a última tentativa de resolução de conflitos após uma sequência de trocas ofensivas e hostis entre os cônjuges (Duarte, 2005; Straus, 2007; 2011). As pesquisas realizadas com a população em geral evidenciam a preponderância da bidirecionalidade na violência conjugal, na qual homens e mulheres exercem tanto o papel de agressores/as, quanto de vítimas (Hines & Douglas, 2010; Renner & Whitney, 2012). Tal fato reflete a importância de considerar o conflito conjugal e suas formas de resolução um preditor de violência nos relacionamentos conjugais (Marshall, Jones & Feinberg, 2011).

Os casais, de forma geral, oscilam entre o uso de estratégias construtivas e destrutivas. Não obstante, o predomínio de estratégias construtivas utilizadas por ambos, mesmo quando coexistem com padrões negativos de resolução de conflitos, permite a interrupção e evita a cristalização de um ciclo interacional negativo. Por outro lado, os casais que utilizam predominantemente estratégias destrutivas tendem a enrijecer sua relação, ao adotarem com frequência respostas com alta carga emocional negativa. A frequência de tais respostas configura um processo difícil de ser interrompido e de risco para o estabelecimento de interações violentas (Falcke & cols., 2013).

Apesar de as interações construtivas e destrutivas estarem negativamente associadas, não são extremos opostos de um *continuum*. A ausência de estratégias negativas não necessariamente indica a utilização de estratégias positivas, tal como evidenciado por casais que evitam o conflito por meio do afastamento das áreas de desacordo (Whitton & cols., 2011). Os processos e os resultados inerentes à combinação de estratégias positivas e negativas, assim como a tendência de um dos parceiros a adotar mais de um tipo de comportamento, ainda são pouco conclusivos (Falcke & cols., 2013).

Em síntese, a adoção de estratégias de resolução de conflitos que refletem compromisso com a relação, em detrimento de estratégias agressivas ou evasivas, está relacionada a uma resolução de conflitos mais efetiva, assim como a uma melhor qualidade, satisfação e estabilidade do relacionamento (Duarte, 2005; Falcke & cols., 2013; Paleari & cols., 2010). Em contextos nos quais preponderam as estratégias negativas, por outro lado, ficam evidentes os reflexos deletérios à conjugalidade (Duarte, 2005; Falcke & cols., 2013; Whitton & cols., 2011) e ao desenvolvimento de problemas de saúde física e mental nos cônjuges (Bolze & cols., 2013; Brock & Lawrence, 2011; Epstein & Schlesinger, 2004; Epstein & cols., 2006; Fincham, 2003; Gouin & cols., 2009; Heyman & cols., 2009; Mosmann & Falcke, 2011; Oliveira & cols., 2009; Sbicigo & Lisbôa, 2009). A presença de indicadores de violência nas relações conjugais marca a importância de diferenciar não a presença ou a ausência de conflitos, mas sim a maneira de resolvê-los (Falcke & cols., 2013).

3.4. Tipos de pedidos de mudança

Pedir ao/à parceiro/a para mudar algum comportamento é, usualmente, o ato que demarca o início do processo de resolução de conflitos. A forma como os pedidos são realizados influencia o resultado da discussão, sendo, portanto, um fator crítico para o sucesso do relacionamento. Um pedido de mudança pode ser definido como uma afirmação que: a) expressa um problema ou alguma insatisfação com a situação atual e/ou; b) expressa o que o/a falante gostaria de mudar no outro (Mitnick & cols., 2009).

Cada demanda de mudança representa para o/a cônjuge uma nova oportunidade de reação. A ausência ou presença de resistência diz respeito a uma resposta do/a parceiro/a a um pedido de mudança que demonstra, respectivamente: a) envolvimento/abertura, ou b) isolamento/resistência. Exemplos desse último são:

abandono do local; ausência de produção verbal – silêncio ou resistência em conversar sobre determinado assunto; esquiva – negar a existência ou ser vago/a acerca de determinado problema; e falta de engajamento na discussão (Mitnick & cols., 2009).

No conceito de demandas de mudança geralmente tem sido incluídos uma variedade de tipos de pedidos, desde tentar discutir o problema e solicitar a mudança do parceiro/a, até acusar, culpabilizar e pressionar o/a cônjuge para que mude. Tais pedidos podem variar na forma como são expressos e recebidos, e nas suas consequências. Dai a relevância de distinguir entre demandas prejudiciais ao relacionamento, e aquelas que podem fortalecê-lo (Mitnick & cols., 2009).

Os pedidos podem ter diversas características. Eles podem ser vagos ou precisos, podem solicitar o aumento ou a diminuição de determinado comportamento e podem diferir na frequência com que utilizam o pronome “nós” ou os pronomes “eu/você”. Pedidos realizados de forma vaga, isto é, queixas de uma determinada situação sem elucidar a ação a ser realizada pelo outro, costumam ser um outro “problema” entre parceiros. Muitos programas de habilidades de comunicação recomendam que os pedidos de mudança sejam pontuais. Para que tenha essa característica, uma demanda deve especificar a ação que se deseja do outro (Mitnick & cols., 2009).

Outra característica importante dos pedidos são as diferenças sutis na linguagem que os casais utilizam para conversarem entre si, as quais têm sido correlacionadas a percepções que ambos têm da relação. A utilização de pronomes da primeira pessoa do plural, por exemplo, “nós” ou “nosso” reflete uma experiência comum e pode ser indicador de intimidade, proximidade e envolvimento com o outro. A utilização de pronomes na primeira ou na segunda pessoa do singular “eu/você”, por sua vez, reflete experiências de caráter individual (Seider, Hirschberger & Levenson, 2009).

Parceiros que utilizam com mais frequência o pronome “nós” têm demonstrado mais satisfação e compromisso com o relacionamento. O uso do pronome “nós”, em detrimento dos pronomes “eu/você”, costuma fortalecer o vínculo conjugal e acentuar uma maior integração entre as identidades. O emprego de uma linguagem que favorece a conjugalidade, como por exemplo, a ênfase no casal como uma unidade, ou a diminuição da culpabilização implícita do outro pelo problema,

pode diminuir a probabilidade da reação defensiva no/a cônjuge (Mitnick & cols., 2009).

Os pedidos de mudança, contudo, nem sempre são expressos de forma explícita. Rocha-Coutinho (1994) realizou um estudo sobre as estratégias utilizadas por mulheres cariocas de diferentes faixas etárias, no qual foram identificados dois grandes tipos de pedidos de mudança: 1) formas diretas, nas quais há colocação explícita da queixa ou da insatisfação que envolve a relação; e 2) formas indiretas, nas quais a pessoa investe esforços para controlar o outro sem deixar isso de forma explícita, tais como o silêncio ou o adiamento da busca de solução de problemas.

A escolha do tipo de estratégia, seja direta ou indireta, depende da posição do/a cônjuge na relação, no que diz respeito a papéis, *status* e distribuição de poder na dinâmica relacional e familiar. Tais estratégias constituem meios informais de controlar eventos do cotidiano conjugal que afetam o projeto de casamento idealizado (Garcia & Tassara, 2001).

Garcia e Tassara (2001) citam o trabalho de Knudson-Martin e Mahoney (1998), que ao analisarem as estratégias utilizadas por casais recém-casados na busca da igualdade entre os parceiros, identificaram dois tipos de pedidos de mudança: 1) confrontação na busca pela solução do problema, estilo que abre espaço para a negociação; e 2) fuga do dilema, na qual esse último é camuflado, ignorado ou racionalizado. No discurso, essas estratégias assumem um caráter ora de enfrentamento ativo, ora de enfrentamento “camuflado” e podem resultar na fragilização de si mesmo/a ou do outro, e conseqüentemente, da relação.

A cada conflito vivenciado, cada cônjuge aprende que tipo de estratégia é útil em determinada situação. No decorrer da vida, essa aprendizagem se torna parte da linguagem verbal e não-verbal utilizada. Tais estratégias só adquirem sentido, portanto, em um determinado contexto e momento da relação.

3.5. Padrões de interação conjugal durante o conflito

Watzlawick, Beavin e Jackson (1967/2007), em trabalho clássico, apontam para a interação simétrica e complementar como dois tipos importantes de padrão comunicacional. Ambas podem ser descritas como relações baseadas na igualdade ou na diferença. A interação simétrica é caracterizada pela igualdade e a minimização da diferença e por constituir um contexto no qual os parceiros tendem a refletir o comportamento um do outro. Em contrapartida, na interação complementar as

diferenças são maximizadas, e o comportamento de um cônjuge complementa o do outro. Quando se trata de padrões comunicacionais, nenhuma declaração isolada pode ser simétrica ou complementar. A definição das funções de comunicação está na relação entre duas ou mais respostas e não na natureza de qualquer das declarações como entidades individuais.

A simetria e a complementaridade na comunicação não são intrinsecamente “normais” ou “anormais”, “boas” ou “más”. Nas palavras de Watzlawick e colaboradores (1967/2007):

Os dois conceitos referem-se, simplesmente, a duas categorias básicas em que todas as permutas comunicacionais podem ser divididas. Ambas têm funções importantes e do que se conhece sobre relações saudáveis poderemos concluir que ambas devem estar presentes, embora em mútua alternância ou operação em diferentes áreas. Como tentaremos mostrar, isto significa que cada padrão pode estabilizar o outro, sempre que um desequilíbrio ocorre em um deles; e também que não só é possível mas necessário aos dois parceiros relacionarem-se simetricamente em algumas áreas e complementarmente em outras (p. 96).

Existem também patologias potenciais associadas a esses dois tipos de comunicação, denominadas escalação simétrica e complementaridade rígida. Em uma relação simétrica saudável, os parceiros se aceitam mutuamente tais quais são, o que equivale à confirmação realista e mútua de seus respectivos “eus”, fator que leva ao respeito recíproco e à confiança no respeito do outro. Existe, porém, um perigo sempre presente de competitividade. Nos conflitos conjugais, os cônjuges facilmente passam por um padrão de escalada da frustração, até que param em virtude da exaustão física ou emocional. Na interação simétrica, a patologia caracteriza-se por uma guerra mais ou menos aberta (Watzlawick & cols., 1967/2007).

Nas relações complementares pode haver a mesma confirmação recíproca, salutar e positiva. Na complementaridade rígida, contudo, observa-se um crescente estado de frustração e desespero em um ou ambos os parceiros. Queixas de sentimentos cada vez mais assustadores de auto-alienação e despersonalização são frequentemente expressas por pessoas que sofrem esse tipo de interação (Watzlawick & cols., 1967/2007). Quando em uma discussão um dos cônjuges sempre manda e o outro obedece, o casal apresenta um comportamento complementar rígido. Por outro

lado, quando um dos cônjuges tenta manter-se à altura do outro ou de superá-lo, o casal apresenta um comportamento simétrico em escalada. Esses tipos de problemas comunicacionais podem levar os parceiros a optarem pelo divórcio (Bolze, 2011).

Existem relações de poder implicadas nos conflitos conjugais que comprometem a igualdade ou simetria das interações. Nas relações cujo poder é assimétrico, o/a cônjuge mais poderoso/a tende a atingir seus objetivos. Em contraste, quando o poder é mais igualitário entre os parceiros, tentativas de controle recíprocas são mais prováveis e as formas de resolução de conflitos são menos previsíveis. As estratégias utilizadas para lidar com os atritos conjugais, nesse caso, variam de acordo com a disposição do casal em rever suas posições iniciais para que cada parceiro, parcialmente, atinja seu objetivo. A presença ou ausência dessa postura pode significar a resolução ou não das diferenças (Bolze, 2011).

Na literatura sobre estratégias de resolução de conflitos foram identificados vários tipos de padrões de interação que os cônjuges adotam durante as desavenças, todos eles associados a estratégias destrutivas. A seguir serão descritos três tipos: a negatividade recíproca (Falcke & cols., 2013; Markman, 2004), a escalada negativa (Falcke & cols., 2013; Wagner & Mosmann, 2012) e o padrão demanda/retraimento, referido também como demanda/recuo ou exigência/evitação³ (Benetti, 2006; Boas & cols., 2010; Bolze, 2011; Christensen, Eldridge, Catta-Preta, Lim & Santagata, 2006; Falcke & cols., 2013; Papp, Kouros & Cummings, 2009).

No padrão *negatividade recíproca*, os casais utilizam um maior número de afirmações negativas e um menor número de interações positivas, e respondem mais de forma contrária, por exemplo, rebaixando-se mutuamente (Falcke & cols., 2013; Markman, 2004). Na *escalada negativa*, os casais são dominados por uma sequência de comportamentos negativos durante o conflito, que são difíceis de ser interrompidos. A tentativa de parar tal sequência geralmente vem acompanhada de outros sentimentos contraproducentes, que alimentam e mantêm o ciclo (Falcke & cols., 2013; Gottman, 1994/2014; Wagner & Mosmann, 2012).

No padrão de *demanda/recuo* ou *exigência/evitação*, um membro do casal tenta discutir sobre um assunto e o outro o ignora, evita a conversa ou simplesmente se recusa a dialogar (Falcke & cols., 2013). A busca pela mudança dos comportamentos do/a parceiro/a, por outro lado, pode ser realizada por meio de

³ Traduções da expressão em inglês *Demand/Withdraw*

exigências, demandas intensas e críticas, o que pode provocar o desinteresse e afastamento do/a cônjuge, que passa a calar-se ou evitar a situação (Benetti, 2006). Esse padrão tem sido considerado o mais nocivo ao relacionamento e o menos eficaz na resolução do conflito (Falcke & cols., 2013).

O padrão demanda/recuo pode estar associado ao sexo. Christensen e colaboradores (2006) realizaram uma pesquisa *cross-cultural* com 363 participantes de quatro diferentes países – Brasil, Itália, Taiwan e Estados Unidos. Os autores encontraram que a probabilidade de as mulheres demandarem e os homens recuarem é maior do que a de os homens demandarem e as mulheres recuarem. Foram identificadas diferenças entre os parceiros no que diz respeito ao desejo de intimidade *versus* independência. Tais diferenças se mostraram associadas ao padrão demanda/recuo.

O estudo de Papp e colaboradores (2009), por outro lado, aponta para resultados contrários. Os autores realizaram observações no domicílio de 116 casais norte-americanos, com o objetivo de identificar se havia diferenças de sexo no padrão demanda/recuo. Os resultados indicaram que tal padrão pode acontecer de forma equilibrada entre os parceiros. Na tentativa de defender os próprios interesses, o/a cônjuge que inicia o conflito teria mais chance de assumir o papel de demanda. No que diz respeito à satisfação conjugal, os autores apontaram para o fato de o padrão demanda/recuo predizer emoções negativas durante as interações conjugais e ter menores chances de resolução efetiva de conflitos.

Independentemente de qual dos dois cônjuges demanda ou recua, há consenso entre os/as pesquisadores/as que quem recua passa ao outro a mensagem de que sua opinião ou ponto de vista não é válida ou importante. A cristalização desse padrão no relacionamento retroalimenta o sentimento mútuo de não ser compreendido/a (Falcke & cols., 2013; Weger, 2005). Tal padrão está associado a maior negatividade e a menor qualidade do vínculo conjugal (Christensen & cols., 2006; Stanley, Markman & Whitton, 2002).

3.6. Consequências das estratégias de resolução de conflito conjugal para o desenvolvimento dos/as filhos/as

A forma como os conflitos são resolvidos pelo casal parental pode favorecer ou atrapalhar o processo de desenvolvimento dos/as filhos/as. A presença das desavenças no funcionamento familiar, por si só, não está necessariamente associada

a dificuldades no ajustamento das crianças e dos/as adolescentes. Os efeitos dos atritos conjugais no desenvolvimento infantil e dos/as jovens dependem das características específicas das quatro dimensões do conflito, isto é, sua frequência, intensidade, conteúdo e estratégias utilizadas para sua resolução (Benetti, 2006; Koss, George, Bergman, Cummings, Davies & Cicchetti, 2011).

Nos contextos em que os conflitos são resolvidos de forma satisfatória entre o casal, essa competência pode gerar importantes processos de amadurecimento cognitivo e emocional nos/as filhos/as, pois servem de modelo para as próprias relações que eles/as estabelecem com seu meio e com os próprios pais. A utilização de estratégias construtivas, caracterizadas pela presença de afeto, busca de soluções e compromisso durante o conflito, aumenta a confiança dos/as filhos/as de que as dificuldades que eventualmente possam surgir entre os pais serão resolvidas de forma a manter a harmonia familiar (Benetti, 2006; Koss & cols., 2011; McCoy & cols., 2009).

Ações que evidenciam esforços de resolução de conflitos, demonstrações de apoio e busca de alternativas e explicações sobre os acontecimentos aos/as filhos/as, sejam crianças, adolescentes e/ou adultos/as, favorecem o seu desenvolvimento emocional, pois indicam que as dificuldades podem ser trabalhadas e discutidas.

No contexto em que os pais utilizam táticas de negociação nas quais prevalecem o respeito mútuo e o estabelecimento de acordos em que cada uma das partes cede um pouco, a prole, possivelmente, agirá da mesma maneira em situações semelhantes. A utilização pelos cônjuges de estratégias construtivas de resolução de conflitos ajuda os/as filhos/as a desenvolverem habilidades de resolução de conflitos adequadas e construtivas e reduz a probabilidade de apresentarem comportamentos agressivos (Benetti, 2006; Boas & cols., 2010; Bolze, 2011; McCoy & cols., 2009).

Padrões negativos de resolução de conflitos, contrariamente, podem provocar efeitos danosos ao desenvolvimento e à saúde dos/as filhos/as. Condutas destrutivas por parte do casal parental originam situações adversas que interferem nas relações parentais e na socialização das crianças e adolescentes de forma geral. Tais condutas envolvem agressão verbal e física, conflitos não verbais com distanciamento afetivo parental durante o episódio, agressão a objetos, hostilidade, conflitos envolvendo os/as filhos/as e ameaças à integridade física e emocional da família (Benetti, 2006; Boas & cols., 2010; Bolze, 2011; Koss & cols., 2011; McCoy & cols., 2009).

Filhos/as que presenciam a ocorrência de intensos conflitos entre os pais, caracterizados por posturas evitativas ou comportamentos hostis, com uso de agressões verbais e/ou físicas, correm o risco de apresentar dificuldades emocionais, físicas e sociais ao longo do ciclo vital (Benetti, 2006; Bolze, 2011). Tais dificuldades dizem respeito à baixa autoestima, interação pobre com pares, depressão, ansiedade, problemas de saúde, distúrbios de sono, agressão e delinquência (Boas & cols., 2010; McCoy & cols., 2009).

Crianças, adolescentes ou mesmo jovens adultos/as vítimas de violência familiar, ao observarem comportamentos agressivos entre os pais na resolução de conflitos, podem vir a fazer uso das mesmas estratégias no convívio social com os/as colegas. Ao serem expostos/as diariamente à violência, eles/as aprendem que a solução de problemas pode ser alcançada através do uso de estratégias agressivas. A agressão entre os pais, quando testemunhada pelos/as filhos/as, pode predizer a tendência à repetição dos padrões de violência, assim como a ocorrência de desajuste psicológico na vida adulta (Benetti, 2006; Mosmann & Falcke, 2011).

O estudo longitudinal realizado por Tschann, Pasch, Flores, Marin, Baich e Wibbelsman (2009) junto a 150 adolescentes americanos de origem europeia ou mexicana, com idades entre 16 e 20 anos, apontou que quando a frequência dos conflitos era alta, os pais eram mais agressivos verbalmente e utilizavam piores estratégias de resolução de conflito. Seus/suas filhos/as, por sua vez, estiveram mais envolvidos/as em relacionamentos amorosos violentos no período de um ano. Fica evidente a importância e o impacto dos estilos de resolução de conflitos adotados pelos pais na vida dos/as filhos/as.

Desde uma perspectiva diferente, Whitton e colaboradores (2011) realizaram um estudo longitudinal com o objetivo de avaliar a relação entre os padrões de resolução de conflitos da família de origem e os padrões de resolução de conflitos dos/as seus/suas filhos/as na idade adulta. Para isso, foram utilizadas medidas observacionais durante discussões tanto na família de origem – quando os/as filhos/as tinham 14 anos de idade – quanto entre parceiros casados ou cohabitantes, dezessete anos depois. A amostra final do estudo foi composta por 47 participantes, entre os/as quais 15 de um grupo clínico e 32 de um grupo não-clínico. Quarenta casais, quantidade equivalente a 85% da amostra, estavam formalmente casados e sete eram cohabitantes. A média de tempo de relacionamento foi de 4,6 anos.

Whitton e colaboradores (2011) encontraram que os padrões de resolução de conflitos da família de origem durante a adolescência predizem padrões semelhantes de resolução de conflitos conjugais na vida adulta. Também encontraram que estratégias de resolução de conflitos destrutivas indicam mais fortemente o declínio da relação marital, do que a ausência de estratégias construtivas. As interações destrutivas durante os conflitos conjugais não somente são danosas para o casamento. Quando utilizadas no contexto familiar, também podem influenciar negativamente as habilidades futuras de comunicação construtiva dos/as filhos/as com seus parceiros/as amorosos/as.

Os resultados também sinalizam que a exposição à padrões de interação destrutivos durante a adolescência tem uma forte relação tanto com a ausência de padrões construtivos, quanto com a presença de padrões destrutivos no casamento. Os autores apontam como possível explicação o fato de que experimentar hostilidade durante os conflitos na família de origem pode influenciar a postura de evitar discussões, que sinaliza baixo engajamento com a relação, assim como a hostilidade propriamente dita, em futuros relacionamentos (Whitton & cols., 2011).

Os autores não encontraram diferenças quanto ao sexo dos/as participantes na relação entre a presença de hostilidade na família de origem e no relacionamento conjugal. Homens e mulheres que viveram padrões de interação destrutivos quando eram adolescentes tiveram iguais probabilidades de desenvolver interações maritais hostis. Contudo, para os homens, a exposição à hostilidade na família de origem esteve relacionada a um ajustamento conjugal mais empobrecido (Whitton & cols., 2011).

Os resultados sugerem que as interações hostis são um mecanismo de transmissão intergeracional de funcionamento relacional para os homens. Tal fato significa que o risco de esses últimos terem prejuízos nos relacionamentos conjugais pode ser maior do que para as mulheres, caso vivenciem estratégias de resolução de conflitos destrutivas em suas famílias de origem. Whitton e colaboradores (2011) advertem que a ausência de resultados significativos para o sexo feminino e para as estratégias construtivas de resolução devem ser interpretados com parcimônia, dado o tamanho reduzido da amostra.

A compreensão de que as estratégias de resolução de conflitos destrutivas refletem, em parte, padrões de interação aprendidos ao longo do tempo, mais do que

simples respostas a problemas relacionais atuais, pode ser útil clinicamente, especialmente quando se trata de conflitos que resistem a tratamento terapêutico. Os achados também apontam para a importância de intervenções baseadas na família para promover uma comunicação saudável entre pais e filhos/as, que não somente melhore o funcionamento atual entre eles, como também possa prevenir possíveis disfunções nos relacionamentos conjugais dos/as filhos/as na fase adulta (Whitton & cols., 2011).

Whitton e colaboradores (2011) concluem que as estratégias que as famílias utilizam para resolver suas diferenças estão fortemente relacionadas às futuras experiências de sua prole em relacionamentos amorosos adultos. Em outras palavras, as estratégias de resolução de conflitos dos adultos são aprendidas na família de origem. Essa conclusão é importante para a nossa compreensão da transmissão potencial de tais padrões ao longo de múltiplas gerações.

3.7. Estudos sobre estratégias de resolução de conflito conjugal

De forma geral, estudos mostram que casais com altos níveis de estresse ou sofrimento na relação, comparados àqueles que não apresentam esse estado relacional, iniciam as conversações com maior hostilidade, assim como se comportam de forma mais negativa durante as desavenças. Além disso, são mais propensos a escalar o conflito e a levar adiante essas trocas hostis por um período de tempo mais prolongado. Tendem, ainda, a apresentarem menos comportamentos positivos e a estarem mais propensos a responder a demandas de mudanças por parte do parceiro/a com isolamento/recuo e/ou resistência. A adoção de tais posturas pode resultar em efeitos danosos e prolongados ao sistema imunológico e à saúde (Heyman & cols., 2009).

3.7.1. Estudos internacionais

Heyman e colaboradores (2009) realizaram um estudo com 453 casais da cidade de New York, que viviam juntos por pelo menos um ano, e que eram também pais de criança/s de 3 a 7 anos de idade. O objetivo da pesquisa foi investigar as mudanças desejadas por mulheres e homens no relacionamento e as formas como eles se comportam quando tentam discutir essas possíveis mudanças.

Heyman e colaboradores (2009) encontraram que existe uma interação entre gênero e quem inicia a discussão. Apesar de as mulheres terem sido mais negativas do que os parceiros tanto nas conversas iniciadas por eles quanto nas conversas iniciadas por elas, foram significativamente menos negativas durante as conversas iniciadas por eles do que quando elas mesmas tomavam a iniciativa. Tal fato significa que as habilidades de comunicação podem variar de acordo com quem inicia a discussão. A forma de homens e mulheres conversarem sobre conflitos é influenciada, portanto, por quem deseja a mudança.

Mitnick e colaboradores (2009), em outro estudo com os/as mesmos/as participantes da pesquisa de Heyman e colaboradores (2009), tiveram como objetivo identificar as características de pedidos de mudança que podem ter um efeito diferencial nas reações de isolamento/resistência do/a parceiro/a, assim como na resolução de problemas e na satisfação com o relacionamento. Os autores encontraram que demandas de diminuição do comportamento do cônjuge por parte das esposas e de aumento do comportamento da cônjuge por parte dos esposos incrementaram a resistência imediata no/a respectivo/a parceiro/a.

As demandas de mudança que enfatizavam o pronome “você” aumentaram a resistência imediata tanto dos esposos quanto das esposas. Somente os pedidos que utilizaram o pronome “nós” por parte das esposas resultaram em supressão da resistência. Os autores observaram que as mulheres faziam maior quantidade de pedidos de mudança. Elas, e não os homens, eram mais propensas a responderem a esses pedidos com o padrão de isolamento/resistência (Mitnick & cols., 2009).

Mulheres, além disso, utilizavam com mais frequência o pronome “você” nas solicitações, os quais eram mais prováveis de acontecer durante o tema de conversação escolhido por elas. Os autores concluíram que fazer pedidos de mudança de forma específica e utilizar o pronome “nós” diminui a resistência do/a parceiro/a, assim como está associado a uma melhor resolução dos problemas e a uma maior satisfação com o relacionamento no caso das mulheres (Mitnick & cols., 2009).

Seider e colaboradores (2009) realizaram um estudo junto a 154 casais no estado de Califórnia, de meia idade – 40 a 50 anos, com pelo menos quinze anos de duração de relacionamento, e mais velhos – 60 a 70 anos, com pelo menos trinta e cinco anos de duração. Todos eles estavam no seu primeiro casamento. O objetivo da pesquisa foi determinar se os tipos de pronomes pessoais utilizados por casais quando

tentam resolver um conflito conjugal refletem a natureza emocional de suas interações e sua satisfação conjugal.

Seider e colaboradores (2009) encontraram que o uso de pronomes está relacionado à qualidade emocional da interação e à satisfação conjugal. O uso do pronome “nós”, indicativo de interdependência, responsabilidade compartilhada e parceria entre o casal, esteve associado a interações caracterizadas por altos níveis de afeto positivo e por baixos níveis tanto de afeto negativo, quanto de estimulação cardiovascular.

O afeto positivo foi operacionalizado como interesse, humor, validação dos sentimentos do/a cônjuge e alegria; e o afeto negativo como raiva, desprezo, medo/tensão/preocupação, tristeza, controle e queixas. No contexto de discussões maritais, quando um/a cônjuge utiliza o pronome “nós”, o efeito tranquilizador ou de regulação emocional acontece unicamente no/a parceiro/a que tem o papel de ouvinte (Seider & cols., 2009).

O uso de pronomes “eu/você”, por outro lado, foi indicativo de independência e de foco na individualidade dos/as cônjuges, e foram associados a interações caracterizadas por elevados níveis de afetos negativos e a casamentos menos satisfatórios. Tais associações foram igualmente fortes tanto nos/as parceiros/as falantes quanto nos/as ouvintes. O uso de pronomes “eu/você” é, dessa forma, particularmente tóxico nos casamentos, na medida em que influencia ambos os cônjuges (Seider & cols., 2009).

Seider e colaboradores (2009) também encontraram que casais mais velhos utilizam uma maior quantidade do pronome “nós” do que casais da meia idade. Tais evidências sugerem que casais mais velhos têm um sentido mais desenvolvido de identidade compartilhada do que casais mais novos. Esse comportamento pode ser relacionado ao fato de estarem em relacionamentos de maior duração, terem mais experiência no enfrentamento de adversidades, de resolução de problemas, assim como de superação de crises, e de terem compartilhado mais alegrias, como a celebração de conquistas dos/as filhos/as, por exemplo.

O fato é que todos esses fatores estão interligados e afetam a percepção que os cônjuges têm do casamento. Essas experiências coletivas levam, portanto, a uma maior identidade compartilhada. Os resultados também indicaram que a associação entre maior uso de pronomes “eu/você” e o grau de insatisfação conjugal foi mais significativa para casais mais velhos (Seider & cols., 2009).

No que diz respeito ao gênero, Seider e colaboradores (2009) identificaram que existe uma associação mais forte entre o uso de pronomes e a satisfação conjugal no caso das mulheres. O auto-conceito feminino está caracterizado pela interdependência relacional, no qual há uma incorporação das representações de outras pessoas significativas.

O auto-conceito masculino, em contrapartida, tende a ser mais independente e menos influenciado pelo relacionamento conjugal. O fato de a associação entre o uso de pronomes e a satisfação conjugal ser ainda mais forte nas esposas de casamentos mais velhos sugere que a sensibilidade das cônjuges às interações conjugais pode se tornar ainda mais forte na medida em que envelhecem (Seider & cols., 2009).

Paleari e colaboradores (2010) realizaram um estudo com a participação de 92 casais residentes na Itália, entre os quais 56 noivos, 22 casados e 14 cohabitantes, todos eles sem filhos/as. O objetivo do estudo foi investigar se o perdão e as estratégias de resolução de conflitos, tais como agressão, isolamento e compromisso, predizem percepções de discussões bem-sucedidas entre os parceiros, assim como a qualidade da relação. Os resultados indicaram que a ausência de perdão e as estratégias de resolução evasivas ou agressivas se confundem quando os conflitos são originados a partir de ofensas do/a parceiro/a.

A ausência de perdão de cada parceiro/a tem consequências únicas na percepção de ambos sobre o sucesso das estratégias de resolução das desavenças conjugais. Homens e mulheres que respondem aos conflitos originados a partir de ofensas do/a parceiro/a de forma evasiva ou vingativa podem minar a própria confiança e a confiança do outro de que os conflitos podem ser resolvidos com sucesso. A adoção de estratégias de resolução de conflitos destrutivas e evasivas são, portanto, estratégias ineficazes (Paleari & cols., 2010).

Paleari e colaboradores (2010) também identificaram que discussões conduzidas de forma efetiva pelos cônjuges mediam a relação entre as estratégias de resolução de conflitos conjugais e a qualidade da relação. Esse papel mediador da efetividade das discussões é parcial. Para os homens, a qualidade da relação foi diretamente predita por sua própria benevolência, enquanto que para as mulheres a qualidade da relação foi predita tanto pelas próprias estratégias quanto pelas estratégias evasivas-agressivas de ausência de perdão do parceiro.

O contexto social, institucional e cultural das sociedades ocidentais promove o desenvolvimento do auto-conceito masculino de forma independente e pessoal,

enquanto que o auto-conceito feminino é construído de forma interdependente ou relacional. Quando se trata de avaliar a relação conjugal, as mulheres são, portanto, mais sensíveis às estratégias que os homens utilizam para resolver os conflitos (Paleari & cols., 2010).

3.7.2. Estudos nacionais

Estudos brasileiros acerca dos conflitos conjugais e seus impactos na conjugalidade são escassos e recentes. Bolze e colaboradores (2011) analisaram a produção científica nacional sobre conflito conjugal e encontraram 67 artigos e 37 teses e dissertações, redigidos em língua portuguesa, perfazendo um total de 104 produções avaliadas. Os autores utilizaram os descritores “conflito conjugal e/ou marital” e “discórdia conjugal e/ou marital” nas bases de dados Index Psi, PePSIC, SciELO, LILACS e BDTD. O período de publicação dos documentos foi delimitado entre os anos de 1980 e 2010. A partir da análise dos resumos, os autores constaram grande heterogeneidade no estudo do tema.

A maioria das publicações trata de tópicos específicos associados ao conflito conjugal, tais como dificuldades sexuais, violência doméstica, separação e divórcio. Apenas 16 documentos referiam-se, efetivamente, a publicações nacionais que abordavam o conflito conjugal como principal foco de análise. Desses, 13 correspondiam a artigos publicados em periódicos científicos e três, a publicações acadêmicas no formato de dissertações (Bolze & cols., 2011).

Os autores encontraram sete principais temáticas investigadas nos estudos que abordaram diretamente o conflito conjugal, sendo elas: 1) Intervenção prática com casais; 2) Consequências do conflito conjugal para os filhos; 3) Conflito conjugal e comunicação; 4) Conflito conjugal e violência psicológica; 5) Conflito conjugal e trabalho; 6) Dificuldades na relação conjugal; 7) Estratégias de enfrentamento para manutenção do casamento (Bolze & cols., 2011).

Em relação a essa última temática – estratégias de enfrentamento para manutenção do casamento – foi encontrada apenas a publicação de Garcia e Tassara (2001), no período compreendido entre 1980 a 2010, que será descrita a seguir. Apresentaremos também, de forma abreviada, os resultados que correspondem às estratégias de resolução utilizadas pelos/as participantes de estudos já descritos anteriormente (Braz & cols., 2005; Bueno & cols., 2013; Garcia & Tassara, 2003; Mosmann & Falcke, 2011). Posteriormente, serão abordados em maior detalhe outros

estudos nacionais com publicações subsequentes ao período de revisão de literatura realizada por Bolze e colaboradores (2011), que tratam diretamente da temática (Bolze & cols., 2013; Falcke & cols., 2013; Mosmann & Falcke, 2011).

Garcia e Tassara (2001) entrevistaram 20 mulheres casadas há mais de quinze anos, com o objetivo de identificar se as participantes utilizavam estratégias diretas, indiretas ou mistas para se comunicar com seus parceiros. Nas estratégias diretas há colocação explícita da queixa ou da insatisfação que envolve a relação; e nas estratégias indiretas há esforços para controlar o outro sem deixar explícita a razão da queixa ou da insatisfação. As autoras encontraram uma prevalência de uso de estratégias diretas e mistas, com menor quantidade de uso de estratégias indiretas.

Garcia e Tassara (2001) constataram que entre aquelas entrevistadas que avaliavam negativamente seus relacionamentos, o uso alternado de estratégias diretas e/ou indiretas evidenciava uma ação de esquiva ao diálogo, de acordo com a impossibilidade identificada por elas de melhora da qualidade do vínculo conjugal. Além disso, permitia-lhes endereçar ao parceiro ameaças quanto ao risco a que o projeto de convivência conjugal estava exposto.

As mulheres ditas felizes, por outro lado, dividiam-se entre as felizes e satisfeitas com o casamento, e as felizes e insatisfeitas com o momento atual vivido pela família. A diferença entre ambos os grupos foi a avaliação que faziam do presente. No grupo de mulheres ditas felizes e satisfeitas com o casamento, as queixas referiam-se ao cotidiano da casa. No grupo das felizes e insatisfeitas, por sua vez, as queixas diziam respeito ao temperamento do parceiro, maior sucesso profissional feminino, divergências na educação dos filhos, entre outros. Nesse último grupo, a comunicação poderia ser em alguns casos direta, indireta ou a conjugação de ambas (Garcia & Tassara, 2001).

As variações no tipo de estratégia eram determinadas pela avaliação quanto ao momento adequado para agir, bem como pelas consequências dessa ação no parceiro. As estratégias adotadas pelos homens, de acordo com as entrevistadas, são em sua maioria diretas. Tais estratégias são discutidas pelas autoras como representativas do papel sexual masculino no que diz respeito à objetividade do discurso. No caso das mulheres, a utopia do amor romântico norteou em grande medida as soluções estratégicas adotadas, bem como definiu aquilo que era ou não considerado como problemático e o quanto isso poderia ameaçar ou não o projeto conjugal (Garcia & Tassara, 2001).

No caso das mulheres felizes e satisfeitas, o alvo era direcionado a um futuro projetado como igual, enquanto que no caso das mulheres felizes e insatisfeitas era direcionado também para um futuro, porém diferente do momento atual. As mulheres ditas infelizes, por sua vez, denunciaram através de suas narrativas a quebra do contrato de exclusividade, de perenidade do relacionamento e de inexistência de prazer sexual. O discurso delas caracterizou-se pelo tom trágico que reflete a distância entre projetos paralelos que convivem, mas evitam o embate (Garcia & Tassara, 2001).

As estratégias adotadas pelas entrevistadas, portanto, mudaram de acordo com a permanência ou desistência da esperança de o relacionamento melhorar no futuro. No grupo das mulheres felizes, porém insatisfeitas, as estratégias utilizadas refletem uma esperança projectual do vir-a-ser que ainda não é. Já no grupo das infelizes, as estratégias caracterizavam-se pela tentativa de reduzir a ansiedade gerada pela impossibilidade de saída dessa posição (Garcia & Tassara, 2001).

O padrão de comunicação paradoxal ilustra essa ambiguidade do sair/permanecer e assegura ao casal a manutenção do vínculo conjugal. As mulheres ditas felizes, por sua vez, ocupam uma posição desejada pelas outras, ao mesmo tempo em que alimentam a esperança de que é possível ter um relacionamento conjugal satisfatório (Garcia & Tassara, 2001).

Garcia e Tassara (2003) também investigaram tipos de problemas identificados pelas participantes do estudo anterior (Garcia & Tassara, 2001), isto é, mulheres casadas há mais de quinze anos. As autoras encontraram, no que diz respeito às estratégias de resolução de conflito, que o quotidiano conjugal, como processo relacional, é marcado por um conjunto de embates de opiniões e estilos de vida que mobiliza todo o grupo familiar e muitas vezes requer a intervenção de terceiros. As entrevistadas buscam superar tais situações por meio do suporte afetivo propiciado pelas redes de relações pessoais, tais como amigas, vizinhas ou parentes. Nessas situações, o outro adquire uma função ora de mediador, ora de conselheiro.

As participantes evidenciaram também dificuldades em negociar um estilo de vida adequado para seus/suas filhos/as, que combine as reivindicações dos/as filhos/as – o novo – com as reivindicações dos pais – o antigo. Em tais embates, as respondentes assumem ora um papel de mediadora entre pai e filho/a; ora de confronto com os/as filhos/as em defesa da posição do companheiro, ou com o companheiro em defesa da posição dos/as filhos/as (Garcia & Tassara, 2003).

Dentro de um cotidiano marcado por desencontros e divergências, o que comunicar e como fazê-lo representa um desafio para o casal. A falta de diálogo apontada pelas participantes foi uma queixa que reflete não somente um problema em si mesmo, como também reflete aquilo que compromete o fluxo da comunicação na relação. Nesse sentido, evitar a comunicação pode ser considerada uma estratégia de minimização das insatisfações. No caso das entrevistadas, as insatisfações foram depositadas sobre a própria estratégia, isto é, a falta de diálogo, e denunciam a presença de desigualdades entre o casal. Incluir tais situações na categoria de problema implicaria visibilizar suas possíveis consequências (Garcia & Tassara, 2003).

Braz e colaboradores (2005) realizaram uma pesquisa com 14 famílias de classes sociais média e baixa, compostas por pai, mãe e criança-alvo na faixa etária de 4 a 5 anos. O objetivo foi descrever aspectos da qualidade das relações parentais e maritais. As autoras encontraram que em situações de conflito, a maioria dos casais (83%) reage negativamente, isto é, discute de forma exaltada, grita ou reclama (79%), e demonstra afetos negativos (50%), como raiva, aborrecimento ou nervosismo. Em tais situações, um ou ambos cônjuges se retrai (68%) e permanece sem conversar por algum tempo.

Esse resultado indica que poucos casais (32%) procuram conversar sobre o assunto ou situação que desencadeou o conflito, com o intuito de buscar o consenso ou amenizar a dificuldade momentânea. Ao invés do diálogo, a maioria dos casais do estudo prefere o isolamento. Mais da metade dos/as parceiros/as (57%) também relatou o uso de agressão mútua verbal, por meio da utilização de palavras que magoam um ao outro durante as discussões. Dos/as entrevistados/as de classe média, 67% relataram não haver agressões entre eles/as e seus/suas cônjuges, em contraposição a 33% dos de classe baixa (Braz & cols., 2005).

Bueno e colaboradores (2013) realizaram pesquisa qualitativa junto a quatro casais. O objetivo foi descrever o processo de diferenciação de suas famílias de origem. As autoras constataram que os conflitos são resolvidos por meio do diálogo, embora três das quatro mulheres entrevistadas precisem de um tempo para se acalmar, antes de conversar e tentar chegar a um acordo.

Mosmann e Falcke (2011) realizaram um estudo junto a 149 casais com tempo médio de união de 22,4 anos. O objetivo foi identificar os motivos de conflito e a frequência com que desavenças ocorrem nas relações conjugais. As autoras

encontraram, no que se refere às estratégias de resolução de conflitos, que a maioria dos casais consegue manter uma discussão de forma calma. Situações de agressão verbal também foram relatadas em 75,8% dos casais. Episódios de agressão física ou arremesso de objeto estiveram presentes em 7,3% deles. Não foram encontradas diferenças significativas na percepção dos/as cônjuges sobre a frequência do conflito (Mosmann & Falcke, 2011).

A partir das dimensões conflito-desentendimento e conflito-agressão abordadas na pesquisa, constatou-se que 67,7% dos/as participantes tem altos níveis de conflito em pelo menos uma das duas dimensões. Apenas 32,3% da amostra apresentou baixos níveis tanto em desentendimentos quanto em agressões. O estudo chama atenção para a presença de alto índice de conflitos nas relações conjugais. Ressalta ainda que a tentativa de ignorá-los somente os incrementa (Mosmann & Falcke, 2011).

O acúmulo de conflitos não resolvidos gera um processo cíclico através do qual as desavenças retornam ainda com mais força, podendo chegar a níveis de agressão verbal ou física. Mosmann e Falcke (2011) alertam para o fato de a naturalização dos episódios diários de violência física ou psicológica entre o casal contribuir para que este tipo de violência passe despercebida e esteja, portanto, imune à revelação, denúncia e busca de ajuda pelos cônjuges.

Nesse processo, eles passam a sofrer micro-violências, isto é, agressões mais sutis que preparam o terreno para o estabelecimento de agressões mais evidentes. A longo prazo, a constante exposição a situações de violência, mesmo quando naturalizada, traz consequências não somente para a conjugalidade, como também para a saúde física e psicológica de todos/as os/as envolvidos/as (Mosmann & Falcke, 2011).

Falcke e colaboradores (2013) iniciaram em 2010 uma pesquisa com o objetivo de analisar a associação entre os estilos de resolução de conflitos e a presença de indicadores de violência conjugal. Participaram do estudo 751 casais, distribuídos em 67 municípios da região Sul do Brasil, dentre os quais 68,8% eram casados oficialmente e 31,2% moravam juntos. Desses casais, 84,9% estavam em um relacionamento de primeira união e 15,1% já haviam vivido como casal anteriormente.

O tempo de união dos parceiros variou entre quatro meses e cinquenta e um anos. Os cônjuges responderam, em separado, a um questionário composto por 172 questões, as quais abordavam os dados sociodemográficos, as estratégias de resolução de conflito (CRBQ) e os indicadores de violência (CTS2) (Falcke & cols., 2013).

Os resultados preliminares da pesquisa apontaram a presença preponderante de estratégias de resolução positiva de conflitos. Esse achado indica que os/as participantes resolvem os conflitos em seus relacionamentos principalmente por meio do diálogo e da negociação em busca de um acordo. Em segundo lugar, os casais referem utilizar as estratégias de evitação do conflito, nas quais um dos membros se recusa a manter a discussão em torno de uma desavença ou se afasta de tal discussão. Por último, os parceiros utilizam as estratégias de ataque físico ou verbal, porém com menores índices. Tais estratégias evidenciam a perda de controle durante uma discussão (Falcke & cols., 2013).

Os casais do estudo de Falcke e colaboradores (2013) também avaliaram o quanto eles infringem violência e o quanto se sentem violentados pelo/a parceiro/a, no que se refere à agressão psicológica (menor e grave), à violência física (menor e grave), à coerção sexual (menor e grave), e à injúria (menor e grave). A agressão psicológica esteve presente na vivência da maioria dos casais pesquisados, em algum momento do relacionamento. De acordo à definição do estudo, a agressão psicológica diz respeito a agressões, xingamentos, ofensas, destruição de objetos pessoais do/a companheiro/a ou afastamento e evitação de conflitos.

A violência física menor, por sua vez, foi referida por 23% dos casais, a qual inclui comportamentos tais como segurar o/a companheiro/a com força, dar tapas ou bofetadas e atirar objetos no/a parceiro/a. A violência física grave foi utilizada por 8% dos cônjuges, e diz respeito a comportamentos tais como usar faca ou arma, sufocar, estrangular, dar um murro, e/ou acertar o/a companheiro/a com algum objeto (Falcke & cols., 2013).

A coerção sexual menor foi apontada por 21% dos casais, e se refere a ações tais como insistir em fazer sexo quando o/a companheiro/a não deseja e/ou obrigar o/a parceiro/a a fazer sexo sem camisinha. A presença de coerção sexual maior foi indicada por 3% dos casais, e inclui comportamentos tais como utilizar ameaças para obrigar o/a cônjuge a fazer sexo ou empregar a força física para fazer sexo oral ou anal. Por último, a injúria menor foi relatada por 8% dos/as participantes e se refere à apresentação de dores, torção, contusão, mancha roxa ou corte no corpo após uma

briga. A injúria maior esteve presente em 2,5% dos casais e diz respeito à presença de desmaio em algum dos parceiros ou à necessidade de recorrer a um serviço de saúde (Falcke & cols., 2013).

Falcke e colaboradores (2013) também encontraram correlações entre os tipos de estratégias de resolução de conflitos e de violência conjugal, a partir de uma análise de correlação de Pearson que apontou associações entre praticamente todas as variáveis ($p < 0,05$). A dimensão *ataque* do CRBQ esteve positivamente correlacionada com *agressão psicológica menor* ($r = 0,664$), *agressão psicológica grave* ($r = 0,340$), *violência física menor* ($r = 0,412$), *violência física grave* ($r = 0,243$), *coerção sexual menor* ($r = 0,099$), *coerção sexual grave* ($r = 0,122$) e *injúria menor* ($r = 0,268$); e negativamente associada com a dimensão *negociação* ($r = -0,227$).

Esse resultado evidencia que as estratégias destrutivas, caracterizadas nesse caso por reações físicas e/ou verbais ativas em direção ao outro, culminam em situações de violência expressa em suas diferentes formas. A única correlação negativa entre as estratégias de resolução de conflitos e a violência conjugal ocorreu com a dimensão *negociação*. Tal fato indica que quando existe a postura de ataque, parece não haver espaço para a negociação, o respeito à opinião do outro e a busca por um acordo (Falcke & cols., 2013).

A dimensão *evitação* do CRBQ esteve também positivamente correlacionada com as dimensões *agressão psicológica menor* ($r = 0,271$), *agressão psicológica grave* ($r = 0,144$), *violência física menor* ($r = 0,079$) e *injúria menor* ($r = 0,076$); e negativamente associada com a dimensão *negociação* ($r = -0,194$). Esses dados reforçam a concepção de que a evitação do conflito é predominantemente uma estratégia destrutiva. Quando os cônjuges optam por ignorar o conflito, tal postura estimula o acúmulo de sentimentos negativos, a interação conjugal em escalada e o reflexo em situações diversas de violência. Nesse tipo de padrão interacional, dado o fato de os casais ignorarem o conflito, a busca pela negociação e compreensão do ponto de vista do outro não é concretizada (Falcke & cols., 2013).

Por último, a dimensão *acordo* do CRBQ esteve positiva e significativamente correlacionada com a *negociação* ($r = 0,555$); e negativamente associada com a *agressão psicológica menor* ($r = -0,369$), *agressão psicológica grave* ($r = -0,166$), *violência física menor* ($r = -0,179$), *violência física grave* ($r = -0,094$) e *coerção sexual grave* ($r = -0,078$). Esses dados indicam que o predomínio de estratégias

positivas de resolução de conflitos é incompatível com situações de violência, desde as menores até as maiores. Tal fato reforça o caráter protetor que essas estratégias podem assumir na manutenção dos relacionamentos conjugais (Falcke & cols., 2013).

Falcke e colaboradores (2013) concluem que nos relacionamentos conjugais coexistem distintos tipos de estratégias de enfrentamento de conflito. As expressões de violência nas suas mais variadas formas não são, portanto, peculiares a determinados relacionamentos, mas fazem parte dos relacionamentos em geral.

Bolze e colaboradores (2013) fizeram um estudo com o objetivo de caracterizar o relacionamento conjugal e as táticas que casais de duas regiões de Santa Catarina – Grande Florianópolis e Vale do Itajaí, localizadas na região sul do Brasil, utilizam em situações que envolvem conflito. Participaram da pesquisa 104 casais hétero-afetivos, perfazendo o total de 208 participantes. A média de tempo de união foi de 10,74 anos, variando de um ano a vinte e sete anos. A maioria dos casais participantes eram provenientes da classe média, apresentava dupla inserção no mercado de trabalho e constituía família nuclear composta por pais biológicos e filhos/as. Foi utilizado um questionário de relacionamento conjugal (QRC) e o *Revised Conflict Tactics Scale* (CTS2).

Os autores encontraram que entre os casais do estudo predomina a negociação para a resolução dos conflitos. Eles fazem concessões, disponibilizam tempo para resolver desavenças, tentam agradar e satisfazer o/a companheiro/a, expressam sentimentos em relação um ao outro, mesmo quando esses são negativos, e reconhecem manifestações recíprocas de atitudes que visam a oferecer satisfação ao/a cônjuge (Bolze & cols., 2013).

Em situações de conflito, manifestam engajar-se na busca por solução dos problemas para resolver as diferenças, importar-se com o/a parceiro/a, mesmo quando estão em desacordo, mostrar respeito pelos pontos de vista e pelos sentimentos do/da cônjuge e explicar o motivo das discordâncias. A manifestação de sentimentos de respeito mútuo e de cuidado e a expressão de afeto nas discussões foi apontada pelos autores como forma mais positiva de lidar com os conflitos (Bolze & cols., 2013).

Nas situações em que o uso do diálogo não é possível para resolver as diferenças, há predomínio entre os/as participantes de agressões verbais e/ou isolamento. Eles/elas utilizam táticas que envolvem fazer algo para ofender o/a cônjuge, tais como: gritar ou berrar, insultar ou xingar, virar as costas e ir embora no

meio de uma discussão, assim como ameaçar acertar ou jogar algo no/a companheiro/a (Bolze & cols., 2013).

Bolze e colaboradores (2013) constataram que as mulheres tendem a indicar, de modo mais frequente que os homens, a realização de favores e concessões ao parceiro, fato que pode deixar a impressão de não reciprocidade por parte dele. Foi encontrado também que quanto mais o casal faz referência à ocorrência de insultos, acusações, brigas e interrupções de discussão, mais eles também percebem que sua relação é permeada por sentimentos de desigualdade e injustiça.

A maioria dos homens e das mulheres afirmaram considerar sua relação justa e igualitária. Houve, contudo, uma parcela de participantes de ambos os sexos que concordaram que o casamento é mais favorável para os homens do que para as mulheres. Tais achados, discutem os autores, são condizentes com o estudo de Perlin e Diniz (2005) com casais brasileiros de dupla carreira, o qual identificou que não obstante os/as cônjuges se consideram felizes no casamento, as participantes do sexo feminino apresentaram grau de insatisfação superior ao dos participantes do sexo masculino. Uma possível explicação para isso pode dever-se ao acúmulo de tarefas que as mulheres enfrentam nos papéis de esposa, mãe, profissional e dona de casa (Bolze & cols., 2013; Perlin & Diniz, 2005).

As mulheres relataram utilizar, de forma mais prevalente do que os homens, a tática de violência física grave. Os autores hipotetizam que pelo fato de os homens serem potencialmente mais fortes e agressivos, parece ser socialmente aceitável que as mulheres agredam seus parceiros e não tenham receio de contar seus atos de agressão. Além disso, apontam que a subnotificação da violência doméstica no Brasil, no caso dos homens, pode estar relacionada ao medo da humilhação de ter sua honra ferida ao admitir ser vítima de agressão por parte da companheira (Bolze & cols., 2013).

Em suma, na pesquisa de Bolze e colaboradores (2013), a negociação foi declarada como a estratégia mais utilizada por ambos os sexos, seguida pela agressão psicológica menor. A negociação correspondeu à frequência média de 10 a 20 vezes durante o último ano, tanto para homens quanto para mulheres. Com relação à agressão psicológica menor, 88.4% das entrevistadas e 82.6% dos entrevistados referiram ter usado essa forma de violência de duas a cinco vezes, em média, durante o último ano. Outras táticas também foram relatadas por ambos os sexos, como

agressão psicológica grave; violência física menor e grave; coerção sexual menor e grave; e injúria menor e grave, todas elas em menor frequência.

Pesquisas nacionais sobre estratégias de resolução apontam para o predomínio de discussões calmas, negociação, diálogo ou estratégias diretas como forma de os casais solucionarem os conflitos (Bolze & cols., 2013; Bueno & cols., 2013; Falcke & cols., 2013; Garcia & Tassara, 2001; Mosmann & Falcke, 2011). As pesquisas também chamam atenção para a presença de estratégias de evitação e/ou isolamento entre os cônjuges, quando o diálogo não é possível (Bolze & cols., 2013; Braz & cols., 2005; Falcke & cols., 2013; Garcia & Tassara, 2003).

A agressão verbal é uma estratégia recorrente em vários casais da população brasileira (Bolze & cols., 2013; Braz & cols., 2005; Falcke & cols., 2013; Mosmann & Falcke, 2011). Episódios de agressão física também foram constatados em menor frequência por vários estudos nacionais (Bolze & cols., 2013; Braz & cols., 2005; Falcke & cols., 2013; Mosmann & Falcke, 2011). A busca por suporte afetivo nas redes de relações pessoais é outra estratégia para lidar com os conflitos conjugais (Garcia & Tassara, 2003). Essa revisão de literatura deixou evidente a escassez de estudos brasileiros que abordam diretamente as estratégias de enfrentamento das situações de conflito no cotidiano conjugal.

II. MÉTODO

CAPÍTULO 4

CONFLITO CONJUGAL E ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO: CONSTRUÇÃO DE ESTUDO QUALITATIVO COM CASAIS DE BRASÍLIA, DF

A possibilidade de vir a enfrentar conflitos parece não afetar o desejo de encontrar um/a parceiro/a e casar-se. O casamento continua tendo um lugar privilegiado de construção e vivência dos afetos e da intimidade (Bueno & cols., 2013; Féres-Carneiro, 1998; 2001; 2003; Mosmann & cols., 2006). Estatísticas do registro civil divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), correspondentes ao período de 2009 a 2013, mostram que o total de casamentos oficiais contraídos em território nacional teve aumento crescente (IBGE, 2013). O total de divórcios, contudo, tem aumentado também. Esse dado é ilustrado na Tabela 1.

Tabela 1. Número de divórcios concedidos em primeira instância ou por escritura, por tempo transcorrido entre a data do casamento e a data da sentença ou da escritura (IBGE, 2013)

	NÚMERO DE DIVÓRCIOS POR ANO				
ANOS DE CASAMENTO	2009	2010	2011	2012	2013
Menos de 1	---	1.708	6.281	7.873	8.580
1	335	4.300	12.019	13.088	14.630
2	4.757	11.317	16.996	15.427	15.909
3	6.693	11.941	18.714	17.018	15.914
4	7.260	11.581	18.191	17.500	15.922
5	7.093	11.288	17.232	16.377	15.781
6	6.718	10.292	15.541	15.565	14.600
7	6.616	9.093	14.272	13.996	13.684
8	6.540	8.582	12.670	12.767	12.335
9	6.800	8.466	11.958	11.278	11.255
10	5.981	8.459	11.251	10.498	9.486
11	5.604	7.386	11.440	10.131	9.183
12	5.540	6.783	10.133	10.455	8.932
13	5.028	6.445	9.259	9.186	9.077
14	5.153	6.172	9.020	8.510	8.074
15	4.754	6.144	8.519	8.171	7.598
16	4.541	5.772	8.227	7.905	7.368
17	4.287	5.441	7.816	7.652	6.952
18	4.204	5.276	7.478	7.497	6.936
19	4.696	5.214	7.230	7.168	6.743
20	4.817	5.448	7.177	6.981	6.672
21	5.003	5.915	7.440	6.648	6.348
22	5.010	6.033	7.639	6.849	6.076
23	4.801	5.820	7.971	7.352	6.301
24	4.734	5.719	7.648	7.358	6.659
25	4.078	5.366	7.213	7.347	6.839

Tal como mostra a Tabela 1, o número de casamentos que culminaram em divórcio aumentou consideravelmente no período de cinco anos. Em 2009, por exemplo, houve 335 divórcios entre casais com um ano de casamento. Tal cifra aumentou para 14.630 divórcios no ano de 2013. O aumento na quantidade de rupturas conjugais entre o período de 2009 a 2013 é constatado também entre parceiros com distintas durações de relacionamento.

A valorização de certos ideais, amplamente difundidos pela mídia e pela literatura primam pela exacerbação do “amor-paixão” como a base e o motivo principal para a criação e manutenção de todos os casamentos/uniões. Tal concepção pode ter um efeito danoso, à medida que leva as pessoas a deixarem de lado quaisquer esforços para manter uma relação. A ausência de referências às dificuldades do dia-a-dia, à importância do companheirismo e do respeito mútuo e à necessidade de se discutir e trabalhar as relações afetivas com certa constância podem ajudar a explicar os enormes índices de divórcio nos grandes centros urbanos (Jablonski, 2009).

Zordan, Wagner e Mosmann (2012) realizaram uma análise documental de 152 separações conjugais arquivadas no período de 1992 a 2006, em um fórum de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. O objetivo foi investigar os motivos alegados pelos cônjuges para a separação. Dentre os mais frequentes foram encontrados brigas e discussões (28.9%), seguidas por agressões do cônjuge em 23,7% dos casos.

Esses resultados evidenciam a dificuldade de os casais lidarem com os conflitos inerentes à conjugalidade e, especialmente, a incapacidade de resolução dessas discórdias, que, em muitos casos, culminam em situações de violência. Tal fato reflete a importância de considerar o conflito conjugal e suas formas de resolução um preditor e potencial fator de risco para o desenvolvimento de padrões que culminem em violência conjugal (Falcke & cols., 2013; Marshall & cols., 2011; Mosmann & Falcke, 2011).

Há indícios empíricos que demonstram a importância de se considerarem as estratégias de resolução de conflito como preditores tanto da qualidade (Gottman & Levenson, 2000) quanto da violência conjugal (Marshall & cols., 2011). De fato, as interações destrutivas têm sido associadas à menor qualidade conjugal e maior número de divórcios (Whitton & cols., 2011). Em contextos nos quais preponderam as estratégias negativas ficam evidentes, portanto, os reflexos deletérios à conjugalidade (Duarte, 2005; Falcke & cols., 2013; Whitton & cols., 2011).

Gottman e Levenson (2000) realizaram um estudo longitudinal durante quatorze anos, com o objetivo de identificar variáveis preditoras do divórcio em dois períodos considerados críticos durante o relacionamento conjugal: (a) os primeiros sete anos de casamento, durante os quais metade dos casais divorciam; e (b) quando o/a primeiro/a filho/a atinge a idade de 14 anos, período considerado de menor satisfação conjugal. Foram utilizados indicadores tais como pensamentos de separação, satisfação conjugal e grau afetivo das interações durante discussões maritais sobre algum tema de conflito do dia-a-dia, após um período de separação dos cônjuges de pelo menos oito horas.

Os autores encontraram diferenças nas variáveis preditivas do divórcio em relação aos dois períodos críticos. Interações negativas durante o conflito predisseram o divórcio em casais com menor tempo de relacionamento, mas não em casais com maior tempo de união. Por outro lado, a ausência de interações positivas durante o conflito e nos episódios do dia-a-dia foi preditiva de divórcio em casais com maior tempo de casamento, mas não em casais com menor tempo de relação (Gottman & Levenson, 2000). O modelo apresentou capacidade preditiva do divórcio com 93% de acurácia (Gottman & Levenson, 2000).

Birditt, Brown, Orbuch e McIlvane (2010) também conduziram uma pesquisa longitudinal com o objetivo de avaliar as repercussões dos padrões de resolução de conflitos sobre o divórcio no primeiro, terceiro, sétimo e décimo sexto anos de casamento. Os resultados indicaram que comportamentos destrutivos de cada cônjuge, assim como os padrões de interação estabelecidos entre eles, tal como o padrão de demanda/recuo, predisseram maiores índices de divórcios no primeiro ano.

Os esposos relataram mais comportamentos construtivos e menos comportamentos destrutivos do que as esposas. Os comportamentos destrutivos e de recuo ou retraimento das mulheres diminuíram ao longo do tempo, enquanto os comportamentos destrutivos dos homens permaneceram estáveis. Os resultados indicaram que os comportamentos dos parceiros diante do conflito são importantes preditores do divórcio, assim como se tornam menos negativos ao longo do tempo (Birditt & cols., 2010).

Estatísticas do registro civil correspondentes ao período de 2009 a 2013 mostram, também, uma questão interessante: a quantidade de divórcios se distribui de forma distinta em função do tempo de relacionamento do casal. Tal como ilustra a Tabela 1, em 2013 houve 8.580 divórcios entre casais com menos de um ano de

casamento, atingindo o total de 14.630 ao completar o ano. Com dois e três anos de união, o número de divórcios aumentou para 15.909 e 15.914, respectivamente, alcançando seu ponto máximo no quarto ano, com 15.922 divórcios. Do quinto ano em diante, observa-se crescente diminuição, atingindo seu ponto mínimo aos vinte e dois anos de casamento, com 6.076 divórcios. Observa-se também um pequeno aumento dos vinte e três aos vinte e cinco anos de relacionamento, alcançando o total de 6.839 divórcios no 25º ano.

Esse padrão se repete nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012 nos quais o total de divórcios alcançou o ponto máximo ora no terceiro, ora no quarto ano de casamento. A partir do quinto ano constata-se também uma crescente diminuição, com algumas pequenas oscilações em fases mais avançadas do relacionamento (IBGE, 2013).

Estudos baseados nas estatísticas dos Estados Unidos apontam que os primeiros sete anos de casamento são o período de mais alto risco no relacionamento, no qual acontecem mais da metade dos divórcios (Brock & Lawrence, 2011; Gottman & Levenson, 2000). Por outro lado, os comportamentos dos parceiros diante do conflito podem se tornar menos negativos ao longo do tempo (Birditt & cols., 2010).

Os dados do registro civil (IBGE, 2013) parecem indicar que podem existir pontos críticos ao longo do ciclo vital que desafiam a estabilidade e a possibilidade de manutenção da conjugalidade. Em contraste com o período considerado de menor satisfação conjugal na pesquisa de Gottman e Levenson (2000), isto é, de sete a quatorze anos, a quantidade de divórcios na população brasileira tende a diminuir a partir do quinto ano de casamento. Tal constatação ressalta a importância de realizar estudos voltados para a realidade nacional.

A boa habilidade de resolução de conflitos tem sido apontada como um dos aspectos importantes para uma resolução mais efetiva, assim como para uma melhor qualidade, satisfação e estabilidade do relacionamento ao longo do tempo (Bolze & cols., 2013; Christensen & cols., 2006; Dong & Li, 2007; Duarte, 2005; Diniz, 2011; Falcke & cols., 2013; Fincham, 2003; Mitnick & cols., 2009; Mosmann & Falcke, 2011; Paleari & cols., 2010; Seider & cols., 2009; Whitton & cols., 2011). Em contextos nos quais preponderam as estratégias destrutivas, por outro lado, ficam evidentes os reflexos deletérios à conjugalidade, associados à menores chances de resolução efetiva de conflitos, assim como menor qualidade conjugal, maior insatisfação com o relacionamento e maior número de divórcios (Benetti, 2006;

Christensen & cols., 2006; Duarte, 2005; Falcke & cols., 2013; Fincham, 2003; Paleari & cols., 2010; Papp & cols., 2009; Seider & cols., 2009; Wagner & Mosmann, 2012; Whitton & cols., 2011).

A presença de indicadores de violência nas relações conjugais marca a importância de diferenciar não somente os fatores geradores de conflito, mas sim a maneira de resolvê-los. A agressão física, sexual e/ou psicológica é representativa de interações com predomínio de estratégias destrutivas (Falcke & cols., 2013). Além disso, a forma como os conflitos são resolvidos pelo casal parental pode favorecer (Benetti, 2006; Boas & cols., 2010; Bolze, 2011; Koss & cols., 2011; McCoy & cols., 2009) ou atrapalhar (Benetti, 2006; Boas & cols., 2010; Bolze, 2011; Koss & cols., 2011; McCoy & cols., 2009; Mosmann & Falcke, 2011) o processo de desenvolvimento físico, emocional e social dos/as filhos/as e de seus relacionamentos amorosos futuros (Whitton & cols., 2011), ao longo do ciclo vital.

Tais evidências ilustram que o conflito conjugal e as estratégias utilizadas para seu enfrentamento são dimensões que têm preocupado pesquisadores/as das áreas de família e desenvolvimento humano. Não obstante, tal como evidenciado pela revisão de literatura realizada por Bolze e colaboradores (2011) no período compreendido entre 1980 a 2010, e pelas publicações subsequentes (Bolze & cols., 2013; Falcke & cols., 2013; Mosmann & Falcke, 2011) ainda são poucos os estudos brasileiros que abordam a temática do conflito conjugal e das estratégias de resolução como principal foco de análise.

O fato é que os impasses conjugais diários não podem ser evitados. Pesquisas que identifiquem os motivos de conflito mais comuns entre casais podem tornar visíveis os pontos de dificuldade que, sem uma adequada resolução, levam os parceiros a optarem pelo divórcio. As estratégias que os casais utilizam são fundamentais para a melhor compreensão dos processos relacionais que preservam ou dissolvem relacionamentos na contemporaneidade.

A escolha de casais de três a quatro anos e a partir de quinze anos de relacionamento está fundamentada nas estatísticas do IBGE (2013) referentes ao período compreendido entre 2009 a 2013, no que diz respeito à maior e menor quantidade de divórcios, respectivamente. Este trabalho leva em consideração esse contexto social/relacional e tem como objetivo identificar os principais motivos que

levam ao surgimento de conflitos conjugais, assim como as estratégias utilizadas para sua resolução, nesses dois momentos contrastantes da relação.

Este estudo pretende responder à pergunta, portanto, sobre *quais* são os principais motivos de conflito e *como* os casais participantes os resolvem. Investigar os processos relacionais é uma tarefa importante por vários motivos. Primeiramente, permite que os/as pesquisadores/as acessem aspectos específicos e detalhados dos relacionamentos conjugais. Em segundo lugar, a compreensão dos processos relacionais contribui consideravelmente para a construção e o refinamento de teorias sobre o casamento e sobre as relações entre conjugalidade e saúde mental (Bolze & cols., 2013; Brock & Lawrence, 2011; Epstein & cols., 2006; Mosmann & Falcke, 2011).

O estudo dos processos relacionais também torna possível criar e refinar programas de prevenção que contemplem tais processos de forma direta, com o intuito de melhorar a qualidade do funcionamento conjugal, especialmente de casais brasileiros. A especificidade dos modelos teóricos e das intervenções clínicas é, portanto, beneficiada (Bolze & cols., 2013; Brock & Lawrence, 2011; Epstein & cols., 2006; Mosmann & Falcke, 2011).

4.1. Objetivos da pesquisa

4.1.1. Questões de pesquisa

Quais são as semelhanças e diferenças entre casais com três e quatro anos de casados e aqueles com quinze ou mais de casamento residentes no Distrito Federal no que diz respeito aos motivos desencadeadores de conflitos?

Como os casais de três e quatro anos de casados e aqueles com quinze anos ou mais de casamento resolvem seus conflitos? Quais são as semelhanças e diferenças entre eles?

4.1.2. Objetivo geral

Compreender os fatores geradores de conflitos em casais do DF e as estratégias que esses casais usam para lidar com tais conflitos.

4.1.3. Objetivos específicos

- Identificar os fatores geradores de conflito em casais com três a quatro anos e a partir de quinze anos de casamento;
- Comparar as semelhanças e diferenças dos fatores geradores de conflito entre casais com três a quatro anos e a partir de quinze anos de casamento;
- Identificar as estratégias de resolução de conflitos em casais com três a quatro anos e a partir de quinze anos de casamento;
- Comparar as semelhanças e diferenças das estratégias de resolução de conflitos entre casais com três a quatro anos e a partir de quinze anos de casamento.

4.2. Estudo qualitativo com casais de Brasília, DF.

Neste estudo, optou-se por um delineamento transversal, qualitativo e descritivo, que considera explicitamente a subjetividade como forma de conhecimento e defende o envolvimento tanto da pesquisadora quanto dos/as participantes. A metodologia qualitativa permite entender e interpretar os sentidos e significações que cada pessoa, seja homem ou mulher, atribui a determinado fenômeno. A pesquisa qualitativa valoriza, ao mesmo tempo, a subjetividade de cada participante e a da própria pesquisadora, assim como os elementos do *setting* natural dos/as entrevistados/as (Turato, 2003).

As interações conjugais são complexas. Pesquisadores/as recomendam que cada casal seja estudado de forma detalhada, para que se possa compreender as características específicas de cada problema conjugal (Epstein & cols, 2006; Mosmann & Falcke, 2011). Mosmann e Falcke (2011) apontam para a importância do uso de métodos qualitativos nas investigações, para produzir um panorama mais preciso acerca do processo de construção da dinâmica conjugal, especialmente no que se refere às estratégias de resolução de conflitos. Na mesma direção, Bolze e colaboradores (2013) salientam a necessidade de investigar mais aprofundadamente as táticas de negociação exercidas entre casais, com o intuito de evidenciar as formas “pacíficas” que cada um utiliza para persuadir ou convencer o outro em situações de discordâncias.

Pretende-se, portanto, com esta pesquisa, proceder à identificação e caracterização dos conflitos conjugais e das estratégias de resolução entre casais da população brasiliense que se encontram em períodos contrastantes do casamento, de

acordo com as estatísticas do Registro Civil de 2013 divulgadas no IBGE. Como ato político e prático, pretende-se contribuir para o subsídio de intervenções preventivas voltadas ao bem-estar conjugal e para o atendimento a casais em crise. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP/IH).

4.3. Universo de pesquisa

4.3.1. Participantes

A noção de casamento foi ampliada, o que dificulta a delimitação de um casal na contemporaneidade. Esse último pode ter várias formas: estar casado formalmente, conviver no mesmo local ou viver separadamente (Martins, 2009). Neste estudo, foram selecionados casais que formalizaram juridicamente seu casamento, para manter consistência com o caráter oficial das uniões, segundo as estatísticas do registro civil correspondentes ao período de 2009 a 2013 (IBGE, 2013). Os/as participantes da pesquisa foram escolhidos/as através de amostra de conveniência. Para isso, foi utilizada a estratégia de bola de neve, na qual cada casal indicava outros, a partir da própria rede da pesquisadora.

Participaram da pesquisa quatro casais heterossexuais, todos eles formalmente casados, pertencentes à classe média da população brasileira. Os casais foram escolhidos de acordo com o critério de duração do relacionamento, sendo ele de três a quatro anos de casamento e a partir de quinze anos de união. Na Tabela 2, são apresentados os dados sócio-demográficos dos quatro casais, distribuídos em dois grupos, por tempo de casamento. Na Tabela 3 e na Tabela 4 estão descritos os dados sócio-demográficos de cada cônjuge com três a quatro anos de relacionamento, e a partir de quinze anos de união, respectivamente.

Tabela 2. Dados sócio-demográficos referentes a casais com duração de três a quatro anos (Grupo 1) e a partir de quinze anos (Grupo 2) de relacionamento.

	GRUPO 1		GRUPO 2	
	CASAL 1	CASAL 2	CASAL 3	CASAL 4
Nome fictício	Joana & João	Claudia & Claudio	Andréa & André	Rafaela & Rafael
Tempo de casados	Quatro anos oito meses	Três anos quatro meses	Vinte e seis anos	Vinto e oito anos
Tempo de relacionamento entre o namoro e o casamento	Seis anos	Sete anos e meio	Dois anos	Três anos
Renda familiar mensal	12.000,00	11.000,00	26.000,00	7.000,00
Número de filhos/as	Sem filhos	Sem filhos	2	3
Idade do/a/s filho/a/s	----	----	23, 26 anos	19, 25, 26 anos
Escolaridade do/a/s filho/a/s	----	----	Superior Completo Superior Completo	Cursando Superior Cursando Superior Superior Completo
Número de pessoas que moram na casa	Duas	Duas	Três	Quatro
Grau de parentesco em relação à cônjuge e ao cônjuge	----	----	Filhos	Filhos
O casal contrata alguém para cuidar das tarefas domésticas?	Sim	Sim	Sim	Sim Obs. Duas vezes por mês.

Tabela 3. Dados sócio-demográficos individuais referentes a casais com duração de três a quatro anos de relacionamento (Grupo 1).

	GRUPO 1			
	CASAL 1		CASAL 2	
Nome Fictício	Joana	João	Claudia	Claudio
Idade	30 anos	31 anos	27 anos	30 anos
Escolaridade	Superior	Pós-Graduado	Pós-Graduada	Pós-Graduado
Profissão	Advogada	Engenheiro de Software	Psicóloga	Bancário
Atividade atual	Advogada	Líder de projetos	Estudante	Assessor de TI
Jornada de trabalho	Oito horas	Oito horas	Estuda em casa	Oito horas
Escolaridade da mãe	Superior Completo	Mestre	Pós-Graduada	Ensino Fundamental
Escolaridade do pai	Superior Completo	Mestre	Ensino Médio	Ensino Médio
Seus pais são casados?	Não	Sim	Sim	Mãe Viúva
Há quanto tempo?	Não foram casados	Tinta e seis anos	Trinta anos	Trinta e dois anos

Tabela 4. Dados sócio-demográficos individuais referentes a casais a partir de quinze anos de relacionamento (Grupo 2).

	GRUPO 2			
	CASAL 3		CASAL 4	
Nome Fictício	Andréa	André	Rafaela	Rafael
Idade	46 anos	49 anos	47 anos	52 anos
Escolaridade	Superior Completo	Superior Completo	Mestre	Superior Completo
Profissão	Enfermeira	Economiário	Engenheira Ambiental	Estudante de Direito (2ª graduação)
Atividade atual	Do lar	Gerente Regional	Auxiliar Administrativo	Funcionário Público
Jornada de trabalho	Tempo integral	Oito horas	Oito horas	Oito horas
Escolaridade da mãe	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental
Escolaridade do pai	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Seus pais são casados?	Pai Viúvo	Sim	Não	Mãe Viúva
Há quanto tempo?	Cinquenta anos	Cinquenta anos	Separados há vinte e dois anos	Vinte anos

4.3.2. Instrumento e Coleta de Dados

Foram realizadas quatro entrevistas semi-estruturadas cujo roteiro foi dividido em três seções (Anexo 4). As questões foram elaboradas pela pesquisadora a partir da forma como o tema vem sendo tratado na literatura (Bereza & cols., 2005; Bolze, 2011; Bolze & cols., 2011; 2013; Bueno & cols., 2013; Garcia & Tassara, 2001; 2003; Menezes & Lopes, 2007a; 2007b; Miranda-Martins, 2006; Mosmann & Falcke, 2011; Perlin & Diniz, 2005; Toloi & Souza, 2009).

A primeira seção da entrevista foi composta por perguntas introdutórias, com o objetivo de deixar os casais à vontade para falarem sobre si. Na segunda seção, foram abordadas as questões principais da pesquisa, isto é, os motivos que desencadeiam os conflitos conjugais, primeiramente com base em questões genéricas e posteriormente com questões mais específicas.

Por último, na terceira seção foram realizadas perguntas de fechamento, que abordaram os projetos futuros e aspectos positivos da relação, com o intuito de amenizar possíveis desconfortos que possam ter surgido em decorrência do tema principal da entrevista. Houve espaço também para questões que surgiram no momento. As entrevistas foram gravadas na íntegra e transcritas para posterior análise.

4.3.3. Procedimentos

Todas as entrevistas foram conduzidas pela pesquisadora com ambos os cônjuges juntos. É importante contemplar a visão dos dois parceiros no estudo (Giudici & cols., 2011; Heyman & cols., 2009; Paleari & cols., 2010), devido ao fato de os conflitos serem multifacetados e variarem de acordo com a individualidade de cada um/a. Além disso, a realização das entrevistas de forma simultânea permite observar as respostas de cada um dos cônjuges no contexto da resposta do outro, de forma a privilegiar a interação entre ambos, e não apenas o conteúdo das mesmas.

Foi solicitado aos casais a escolha de um ambiente fechado que permitisse a privacidade entre os entrevistados e a entrevistadora, sem a interrupção de outras pessoas. Todas as entrevistas foram realizadas nas residências dos casais participantes. A ida da entrevistadora ao domicílio familiar pode ser um elemento importante para fornecer dados sobre a dinâmica conjugal, ao possibilitar uma percepção direta do ambiente familiar (Paiva & Gomes, 2006).

Os casais foram devidamente informados sobre o caráter voluntário de sua participação e sobre os cuidados éticos relativos à proteção da identidade de cada um/a. Também foram informados sobre os objetivos do estudo, os cuidados no uso dos dados e a necessidade e importância da devolução dos resultados para a comunidade científica e social, na forma de artigos, capítulos de livros e apresentações em eventos científicos de natureza diversa. Foi concedido aos participantes o tempo necessário para que pudessem refletir sobre sua decisão livre e esclarecida.

Posteriormente à etapa de esclarecimento, a pesquisadora apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), descrito detalhadamente no Anexo 1. O TCLE foi lido e assinado por cada cônjuge dos quatro casais entrevistados. Após a assinatura de ambos os parceiros, uma cópia permaneceu com eles e a outra com a pesquisadora. À seguir, foi apresentado um formulário com questões sócio-demográficas individuais e do casal (Anexos 2 e 3). Finalmente, a pesquisadora procedeu à realização da entrevista, com duração média de quatro horas por casal. No seu término, agradeceu aos/às entrevistados/as pela participação e contribuição para o estudo e se disponibilizou a enviar os resultados da pesquisa, caso seja de interesse dos/as participantes.

4.3.4. Análise dos dados

Foi utilizada a análise de conteúdo, tal como descrita por Bardin (1977). A análise de conteúdo pode ser conceituada de diferentes formas, considerando a vertente teórica e a intencionalidade do autor que a desenvolve. No entanto, parece haver consenso de que se trata de uma descrição analítica, segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (Oliveira, 2008). Na acepção de Bardin (1977), trata-se de:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores [quantitativos ou não] que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (p. 42).

Do ponto de vista metodológico, o que caracteriza a dimensão qualitativa da análise de conteúdo é o fato desta superar a abrangência meramente do conteúdo manifesto da mensagem, para alcançar, mediante a inferência, uma interpretação mais aprofundada (Bardin, 1977). A análise de conteúdo parte do mais superficial para o mais aprofundado, isto é: *“relaciona estruturas semânticas [significantes] com estruturas sociológicas [significados] dos enunciados. Assim, articula a superfície dos textos descrita e analisada com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção de mensagem”* (Minayo, 1992, p. 203).

É uma técnica que permite produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada. Em última análise, é uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social (Bauer & Gaskell, 2005). O objetivo principal da análise de conteúdo pode ser sintetizado no uso tanto do conteúdo das mensagens, quanto da expressão desse conteúdo, para colocar em evidência indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a mesma da mensagem (Bardin, 1977).

As categorias temáticas, ou indicadores, foram construídas a partir de critérios descritos por Bardin (1977): 1) pertinência com os objetivos da pesquisa; 2) homogeneidade, no sentido de assegurar os mesmos princípios na construção de todas as categorias; 3) exclusão mútua, com o intuito de evitar repetições de elementos ou temas em diferentes categorias; e 4) produtividade, associada à capacidade das categorias de se constituírem úteis na produção de hipóteses e compreensões.

Operacionalmente, o trabalho de análise das entrevistas foi realizado da seguinte maneira:

- 1) Leitura flutuante do texto a fim de permitir a familiarização com o material e a apreensão do seu conteúdo;
- 2) Releitura do material para demarcação de verbalizações que pudessem constituir temas;
- 3) Ordenação das verbalizações em seus respectivos temas;
- 4) Organização dos temas pelo critério de semelhança semântico e lógico, nas denominadas categorias-temáticas;
- 5) Elaboração e definição das categorias finais.

A elaboração e definição das categorias temáticas obedeceram a dois critérios de fidedignidade importantes: a representatividade dos temas, no sentido de reproduzirem o universo estudado; e a exaustividade, no sentido de contemplar os aspectos levantados no roteiro para análise. Dada a extensão das quatro entrevistas realizadas e do material coletado, foram selecionadas perguntas do roteiro (Anexo 4) que estivessem diretamente relacionadas ao objetivo da pesquisa (Anexo 5). Os resultados apresentados neste estudo correspondem às verbalizações dos casais em resposta direta a tais perguntas.

III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

CAPÍTULO 5

CONFLITO CONJUGAL E ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO ENTRE CASAIS DE BRASÍLIA, DF: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Os conflitos conjugais e as estratégias de resolução para seu enfrentamento apresentados pelos quatro casais foram agrupados em quatro categorias. A primeira diz respeito à definição de conflito, na qual cada casal emite sua opinião sobre o que considera ser um conflito conjugal. A segunda categoria está relacionada aos fatores geradores de conflito propriamente ditos. A terceira categoria evidencia as estratégias utilizadas pelos casais para lidar com fatores geradores de conflito atuais e/ou passados. A quarta categoria apresenta eixos comuns que foram identificados ao longo das verbalizações das três categorias anteriores.

5.1. INTRODUÇÃO: DEFINIÇÃO DO CASAL DE CONFLITO CONJUGAL

Nesta categoria será explicitada a definição de conflito conjugal tal como percebida por cada casal. Faremos também uma comparação de cada uma das definições apresentadas pela díade com a forma como o conceito tem sido abordado na literatura.

5.1.1. Casal 1: Joana e João

Para o Casal 1, conflito é uma briga que pode machucar:

“Conflito literalmente é uma briga, entendeu? Alguma coisa que chegou ao extremo dos dois, machucou um dos dois aquilo e que a gente vai ter que sentar depois de cabeça fria pra conversar.” (H)

“É uma discussão mesmo.” (M)

A definição apresentada pelo casal é condizente à referida por vários autores (Benetti, 2006; Bolze & cols., 2011) como uma interação adversa entre os cônjuges em uma determinada situação. O casal utiliza adjetivos tais como “sério”, “extremo” ou “difícil” para descrever a natureza do conflito:

“Acho que o conflito é algo mais sério assim, é uma discussão.” (M)

“É, não é uma briguinha, conflito é algo já mais extremo.” (H)

“É, conflito é já algo mais difícil de você resolver, né?” (M)

Os adjetivos utilizados pela díade são condizentes com uma das dimensões do conflito, isto é, sua *intensidade* (Benetti, 2006; Boas & cols., 2010; Bolze & cols., 2011). O conflito é contraposto ao estresse do dia a dia que, por sua vez, faz parte de todo relacionamento e não requer tantos esforços para achar soluções:

“A diferença que a gente vê do conflito para o estresse é a duração da discussão e um requer falar sobre pra evitar, que é o conflito, agora estresse não.” (H)

“Isso.” (M)

“Estar estressado faz parte de um relacionamento, não tem como fugir disso. Agora estresse do dia a dia não, não requer sentar e conversar, refletir, tirar uma solução, agora conflito sim.” (H)

O fato de o conflito exigir reflexão e busca de soluções é consistente com a quarta dimensão do conflito, que diz respeito à forma como as interações conflitivas são resolvidas (Benetti, 2006; Boas & cols., 2010; Bolze & cols., 2011).

5.1.2. Casal 2: Claudia e Claudio

Conflito, para o Casal 2, é visto como diferenças de percepções, ideias ou interpretações:

“[Há conflito] todas as vezes em que a gente não interpreta a situação da mesma forma. Quando a minha percepção é diferente da percepção dela. É isso.” (H)

“Bom, eu ia falar ideias diferentes, opostas, que geram algum atrito ali, algum estranhamento... Que não chega a um senso comum, algum acordo, que divergem.” (M)

Tal definição é condizente com a concepção de Paleari e colaboradores (2010). Os autores descrevem o conflito como interações sociais que envolvem duas realidades subjetivas, nas quais os parceiros estabelecem metas, desejos, interesses, expectativas ou opiniões que são incompatíveis entre si.

A interpretação da diferença como um reflexo da individualidade e da história de vida de cada um/a foi considerada pelo Casal 2 um aspecto facilitador do convívio conjugal:

“Eu morei com uma fisioterapeuta, num hospital também, no alojamento, ela fazia especialização.” (M)

“Nós moramos em comunidades, digamos assim, moramos fora da família, tivemos contato com outros valores antes de casar. Eu, pelo menos, quando ela tem alguma atitude, sei que ela não está fazendo algo pra me atacar. Ela pode estar fazendo algo simplesmente porque teve uma criação diferente, porque entende o mundo de uma outra forma.” (H)

A dinâmica do casal se estrutura na oposição de visões antagônicas e no confronto de percepções diferentes do mundo (Caillé, 1991). Cada pessoa tem tendência a perceber, de maneira particular, os motivos de discórdia (Falcke & cols., 2013). Tal percepção está diretamente relacionada à forma como cada cônjuge se propõe a lidar com o conflito, o que é condizente com a quarta dimensão sobre as estratégias de resolução (Benetti, 2006; Bolze & cols., 2011).

5.1.3. Casal 3: Andréa e André

A definição de conflito do Casal 3 está relacionada a diferenças decorrentes da individualidade de cada cônjuge, quando ambos moram juntos:

“Assim, conflito você têm quando pessoas moram juntas e cada uma tem sua, de certa forma, sua individualidade, sua forma de pensar. Isso quando você entra num processo de discutir sobre alguma coisa né. Isso pode gerar alguns conflitos de ideia, de pensamento né.” (H)

“É, eu acho que é isso que ele falou.” (M)

A definição da díade é condizente com a concepção de *conflito de interesses* defendida por Straus (1979). Tal concepção diz respeito à divergências que surgem entre duas pessoas ou mais, quando cada uma deseja realizar sua vontade. Tais divergências fazem parte de um dos grandes desafios de ser casal, que reside no fato de sua dinâmica encerrar, ao mesmo tempo, duas individualidades e uma conjugalidade (Féres-Carneiro, 1998; Féres-Carneiro & Ziviani, 2009; Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2010; Féres-Carneiro & cols., 2011).

A forma de conduzir a discussão é considerada um aspecto importante na definição de conflito do cônjuge, com a qual a esposa concorda:

“E isso [o conflito] acaba de uma certa forma, dependendo da maneira que você vai conduzir, acaba, pode gerar uma discussão. Mas nada que você não consiga resolver depois, de uma forma tranquila.” (H)

“Eu concordo com ele também.” (M)

Tal ideia equivale ao conceito de *conflito* de Straus (1979), que diz respeito às formas de as pessoas lidarem ou resolverem o *conflito de interesses*. A definição de conflito do casal também inclui, portanto, as estratégias de resolução (Benetti, 2006; Bolze & cols., 2011).

5.1.4. Casal 4: Rafaela e Rafael

O Casal 4 define conflito como o resultado de falta de diálogo e de colocar o “eu” na frente do “nós”, isto é, de priorizar a individualidade em detrimento da conjugalidade:

“Conflito, pra mim, é tudo que aconteceu com a gente, é resultado de falta de diálogo.” (M)

“Toda vez que a gente botou o ‘eu’ na frente, é conflito. O fato de você estar com alguém, e crie com essa pessoa um relacionamento de marido e mulher, não existe ‘eu achei’, é ‘nós achamos’. Eu só falo ‘eu achei’ quando você vai fazer uma surpresa, né?” (H)

A definição de conflito do Casal 4 é condizente com o estudo de Giudici e colaboradores (2011). Os autores concluíram que o individualismo tem um efeito significativo no conflito conjugal. Casais que valorizam a autonomia e a prevalência do desenvolvimento individual, em detrimento do conjugal e familiar, têm maiores dificuldades de permanecerem juntos ao longo do tempo.

A utilização de pronomes da primeira pessoa do plural, por exemplo, “nós” ou “nosso” reflete uma experiência comum e pode ser indicador de intimidade, proximidade, responsabilidade compartilhada e parceria entre o casal. Parceiros que utilizam com mais frequência o pronome “nós” têm demonstrado mais satisfação e compromisso com o relacionamento. O uso do pronome “nós”, em detrimento dos pronomes “eu/você”, costuma fortalecer o vínculo conjugal e acentuar uma maior integração entre as identidades (Mitnick & cols., 2009; Seider & cols., 2009).

É interessante ressaltar que na pesquisa de Seider e colaboradores (2009), casais mais velhos utilizam uma maior quantidade do pronome “nós” do que casais

mais novos. Apesar de os casais mais velhos do estudo dos autores terem pelo menos trinta e cinco anos de união, em contraste com vinte e oito anos de casamento do Casal 4 deste estudo (Tabela 2), é um dado interessante de ser levado em consideração.

A díade evidencia também uma distinção entre conflito e dificuldade associada ao dinheiro. As dificuldades podem gerar o efeito de unir os parceiros:

“Falta de dinheiro não gera conflito, gera só necessidade. Pra nós, sempre foi isso. Nós nunca tivemos uma vida farta, mas a gente sempre teve uma vida vivida. A falta de dinheiro que a gente já passou, só gerou pra nós dificuldades, nunca conflito.” (H)

“Tem uma coisa interessante até no dinheiro, né. Não é meu dinheiro, nem o dinheiro dela, é o nosso dinheiro.” (H)

“Todas as dificuldades que a gente passou só uniu a gente.” (M)

5.1.5. Discussão geral

De forma geral, os casais apresentam diversos aspectos da definição de conflito conjugal, todos eles condizentes com a literatura (Benetti, 2006; Bolze & cols., 2011; Féres-Carneiro, 1998; Féres-Carneiro & Ziviani, 2009; Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2010; Féres-Carneiro & cols., 2011; Giudici & cols., 2011; Mitnick & cols., 2009; Paleari & cols., 2010; Seider & cols., 2009; Straus, 1979). Tais aspectos se referem, principalmente, à ideia de conflito como uma divergência que precisa ser resolvida. Das quatro dimensões associadas ao construto, a das estratégias de resolução foi a mais frequente contemplada por todos. O conflito exige a busca de soluções (Casal 1), a interpretação e condução adequada da diferença (Casais 2 e 3), e o diálogo (Casal 4).

É interessante ressaltar que ambos os cônjuges dos quatro casais concordaram na definição de conflito. Outro aspecto interessante é o fato de o Casal 1 ter estabelecido uma diferença entre conflito e estresse, assim como o Casal 4 diferenciou conflito de dificuldade. O estresse, para o Casal 1, faz parte do dia a dia e não requer tantos esforços para achar soluções. O Casal 4, por sua vez, considera que a dificuldade não necessariamente leva ao conflito; pelo contrário, pode ter o efeito de unir os parceiros.

5.2. FATORES GERADORES DE CONFLITO CONJUGAL

Cada díade cria sua forma única de ser casal, uma “identidade conjugal” (Féres-Carneiro, 1998; Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2010) ou “absoluto do casal” (Caillé, 1991), ao determinar os limites e possibilidades da relação amorosa estabelecida entre eles. A seguir, serão ilustrados alguns fatores geradores de conflito atuais ou passados na relação de cada díade.

5.2.1. Casal 1: Joana e João:

Os relatos do casal destacam os estresses do dia a dia relacionados ao trabalho de ambos, à faculdade e ao trânsito. No momento em que o casal se depara com os estresses decorrentes da cotidianidade laboral, um desconta no outro, sem perceber:

“As dificuldades que eu vejo são esses estresses assim do dia a dia, que você passa e às vezes você se estressa.” (M)

“Hoje em dia traz estresse do trabalho, ela traz estresse do trabalho dela. Traz estresse da faculdade, do trânsito, traz pra cá, um desconta no outro sem ver, né? Porque você já tá de pavio curto, já tá explosivo ali na hora, aí ela fala qualquer coisa que me incomoda, então tem aquela explosão inicial.” (H)

Tais relatos são consistentes com os apontamentos de Mosmann e Falcke (2011). As autoras encontraram que casais têm mais interações conflituosas em dias que vivenciam mais problemas cotidianos, tais como problemas no trabalho.

O consumo de bebida por parte do esposo em ocasiões sociais, tais como churrascos, é motivo de estresse para a esposa. A permanência prolongada nesses eventos também é fator de conflito entre o casal. Ela, por um lado, gostaria de realizar mais atividades durante o dia, e ele, pelo outro, gostaria de permanecer mais tempo em tais eventos:

“Beber eu digo não um happy hour, quando vamos pra um churrasco, por exemplo, aí tá lá desde 2 horas até 8 da noite, aí obviamente que vai sair de lá naquele grau.” (M)

“Eu tenho que fazer mil coisas no mesmo dia, eu não suporto ir pra um churrasco e morrer meu dia no churrasco. Não, à noite eu vou querer sair, eu vou querer fazer outras coisas, então eu não quero limitar minha vida a isso.” (M)

“Eu não consigo também afirmar que amanhã não vai ter conflito por causa disso, que vai ter, porque vai ter momentos que eu vou ter que ficar até mais tarde.” (H)

Mosmann e Falcke (2011) identificaram que os dilemas em relação ao tempo que o casal desfruta juntos foi o segundo motivo de conflito mais frequente apontado pelos/as participantes. Tal fato fica evidenciado nos relatos do Casal 1.

5.2.2. Casal 2: Claudia e Claudio

O Casal 2 faz referência à ansiedade relacionada a planos que ambos fizeram no âmbito profissional, financeiro e familiar e que ainda precisam batalhar para conseguir:

“Então, tudo que a gente ganhou, a gente tem que batalhar pra conseguir. Por exemplo, esse apartamento é alugado. Então, quais são as dificuldades hoje? As dificuldades são exatamente a ansiedade de conquistar coisas. A ansiedade dela pra passar no concurso, a minha ansiedade de crescer profissionalmente, a ansiedade de comprarmos o apartamento, mas ainda não temos condição financeira.” (H)

“Comprar um apartamento... ter filhos, né.” (M)

A ansiedade pode virar desentendimento, quando as expectativas no âmbito profissional se transformam em frustrações:

“Você fica naquela expectativa de que, sei lá... Ela faz uma prova do concurso, e vê que saiu bem, e automaticamente já vem algumas questões: ‘Ah, legal, se passar vai dar pra comprar o apartamento que a gente tanto quer, e tal’. E aí, de repente, vem uma frustração. Ou até mesmo uma proposta de emprego pra mim, de crescimento profissional, que às vezes a gente fica esperando, e tal, e às vezes não vem. Essa ansiedade, às vezes vira um estresse, e esse estresse pode ocasionar algum tipo de desentendimento entre nós.” (H)

Giddens (1997) aponta que a presença de ansiedade pode ser um fator desencadeador de conflito. Muitas vezes ela é reflexo de um projeto conjugal, definido histórica e socialmente. O que é considerado problema está circunscrito no distanciamento ou na aproximação em relação a um padrão de desejabilidade. A frustração do casal ilustra o distanciamento desse padrão.

As atividades de cada um, atreladas ao campo profissional, têm desdobramentos na dinâmica conjugal. O fato de ela estudar em casa e ele trabalhar no contexto público desperta demandas distintas de cada cônjuge quando Claudio volta do trabalho. A esposa, por um lado, gostaria de compartilhar tempo com ele, dado o fato de ter permanecido em casa estudando, sem interagir com outras pessoas. O cônjuge, por outro lado, gostaria de relaxar, em resposta ao cansaço decorrente da

jornada laboral. A diferença de demandas de Claudio e Claudia gera distanciamento inicial entre os parceiros e se traduz no sentimento de chateação da parceira, ao interpretar o desejo do esposo como sinal de frieza em relação a ela:

“O cansaço do dia. Isso distancia a gente. Pelo menos da minha parte, o que eu sinto que me distancia dela, o que distancia ela de mim, é quando o dia foi um dia difícil, a gente acaba, em um primeiro momento, estando longe.” (H)

“Acho que mais pelo cansaço dele, que ele chega cansado, às vezes mais estressado, e eu demando mais atenção dele, e às vezes ele não está nessa disposição que eu estou. A gente está em momentos diferentes. Como eu fico a maior parte do dia em casa, e ele chega cansado, eu quero mais atenção, quero sair, quero ver o mundo lá fora. E às vezes ele está cansado. E às vezes eu me chateio, né, achando que é alguma coisa comigo, que ele está mais frio, mais distante, mas não é isso, às vezes ele quer ficar no canto dele porque está cansado.” (M)

O excesso de trabalho de Claudio aparece como uma variável que gera distanciamento entre a díade, tal como relatado pelos/as filhos/as de primeira união, no estudo de Toloi e Souza (2009). A redução do tempo disponível para o casal, na pesquisa de Garcia e Tassara (2003), foi uma das repercussões da esfera laboral no relacionamento conjugal. O desejo da cônjuge é condizente com parte das mudanças reivindicadas pelas mulheres do estudo de Heyman e colaboradores (2009), no que diz respeito aos comportamentos afetivos dos parceiros, tais como: “passar tempo comigo”, “me dar atenção quando preciso”, ou “iniciar conversas interessantes comigo”.

Os cônjuges identificam que muitos de seus conflitos não tiveram origem em ações ou atitudes provocadas por eles e sim por interferência de outras pessoas:

“Mas, assim, a gente nunca chegou a ter uma discussão por alguma coisa que aconteceu, assim, provocado por um de nós, não, né? Foram mais discussões de outras pessoas que se aproximaram, outras pessoas que fizeram coisas pra nós, e a gente agiu de uma forma que o outro não concorda, mas nunca nada provocado por nós. Não houve nenhum conflito provocado por uma... Sei lá...” (H)

“Atitude nossa.” (M)

“Então, assim, não surgiu de nós o ponto inicial do conflito, geralmente foram outras pessoas que interferiram na nossa vida, e isso gerou um conflito nosso.” (H)

Tais relatos também são consistentes com parte dos resultados da pesquisa de Toloi e Souza (2009). Nessa pesquisa, os filhos/as de primeira união relataram grande

interferência da família extensa e de amigos como intensificadores de conflitos entre os pais.

5.2.3. Casal 3: Andréa e André

André faz referência a conflitos anteriores relacionados à exigência dele, por um lado, e à proteção de Andréa, pelo outro, quanto ao andamento dos estudos dos filhos. André considera que a postura de proteção da esposa não era favorável ao processo de formação deles. Andréa, por outro lado, avalia que se tratava de uma exigência do esposo, pois os filhos sempre foram bons estudantes:

“Fator de conflito seria eu saber que é importante você exigir e sabendo que o fato dela estar protegendo não era uma coisa saudável. Porque não sendo saudável, porque que você tá alimentando isso? Acho que assim essa questão de proteção nunca foi favorável ao processo de formação mesmo [dos filhos]. Porque o que tá errado, tá errado.” (H)

“Mas os meninos sempre assim foram bons alunos, né. Ele que queria mais e mais.” (M)

A cobrança de André e a proteção de Andréa refletem uma interação de natureza complementar, na qual as diferenças são maximizadas, e o comportamento de um cônjuge complementa o do outro (Watzlawick & cols., 1967/2007). As percepções diferentes entre os parceiros acerca de seus papéis no casamento e na família, transformam-se em dilemas e desafios que precisam ser enfrentados (Perlin & Diniz, 2005). De acordo com Heyman e colaboradores (2009), conflitos que expressam desejos diametralmente opostos são mais difíceis de resolver.

O desenvolvimento profissional do filho Andrezinho ainda é motivo de desentendimento entre o casal:

“Ainda aflora um pouquinho [o conflito] em relação ao meu filho aqui né. Mas eu também tô passando a cobrar, porque hoje em dia a gente vê o quanto tá difícil passar num concurso. A gente quer que ele tenha uma estabilidade melhor no futuro. Às vezes ele [o cônjuge] fica nervoso né, porque quando ele não vê alguma coisa caminhando assim, ele fica nervoso.” (M)

O fato de Andréa não comunicar ao parceiro o valor gasto em compras pessoais é motivo de conflito. De acordo com o relato da cônjuge, o desentendimento aconteceria de qualquer forma, mesmo que ela avisasse ou não:

“Acho que a pessoa tem que avisar.” (H)

“Porque às vezes eu não aviso. Vamos supor, meu salário dá 900 reais por mês. Aí, vamos supor... Tá, dois meses, três meses, aí eu fui, paguei lá, mas não avisei pra ele. Então isso gera discussão, né. Se eu avisasse, eu acho que aconteceria a mesma coisa [risadas].” (M)

Esquecimentos, erros ou imprevistos na cotidianidade, por parte da cônjuge, também são fatores geradores de conflito:

“Ela pegou a chave da casa, trancou a casa, a gente foi com o Andrezinho. Aí o Andrezinho ia voltar mais cedo, ao invés de ela ter posto a chave na bolsa, aí põe no carro do Andrezinho. Aí eu chego em casa, e não tem como entrar dentro de casa.” (H)

“Então isso nunca acontece. Nunca! Documento... Ixe, quando procura o documento e não acha, você precisa de ver. Chave... Então, eu tenho muita preocupação com isso, e, realmente, não acontece, isso aí não acontece. Só que domingo aconteceu, entendeu.” (M)

É interessante observar a utilização da frase do esposo “eu chego em casa”, em um contexto no qual ambos os cônjuges não tinham como entrar. No estudo de Seider e colaboradores (2009), o uso de pronomes “eu/você” foi indicativo de independência e de foco na individualidade dos/as parceiros. Tais pronomes foram associados a interações caracterizadas por elevados níveis de afetos negativos e casamentos menos satisfatórios.

Os resultados do estudo de Seider e colaboradores (2009) também indicaram que a associação entre maior uso de pronomes “eu/você” e o grau de insatisfação conjugal foi mais significativa para casais mais velhos. Tal como evidenciado na Tabela 2 dos dados sócio-demográficos, o Casal 3 tem vinte e seis anos de casamento.

Andréa considera um problema o fato de o esposo não perdoar esquecimentos, erros ou imprevistos no cotidiano conjugal:

“Eu já falei pra ele que esse nervoso dele não é normal.” (M)

“Não, pô, já vai sair, já deixa as coisas tudo de um jeito que...” (H)

“Você não perdoar um erro ou imprevisto. Isso aí é um fator bem agravante também, ele não perdoa. Eu vejo isso como problema. Eu não vejo, assim, como um simples estresse porque ele queria chegar em casa. Eu vejo isso como um problema.” (M)

O temperamento difícil do cônjuge foi destacado pelas entrevistadas do estudo de Garcia e Tassara (2003) como um dos problemas resultantes do descumprimento do papel social desejado para o parceiro. O fato de Andréa enxergar as reações do cônjuge como um problema denuncia uma condição relacional não desejada.

A intolerância de André diante de esquecimentos, erros ou imprevistos também afeta os dois filhos. Andrezinho é “o super esquecido” e Alicia resistiu de entregar a máquina em uma situação de assalto, ao lembrar da reação do pai:

“É tipo o seguinte, o Andrezinho meu filho, ele é o super esquecido. Ele chega, deixa a carteira ali, aí vai saindo, esquece o óculos, esquece a chave...” (H)

“Tudo!” (M)

“Aí essa coisa me gera uma irritação danada, né. Poxa, pra não esquecer pôe tudo junto, ué. Eu não vou ter que sair no carro? Então eu ponho a chave em cima da carteira ali, e eu não vou esquecer. Na hora que eu precisar, eu já tenho a chave ali, porque eu já peguei a chave.” (H)

“Os meus filhos, uma vez... Eu vou falar [risos]. Uma vez a minha filha estava na porta de casa, aí nesse dia um moleque passou, e eu escutei, menina, aquela confusão toda, aí eu corri, né, estava até com um colega também na garagem. Aí eu falei: ‘Alicia de deus!’. ‘Não ia entregar a máquina não, mãe’. ‘Alicia, minha filha, num assalto, qualquer coisa, você fica pelada, mas você tem que ficar...’. ‘Não mãe, eu fiquei pensando no meu pai se eu entregasse a máquina’. ‘Eu falei: e daí? Entendeu, e daí?’” (M)

“Só que com esse jeito dele assim, com relação ao esquecimento de alguma coisa, ele passa pra gente, assim, outras coisas, tipo um medo, de uma coisa assim mais... Um prejuízo com alguma coisa, uma perda de algum...” (M)

Os relatos dos cônjuges ilustram as implicações das interações destrutivas a nível familiar. Vários estudos alertam sobre as consequências do conflito conjugal para a prole (Benetti, 2006; Bolsoni-Silva & Marturano, 2010; Bolze & cols., 2011; 2013; Braz & cols., 2005; Gottman, 1998; Kourou & cols., 2010; Machado, 2009; Mosmann & Falcke, 2011; Sturge-Apple & cols., 2008).

5.2.4. Casal 4: Rafaela e Rafael

O Casal 4 faz referência a duas fases difíceis que, na época, representaram motivos de conflito significativos. A primeira delas se refere à descoberta, por parte da cônjuge, de relacionamentos extraconjugais do esposo:

“Quando eu voltei, ele estava muito atencioso. Isso me incomoda. Você falar demais que ama a outra pessoa, quando começa a ficar muito repetitivo, parece que está falando pra se convencer, e não porque é verdade. E ele disse que tinha encontrado uma outra pessoa, que estava bem, que não sei o que...” (M)

A possibilidade de conflitos provocados por experiências extra-conjugais foi apontada por Boas e colaboradores (2010). No estudo de Martins (2009), o casamento é representado pelos/as participantes como um ritual e uma tradição em que é importante a fidelidade. Essa última se torna parte de um projeto conjugal desejado e definido historicamente e socialmente (Giddens, 1997).

O contexto da traição do cônjuge coincidiu com o período de seis anos e meio em que Rafaela esteve fora da cidade, para desenvolver sua carreira profissional. A esposa manifesta ter assumido um risco na vida conjugal, em decorrência das implicações de sua ausência ao escolher estudar fora:

“Era uma coisa que eu tinha consciência e que não tinha como reclamar, é que, eu saindo, eu deixava a porta aberta. Por ter deixado a porta aberta, por ter saído, né, e... A ausência... Ainda mais mulher, homem sozinho...” (M)

O casal faz referência ao cansaço e à mentira como possíveis fatores de distanciamento inicial, alimentado pela raiva e pela renúncia momentânea de conversar. Logo após, faz-se presente o desejo de interagir novamente:

“Eu só vejo a mentira.” (M)

“É, acho que o cansaço e a mentira. Distanciaria nos primeiros instantes, pela raiva, por aquela situação momentânea de não querer conversar. Mas, depois, um tempinho depois, você se vê obrigado a falar, porque faz falta, então você vai atrás. Então, acho que é essa coisa da mentira, mas até o momento que resolve.” (H)

Para ambos os cônjuges, a mentira foi considerada um dos possíveis fatores de distanciamento entre a diáde, o que demonstra a importância da confiança nos relacionamentos amorosos da atualidade (Bauman, 1998; Giddens, 1991). De fato, a confiança no parceiro/a se constitui em uma das metas mais importantes dos casais para seus projetos de conjugalidade, a qual estaria orientada pela possibilidade de não-durabilidade de uma relação afetivo-sexual (Bauman, 1998).

Quando há confiança é possível estabelecer um comportamento de segurança diante dos riscos. Além disso, ela diz respeito à credibilidade que uma pessoa tem na relação com outra (Giddens, 1991). A importância de tal credibilidade é evidenciada no fato de o principal motivo de mágoa para Rafaela, quando da traição de Rafael, foi ele não ter lhe contado toda a verdade sobre os relacionamentos extra-conjugais, quando ela assim o solicitou:

“Ele tentava negar, e quanto mais ele negava, mais eu identificava que existiam outras pessoas, né, que não tinha sido só o que ele havia me contado. O que me magoou foi: eu dei a oportunidade de falar, e ele me falou parte. Ele podia ter me dito tudo, mas não fez.” (M)

A segunda fase difícil do Casal 4 esteve relacionada ao contexto de trabalho de Rafael, no qual houve uma falsa acusação contra ele que o abalou muito. Nesse período, o cônjuge se tornou ausente da própria vida, desmotivado e sem vontade de trabalhar:

“Ele já não era mais a pessoa que eu conheci, né. Quando a gente se conheceu, ele era muito moleque, ele brincava, né, com cara de sério, ele falava umas piadas, e fazia umas coisas assim. E, depois disso tudo, ele era aquela pessoa ausente. Ficava num canto, você olhava, assim, ele fazia de conta que estava assistindo um filme, você falava e ele não escutava. Estava totalmente ausente. Não tinha interesse nenhum de melhorar, de crescer. Não queria mais ir pro trabalho.” (M)

Eventos imprevisíveis, como a falsa acusação no contexto laboral, é um exemplo de estressor horizontal (Carter & McGoldrick, 1995/2001). Os conflitos mudam ao longo do tempo, na medida em que as famílias passam por diferentes fases do seu desenvolvimento no curso de vida familiar (Benetti, 2006; Boas & cols., 2010; Bolze & cols., 2011). Tal processo se vê refletido nas duas fases difíceis que Rafael e Rafaela viveram ao longo do relacionamento. A atual fonte de estresse do cônjuge se refere à ansiedade de ter um tempo para estudar para a faculdade. Porém, esse estresse não diz respeito à interação conjugal:

“Só a faculdade, que é em relação à minha ansiedade, de estudar, de ter um tempo pra estudar, pra fazer prova, pra essas coisas. Mas é só a meu respeito, só é um estresse porque, vamos dizer assim, eu preciso estudar, eu preciso fazer, mas não em relação à gente.” (H)

O casal descreve uma situação de conflito que envolveu um dos filhos, na época em que esse filho ainda morava com eles. A discordância entre a díade está na forma de lidar com a situação. Por um lado, o estilo do cônjuge de aguardar; e pelo outro, o estilo da esposa de falar diretamente:

“Ontem mesmo, e tal... Às vezes eu peço muito sobre filhos, às vezes vêm problemas, assim, sobre conversar com os filhos, bater aquele papo de pai pra filho, e tal. Ela briga muito com isso, porque são filhos homens. E, às vezes, o entendimento, a experiência que eu, como homem, tenho, e tive, poderia passar pra eles, né. E eu sempre piso no freio, espero um pouquinho, vou falar depois dela conversar comigo pela milhonésima vez. Mas eu tenho o

meu tempo pra conversar com eles, e aquilo que eu vou conversar, e ela não.” (H)

“Ela fala e eu aguardo, né? Por quê? Porque existem três aspectos: um é o filho que está com esse problema, outro, a visão dela, e outro é a minha visão. E são três situações bicudas, elas precisam ter um senso comum. Então eu aguardo, né. Porque, se o meu filho quer sair, ou está fazendo alguma coisa, e ela bota essa única solução pra ele...” (H)

“Não dá pra você passar a mão na cabeça de filho. Não dá. O moleque já tinha 25 anos.” (M)

“Uma criança.” (H)

As características pessoais dos cônjuges pode ser uma variável desencadeadora de conflitos (Boas & cols., 2010; Bolze, 2011). A percepção que cada cônjuge possui acerca da situação conflituosa geralmente difere. Cada pessoa tem tendência a perceber, de maneira particular, os motivos de discórdia (Falcke & cols., 2013).

5.2.5. Discussão geral

Os motivos que geram conflito para os quatro casais foram comparados. Foi constatada a recorrência de um tema presente em quase todas as circunstâncias apresentadas. Tal tema diz respeito à situações relacionadas ao contexto profissional e/ou financeiro, e suas implicações para as interações entre o casal no espaço doméstico. Vários conflitos são resultantes dessa interação.

O Casal 1 destaca o fato de a cotidianidade da faculdade, trânsito e trabalho de ambos aumentar o grau de estresse individual. Tal estresse fica refletido na relação conjugal quando cada parceiro “desconta” o mal-estar no outro. A realidade do Casal 2, por sua vez, é que o cônjuge trabalha fora e a esposa estuda em casa. Esse fator cria demandas distintas, que se traduzem em cansaço e chateação, respectivamente.

O desejo de melhorar a condição financeira para poder comprar um apartamento e ter filhos desperta ansiedade na esposa (Casal 2) de passar em um concurso, e no esposo de crescer profissionalmente. Situações de prova de concurso ou propostas de emprego geram expectativas que, quando frustradas, transformam-se em estresse e possíveis desentendimentos entre o casal.

No caso da Díade 3, o fato de o cônjuge trabalhar fora e a esposa cuidar da casa – trabalho doméstico – favorece interações desiguais entre o casal, nas quais André cobra, exige e briga, por um lado; e Andréa protege e evita o estresse, pelo outro. Anteriormente, o conteúdo da cobrança estava relacionado ao âmbito escolar de

ambos os filhos; e atualmente diz respeito à conquista de uma estabilidade financeira por parte do filho Andrezinho. Em ambos os cenários, o futuro profissional/financeiro da prole é o tema principal da cobrança do cônjuge em relação à esposa. O manejo das finanças é outro motivo de atrito para o Casal 3.

O Casal 4 também sofreu impacto da interação entre o contexto profissional e a conjugalidade. Esse processo foi ilustrado nas duas fases difíceis relatadas pela díade. Na primeira delas, a escolha da esposa de estudar em outra cidade implicou riscos para a conjugalidade, que estiveram refletidos nos relacionamentos extraconjugais do esposo. Na segunda fase difícil, o casal enfrentou a acusação falsa contra Rafael no trabalho, que o tornou ausente da própria vida, atitude que teve implicações para a interação conjugal.

A importância da dimensão profissional e financeira nas interações e conflitos conjugais fica evidenciada no relato dos quatro casais. Problemas conjugais decorrentes do trabalho de um ou ambos os parceiros (Garcia & Tassara, 2003; Miranda-Martins, 2006; Toloí & Souza, 2009), ou de questões financeiras (Braz & cols., 2005; Garcia & Tassara, 2003; Mosmann & Falcke, 2011; Toloí & Souza, 2009) foram encontrados por diversas pesquisas brasileiras.

Estilos diferentes na forma de educar os filhos foram constatados nos casais 3 e 4. Vários estudos brasileiros apontam para divergências na educação dos/as filhos/as como um dos principais motivos de conflito (Braz & cols., 2005; Garcia & Tassara, 2003; Mosmann & Falcke, 2011; Toloí & Souza, 2009). De fato, no estudo de Mosmann e Falcke (2011) junto a 149 casais, com tempo médio de união de 22,4 anos, foi identificado o predomínio de conflitos relacionados à prole. Da mesma forma, foi apontado como segundo grande tema de desavenças pela pesquisa de Toloí e Souza (2009).

É interessante ressaltar que os casais 1 e 2 não têm filhos, motivo pelo qual não foi identificada nenhuma desavença relacionada a esse tópico. Ambos os casais, porém, apresentam o projeto conjugal de se tornar pais:

“É que ele é louco pra ser pai.” (Joana, Casal 1)

“Eu quero muito ser mãe, mas também dois filhos, daqui um tempo.” (Joana, Casal 1)

“Ano que vem.” (João, Casal 1)

“Filhos, viagem, comprar nosso apartamento.” (Claudio, Casal 3)

“Nosso cantinho.” (Claudia, Casal 3)

Nas verbalizações do Casal 1 sobre o projeto futuro de ter filhos são indetectadas discordâncias em relação ao momento propício e ao sexo desejado da criança:

“Futuro que já virou passado pra mim.” (João, Casal 1)

“E eu fico segurando aqui um tempinho aí [risos].” (Joana, Casal 1)

“Filho.” (João, Casal 1)

“Filha [risos]. Tem que ter um casal, né?” (Joana, Casal 1)

A forma como os casais vivenciam o momento transicional para a parentalidade pode ser um fator significativo entre aqueles que separam e aqueles que permanecem juntos. A cada importante transformação, como o nascimento de um/a filho/a, o contrato tácito estabelecido pelo casal deve ser renegociado para acomodar as necessidades de reorganização da vida conjugal e para construir uma adequação à nova etapa do ciclo vital (Carter & McGoldrick, 1995/2001). A qualidade da relação conjugal é a peça chave na preservação ou não do relacionamento nessa fase do ciclo vital (Menezes & Lopes, 2007b).

5.3. ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO CONJUGAL

As estratégias são a ponte que ligam o projeto conjugal ao contexto social. Em tempos de contemporaneidade ou sociedade pós-moderna, os casais para manterem seu relacionamento enfrentam o desafio de terem de negociar e atualizar na própria relação, seus desejos, necessidades e as possíveis soluções para os problemas (Bauman, 2001). A seguir, serão apresentadas parte das estratégias de resolução utilizadas pelos quatro casais do estudo para lidarem com algumas situações da cotidianidade conjugal presente e passada.

5.3.1. Casal 1: Joana e João

Um dos motivos de conflito apontados pelo Casal 1 diz respeito ao consumo de bebida por parte do cônjuge em eventos sociais. Em tais situações, a estratégia utilizada pela esposa é reclamar e colocar limite:

“Eu reclamo, porque eu não dou conta de ficar calada, né?” (M)

“Eu falo: ‘Não, bebeu! Bebeu pouco, mas bebeu, é o suficiente! [Risos]. Se foi pouco ou muito, eu não sei, mas foi o suficiente, então pode parar!’” (M)

Outro motivo de conflito diz respeito à permanência prolongada em eventos sociais, tais como churrascos. Nessas situações, os dois cônjuges cedem, tanto no sentido de permanecer mais tempo no churrasco, quanto no sentido de sair mais cedo. A diáde adota a postura de ambos continuarem no local ou ambos saírem, com o intuito de evitar a possibilidade de uma briga muito maior entre eles. Os parceiros, portanto, permanecem juntos independente da escolha:

“Pode ser que o lugar não esteja realmente muito legal, eu pego e vou embora. Mas se tiver muito legal, às vezes ela vê que eu tô gostando pra caramba, aí ela deixa mais um tempo e tal. Outro dia não, ela realmente quer fazer outra coisa, então a gente acaba indo.” (H)

“Uma coisa também que a gente nunca admitiu assim: ‘Ah, vamos brigar e cada um vai pro seu canto em uma festa’. Não, de jeito nenhum! Vamo embora agora, vamos os dois, ou então vamo ficar, vamo ficar os dois.” (M)

O Casal 1 evidencia a importância da capacidade de se doar mutuamente e de ceder em favor do outro. Essa capacidade consiste em pensar no outro e abrir mão pelo outro. Exige identificar e acompanhar os diferentes momentos da relação, a favor do equilíbrio entre a individualidade e a conjugalidade. É saber compartilhar, dividir, apoiar e respeitar tanto o momento de cada um, quanto o momento dos dois:

“Acho que é o fato da gente se doar, acho que no relacionamento todo dia a gente se doa, né? Se doa no sentido de pensar no próximo, na pessoa que você está e não ser egoísta.” (M)

“Saber ponderar e não vivenciar meu eu e sim vivenciar o momento dela, ela vivenciar o momento meu e a gente vivenciar o nosso. Então saber isso também: ‘Ah não, agora o momento tá sendo dela, vou deixar acontecer, seja em casa, numa festa ou em qualquer lugar, é mais ela aqui nesse momento’. Ou senão vice-versa, mais meu do que dela, ou ambos curtirem juntos. É saber dividir, é saber respeitar o momento de cada um.” (H)

Diante da manifestação de estresse de um dos cônjuges, o outro sinaliza que o motivo do estresse não está relacionado a eles e procura não dar continuidade ao atrito. A estratégia utilizada é mostrar ao outro que a origem do desentendimento está em uma fonte externa ao relacionamento. O casal relatou que nesse caso não sente necessidade de conversar sobre o atrito relacionado ao estresse, pois ambos reconhecem que é passageiro. Depois de um tempo, voltam a falar normalmente:

“Se acontece isso [o estresse] o outro que tá escutando fala: ‘Ow, eu não tenho nada a ver com isso, é o seu trabalho, deixa isso pra fora de casa, não vem trazer pra cá não! Você tá pensando que eu sou o para raio e tal?’. Então a gente tenta mostrar pro outro. Ao invés de ela entrar na briga e começar a brigar também, não, ela pondera.” (H)

“É, não compra briga.” (M)

“Nesse caso não precisamos conversar, porque é mais estresse do dia a dia. Volta a falar normal.” (H)

A qualidade e quantidade de trocas significativas entre o casal no dia a dia favorece conhecer o motivo de estresse do/a parceiro/a. As atividades que realizam juntos lhes permite, portanto, diferenciar o que é oriundo do próprio relacionamento em contraste ao que é externo a eles:

“Pô, saiu de casa feliz e contente, e de repente qualquer coisa já tá descontando em mim. Deixa isso pra lá, não tem nada a ver. Eu vejo a nossa rotina como fácil de falar porque é muito regradinho o que a gente faz no dia a dia, entendeu? É dia de semana, tem as atividades. Final de semana é o que ela fala: tem que sair pra almoçar num lugar, tem que sair pra jantar em outro lugar. Então se estressou, eu sei o motivo pelo qual ela estressou. Foi alguma coisa que aconteceu durante o almoço, foi alguma coisa à noite ou foi alguma coisa no trabalho.” (H)

No momento em que ambos os parceiros percebem, no meio de uma briga, que “não vai dar em nada”, optam por colocar um ponto final, mesmo que o conflito não tenha sido resolvido. Os cônjuges fazem isso por identificarem o risco de virar uma briga sem fim. Um dos indicadores é a duração da discussão e/ou quando há culpabilização do outro. Parar de conversar é, portanto, uma estratégia utilizada para evitar que a discussão se torne pior:

“Tá discutindo, tá batendo boca, dura muito tempo essa bateção de boca, os dois veem que não vai dar em nada, chega uma hora que: ‘ah quer saber? Fica aí no seu estresse, que eu fico pra cá e você fica pra lá’. Ou então um vai pra um quarto, o outro vai pro outro, ou então ficam no mesmo quarto, mas para de conversar. Meio que a gente põe um ponto final. Não soluciona, mas põe um ponto final, os dois.” (H)

“Eu também acho que é a forma, pelo menos pra gente, é a forma que mais dá certo. Não adianta você às vezes brigar ali e ficar falando, falando.” (M)

“Quando ainda não foi refletido, e ainda um tá botando a culpa no outro, então não é o momento de conversar.” (H)

Diante de alguma situação que incomoda, a estratégia da cônjuge   ser direta e expressar o motivo do incômodo. Nesse contexto, palavras são usadas a ponto de magoar o parceiro, porém, não no sentido de emitir xingamentos, os quais são considerados uma ofensa e uma falta de respeito por ambos os cônjuges:

“Quando eu vou falar alguma coisa se aconteceu   porque chegou num ponto que me incomodou, então também eu não sou de medir muito, aí eu já pego pesado com as palavras.” (M)

“Xingamento tem bem pouco, muito pouco. Porque pra gente   considerado uma ofensa, entendeu? Então se houver aí realmente gera conflito, gera briga, porque raramente...” (H)

“E eu acho muita falta de respeito, n . ” (M)

“Raramente um faz agressão verbal com o outro.” (H)

“Tipo tão discutindo uma situa o, aí eu pego e falo: ‘mas também sua família inteira   bebum!’ Sabe umas coisas assim? Não precisa ficar falando isso. Pra que? Vai magoar.” (M)

Em muitas das ocasiões que o Casal 1 teve conflito aconteceu de ambos olharem um para o outro e começarem a rir. Os cônjuges apontam para a elevada freq ncia com que esses momentos de descontra o acontecem:

“Porque conflito   aquele negócio que eu tava falando, são raros. Ultimamente graças   deus são poucos. Era muito pela questão de bebida, porque bebia o dia, enchia a cara, e não sei o que, e no outro dia não lembrava de nada, lalal . Mas assim, muitas das vezes que tinha conflito era um olhar pro outro e começar a rir.” (H)

“ , a gente faz isso sempre. Na verdade 80% das vezes a gente faz isso.” (M)

A cultura do casal de não se isolar, isto  , de permanecerem juntos no mesmo local, acelera o processo de resolu o do desentendimento. Fica evidente o quanto não faz sentido para eles estar brigados, por estarem literalmente um do lado do outro, pensando na própria rela o:

“ , um olha pro outro e começa a rir, fica meio sem senso. T  os dois deitados, brigados. A gente tem a cultura, um não pode levantar e sair. Aí fica os dois um do lado do outro deitado, aí a gente começa a pensar um no outro e pensa na rela o e pensa em tudo, tem um que t  rindo sozinho l  e o outro começa a rir também.” (H)

“Porque se isolar   mais conviver com aquilo, com aquele estresse. A gente não, a gente não se isola, por isso que são até raros os momentos que um vai pra um quarto e um vai pro outro.” (H)

O momento de riso é um canal para outras aproximações, tais como contato físico do pé ou da mão, geralmente iniciados por ele. Tal aproximação, por sua vez, é uma oportunidade para restabelecer o diálogo verbal sobre os motivos do conflito, geralmente iniciado por ela:

“É, aí chega uma hora que um ri e o outro ri, ou um encosta o pé no outro, um encosta o dedo no outro, aí ela chega pra lá, aí eu continuo encostando a mão, aí ela já sabe que é uma certa aproximação, é mais minha tendência. Ela não, ela quer conversar.” (H)

O casal opta por conversar em um segundo momento, quando ambos estão com “a cabeça fria” e a briga não se reproduz novamente. Os cônjuges consideram muito importante que os conflitos sejam de fato resolvidos, devido ao desejo de permanecer juntos para a vida inteira e devido à rotina ser muito vivida e compartilhada. Conversar assume, portanto, um papel fundamental tanto no dia a dia, quanto nos momentos de conflito:

“A gente senta para conversar com a cabeça fria.” (M)

“É mais tranquilo, pode ter exaltações, mas não brigas.” (H)

“A gente se resolve conversando.” (M)

“É, a cabeça tá mais fria e outra, eu tô com ela, ela tá comigo, é algo que tem que ser resolvido, é algo que a gente sempre busca, tem que ser resolvido. Vamo tá junto, se deus quiser, pra vida inteira, então não tem por quê... Assim, tem que resolver a situação, entendeu? Porque o dia a dia nosso é muito os dois, é o tempo inteiro conversando.” (H)

O objetivo da conversa é evitar desentendimentos futuros em relação ao motivo que deu origem ao conflito. Nesse contexto, o casal tenta não achar culpados e busca soluções práticas quanto ao que poderia ser mudado por cada um:

“É aquela coisa assim que eu faço muito: O que eu to errando? O que você tá errando? Eu falo: ‘É isso, isso e isso, pra mim tá me incomodando nesse, nesse e nesse ponto. E eu to te incomodando em que? Me fala o que tem que ser feito.’” (M)

“Pode ter aquele momento de eu não aceitar que a culpa era minha ou de ela não aceitar, mas assim, a gente procura muitas vezes não achar culpados e sim buscar não acontecer mais aquilo e de que forma.” (H)

O casal geralmente chega a um consenso durante as conversas no mesmo dia em que teve lugar o desentendimento. Desde o início do casamento, em uma das primeiras brigas, a cônjuge estabeleceu a regra de resolver os conflitos no mesmo dia.

A importância de não deitar brigados foi aprendida em uma das palestras na qual o casal participou, durante o curso de noivos, uma exigência da Igreja Católica para celebração da cerimônia religiosa. A cônjuge trouxe a proposta para o relacionamento e atualmente o casal cobra essa postura um do outro:

“Já é costume chegar num consenso, sempre. No mesmo dia.” (H)

“Ela, bem no início do casamento comentou em uma das primeiras brigas que a gente teve: ‘Se for pra resolver, é pra resolver no dia, não é virar um a cara pro outro.’” (H)

“Eu falo mais, foi o curso de noivos que a gente fez.” (M)

O cônjuge faz referência à dificuldade de estar brigado com uma pessoa com a qual se conversa constantemente. Os parceiros não abrem espaço, portanto, para o silêncio entre eles:

“Então, é difícil você tá brigado com uma pessoa que o tempo inteiro, durante quase cinco anos, ou até mais, o tempo de namoro e tudo, sempre conversar e de repente um ficar calado com o outro. A gente nunca teve esse momento de um ficar calado com o outro um, dois dias, porque é o tempo inteiro conversando. Se é o tempo inteiro conversando, ou resolve ali na hora, ou não resolve, né?” (H)

“Eu não gosto das coisas mal resolvidas, isso me incomoda, algo que ficar mal resolvido. Então pra mim tem que ficar tudo muito bem claro, dito e resolvido.” (M)

O hábito de conversar cria um estranhamento à possibilidade de ficar calado um com o outro. Conversar com frequência implica na necessidade de resolver verdadeiramente o conflito. Os parceiros também têm o costume de se dar um beijo quando chegam e quando saem de casa, e antes de dormir. O beijo pode ser em qualquer parte do corpo, o importante é que não pode faltar. Caso contrário, um dos dois reclama:

“Sempre tem que dar o beijo de boa noite, e o beijo na hora de sair. Por mais que ela vá me encontrar mais tarde, ela dorme na ponta da cama, ela vem pra outra ponta e me dá a testa, seja o que for, o nariz, mas tem que me dar um beijo, pra sair de casa tem que dar um beijo. Se um não faz o outro reclama.” (H)

5.3.2. Casal 2: Claudia e Claudio

A experiência do Casal 2 revela que um dos motivos de estresse para a esposa diz respeito à bagunça do cônjuge dentro de casa quando ele chega do trabalho.

Claudia lida com tal comportamento de duas maneiras distintas. Em alguns momentos, mostra empatia pelo estado de cansaço dele e “deixa passar”, isto é, ela mesma recolhe a bagunça sem falar nada. Em outros momentos, quando a desordem está muito frequente ou prolongada, ela “dá um toque” para ele mesmo arrumar:

“Depende, se ele acabou de chegar do serviço, e eu estou vendo que ele está muito cansado, eu deixo passar.” (M)

“Eu fico esperando ele tomar uma iniciativa. Se ele não toma a iniciativa, eu dou um toque, porque não dá pra mim, toda vez, ir recolher as coisas dele e ir guardar.” (M)

Outro fator gerador de conflito está relacionado ao cansaço do cônjuge quando chega do trabalho e às demandas distintas advindas da rotina de cada um. Ela, por um lado, deseja realizar atividades juntos. Ele, pelo outro, deseja descansar. O casal resolve o impasse por meio da compreensão mútua, que implica também ceder diante da demanda do outro:

“Eu tento entender. Eu busco, assim, explicações, porque ele está mais sério, porque ele está mais no canto dele. Busco explicações e amenizar isso: ‘Ah, eu entendo ele, então não vou ficar pedindo que ele saia comigo, que ele vai ficar mais estressado ainda.’” (M)

“E por outro lado, teve outro dia que eu cedi, eu falei: ‘Não, realmente, vamos sair’, e mesmo cansado eu saí com ela. Porque eu entendo também que ficar dentro de casa o dia inteiro só estudando é um tédio. Eu não suportaria essa vida que ela está levando de jeito nenhum. É tentar compreender a situação do outro. A resolução foi através da compreensão.” (H)

No momento em que a díade percebe que o conflito não vai ser resolvido por meio do diálogo, um dos dois opta por se calar e não levar adiante a discussão. Tal postura lhes permite pensar nas próprias atitudes e retomar a conversa em um momento em que ambos estejam mais calmos:

“Se a gente não vai chegar a um senso comum, a uma opinião em comum, então um se cala, muda de assunto.” (M)

“E a própria atitude de se calar, quando eu me calo, ou quando acontece dela se calar, já é uma resposta pro outro. Porque, quando eu me calo, ela para pra pensar. Quando ela se cala, eu paro pra pensar nas minhas atitudes. Quando a gente não leva a discussão adiante.” (H)

O casal percebe que é hora de parar quando o outro aumenta o tom de voz e/ou se mostra nervoso/a, irritado/a ou impaciente. Mesmo no auge do conflito, a díade evita xingamentos ou ofensas pessoais, por serem consideradas um desrespeito

ao outro e prejudiciais ao relacionamento. Em situações em que o tom de voz de um dos dois aumenta ou se exalta, o outro inicia o movimento contrário de diminuí-lo e recuar:

“É, a gente tende a abaixar, quando vê que o outro está assim, nervoso, eu já diminuo a voz. Ou se ele vê que eu estou muito estressada, ele já fica mais manso. Então a gente tende a abaixar o tom, porque aí eu vejo que ele saiu de série, que ele ficou realmente nervoso. Aí eu já fico quieta no meu canto [risos].” (M)

“Geralmente a gente detecta que chegou num ponto mais elevado [do conflito] quando alguém aumenta o tom de voz. Não chegou a ter nenhuma ofensa pessoal, mas quando alguém já aumenta o tom de voz, aí opa!” (H)

“Não, xingamento não. Nada que vá desrespeitá-lo, e nada que me desrespeite, não chega nesse ponto. Até porque a gente acha isso muito feio, né. Muito ruim pro relacionamento.” (M)

Após os parceiros terem tempo para pensar e quando ambos estão mais calmos, é a hora de conversar. Nesse momento, a resolução do conflito se torna mais efetiva e a discussão mais saudável. O casal costuma conversar no mesmo dia:

“Cada um fica no seu canto pensando. E aí, no próprio dia, em um outro momento, a gente conversa. Muitas vezes, por exemplo, se o conflito acontece na hora que eu chego do trabalho, na hora que a gente vai se deitar, a gente conversa. Mas aí já se passaram duas, três, quatro horas. Os dois já tiveram tempo de pensar. E aí, aquilo que era uma discussão interminável há três horas atrás, passa a ser resolvido ali em quinze minutos, porque a adrenalina já baixou. Porque os ânimos já se acalmaram. Quando os ânimos estão normais, a discussão é saudável.” (H)

A diáde mostra que pedir perdão em uma situação de conflito tem o efeito de diminuir respostas de resistência do outro. Essa atitude ajuda a quebrar o gelo e a mostrar disposição de uma das partes para a reconciliação. Nesse momento, o outro também assume os próprios erros. O casal acredita que, se houve conflito, é porque cada um teve sua parcela de responsabilidade, portanto, ambos sempre pedem perdão, mesmo quando o outro esteve errado na situação. A parcela de responsabilidade pode dever-se a outros fatores, como ter levantado o tom de voz ou não ter conduzido o problema da melhor maneira:

“É, primeiro ele quebra o gelo: ‘Ah, me perdoa’. Aí eu penso: ‘Ah, então ele já está disposto à reconciliação’. Aí eu já peço perdão, também, pelo que eu errei. Sempre tem um perdão das duas partes, né, porque se houve o conflito...” (M)

“Eu nunca vou pedir perdão por algo que ela me fez, porque quem errou foi ela. Porém, durante a discussão, eu posso ter falado algo que a chateou, pode ter sido eu quem levantou a voz, eu posso não ter tido a melhor condução do problema. Apesar de ela estar errada na situação, mas eu tive a minha parcela de culpa pra que essa discussão acontecesse. Então, eu chego e analiso a situação, vejo aonde eu errei, e falo: ‘Olha, você me desculpa porque nessa situação eu não soube reagir da forma correta, naquele momento eu levantei a voz, eu não te abordei da forma correta, eu acho que a gente se desentendeu’. E aí quando um quebra o gelo pedindo perdão, o outro...” (H)

“O outro já vem e pede perdão também. Já tem a liberdade pra fazer o mesmo.” (M)

“Ninguém erra sozinho.” (H)

“É, os dois erraram. E aí a gente faz a análise juntos.” (M)

Uma das formas de a díade resolver o conflito consiste em analisar a situação, explicitar os erros de ambos e apontar o que pode ser melhorado dali em diante para o desentendimento não voltar a acontecer. O cônjuge mostra a impossibilidade de analisar a situação quando os ânimos ainda estão exaltados. Primeiro vem a reconciliação, depois a análise:

“Primeiro ele pede perdão, e depois a gente analisa juntos o que errou e o que pode melhorar. Então acho que a questão da humildade, a iniciativa que ele tem, ajuda muito a resolver o conflito. E principalmente essa capacidade de analisar, e de falar o que nós podemos mudar daqui em diante pra que isso não volte a acontecer.” (M)

“Até porque, se o clima ainda está quente, se ainda está no calor da situação, digamos assim, se os ânimos ainda estão exaltados, ninguém consegue analisar.” (H)

Os cônjuges adotam a postura de não discutir em lugares públicos. Mesmo quando um percebe que o outro está chateado, a díade aguarda até chegar em casa. Eles permanecem no lugar público o mínimo necessário para cumprir a agenda do momento, e na primeira oportunidade vão embora. O casal busca proteger o outro e o próprio relacionamento, para que outras pessoas não interfiram ou não percebam que houve um desentendimento entre eles:

“Nós não vamos discutir em lugar público. Então, se isso [o conflito] aconteceu em lugar público, com certeza a discussão não vai acontecer ali. Por mais que a outra pessoa fique chateada, e eu já percebo que ela ficou chateada comigo, ou ela já percebe que eu fiquei chateado com ela, mas a conversa não vai acontecer ali. Vai acontecer quando chegarmos em casa.” (H)

“Discretamente, eu pergunto, e acho que ela também: ‘O que foi?’, ‘Não, em casa a gente conversa’. Ou então: ‘Você está chateada com isso?’, ‘Uhum, em casa a gente conversa.’” (H)

“Em público não.” (M)

Caso não seja possível sair do local, porque estão de viagem acompanhados ou em uma reunião familiar, a díade tenta lidar com a situação, como distrair-se em outras atividades ou agir naturalmente, até estarem os dois sozinhos para poder conversar:

“E já aconteceu da gente estar em viagem, com familiares, durante cinco dias, sete dias, e tem que dar um jeito de lidar com aquela situação até que...” (M)

“Até que só possamos ficar nós dois pra conversarmos.” (H)

“É, e resolver.” (M)

O fato de ambos saberem que o motivo do conflito é pontual e que, portanto, não vai abalar o relacionamento, nem gerar uma separação entre eles, facilita a postura de esperar a melhor oportunidade para resolvê-lo e aproveitar o momento na medida do possível:

“A gente sabe que aquela situação não vai gerar em uma separação, a gente sabe que aquela situação não vai gerar em nós um desentendimento que vá abalar o relacionamento. Não aconteceu nada desse tamanho até hoje. Então, sabendo que é uma situação pontual, que a gente só está chateado, ok, vamos resolver isso mais tarde, continua a vida, vamos aproveitar o local, vou aproveitar as pessoas que estão perto de mim.” (H)

Em ocasiões em que um dos cônjuges está chateado, o outro procura manter uma “certa proximidade”, atitude que sinaliza disponibilidade para resolver o conflito e que, ao mesmo tempo, não gera outro conflito:

“Quando um está chateado, o outro procura ficar mais próximo mesmo.” (M)

“Por mais que o outro queira distância, a gente tenta manter uma proximidade que nem gere um outro conflito, mas também que não veja... Que eu acho, assim, o meu medo maior seria numa situação de conflito, eu sentir meio que estivesse abandonando ela. ‘Ah, ela está com um problema, então deixa eu me divertir, enquanto...’. Não, eu nunca penso isso. Deixa eu ficar por aqui, quando ela quiser conversar, a gente conversa. É uma distância que nem incomode, nem perca de vista, digamos assim.” (H)

“A gente deixa a pessoa no canto porque a gente sabe que não pode mexer muito, mas a gente mantém aproximação.” (M)

O casal não retoma conflitos que já foram resolvidos, para não correr o risco de gerar outras brigas. Caso um dos cônjuges tente voltar no assunto, o outro faz referência ao fato de aquele tema já ter sido tratado anteriormente. Se ambos perceberem que a questão ainda não foi totalmente superada, ela é reconsiderada. Caso contrário, seguem em frente:

“Se tem algum conflito que já foi conversado, a gente não volta mais naquilo. ‘Não, já foi conversado, já colocou um ponto final, já resolvemos isso’. Então a gente não fica voltando e nem jogando nada na cara um do outro, não. Acho que isso aí gera outras brigas, e a gente odeia isso. Não faz parte do nosso relacionamento.” (M)

“E todas as vezes que ou eu voltei no assunto, ou ela voltou, um dos dois na hora falou: ‘Olha, a gente não resolveu isso já?’. Aí, se a gente percebe que não foi resolvido, a gente reabre. Agora, se a gente percebe que já foi resolvido, a gente já toca dali pra frente.” (H)

Os parceiros buscam deitar na mesma hora. Esse é um ritual importante para eles, algo que ambos desejam e fazem como casal. Nesse momento, eles conversam ou trocam carícias conjugais:

“Geralmente deitamos juntos. Isso é uma coisa que a gente quer como casal. Pode acontecer de eu estar passando mal e ir na frente, pode acontecer de eu estar assistindo um futebol, ela estar cansada e ir antes. Pode acontecer, mas a gente, digamos assim, de 10 noites, 9 a gente deita na mesma hora. Uma a gente... acho que talvez até menos de uma.” (H)

“Geralmente, a gente conversa antes de dormir.” (M)

“Conversa, tem as próprias carícias conjugais, relação, depende. Depende do dia.” (H)

O casal costuma avaliar o relacionamento no sentido de levantar os pontos que podem ser melhorados. O cônjuge introduziu essa prática desde o namoro, como um ritual de aniversário. Na análise, há uma preocupação por explorar quais atitudes podem ter magoado o outro em determinado momento, quais os erros cometidos e o que pode ser feito para melhorar:

“E ele me pergunta, também: ‘O que você acha que eu devo melhorar? E como você gostaria que eu reagisse nessa situação?’. Ele quer saber a minha opinião, o que ele faria pra agradar, ou pra não chatear.” (M)

“Ela achava super estranho eu fazer avaliação de relacionamento. Não é discussão de relacionamento, não é DR, é avaliação, ora. Ok, a gente fez um ano de namoro, ok...” (H)

“Isso desde o primeiro mês. Com um mês de namoro: ‘O que podemos melhorar? Como você analisa o nosso namoro nesse um mês?’ [risos].” (M)

“Eu cheguei pra ela e falei: ‘Esse mês que passou, qual foi a atitude minha que te magoou? O que é que eu fiz...’” (H)

“‘O que eu fiz de errado?’. Ele sempre teve análise, todo mês de namoro, o aniversário era uma análise pra melhorar o relacionamento.” (M)

A análise também é realizada quando há uma reincidência do mesmo conflito. Assim como o cônjuge, a parceira considera fundamental a capacidade de todo casal de conversar e de perceber os próprios erros e os aspectos a serem melhorados. A intenção da análise não é “ficar naquela conversa” e sim promover a mudança a favor do bem-estar do relacionamento:

“E, assim, toda vez que eu vejo que o conflito retorna, que a gente está passando por uma semana onde aconteceu o conflito na segunda, na quarta aconteceu de novo, na sexta... Opa! Então, aí eu paro, e pergunto: ‘Beleza, última vez que a gente conversou assim, tem mais ou menos um ano e meio’. Estou dando um exemplo, tá. ‘Desse um ano e meio pra cá, o que aconteceu? Porque a gente está brigando tanto com relação a isso?’ E a gente para pra conversar mesmo.” (H)

“Ela fala, às vezes: ‘Eu vejo que nesses últimos seis meses, você não está me dando atenção’, sei lá. Aí eu vou e falo pra ela: ‘Olha, você lembra que há seis meses atrás eu ganhei essa promoção no banco, estou trabalhando até mais tarde, e tudo’. E aí eu vou explicar a situação que está acontecendo comigo, e aí às vezes ela vai e fala: ‘Olha, então quando acontecer isso, quando você chegar assim, me fala isso, que eu já sei que aconteceu aquilo’. Então a gente faz avaliação mesmo. E ela achava isso estranho pra caramba, mas eu provoco isso.” (H)

“Eu acho importante. Eu acho fundamental, sabe, a gente resolver as coisas, ver o que precisa melhorar pra continuar o relacionamento bem. Não vejo uma relação sem diálogo. Hoje, eu acho estranho se tem um relacionamento que o casal não conversa e não percebe que errou, o que pode melhorar. Acho que isso tem que fazer parte sim do relacionamento.” (M)

5.3.3. Casal 3: Andréa e André

Andréa fica de intermediária entre o pai e o filho no que diz respeito às cobranças do primeiro em relação aos estudos do segundo. Ela, por um lado, intermedia pelo esposo quando conversa com o filho sobre a necessidade e importância de passar em um concurso. Por outro lado, intermedia pelo filho quando argumenta que ele já se formou e que atualmente trabalha:

“E eu fico aqui tipo intermediária, entre ele e o meu filho: ‘Andrezinho, escuta seu pai e tudo. Estuda, vai passar num concurso’. Eu fico intermediando entre um e outro.” (M)

“Ele [o cônjuge] fala: ‘Conversa com o Andrezinho, entendeu? Tenta ver o que é que ele, se ele toma um objetivo pra alguma coisa’. Aí eu até falo: ‘Mas André, Andrezinho já trabalha na área dele, se formou, tá trabalhando.’” (M)

André, ao se deparar com erros ou imprevistos na cotidianidade, tende a expressar seu incômodo de forma não verbal, através do olhar ou da vermelhidão do rosto; e de forma verbal, por meio de xingamentos, tal como “burra”:

“E aí ele olha pra mim...E tinha gente lá embaixo, e tudo, e ele olhava pra mim de longe, parecia que ia estourar. Eu olhava assim pra ele de longe, dá até medo, chega ele fica vermelho.” (M)

“Um verbal bem grosseiro. Me chama de burra: ‘Você é burra!, você esqueceu a chave!’. Entendeu... pelo amor de deus, né gente. Sendo que são coisas, assim, que eu considero normal.” (M)

Em tais situações, Andréa utiliza várias estratégias. Ela sugere fazer atividades no período de espera enquanto o filho chega com a chave, tais como caminhar, tomar um sorvete ou comer alguma coisa. Nesse intervalo de tempo, diante dos sinais não verbais do esposo que lhe despertam medo e preocupação, a cônjuge tenta se controlar. É interessante a utilização do adjetivo “perigoso”, caso ela não adote uma postura de autocontrole:

“Eu acho, eu penso isso: ‘Esqueceu? Vamos ali enquanto não chega, tomar um sorvete, vamos comer uma coisa, vamos caminhar, como a gente costuma fazer.’” (M)

“Aí ele fica me olhando de longe e eu fico, assim, com aquela preocupação, sabe, até medo, às vezes, até medo. Eu fico olhando e falando: ‘não vou me alterar’. É pior, não é? Se um já está alterado, e o outro altera também, é perigoso até.” (M)

Andréa também sugere terapia para o cônjuge e tenta buscar explicações que justifiquem a reação desproporcional dele. Tal postura permite que ela não guarde mágoa:

“Eu até falei assim: ‘Você tem que procurar até uma psicóloga, entendeu, porque eu acho que você precisa’. Porque ele fica, assim, parece até que vai enfartar.” (M)

“Eu olho pra ele, e aí eu penso assim que ele estava com alguma coisa durante o dia. Porque aconteceu aquilo ali, e foi um motivo, assim, pra ele soltar os cachorros. E pra cima de quem? De mim. Aí eu tento ver, assim, será

que ele precisa de um tratamento? Eu tento ver dessa maneira. Acho que é por isso que eu não fico guardando [mágoa], porque eu vejo qual foi a criação, ou algum problema, sei lá, neurológico.” (M)

Andréa evidencia que ela também sente raiva e também xinga. É interessante ressaltar a escolha da frase “natureza do homem” como explicação para a utilização de tal estratégia. Os xingamentos dela são uma resposta aos xingamentos dele e foram descritos como “mais tranquilos”. Ela também evidencia o fato de a agressão não passar do nível verbal. A expressão “porque ninguém aguenta”, junto ao sentimento de raiva, e à vontade de “chutar o balde” são ilustrativos do desgaste da esposa:

“Eu também tenho as minhas raivas, eu falo também, até xingo... Porque é da natureza do homem, né. Eu xingo quando ele começa, né, também verbalmente. Poxa vida, gente. Ai eu começo também, porque ninguém aguenta, né. Só que os meus [xingamentos] são mais tranquilos. Eu chamo ele de burro também, mas é só isso, né. A gente não passa desse nível não. Só [esse] mesmo.” (M)

“Ele tem um jogo de pressão psicológica muito grande, viu. Ai, eu sinto tanta raiva, vontade, sabe, de... Chutar o balde [risos]. Mas...” (M)

Mesmo quando tem xingamento dirigido a ela, Andréa retoma a conversa no dia seguinte. O cônjuge ainda permanece calado e ela “puxa conversa” várias vezes, até ele responder:

“Eu vou dormir com raiva, né. Mas no outro dia ainda fico com raiva, e tal, mas aí eu vou levando. Eu sou a que toma iniciativa, mesmo quando tem xingamento, no outro dia falar, entendeu, ter a vida normal.” (M)

“Quando tem algum conflitozinho, ele já fica, assim, reservado. Senta ali e fica reservado, eu venho, converso, ele não responde, aí eu saio, tudo bem, agora não. Mas eu tento novamente. Às vezes eu até falo assim: ‘Tu perdeu teu lugar, o gato comeu tua língua, foi, meu filho?’. ‘André, você está ouvindo o que eu tô falando, eu não vou mais falar não’. Aí ele começa a responder. Eu tento até ele responder. Ele responde depois de umas duas, três tentativas, no máximo.” (M)

Depois de o cônjuge perceber que ela “esqueceu” as agressões verbais, ele cede e volta a falar normalmente:

“Aí depois ele foi cedendo, né. Ele viu que eu esqueci, né. Deixei de lado as coisas que a gente escuta e alguns... Aí ele viu que eu deixei de lado, aí tá. Eu fico puxando conversa. Vamos supor, a da chave. Aí tá, isso foi no domingo. Na terça-feira ele já estava falando direitinho.” (M)

O cônjuge considera a característica da esposa de não guardar mágoa como muito positiva e fundamental para o relacionamento, pois não somente o ajuda a voltar ao normal, como também evita maiores atritos:

“Eu acho assim, ela tem um papel fundamental aí. Que eu acho até que é uma característica bem positiva dela né, é que ela não guarda mágoa né. Então tá ali, às vezes você discute tudo, fala algumas coisas e quando dá uma hora é como se não tivesse acontecido nada. Diferente de mim que eu fico mais estressado né. Acho que isso ajuda na relação, porque se os dois forem se enfrentar é complicado.” (H)

Andréa faz referência à relevância da tolerância feminina na duração do relacionamento e à participação de sua própria tolerância para a manutenção do casamento:

“Eu acho que esse meu lado ajuda a ter essa convivência de muito tempo né. Esses dias nós fomos num churrasco de amigos dele de infância e eu fiquei horrorizada. De vários amigos dele lá, não sei quantos, o único que tava casado era a gente. Olha eu fiquei assim pasma sabe, porque eu acho assim que as mulheres de hoje elas não tem assim, não toleram muita coisa não. E eu até falei: ‘Nossa André’. O único que tava casado era ele. O resto tudo separado, já era terceira, segunda ou era a terceira mulher já.” (M)

Outro motivo de conflito para o Casal 3 diz respeito ao fato de a cônjuge não comunicar o valor gasto em compras pessoais:

“Tem coisas que eu não comunico não, né André? Coisas minhas, assim, pessoais, eu não comunico não. Vamos supor, eu vou numa loja e compro um vestido. Eu não comunico. Eu vou numa loja, compro uma calça. Eu não comunico não. Eu comunico só as coisas de casa [risos]. Só quando ele me vê que eu uso. Vamos supor, uma blusa: ‘Ah, essa blusa é nova?’, ‘É’, tá, entendeu. Ele vê quando a fatura do cartão chega e tudo, mas... Vamos supor: ‘Ai André, eu vou ali comprar uma calça’. Não, isso eu não comunico não. Eu vou passar até a comunicar pra ele... [risos].” (M)

“Assim... Eu vou falar a verdade pra você [pro cônjuge]. Eu deixo ser uma surpresa, entendeu. A surpresa dele. Eu sei, ele vai reclamar, e tudo... Mas ó, depois que já entrou, né?” (M)

Andréa assume que conhece o funcionamento do limite do cartão, porém não avisa, pois mesmo nessa hipótese haveria discussão. Diante do fato de a consequência ser a mesma em ambos cenários, a entrevistada prefere que seja uma surpresa, porque assim, pelo menos, garante a compra. O “não avisar” é, portanto, uma estratégia adotada deliberadamente.

5.3.4. Casal 4: Rafaela e Rafael

O casal Rafaela e Rafael passou por um desafio importante – a cônjuge fez faculdade em outra cidade. Nesse período, houve infidelidade por parte do esposo. Em uma das visitas dela   casa, ela o sentiu muito atencioso, o que a deixou incomodada. Sua forma de reagir foi perguntar diretamente e conversar:

“E eu puxei ele no canto, e falei: ‘Me diz   ,   pra mim, ou   pra você? Você quer se convencer disso [que me ama], ou como que   a história? Você tem alguma coisa pra me contar?’” (M)

“Eu perguntei isso quando eu voltei [para casa], n , que ele estava muito atencioso. Mas, antes de eu voltar mesmo, já tinha acontecido um fato desse. E eu vim pra casa pra gente conversar, n .” (M)

A partir da resposta de que ele tinha se envolvido com outras pessoas e que estava bem, ela o deixou livre para ser feliz. Sua postura foi de reconhecimento por tudo o que ele tinha feito e significado para ela:

“E eu falei: ‘T , você está bem?’, ‘Estou’, ‘Então não sou eu que vou te deixar mal. Se   pro seu próprio bem. Você   a pessoa que fez mais por mim do que o meu próprio pai. Devo a você o meu crescimento, devo a você tudo que eu sou hoje.’” (M)

“Eu não sei o que aconteceu, mas por eu deixar ele livre, ele disse que não queria mais ser livre. Eu não sei se ele achou que eu ia brigar, espernear, chorar: ‘Não, eu vim aqui pra te desejar toda a felicidade do mundo. A única coisa que eu posso’. Isso eu estava na metade do curso ainda.” (M)

A postura direta e de aceitação de Rafaela provocou uma reação positiva em Rafael e fez com que eles decidissem continuar juntos. Houve, contudo, reincidência da infidelidade do cônjuge quando ela voltou definitivamente   cidade. Rafaela lidou com esse fato de várias formas. Primeiramente, expressou o l e que incomodava, mesmo que isso pudesse machucar:

“Quando eu voltei,   ,  ... homem   sem vergonha, n . Parece que ele já estava, assim, pensando que ficar livre ia ser bom. Ele estava tentando se convencer disso. E aconteceram coisa de email, coisa de ligação, de forma de falar... E eu sou muito birrenta. E eu falo. O que me incomoda, eu falo. Mesmo que seja pra judiar, pra machucar. Eu machuco com a verdade. Eu sou bem ruim nesse ponto.” (M)

Outra estratégia adotada foi sair de casa. Ela conversou com os filhos e decidiu manter em sigilo a decisão de morar fora um tempo, por não ser definitiva a

ideia de separação e para evitar possíveis acusações de outras pessoas em relação ao cônjuge:

“Eu passei um mês fora de casa. Eu resolvi sair de casa pra pensar, pra ver se a gente acostumava, o quê que fazia. Falei pros filhos: ‘Então, eu vou ficar fora um tempo, mas eu não quero que ninguém saiba. Porque não é definitivo, a gente não resolveu nada ainda, e eu não quero ninguém falando mal do seu pai. Ninguém. Ninguém pode saber, porque eu não quero ninguém apontando o dedo pra ele e falando ‘ele fez isso, fez aquilo.’” (M)

No momento em que Rafael se deparou com o sofrimento da esposa, decidiu reconquistá-la. A estratégia utilizada foi “viver com naturalidade”, isto é, mostrar para a cônjuge que ela ainda fazia parte da rotina:

“Então... Aconteceu. A fragilidade, e tudo mais... Aconteceu. Mas, quando acontece, você não vê sofrimento de outra pessoa, você vê o fato em si. Mas quando você enxerga que aquilo gerou sofrimento, aí, mesmo aquele fato em si, deixou de ser coisa boa.” (H)

“E pra você se livrar disso, você tem que reconquistar, né. Não é todo dia matar um leão pra provar que você é bom, mas é reconquistar. E reconquistar não é fazendo só ações boas, é viver. Viver com a naturalidade que se vivia antes, e fazendo com que aquilo faça parte de novo da rotina. Toda vez que eu tentava explicar pra justificar, ficava pior. Então pra que fazer isso? Eu preciso mostrar que a rotina não é uma coisa ruim, e que ela ainda faz parte dela.” (H)

“Eu saía do trabalho, ele me ligava: ‘Já está indo embora?’, ‘Já’, ‘Ah, eu te dou carona’. O dia que eu chegava antes de ele ligar, ele: ‘Você já lanchou?’, ‘Não’, ‘Ah, eu estou aqui embaixo, desce, vamos lanchar também’. Então eu via mais ele no tempo que eu tinha me separado.” (M)

O casal, de acordo com sua própria autodescrição, passou por dois grandes momentos de dificuldade ao longo do relacionamento. O primeiro teve origem na traição do cônjuge e culminou com a perda da casa. O segundo foi no período da acusação injusta sofrida pelo esposo no trabalho. Em ambas as circunstâncias, a dificuldade foi uma oportunidade de união, companheirismo e cumplicidade:

“[Perder a casa] fez a gente enxergar uma outra coisa que não via, né. Que era esse companheirismo, né, que era essa cumplicidade. Isso é importante, isso é diferente.” (H)

“E em vez de isso separar a gente [a perda da casa], de começar aquelas acusações: ‘Eu não paguei porque eu estava te sustentando, eu não paguei por isso’, ou: ‘Você não pagou’, né. Isso deixou a gente mais próximo, mais unido. E foi o que pesou mais, o reconhecimento de que a gente não fez nada por egoísmo, por brincadeira. Foi tudo feito dentro do limite que podia ser feito.” (M)

“[Quando teve a acusação no trabalho] Começou a fase de defesa, que o pessoal escrevia de qualquer jeito, e falei: ‘Não, essa aí não. Me dá aqui que eu escrevo’. Aí a gente escrevia junto, e fomos nós que fizemos a defesa.” (M)

A conversa entre o casal costuma ser tranquila, sem rispidez e sem acusações. No auge da discussão, ele opta por esperar que o momento de estresse passe antes de ficar nervoso a ponto de levantar a voz ou de recorrer a xingamentos. Ela, por outro lado, já utilizou alguns palavrões com a intenção de chamar a atenção do parceiro para algum problema que precisava ser resolvido. É interessante a utilização do adjetivo “natural” para se referir à agressão verbal:

“É sempre tranquila [a conversa], não tem...” (M)

“Não tem rispidez não. Não tem acusações.” (H)

“Eu não conseguiria agredi-la. Ela não merece, e nem eu mereço. Isso já desde quando a gente se conheceu. Não conseguiria. Aliás, não consigo agredir ninguém. Mas, mais a ela. Eu me sentiria o pior dos piores se eu levantasse a voz ou xingasse tentando feri-la. Não conseguiria.” (H)

“Mas eu faço.” (M)

“Faz. E eu me sinto mal, mas eu fico quieto.” (H)

“É porque se eu não faço isso, ele não sai do ponto de conforto dele, que mata de raiva [risos]. Aí eu brigo, eu xingo [risos]. Faço tudo que ele não gosta”. Pra chamar a atenção. Pra ver se ele acorda, pra ver se ele faz alguma coisa. Ele tem que acordar.” (M)

“É palavrões mesmo.” (H)

“É natural, eu chamo ele de maneco com um tom bem pejorativo. Dos palavrões, chamar ele de mané e de burro, pra mim, é o que me doi mais. Porque eu sei que ele não é nada disso. É provocação mesmo. Mas, palavrão é palavrão, falou, saiu, acabou, pronto.” (M)

A falta de diálogo foi apontada pelo casal como um dos fatores de distanciamento e de conflito. A estratégia de resolução nesse caso seria, portanto, retomar o diálogo:

“A gente, quando está conversando bem, não tem problema nenhum. Distancia um pouquinho, eu até falo com ele, eu já começo a rir, falo assim: ‘Ó, percebeu, né? Tem tanto tempo que a gente não para pra conversar’. E ele: ‘É mesmo’, e eu falo: ‘Então tá’. Conflito é resultado de falta de diálogo.” (M)

“Como ela já falou... A falta de diálogo.” (H)

No momento atual, o casal considera difícil enxergar algum acontecimento que possa gerar distanciamento entre eles. Tal percepção se deve à capacidade dos parceiros de transformar os momentos de crise em oportunidades para a união:

“Eu não consigo enxergar o distanciamento. Porque, o que poderia ser uma crise pra distanciar, ela gera o efeito contrário. Porque todos os momentos de crise que nós vivemos, ou ela busca, ou eu busco. Faz falta estar conversando, faz falta o brincar, faz falta o brigar. Entendeu?” (H)

“Virou vício. A distância é só momentânea, não tem um distanciamento, não tem. É mais fraco que a gente [risos]. Conseguimos vencer o vilão.” (M)

5.3.5. Discussão geral

A partir das verbalizações dos Casais 1, 2 e 4, o diálogo foi apontado como a principal estratégia para resolver as desavenças conjugais. Tal resultado é consistente com as pesquisas nacionais, que o identificam como a forma predominante de os casais resolverem os conflitos (Bolze & cols., 2013; Bueno & cols., 2013; Falcke & cols., 2013; Garcia & Tassara; 2001; Mosmann & Falcke, 2011). É interessante observar que o diálogo assume funções não somente de resolução do conflito, mas também de prevenção. O fato de o Casal 1 compartilhar atividades juntos, conversar com frequência e conhecer a rotina um do outro lhes permite, por exemplo, diferenciar o conflito que é próprio do relacionamento, do estresse advindo de fatores externos.

Cônjuges costumam ter interações conflituosas em dias que vivenciam mais problemas cotidianos, como apontado por Mosmann e Falcke (2011). A discriminação por parte do Casal 1 do estresse advindo de fatores externos ao relacionamento, associada a estratégias como “não comprar a briga”, contribui para evitar a *frequência* de conflito conjugal, decorrente de variáveis alheias à relação. A falta de diálogo foi apontada pelo Casal 4 como um dos fatores de distanciamento e de conflito. Além de uma estratégia de resolução, o diálogo também é, portanto, um fator de proteção para o relacionamento.

Em situações de conflito, aspectos tais como *quando*, *como* e *onde* conversar foram relatados pelos Casais 1 e 2 como igualmente relevantes. Momentos de atrito nos quais ambos os cônjuges estão exaltados ou alterados não são considerados propícios para a resolução efetiva da desavença. A presença de posturas tais como a culpabilização do outro, ou a duração prolongada da conversa, também são

indicadores para finalizar a discussão. Tal fato indica que a *forma* de conversar é relevante para a escolha de *quando* conversar.

O Casal 2, por exemplo, opta por se calar e não levar adiante a discussão. Quando um dos parceiros aumenta o tom de voz ou se mostra nervoso/a, irritado/a ou impaciente, o outro tende a fazer o oposto, isto é, diminuir o tom de voz e recuar. O padrão comunicacional adotado pela díade nesse tipo de situação reflete uma interação de natureza complementar, na qual as diferenças são maximizadas e o comportamento de um cônjuge complementa o do outro (Watzlawick & cols., 1967/2007).

Mesmo no auge do conflito, os Casais 1 e 2 evitam agressões verbais relacionadas a xingamentos ou ofensas pessoais, por serem consideradas um desrespeito ao parceiro e prejudiciais ao relacionamento. Da mesma forma, Rafael (Casal 4) opta por esperar que o momento de estresse passe antes de ficar nervoso a ponto de levantar a voz ou recorrer a agressões verbais. Esse dado é consistente com os achados da pesquisa de Falcke e colaboradores (2013) que indicam a incompatibilidade entre o predomínio de estratégias positivas de resolução de conflitos com situações de violência, desde as menores até as maiores. Tais evidências reforçam, como apontado pelas autoras, o caráter protetor que essas estratégias podem assumir na manutenção dos relacionamentos conjugais.

Várias pesquisas brasileiras chamam atenção para a presença de estratégias de evitação e/ou isolamento entre os parceiros, quando o diálogo não é possível (Bolze & cols., 2013; Braz & cols., 2005; Falke & cols., 2013; Garcia & Tassara, 2003). A estratégia de evitação apresentada pelos Casais 1 e 2 e pelo cônjuge do Casal 4 está relacionada, contudo, à prevenção do aumento da *intensidade* do conflito e não à esquiva da resolução efetiva do desentendimento, ambas consideradas estratégias destrutivas (Bolze & cols., 2013; Braz & cols., 2005; Falke & cols., 2013; Garcia & Tassara, 2003; Mosmann & Falcke, 2011; Paleari & cols., 2010). Esses achados evidenciam que a estratégia de evitação apresenta nuances que podem caracterizá-la também como uma estratégia construtiva, em decorrência da *forma* como for introduzida e utilizada no relacionamento.

Os Casais 1 e 2 relataram que ainda no mesmo dia, quando os ânimos estão mais calmos, buscam reestabelecer o diálogo. Nesse momento, a discussão é mais saudável e a resolução do conflito acontece de forma mais rápida. Paleari e colaboradores (2010) identificaram que discussões conduzidas de forma efetiva pelos

cônjuges mediam a relação entre as estratégias de resolução de conflitos conjugais e a qualidade da relação.

É interessante observar que, desde o início do casamento, em uma das primeiras brigas, a cônjuge do Casal 1 estabeleceu a regra de procurarem resolver os conflitos no mesmo dia. A importância de não deitar brigados foi aprendida em uma das palestras durante o curso de noivos, como exigência de preparação para o casamento religioso pela Igreja Católica. De fato, Wagner e Mosmann (2009) evidenciam que no Brasil é comum encontrar esse tipo de experiência entre os cônjuges.

A *forma* de dialogar também é relevante. Pedir perdão é uma estratégia utilizada pelo Casal 2 que demonstra disposição para a reconciliação e diminui a reação defensiva do cônjuge. Garcia e Tassara (2001) apontam que as estratégias que cada membro da díade adota exige uma exploração do cotidiano, na qual é necessário avaliar e selecionar a melhor forma de abordar o/a parceiro/a. Pedidos de desculpas são um dos exemplos de interação construtiva (Boas & cols., 2010; Falcke & cols., 2013; Gottman, 1991; McCoy & cols., 2009; Paleari & cols., 2010; Whitton & cols., 2011).

A estratégia de pedir perdão implica assumir a parcela de responsabilidade pelo conflito. É interessante ressaltar que ambos os cônjuges pedem perdão, pois assumem que se houve desentendimento os dois erraram em algum aspecto. Errar, portanto, não somente diz respeito ao fator gerador do conflito, isto é, à dimensão de *conteúdo*, mas também à *forma* de conduzi-lo.

Tal fato é consistente com a concepção de conflito conjugal como um construto multidimensional e inter-relacionado, cujas principais dimensões são a *frequência*, a *intensidade*, o *conteúdo* e a *forma* como as interações conflitivas são resolvidas (Benetti, 2006; Boas & cols., 2010; Bolze & cols., 2011). As implicações práticas dessa concepção são evidenciadas pelo Casal 2. Reconhecer e assumir a parcela de responsabilidade pessoal pelo conflito conjugal, ao longo das quatro dimensões do conflito, pode favorecer, portanto, posturas favoráveis à reconciliação.

Tal postura implica evitar a culpabilização do parceiro, tal como ilustrado pelos Casais 1, 2 e 4. A importância da maneira como os pedidos de mudança são realizados foi evidenciada pela pesquisa de Mitnick e colaboradores (2009). A diminuição da culpabilização implícita do outro pelo problema, por exemplo, pode diminuir a probabilidade da reação defensiva no/a cônjuge, o que por sua vez,

influencia o resultado da discussão. Se os cônjuges conseguem perceber o problema como sendo do casal, e não exclusivamente do/a parceiro/a, assumem a responsabilidade conjunta de tentar encontrar uma alternativa para resolvê-lo (Wagner & Mosmann, 2012). A *forma* de conversar é, portanto, um fator crítico para o sucesso do relacionamento.

Outra estratégia é analisar a situação geradora de conflito, de preferência quando os ânimos estão calmos. Tal como ilustrado pelos Casais 1 e 2, a análise implica em identificar os erros de ambos e as ações específicas que devem ser tomadas para mudar, de forma a evitar possíveis desentendimentos futuros.

Estratégias, por definição, são ações antecipadas cuja intenção é evitar um resultado indesejado. Também são ações de enfrentamento utilizadas para lidar com ou transformar um determinado problema (Garcia & Tassara, 2001). Na interação construtiva, a comunicação se caracteriza por ser aberta e direta, na qual os interesses de ambos os cônjuges são levados em consideração (Boas & cols., 2010; Falcke & cols., 2013; Gottman, 1991; McCoy & cols., 2009; Paleari & cols., 2010; Whitton & cols., 2011).

Muitos programas de habilidades de comunicação recomendam que os pedidos de mudança sejam pontuais. Para que tenha essa característica, uma demanda deve especificar a ação que se deseja do outro (Mitnick & cols., 2009). Tais medidas são adotadas pelos Casais 1 e 2. A postura de não retomar os conflitos que já foram resolvidos, também é implementada pelo Casal 2. O objetivo é evitar a possibilidade de gerar outras brigas. A díade abre uma exceção caso o fator gerador de desentendimento não tenha sido totalmente superado. Tais estratégias ilustram que a resolução efetiva do conflito conjugal é também um fator de proteção.

Outra estratégia de caráter preventivo adotada pelo Casal 2 é denominada *avaliação de relacionamento*. Tal prática foi introduzida pelo esposo desde a época do namoro e é conduzida quando o casal faz aniversário ou quando há reincidência do mesmo motivo de conflito. Na avaliação de relacionamento, há uma preocupação por explorar quais atitudes podem ter magoado o outro, quais os erros cometidos e o que poderia ser feito para melhorar. O objetivo da análise é, portanto, promover a mudança a favor do bem-estar do relacionamento.

Identificar aquilo que se deve evitar na relação demanda que cada cônjuge defina, previamente, o que é esperado ou desejado. O problema e as possibilidades ou não de sua superação seriam, portanto, o resultado da análise reflexiva entre o

esperado, o desejado e/ou indesejado em um relacionamento. Tanto a estratégia quanto o problema constituem manancial semântico e dialético de análise da relação conjugal (Garcia & Tassara, 2001). A avaliação constitui uma das três etapas da definição de problema (Garcia & Tassara, 2003).

O uso do senso de humor foi relatado pelo Casal 1 como uma estratégia que surge a partir da cultura de não se isolar, isto é, de permanecer juntos no mesmo local em momentos de conflito. Tal estratégia tem a função de abrir novamente o canal para o diálogo. A presença de humor é um tipo de afeto positivo (Seider & cols., 2009), que reflete uma interação de natureza construtiva (Boas & cols., 2010; Falcke & cols., 2013; Gottman, 1991; McCoy & cols., 2009; Paleari & cols., 2010; Whitton & cols., 2011).

O Casal 1 relatou que permanecer juntos no mesmo local, mesmo em situações de desentendimentos, acelera o processo de resolução. Da mesma forma, quando um dos cônjuges do Casal 2 está chateado, e ambos estão em algum lugar público, o outro mantém uma “distância próxima”, isto é, sinaliza disponibilidade para o diálogo e, simultaneamente, evita o surgimento de outro conflito.

A escolha de *onde* conversar sobre o motivo de desentendimento também é um fator relevante. O Casal 2 evita conversar sobre o conflito em contextos públicos, com a intenção de proteger o relacionamento e evitar a interferência de terceiros. O fato de a cônjuges do Casal 4, quando da descoberta da segunda traição do esposo, ter escolhido manter em sigilo a decisão de morar fora de casa também representa uma estratégia preventiva à possível interferência de outras pessoas. Essa última foi identificada pelos filhos de primeira união como um dos fatores intensificadores do conflito conjugal no estudo de Toloi e Souza (2009).

As trocas afetivas entre o casal também são importantes como estratégia de resolução de conflitos. O Casal 2, por exemplo, mantém o costume de deitar juntos na mesma hora. Nesse momento, eles conversam ou trocam carícias conjugais. O Casal 1, por sua vez, também mantém o ritual de se dar um beijo quando chegam e quando saem de casa, e antes de dormir. A afeição verbal e/ou física também são exemplos de interação construtiva (Boas & cols., 2010; Falcke & cols., 2013; Gottman, 1991; McCoy & cols., 2009; Paleari & cols., 2010; Whitton & cols., 2011). O “amor confluyente”, tal como descrito por Giddens (1992), é construído a partir da intimidade e da reciprocidade do afeto entre os cônjuges.

O desejo e a intenção do Casal 1 de permanecerem juntos “para a vida inteira” norteia as escolhas realizadas em episódios de conflito. Da mesma forma, o fato de o Casal 2 saber que o motivo da desavença é pontual e que não vai, portanto, provocar a separação entre eles, facilita a postura de aguardar pela melhor oportunidade para conversar em privado, caso estejam em algum contexto público. Tais exemplos ilustram a conexão indissociável entre o que é considerado problema e as estratégias utilizadas para sua resolução.

As barganhas e negociações explicitam o projeto de conjugalidade almejado, e este, por sua vez, define os pontos de convergência e divergência entre os membros da díade (Garcia & Tassara, 2001). O projeto de durabilidade do relacionamento dos Casais 1 e 2 influencia na escolha de estratégias tais como ceder diante da demanda do outro, permanecer juntos em momentos de conflito, compreender um ao outro e mostrar empatia pelos desejos e demandas do parceiro.

No Casal 4 também foram evidenciadas posturas de reconhecimento do/a cônjuge, validação dos sentimentos e ações positivas do outro, companheirismo e cumplicidade, que não somente preveniram a ruptura conjugal em momentos de alto risco para o relacionamento, como também fortaleceram a conjugalidade. Os momentos de distância física que ocorreram durante seis anos e meio em função do estudo da esposa e da traição do cônjuge, em dois momentos distintos durante esse período; a perda da casa; e a acusação contra o parceiro sofrida no trabalho deste ilustram esses desafios. Tais processos foram superados pelo uso de estratégias que caracterizam um padrão de interação construtiva (Boas & cols., 2010; Falcke & cols., 2013; Gottman, 1991; McCoy & cols., 2009; Paleari & cols., 2010; Whitton & cols., 2011).

A vivência saudável da conjugalidade envolve a capacidade de identificar e reconhecer as próprias necessidades e as necessidades do/a parceiro/a, assim como a capacidade de ceder (Diniz, 2011). As interações construtivas implicam uma postura de priorizar o relacionamento, em detrimento dos aspectos individuais de cada cônjuge (Falcke & cols., 2013). O elevado grau de investimento afetivo e de intimidade são características importantes do casamento na contemporaneidade (Bueno & cols., 2013; Féres-Carneiro, 1998; 2001; 2003; Mosmann & cols., 2006).

Uma das estratégias utilizadas pela cônjuge do Casal 3 é atuar como intermediadora entre as demandas do pai e do filho no que diz respeito aos estudos desse último. As participantes da pesquisa de Garcia e Tassara (2003) evidenciaram

dificuldades em negociar um estilo de vida adequado para seus/suas filhos/as, que combine as reivindicações dos/as filhos/as – o novo – com as reivindicações dos pais -o antigo. Em tais embates, as respondentes assumem ora um papel de mediadora entre pai e filho/a; ora de confronto com os/as filhos/as em defesa da posição do companheiro, ou com o companheiro em defesa da posição dos/as filhos/as.

Uma das estratégias que André (Casal 3) utiliza diante de imprevistos cotidianos, pelos quais a parceira é responsabilizada, é a agressão verbal com o uso de adjetivos desqualificadores tais como “burra”. Rafaela (Casal 4), por sua vez, também recorre a xingamentos em situações nas quais deseja chamar a atenção do parceiro para a necessidade de resolução de algum conflito. A cônjuge utiliza adjetivos pejorativos tais como “maneco”, “man ” e/ou “burro”.

De acordo com o artigo 7  da Lei Maria da Penha, a violência psicológica diz respeito a condutas que causam danos emocionais e perturbam o pleno desenvolvimento da pessoa. Estão incluídas nesse tipo de violência o insulto (Presidência da República, 2006). A agressão verbal   uma estratégia recorrente em vários casais da popula o brasileira (Bolze & cols., 2013; Braz & cols., 2005; Falcke & cols., 2013; Mosmann & Falcke, 2011). No estudo de Falcke e colaboradores (2013), a agressão psicológica esteve presente na vivência da maioria dos casais pesquisados, em algum momento do relacionamento.

A intera o destrutiva   caracterizada por estratégias de resolu o baseadas na evita o do conflito, assim como na utiliza o de insultos, desqualifica es, ou ataques dirigidos ao/  parceiro/a, nos quais estão contidas críticas e hostilidade (Boas & cols., 2010; Heidemarie & cols., 2009; McCoy & cols., 2009; Paleari & cols., 2010). A agressão psicológica   representativa desse tipo de intera o (Falcke & cols., 2013). No estudo de Bolze e colaboradores (2013) foi encontrado que quanto mais o casal faz referência   ocorrência de xingamentos, acusa es, brigas e interrup es de discussão, mais eles têm também percebem que sua rela o   permeada por sentimentos de desigualdade e injustiça. Esse tipo de intera o aumenta a insatisfa o conjugal e o estresse na rela o (Paleari & cols., 2010).

Em situa es da cotidianidade nas quais André (Casal 3) não perdoa erros ou imprevistos, Andréa utiliza várias estratégias. Uma delas   sugerir terapia. Tal fato ilustra impasses e dificuldades para a resolu o do conflito. Nesse contexto, inserem-se os/as especialistas que atuam como mediadores/as e são responsáveis por

auxiliarem os casais tanto em identificar o problema que aflige um ao outro, quanto em encontrar soluções (Bauman, 1999; Giddens, 1991).

É interessante ressaltar que em um relacionamento conjugal nem sempre o que é definido por um/a cônjuge como um problema, constitui um problema para o outro (Falcke & cols., 2013). Quando questionados sobre os planos futuros do casal, Andréa (Casal 3) fez referência ao desejo dela de o cônjuge melhorar a forma de reagir ao estresse: *“Ele ver o lado do estresse. Tentar melhorar esse lado”* (Andréa, Casal 3). O cônjuge, por sua vez, gostaria de envelhecer com tranquilidade, viajar e não se apegar tanto aos filhos a ponto de deixar de fazer coisas: *“Tranquilidade, envelhecer, viajar. Não se apegar tanto aos filhos a ponto de deixar de fazer algo ou ficar preso”* (André, Casal 3). Em muitos casos, a colocação de situações cotidianas conflituosas na categoria de não-problema pode revelar uma estratégia de evitação, temporária ou não, de tal situação (Garcia & Tassara, 2003).

Em situações nas quais Andréa (Casal 3) ouve agressões verbais do cônjuge, ela também xinga. A violência bidirecional é resultado de uma escalada, na qual a agressão emerge como a última tentativa de resolução de conflitos após uma sequência de trocas ofensivas e hostis entre os cônjuges (Duarte, 2005; Straus, 2007; 2011). Na violência conjugal bidirecional, homens e mulheres exercem tanto o papel de agressores/as, quanto de vítimas (Hines & Douglas, 2010; Renner & Whitney, 2012).

Os casais que utilizam predominantemente estratégias destrutivas tendem a enrijecer sua relação, ao adotarem com frequência respostas com alta carga emocional negativa. A frequência de tais respostas configura um processo difícil de ser interrompido e de risco para o estabelecimento de interações violentas (Falcke & cols., 2013). A utilização do adjetivo *“perigoso”* pela cônjuge do Casal 3, ao se referir à necessidade de adotar uma estratégia de autocontrole nas situações nas quais André se manifesta alterado, ilustra a consciência desse risco.

A escolha da frase *“natureza do homem”* na verbalização de Andréa (Casal 3), como uma explicação para a utilização da estratégia de agressão verbal, não pode ser ignorada. Por sua vez, Rafaela (Casal 4) descreveu a agressão verbal como *“natural”* e utilizou a expressão: *“palavrão é palavrão, falou, saiu, acabou, pronto”*. Mosmann e Falcke (2011) alertam para o fato de a naturalização dos episódios diários de violência física ou psicológica entre o casal contribuir para que este tipo de violência passe despercebida e esteja, portanto, imune à revelação, denúncia e busca

de ajuda pelos cônjuges. Nesse processo, eles passam a sofrer micro-violências, isto é, agressões mais sutis que preparam o terreno para o estabelecimento de agressões mais evidentes.

A presença de xingamentos e de afetos negativos, tais como medo, raiva e preocupação (Braz & cols., 2005; Seider & cols., 2009), decorrentes de interações com o cônjuge em situações de conflito, não impedem Andréa (Casal 3) de retomar a conversa com o parceiro no dia seguinte. O esposo muitas vezes ainda permanece calado e ela “puxa conversa” várias vezes. Pesquisas chamam atenção para o padrão *demanda/recuo* ou *exigência/evitação*, no qual um membro do casal tenta discutir sobre um assunto e o outro o ignora, evita a conversa ou simplesmente se recusa a dialogar (Benetti, 2006; Boas & cols., 2010; Bolze, 2011; Christensen & cols., 2006; Falcke & cols., 2013; Papp & cols., 2009). Tal padrão tem sido considerado o mais nocivo ao relacionamento e também o menos eficaz na resolução do conflito (Falcke & cols., 2013). A tentativa de ignorar os conflitos somente os incrementa (Mosmann & Falcke, 2011).

No Casal 3, a evitação do conflito pelo cônjuge é predominantemente uma estratégia destrutiva. Há consenso entre os/as pesquisadores/as que quem recua passa ao outro a mensagem de que sua opinião ou ponto de vista não é válida ou importante. À medida que esse padrão se cristaliza, cresce também o sentimento mútuo de não ser compreendido e amado. Nesse tipo de padrão, a busca pela negociação e compreensão do ponto de vista do outro não é concretizada (Falcke & cols., 2013).

O estudo realizado por Roucha-Coutinho (1994) revelou que o silêncio ou o adiamento da busca de solução de problemas foram identificados como estratégias indiretas, nas quais a pessoa investe esforços para controlar o outro sem deixar isso de forma explícita. De acordo com Mitnick e colaboradores (2009), a presença de resistência em um dos parceiros é caracterizada pelo silêncio ou recusa em conversar sobre determinado assunto, assim como pela falta de engajamento em uma determinada discussão. Braz e colaboradores (2005) constataram que em situações de conflito, em 68% dos casais, um ou ambos cônjuges se retrai e permanece sem conversar por algum tempo.

Na relação do Casal 3, quando André percebe que Andréa deixou de lado as agressões verbais emitidas por ele, o cônjuge cede e volta a falar normalmente. O parceiro considera a característica da esposa de não guardar mágoa muito positiva e fundamental para o relacionamento, pois não somente acelera seu processo pessoal de

voltar ao normal, como também evita maiores atritos. Andréa faz referência à relevância da tolerância feminina na duração do relacionamento e à participação de sua própria tolerância para a manutenção do casamento.

Tal concepção é consistente com a perspectiva das mulheres do estudo de Martins (2009) e de Silva e colaboradores (2012). Essas mulheres consideraram que devem doar-se e ceder para garantir o bem-estar da união. Bolze e colaboradores (2013) também constataram que a mulher tende a indicar, de modo mais frequente que o homem, a realização de favores e concessões ao parceiro. A expressão de Andréa (Casal 3) “*porque ninguém aguenta*”, junto ao sentimento de raiva, e à vontade de “*chutar o balde*” são ilustrativos do desgaste da esposa.

Uma das estratégias que Andréa (Casal 3) utiliza no cotidiano conjugal é não comunicar ao parceiro o valor gasto em compras pessoais. O fato de ela não ter renda própria a faz temer as reações do parceiro acerca de seus gastos pessoais. Garcia e Tassara (2001) constataram que entre aquelas entrevistadas que avaliavam negativamente seus relacionamentos, o uso alternado de estratégias diretas e/ou indiretas evidenciava uma ação de esquiva ao diálogo, de acordo com a impossibilidade identificada por elas de melhora da qualidade do vínculo conjugal.

Diante de alguma situação que gera desconforto, a estratégia de Joana (Casal 1) é ser direta e expressar o motivo do incômodo, a ponto inclusive de magoar o parceiro. Da mesma forma, Rafaela (Casal 4) evidencia o que lhe incomoda, mesmo que possa machucar o cônjuge. No estudo de Garcia e Tassara (2001) junto a vinte (20) mulheres casadas, as autoras identificaram a prevalência do uso de estratégias diretas, nas quais há colocação explícita da queixa ou insatisfação que envolve a relação.

Situações de conflito têm o potencial de gerar sofrimento. Rafael (Casal 4), ao se deparar com o sofrimento da esposa gerado pela traição, decidiu reconquistá-la. A estratégia utilizada foi “*viver com naturalidade*”, isto é, mostrar para a cônjuge que ela ainda fazia parte da rotina e era importante na vida dele. A construção de uma realidade comum pelos parceiros é tecida a partir de trocas verbais e não-verbais, inseridas em um universo social de significado (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2010). A estratégia do cônjuge de inserir a esposa novamente na rotina ilustra a busca pela reconstrução de uma realidade compartilhada, que esteve parcialmente perdida pela distância durante seis anos e meio e pelo contexto da traição.

Em síntese, as estratégias de resolução de conflito conjugal descritas pelos Casais 1 e 2 apontam para o predomínio de estratégias construtivas. A boa habilidade de resolução de conflitos tem sido apontada como um dos aspectos importantes para uma resolução mais efetiva, assim como para uma melhor qualidade, satisfação e estabilidade do relacionamento ao longo do tempo (Bolze & cols., 2013; Christensen & cols., 2006; Dong & Li, 2007; Duarte, 2005; Diniz, 2011; Falcke & cols., 2013; Fincham, 2003; Gottman, 1994/2007; Mitnick & cols., 2009; Mosmann & Falcke, 2011; Paleari & cols., 2010; Seider & cols., 2009; Whitton & cols., 2011).

O diálogo foi considerado a principal estratégia para resolver as desavenças conjugais pelas pesquisas brasileiras (Bolze & cols., 2013; Bueno & cols., 2013; Falcke & cols., 2013; Garcia & Tassara, 2001; Mosmann & Falcke, 2011). Tal fato não significa, contudo, que os casais não utilizem também estratégias destrutivas de resolução. Na amostra do estudo de Mosmann e Falcke (2011), apenas 32,3% apresentou baixos níveis tanto em desentendimentos, quanto em agressões. Esses resultados indicam que os Casais 1 e 2 estão dentro da porcentagem que representa uma minoria.

É interessante observar que de acordo com as estatísticas brasileiras do IBGE (2013), a maior quantidade de divórcios acontece entre três e quatro anos de duração da união. Tal como evidenciado na Tabela 2, o tempo de casamento do Casal 1 é de quatro anos oito meses, e do Casal 2, de três anos quatro meses, isto é, esses casais estão dentro do período de maior índice de divórcios. No entanto, os dados sócio-demográficos de ambos os casais, apontados na Tabela 2, sinalizam uma questão interessante. O tempo de relacionamento entre o namoro e o casamento para o Casal 1 foi seis anos, e para o Casal 2 foi sete anos e seis meses. Em outras palavras, o tempo total de relacionamento para o Casal 1 é equivalente a dez anos oito meses, e para o Casal 2, dez anos dez meses.

Tal constatação evidencia um aspecto importante. O tempo de relacionamento entre o namoro e o casamento pode ser um fator preventivo do divórcio quando o casal atinge períodos de alto risco no casamento. Esse último geralmente corresponde aos primeiros sete anos, no qual acontecem mais da metade dos divórcios (Brock & Lawrence, 2011; Gottman & Levenson, 2000). De fato, o tempo de relacionamento, tal como apontado pelas estatísticas do IBGE (2013), diminui a probabilidade da separação conjugal. Tal fato pode ser explicado pelo aumento da experiência no

enfrentamento de adversidades, de resolução de problemas, assim como de superação de crises (Seider & cols., 2009).

Outro aspecto que merece ser ressaltado, tal como mostra a Tabela 2, é o fato de os Casais 1 e 2 não terem filhos. A participação crescente da mulher no mercado de trabalho, a maior aceitação social do divórcio, o aumento do número de mulheres com nível superior e o surgimento da pílula anticoncepcional (Amazonas & Braga, 2006; Araújo, 2009; Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005; Diniz, 2011; Giddens, 1992; 1997; Perlin & Diniz, 2005; Jablonski, 2009; 2011; Pasquali & Moura, 2003; Rocha-Coutinho, 2013) são mudanças que permitiram a opção de não ter ou de reduzir a quantidade filhos/as, assim como o adiamento da maternidade. Dado o fato que vários estudos brasileiros apontam para divergências na educação dos/as filhos/as como um dos principais fatores de conflito (Braz & cols., 2005; Garcia & Tassara, 2003; Mosmann & Falcke, 2011; Toloí & Souza, 2009), os casais 1 e 2 ainda não enfrentaram tal desafio.

Várias das estratégias de resolução evidenciadas pelo Casal 3, por sua vez, são destrutivas. Nesse tipo de interação, ficam evidentes os reflexos deletérios à conjugalidade, associados à menores chances de resolução efetiva de conflitos, assim como menor qualidade conjugal, maior insatisfação com o relacionamento e maior número de divórcios (Benetti, 2006; Christensen & cols., 2006; Duarte, 2005; Falcke & cols., 2013; Fincham, 2003; Paleari & cols., 2010; Papp & cols., 2009; Seider & cols., 2009; Wagner & Mosmann, 2012; Whitton & cols., 2011).

É interessante observar que o Casal 3 permanece junto, apesar de interações conjugais destrutivas. Estratégias evidenciadas pela cônjuge tais como tolerância; busca de justificativas para os comportamentos indesejados do parceiro; sugestão de realização de terapia pelo esposo; tentativas de autocontrole diante de situações intensas de conflito conjugal; esquiva de comunicar ações cotidianas, tais como o valor gasto em compras para uso pessoal; intermediação nos impasses entre o cônjuge e o filho; busca pelo restabelecimento do diálogo até o cônjuge responder, entre outras, evidenciam a participação da parceira na manutenção do relacionamento.

Expressões tais como *“mas aí eu vou levando”*, *“porque ninguém aguenta”* e *“vontade de chutar o balde”* são ilustrativas de uma possível sobrecarga e da presença de um paradoxo na relação. De um lado, ela tem vontade de chutar o balde; de outro, ela e ele já investiram muito tempo na relação e por isso vai levando. É difícil prever o desfecho de tal insatisfação: tanto o casal pode vir a se separar, quanto

permanecer juntos, quer por acomodação, quer por valorizar aquelas características um do outro que ajudam a sustentar a relação.

O Casal 4, por sua vez, oscila entre o uso de estratégias destrutivas e construtivas, com prevalência dessas últimas. O predomínio de estratégias construtivas utilizadas por ambos os cônjuges, mesmo quando coexistem com padrões negativos de resolução de conflitos, permite a interrupção e evita a cristalização de um ciclo interacional negativo (Falcke & cols., 2013). O Casal 4 vivenciou dificuldades de distintas naturezas ao longo do relacionamento. Tais dificuldades foram superadas pelo predomínio de estratégias construtivas associadas ao apoio, reconhecimento, cumplicidade e companheirismo.

Constatamos, portanto, a presença de estratégias construtivas e destrutivas de resolução nos casais estudados. De fato, nos relacionamentos conjugais coexistem distintos tipos de estratégias de enfrentamento das desavenças (Falcke & cols., 2013).

5.4. EIXOS COMUNS EMERGENTES

As novas formas de vinculação social, afetiva e sexual, tais como as experimentadas na conjugalidade, caracterizam-se pela multiplicidade de identidades e papéis que se tornam contraditórios, por estarem interligados a múltiplos contextos. Surgem novos traços que convivem com os antigos (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005). A seguir serão apresentados três eixos ou temas principais que foram identificados nas verbalizações dos/as participantes. Tais eixos são: a) Permanências nos papéis de gênero; b) Mudanças nos papéis de gênero e; c) Influência da família de origem. Os casais que foram contemplados em cada tópico variam de acordo com o conteúdo explicitado nas entrevistas.

É importante ressaltar que a não menção de algum dos quatro casais nos respectivos temas não necessariamente significa que não apresentem parte dos elementos que se mostram evidenciados. Foi dada prioridade, porém, às verbalizações que respondem diretamente às perguntas da entrevista relacionadas aos fatores geradores de conflito conjugal e às estratégias utilizadas para seu enfrentamento.

5.4.1. Permanências nos papéis de gênero

No paradigma do modelo tradicional, os papéis eram claramente definidos. A vida pública era privilégio dos homens, os quais eram responsáveis das ocupações da

esfera da vida econômica e política. As mulheres, por sua vez, eram encarregadas das ocupações da esfera privada da reprodução e da domesticidade (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005; Diniz, 2011; Louro, 2004; Okin, 2008).

No relato dos Casais 2 e 3, ainda foram constatadas permanências nos papéis tradicionais de gênero, tanto no âmbito financeiro, quanto no âmbito doméstico. Também foram identificados elementos de desigualdade de gênero em algumas verbalizações do cônjuge do Casal 1 e da cônjuge do Casal 4, ambos os relatos descritos no item correspondente ao âmbito pessoal.

5.4.1.1. Âmbito financeiro

No Casal 2 existem algumas posturas distintas de cada parceiro quando se trata de utilizar os recursos financeiros. Por um lado, quando Claudia vai realizar alguma compra, costuma consultar o esposo para ver se é possível concretizá-la:

“Eu consulto mais ele. Eu posso ter ido no shopping com a minha mãe, escolhido um monte de roupa na Riachuelo, na C&A, eu posso estar na fila, que eu ligo pra ele: ‘Ah, estou querendo comprar isso, e isso, e isso. Têm condições, como é que está a conta, tudo bem por você?’. Aí ele: ‘Não, acho que não é a hora, você não precisa’. Aí eu entendo, né, às vezes abro mão de alguma coisa.” (Claudia, Casal 2)

“Eu me sentiria muito mal gastando o dinheiro dele, e ele trabalhando, e a gente precisa de coisas mais importantes, essenciais, e eu gastando com coisas, sei lá, à toa, de qualquer jeito, sem pedir autorização dele, sem conversar antes. Eu ficaria muito mal, me pesaria a consciência.” (Claudia, Casal 2)

Ele, em contrapartida, comenta sobre alguma atividade depois de realizá-la, ou realiza a compra sem consultá-la, por geralmente tratar-se de algum presente para ela. Esse fato demonstra diferenças na liberdade de escolha de cada cônjuge relacionada à utilização dos recursos materiais:

“Até porque, a maioria das coisas que eu compro é pra ela, então eu nem consulto ela, eu só vou e compro e dou de presente [risos].” (Claudio, Casal 2)

“Vai com os amigos dele, e depois me conta: ‘Ah, fui num restaurante.’” (Claudia, Casal 2)

“Procuro não esconder. Mesmo que eu não consulte, eu também tento não esconder.” (Claudio, Casal 2)

No Casal 3, André assumiu desde o início do relacionamento a responsabilidade – financeira – da família, o que ilustra o papel de homem provedor:

“Porque ele com 20 anos, com 19, ele assumiu uma família né.” (Andréa, Casal 3)

“Com 19 anos ele já tinha passado em três concursos, entendeu?” (Andréa, Casal 3)

A responsabilidade do gerenciamento financeiro é do esposo, como evidenciado nas falas a seguir:

“Não, vamos supor. Eu dou um cheque alto, assim, um chequezinho. Aí eu não aviso, né.” (Andréa, Casal 3)

“Quando exagera demais, aí eu não aceito muito bem não. Ela não conhece o funcionamento da conta corrente.” (André, Casal 3)

“Não, eu conheço sim. Criatura, eu sei que a gente compra, o cheque vai entrar... Ele diz: ‘Você não sabe’, mas eu sei de tudo, viu?” (Andréa, Casal 3)

Todos os homens do estudo têm curso superior e estão economicamente ativos, o que é condizente com as expectativas tradicionais em relação ao papel masculino (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005; Diniz, 2011; Louro, 2004; Okin, 2008). A responsabilidade de Claudio (Casal 2) e André (Casal 3) pelas questões financeiras são consistentes com os achados da pesquisa de Garcia e Tassara (2003), na qual a distribuição do orçamento e investimentos ainda era feita geralmente pelo cônjuge. Isso se traduz no fato de Claudia (Casal 2) consultar o esposo quando vai realizar alguma compra ou André (Casal 3) exigir da cônjuge a comunicação das compras pessoais realizadas por ela. Toloi e Souza (2009) constataram que a principal fonte de conflitos no âmbito familiar é o dinheiro, onde a mulher/mãe aparece essencialmente como dependente do marido.

5.4.1.2. Âmbito doméstico

Um dos motivos de estresse para a Claudia (Casal 2) – mas não para o cônjuge- é o fato de o esposo deixar os objetos pessoais espalhados pela casa:

“Olha, ele é um pouco baguncento [risos]. Ele acha que qualquer lugar é lugar de colocar sapato, cinto, roupa... Fica tudo aqui na sala. Aí, isso gera um estresse, às vezes, mais pra mim, pra ele nem tanto [risos].” (Claudia, Casal 2)

“Eu sou muito organizado em planejar o futuro. Mas, quando eu chego em casa...” (Claudio, Casal 2)

“Quando ela está cansada, sou eu que recolho também algumas coisas. Mas, assim, como eu, muitas vezes, chego mais cansado, sou eu que bagunço e ela que limpa. É assim mesmo [risos].” (Claudio, Casal 2)

Fica claro que há influência dos papéis tradicionais de gênero nas estratégias utilizadas por Claudia (Casal 2) para lidar com a bagunça do esposo. Nas verbalizações de ambos os cônjuges, o papel de mãe é associado ao cuidado doméstico:

“Aí eu falo assim: ‘Ó, a sua mãe fazia assim, mas eu não posso continuar fazendo isso, você tem que saber que você precisa pegar suas coisas e colocar no lugar. E quando a gente tiver os nossos filhos, você vai dar esse exemplo pra eles, eles vão deixar as coisas onde achar que deve, eles vão jogando as coisas assim? Não.’” (Claudia, Casal 2)

“Isso até hoje não gerou em nós uma briga. Isso fica muito mais no chamar a atenção, do que algo que gera um estresse. Assim, a gente já teve estresse por outras atitudes, essa é mais um chamar a atenção: ‘Amor, não é possível!’. Chamar a atenção de mãe e de filho, sabe? Aquela coisa assim: ‘Guarda, menino!’” (Claudio, Casal 2)

Andréa (Casal 3) revelou que casar grávida significou a renúncia em trabalhar fora, de acordo com os valores e padrões morais tradicionais. Na maioria das vezes, é a mulher quem tem que abdicar de seus interesses pessoais em favor dos planos do esposo ou das necessidades da família (Perlin & Diniz, 2005):

“Eu considero que graças a deus foi uma... Eu como mãe, como.... A não ser esses negócios assim de proteçãozinha, mas o resto... Pelo menos eles mesmos falam que... Me dediquei muito, não trabalhei porque... Minha irmã, minha irmã sempre trabalhou fora né. Com 17 anos ela já saiu pra trabalhar e tudo. Eu com 17 fiz 18 e casei. Foi bem na época assim que a gente começa a ter aquele negócio de trabalhar fora. Aí já casei grávida e tudo aí pronto. Aí nisso eu me acomodei entendeu?” (Andréa, Casal 3)

O histórico da mulher marcado pelo seu papel submisso dentro da família, somado às mudanças atuais no papel feminino, a colocam diante de ambiguidades e paradoxos. O relato de Andréa é condizente ao das mulheres adolescentes e jovens adultas do estudo de Carvalho e Paiva (2009). Para elas, ao mesmo tempo que ainda existe uma identificação com o papel de mãe e de cuidadora do lar de acordo com os moldes tradicionais, há também uma valorização da mudança dos papéis femininos. O fato de Andréa avaliar essa escolha como uma acomodação ilustra uma reavaliação de sua trajetória com base nos ideais contemporâneos de valorização do crescimento individual e independência financeira.

As exigências do cônjuge em relação à parceira, no que diz respeito aos estudos dos filhos, tiveram origem no fato de Andréa estar em casa e acompanhar mais de perto a rotina dos filhos. A responsabilidade da esposa pela educação dos filhos é considerada pelo cônjuge como “natural”. De fato, o modelo de família tradicional, marcado por normas e expectativas patriarcais, ganhou um *status* atemporal, ao ser associado com palavras como “normal” e “natureza” de homens e mulheres, e atender às necessidades de procriação e manutenção da ordem social (Diniz, 2011):

“Mas assim, eu acho que é uma coisa natural.” (André, Casal 3)

“Porquê falo que acaba caindo um pouco nas costas dela né, porque ela tava em casa.” (André, Casal 3)

“Tava em casa [risos].” (Andréa, Casal 3)

“Ela que acompanhava mais de perto. Então assim, é natural. Cada um com sua... Dividir um pouco as responsabilidades.” (André, Casal 3)

Andréa costumava proteger os filhos em relação ao pai com o intuito de evitar o incômodo do cônjuge ou possíveis brigas. Ela omitia informações sobre eventuais notas baixas ou processos de recuperação em matérias. Para ela, proteger é a postura esperada no seu papel de mãe. Esse fato também é corroborado pela perspectiva de filhos/as de primeira união na pesquisa de Toloi e Souza (2009), cuja descrição faz referência às mães como as responsáveis pelo monitoramento das atividades no cotidiano:

“De proteger. Vamos supor: a minha filha, um exemplo, ela ficava de recuperação numa matéria, e eu pra não trazer esse peso pra ele, entendeu? Eu ficava até calada né, aí já arrumava um professor particular, entendeu? Pra dar aula, um reforço. Só que eu não comentava com ele: ‘Ô, ela tá de recuperação’. Entendeu? Eu já sabia como ele era, entendeu? Aí então eu evitava.” (Andréa, Casal 3)

“Ele falava: ‘Não adianta proteger porque na frente...’. Eu não protegia, eu acho que assim, eu era mãe.” (Andréa, Casal 3)

Andréa evidencia como proteger os/as filhos/as é um papel realizado pela maioria das mulheres. Tal relato é consistente com o das entrevistadas do estudo de Garcia e Tassara (2003), as quais buscavam o suporte afetivo propiciado pelas redes de relações pessoais, tais como amigas, vizinhas ou parentes. Fica evidenciado também a utilização de adjetivos tais como “normal”:

“Olha, as pessoas com quem eu já comentei, mãe [fala com ênfase] faziam isso, entendeu? Considerava até normal. Você não sabe, mas quando a gente tá conversando entre mulheres assim, que tava todo mundo, as primas, as irmãs entendeu? Todo mundo comentava: ‘Realmente’, ‘Eu também’. A maioria das mulheres, elas fazem isso.” (Andréa, Casal 3)

A boa administração do conflito por parte de Andréa foi associada por ambos ao papel de mãe:

“Eu acho que em termos de conflito, eu procuro mais o conflito do que ela né. Ela... do jeito dela... talvez não teria muito conflito. Mas... é, acho que ela administra bem isso. Administra bem esse papel. Ela faz bem esse papel de mãe mesmo. Faz muito bem isso.” (André, Casal 3)

“Concordo.” (Andréa, Casal 3)

Em síntese, apesar de o Casal 2 praticar uma divisão de tarefas mais igualitária no espaço doméstico, ainda são identificados resquícios do modelo tradicional. O Casal 3, por sua vez, reproduz integralmente a divisão rígida de funções na família de acordo com o sexo (Diniz, 2011; Louro, 2004). A Tabela 3 e a Tabela 4 dos dados sócio-demográficos evidenciam que as atividades atuais de Claudia (Casal 2) e Andréa (Casal 3) estão restritas ao espaço doméstico. Tal fato pode ajudar a explicar, parcialmente, a presença de interações conjugais que se assemelham ao padrão de homem provedor e mulher cuidadora.

A reprodução dos papéis tradicionais pelo Casal 3 é condizente com o estudo de Toloi e Souza (2009), no qual a família representada pelos dois grupos de filhos/as de pais de primeiro casamento foi de classe média composta por uma unidade heterossexual, em relações hierárquicas, com um pai provedor, uma mãe cuidadora e um ou dois filhos dependentes economicamente dos pais, em vínculo de consanguinidade.

Várias pesquisas brasileiras indicam que no imaginário social ainda há atribuição das mulheres ao papel de mãe, de educadora e de cuidadora do lar de acordo com os moldes tradicionais (Carvalho & Paiva, 2009; Garcia & Tassara, 2003; Martins, 2009; Rocha-Coutinho, 2009). De fato, gênero é um elemento fundamental que permeia a distribuição de poder e privilégio na nossa sociedade e afeta a construção da identidade de homens e mulheres (Diniz, 2011; Okin, 2008).

A falta de igualdade na administração da casa, na divisão de tarefas domésticas e na educação dos/as filhos/as são fatores geradores de estresse (Garcia &

Tassara, 2003; Perlin & Diniz, 2005). A distribuição, por sexo, do tempo dedicado às atividades domésticas ainda é extremamente desigual. Enquanto as mulheres dedicam uma média de 21,9 horas semanais, os homens dedicam apenas 10 horas (Bruschini, 2007).

A Tabela 2 mostra que todos os casais do estudo contratam alguém para cuidar das tarefas domésticas. O aumento de conflitos, aliado a sentimentos de injustiça, sintomas de depressão e diminuição da satisfação marital, são algumas das consequências da divisão desigual das atividades no âmbito doméstico (Jablonski, 2009; 2011). A disposição de mão-de-obra externa para a realização de tais tarefas ameniza, portanto, a tradicional desigualdade. No Brasil, babás e empregadas domésticas contribuem para suprir, parcialmente, a ausência das mães que se dedicam ao trabalho fora de casa (Jablonski, 2009).

5.4.1.3. Âmbito pessoal

As permanências nos papéis tradicionais de gênero são evidenciadas também no Casal 1. O consumo prolongado de bebida do cônjuge em eventos sociais, abordado em fatores geradores de conflito, é uma atividade comumente atrelada ao sexo masculino. Constatamos, ainda, a reprodução de papéis tradicionais nos relatos do cônjuge sobre os planos futuros de ter filhos:

“Não, só dois meninos.” (João, Casal 1)

“Só duas meninas. É porque ele é muito machista, ciumento.” (Joana, Casal 1)

“Eu não vou viver muito não se tiver menina. É, vou morrer cedo.” (João, Casal 1)

Mesmo em relações igualitárias e equitativas, o nascimento dos/as filhos/as pode reativar uma lógica tradicionalista. Tal fato significa que o desafio da transição para a parentalidade representa também um desafio nas questões de gênero.

Nos relatos de Rafaela (Casal 4) foram identificadas também permanências nos papéis tradicionais de gênero. A busca da cônjuge por fazer faculdade e se qualificar teve um custo alto na vida conjugal – criou um contexto que facilitou relacionamentos extra-conjugais do esposo. Ao constatar uma reincidência de tal comportamento e ao conversar com os três filhos sobre a decisão de sair de casa por

um tempo, ela assumiu a responsabilidade pela infidelidade do esposo, por ter deixado “a porta aberta” quando foi estudar:

“Não é justo vocês saírem e deixarem o seu pai, porque ele não fez nada errado. Fui eu que provoquei. Fui eu que deixei a porta aberta quando eu fui estudar, e esse é o preço que a gente vai pagar.” (Rafaela, Casal 4)

Miranda-Martins (2006) identificou diferenças de gênero na forma como homens e mulheres lidam com a interação entre casamento e trabalho. Dentre os conflitos centrais apresentados pelas entrevistadas está o sentimento de culpa. É importante ressaltar que a forma de homens e mulheres reagirem à quebra do contrato de exclusividade sexual pode ser distinta. Cabe problematizar se o esposo teria agido da mesma forma caso a situação fosse contrária. A associação tradicionalmente estabelecida dos homens ao espaço público pode contribuir para uma maior aceitação pessoal, conjugal, social e familiar da infidelidade sexual masculina. Em síntese, é interessante ressaltar que, tenham ou não papéis não-domésticos, espera-se muito mais das mulheres, em geral, em seus papéis de mães e de responsáveis pela família, do que se espera dos homens em seus papéis familiares (Okin, 2008).

5.4.2. Mudanças nos papéis de gênero

Nosso momento histórico está sendo marcado por transformações profundas na organização social, na política, na economia, na cultura, nas relações de gênero, na sexualidade, e nas subjetividades (Bezerra & Justo, 2010). A seguir, serão ilustradas parte das mudanças nos papéis e nas posturas de homens e mulheres, tal como descritas pelos Casais 1, 2 e 4.

No Casal 1, a bebida era um motivo recorrente de conflito no início do casamento. João, contudo, mudou de postura ao longo do relacionamento:

“Foi o tema que ela realmente comentou, em relação à bebida, realmente isso no início trazia muita briga.” (João, Casal 1)

“O único que já foi muito foi a questão da bebida, mas hoje já solucionou bastante. Hoje raríssimas... posso nem falar muito, né amor? Porque hoje você tá um anjinho perto do que era.” (Joana, Casal 1)

“Se acontecer alguma coisa do tipo passou dos limites, bebeu muito, tipo assim, uma coisa é você tá numa festa, agora num churrasco, uma coisa boba assim... Porque não tem motivo pra tanto, é o que leva a encantar. E também hoje em dia ele já sabe, tipo assim, já olhei e ele já sabe: ‘Tenho que parar.’” (Joana, Casal 1)

Outro elemento de mudança diz respeito à adaptação de João ao estilo da esposa de realizar várias atividades no mesmo dia, nos momentos de lazer conjugal. Tal adaptação contrasta com suas preferências pessoais de permanecer muito tempo em um único lugar, como é o caso dos churrascos:

“Que eu recrimino muito, que eu não suporto. Pra mim um dia, eu tenho que fazer mil coisas no mesmo dia, eu não suporto ir pra um churrasco e morrer meu dia no churrasco. Não, à noite eu vou querer sair, eu vou querer fazer outras coisas, então eu não quero limitar minha vida a isso. Mas hoje em dia ele é super bem adaptado a isso, melhorou bastante.” (Joana, Casal 1)

O engajamento em uma relação a dois demanda a reorganização da realidade individual para dar espaço à construção de um mundo em comum, com referências e identidades partilhadas – uma identidade conjugal (Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2010). O fato de João ceder diante das demandas da esposa reflete mudanças nos papéis tradicionais de gênero. Contrariamente a essa postura, os homens do estudo de Silva e colaboradores (2012) identificaram dificuldades de negociar e ceder no convívio na vida a dois. De fato, esse papel é geralmente assumido pelas mulheres, como ilustrado nas pesquisas de Martins (2009) e Silva e colaboradores (2012). Por sua vez, o posicionamento de Joana de colocar limites no relacionamento é consistente com as reivindicações dos homens da pesquisa de Martins (2009). Para eles, o papel ativo da mulher, diferente da mulher submissa, é um elemento importante que favorece a reflexão, a autocrítica e contribui para o sucesso da conjugalidade.

No Casal 2, a ansiedade de Claudia revela seu desejo de participar nas despesas da casa, pelo fato de o esposo ser atualmente o único provedor. As transformações que têm ocorrido no cenário social impõem demandas e ansiedades às pessoas, para as quais é preciso buscar respostas de enfrentamento (Giddens, 1992):

“Com o salário dele, a gente paga todas as dívidas. Então, esse peso de comprometer todo o salário dele, ou de não ter um salário, incomoda muito, a mim, né. Incomoda porque eu queria estar participando também, pagando, ajudando nas despesas de casa. Então, comprometer todo o salário, você ver que não vai sobrar, que não está tendo como juntar o dinheiro que a gente queria pra poder comprar o imóvel. Então essa dificuldade, tem que ter paciência, lidar com esse estresse todos os dias, essa ansiedade.” (Claudia, Casal 2)

A distância entre o desejado e o vivido pode resultar no questionamento ou na vivência de “se ter um problema”. Essa constatação indicaria a consciência individual

ou coletiva de que é possível uma situação diferente da atual, que é socialmente valorizada (Garcia & Tassara, 2003). Para Claudia, não trabalhar representa um problema que reflete, por sua vez, as mudanças no cenário social referentes à entrada da mulher no mercado de trabalho (Amazonas & Braga, 2006; Araújo, 2009; Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005; Diniz, 2011; Giddens, 1992; 1997; Perlin & Diniz, 2005; Jablonski, 2009; 2011; Pasquali & Moura, 2003; Rocha-Coutinho, 2013).

A decisão de a cônjuge se dedicar exclusivamente aos estudos foi tomada por ambos e surgiu a partir de uma postura de apoio de Claudio diante do estresse dela no trabalho anterior e da elevada exigência no mercado de concursos. Na maioria das vezes, é a mulher que tem que abdicar de seus interesses pessoais em favor dos planos do esposo ou das necessidades da família (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005; Diniz, 2011; Perlin & Diniz, 2005). Claudia, contudo, abdicou de um emprego remunerado no qual ganhava pouco em busca de outro melhor. Na sociedade pós-moderna, os parceiros são pressionados a se adequarem às transformações sociais, tais como a valorização do crescimento individual, as exigências do mercado de trabalho, a independência financeira, e a flexibilidade no exercício dos papéis de gênero (Perlin & Diniz, 2005):

“Ele me apoia muito. Ele falou assim: ‘Não, pode estudar, que eu aguento as coisas aqui, vou pagando as contas. Eu seguro a barra sozinho, você pode dedicar aos seus estudos.’” (Claudia, Casal 2)

“Então, eu via que ela, no emprego que ela estava, ela estava se estressando muito, chegando cansada, e não estava estudando. E no mercado de concursos, concorrido como está, você tem que dedicar muito pra conseguir passar. Eu pedi pra que ela deixasse o emprego. Ela estava com um emprego teoricamente estável, ganhava pouco, e eu falei pra ela: ‘Não, deixa esse emprego, eu aguento todas as finanças sozinho, e dedica pra passar num concurso melhor.’” (Claudio, Casal 2)

O fato de Claudia não contribuir atualmente com o orçamento familiar não é motivo de cobrança por parte do cônjuge. Na perspectiva do casal, o dinheiro é dos dois:

“Ele nunca me jogou na cara que eu não estou trabalhando, que eu deveria me impor alguma obrigação, né, de contribuir nas despesas de casa. Nunca falou nada não.” (Claudia, Casal 2)

“Eu sei que o dinheiro é nosso. É pra nós. Tanto é que, se eu for trabalhar, e tiver o meu dinheiro, é pra nós, também, o dinheiro. É pra casa, depois vai ser pros filhos, também, pra todos, pra cobrir as despesas de todos.” (Claudia, Casal 2)

“Eu não tenho esse pensamento: ‘Ah, o dinheiro é meu, então eu vou comprar e fazer dele o que eu quiser’. Não. Mesmo que isso passe pela cabeça, já vem uma vizinha que fala: ‘Não, não é seu, é dos dois.’” (Claudio, Casal 2)

Claudio enxerga o poder como circunstancial. Tal percepção significa que hoje ele é o provedor, mas amanhã poderia ser ela. A postura de Claudio reflete como as mudanças nos valores sociais e nos papéis atribuídos a homens e mulheres têm penetrado também no discurso masculino:

“Então, eu entendo que se hoje eu posso, isso não me dá o poder de oprimi-la. Porque amanhã pode ser que ela possa e eu não. Então, assim, pelo menos por enquanto não está sendo motivo de opressão não. E espero que nunca eu me sinta tentado a usar isso.” (Claudio, Casal 2)

Existe, também, uma busca pela distribuição mais igualitária das tarefas domésticas:

“Eu entendo que estudar também cansa. Eu sei que ela não está passando o dia inteiro sem fazer nada. Se eu, por um lado, estou trabalhando, ela está estudando. Então, a gente fica tentado a querer empurrar o trabalho [tarefas domésticas] pro outro? Claro que fica. Quando ela está cansada de estudar o dia inteiro, à noite ela queria que eu também tomasse mais iniciativa. Se eu estou cansado por ter trabalhado o dia inteiro, eu, naturalmente, gostaria que ela estivesse fazendo tudo, e eu só quieto, recebendo. Mas, assim, eu nunca joguei, e espero nunca ter essa intenção de jogar na cara, que isso é obrigação dela, isso é obrigação nossa. Não é obrigação dela.” (Claudio, Casal 2)

O Casal 2 tem vários planos futuros, tais como viajar, ter filhos e comprar o próprio apartamento. Apesar de o cônjuge ter ambições profissionais, ele preza que não interfiram na oportunidade de criar seus filhos e de vê-los crescer. Tal desejo ilustra também mudanças nos papéis tradicionais de gênero. Jablonski (2007) constatou um crescente interesse dos homens em participar da educação e dos cuidados com os filhos:

“Eu tenho algumas ambições profissionais de crescer mais, e tal, mas sem que isso... um valor que eu quero manter é que isso não me atrapalhe de criar os meus filhos. Eu quero ver os meus filhos crescendo, não quero delegar isso a outra pessoa não.” (Claudio, Casal 2)

O cônjuge do Casal 4, por sua vez, também apoiou a parceira para que ela pudesse conquistar uma carreira profissional. O fato de a faculdade dela estar em outra cidade implicou que Rafael assumisse o cuidado dos três filhos e sustentasse duas casas simultaneamente. Ela reconhece o papel fundamental do incentivo e do apoio do parceiro para realizar o grande desejo de ir para a faculdade:

“Você [o cônjuge] é a pessoa que fez mais por mim do que o meu próprio pai. Devo a você o meu crescimento, devo a você tudo que eu sou hoje. Tudo que eu sou foi ele que me ajudou a construir. Ele nunca me podou, ele sempre me incentivou. E principalmente me ajudou a ir pra faculdade, que era uma coisa que eu queria muito. Ele manteve duas casas por seis anos, mais de seis anos que eu fiquei lá, seis anos e meio.” (Rafaela, Casal 4)

Rafaela demonstra a importância que teve para ela a escolha de ir para a faculdade, apesar dos riscos à conjugalidade:

“Então, eu arrisquei. Eu dei um pulo muito alto e eu não sabia se eu ia voltar e cair de pé. Mas, eu arrisquei. Assim, ou eu faço isso pra mim, ou eu vou ter raiva de mim o resto da vida.” (Rafaela, Casal 4)

No momento em que Rafaela constatou nova infidelidade do cônjuge e tomou a decisão de sair de casa por conta da traição dele, conversou com os filhos sobre o acontecido e decidiu que o lugar deles era com o pai. Tal decisão ilustra novos papéis de gênero:

“Conversei com os meninos: ‘Vocês vão ficar com o seu pai’. Eu passei muito tempo fora, e ele tem até um jeito de ser meio largado, mas ele tem uma ligação muito forte com os meninos.” (Rafaela, Casal 4)

Não obstante as desigualdades ainda constatadas, os casais apresentam também elementos de novos papéis atribuídos a homens e mulheres. De fato, o que distingue a família e o casamento em um cenário pós-moderno é a inexistência de um modelo dominante. Os papéis definidos rompem-se, deixando fluidas as fronteiras entre a díade e seus/suas filhos/as (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005).

De acordo com a Tabela 3 e a Tabela 4 dos dados sócio-demográficos, as quatro cônjuges do estudo têm curso superior e duas delas, Joana (Casal 1) e Rafaela (Casal 4), estão economicamente ativas. Tais constatações refletem a participação crescente da mulher no mercado de trabalho (Amazonas & Braga, 2006; Araújo, 2009; Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005; Diniz, 2011; Jablonski, 2009; 2011; Pasquali & Moura, 2003). É fato que o ingresso substancial das mulheres no mundo profissional provocou uma profunda alteração nos papéis tradicionalmente desempenhados no casamento (Jablonski, 2009).

Em uma sociedade onde o valor de referência é derivado do “eu”, a família é importante na medida em que ajuda cada pessoa a constituir-se como autônoma, mas também tem um papel importante na manutenção de estrutura de apoio e solidariedade. Nesse processo, os casais se deparam com a difícil tarefa de conciliar,

por um lado, as demandas individuais de cada parceiro; e pelo outro, as demandas da conjugalidade e parentalidade (Féres-Carneiro, 1998; Féres-Carneiro & Ziviani, 2009; Féres-Carneiro & Diniz-Neto, 2010; Féres-Carneiro & cols., 2011).

No paradigma da sociedade moderna, as mulheres deveriam obedecer aos maridos, manter-se fiéis e dedicar-se à criação dos filhos. A desigualdade era aceita e reforçada socialmente (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005; Diniz, 2011; Louro, 2004; Okin, 2008). Tal fato significa que o “eu” masculino tinha prevalência ao “eu” feminino. A partir dessa lógica, o casamento representava o convívio de uma individualidade – a masculina – com uma conjugalidade.

Na sociedade pós-moderna, marcada por transformações sociais com grandes implicações para as mulheres, tais como a inserção dessas últimas no mundo profissional e do trabalho, o controle sobre a procriação a partir dos anticoncepcionais e a maior aceitação social do divórcio (Amazonas & Braga, 2006; Araújo, 2009; Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005; Diniz, 2011; Giddens, 1992; 1997; Perlin & Diniz, 2005; Jablonski, 2009; 2011; Pasquali & Moura, 2003; Rocha-Coutinho, 2013), as demandas da individualidade feminina passaram a ocupar um maior espaço na conjugalidade. Com a conquista de novas posições sociais e econômicas, as mulheres aumentaram seu poder de negociação e decisão dentro da família (Araújo, 2009).

No contexto em que as demandas das mulheres são de fato consideradas nos relacionamentos conjugais, a tarefa de conciliar os projetos individuais de cada parceiro com a conjugalidade torna-se ainda mais desafiante, o que exige, por sua vez, novas posturas de homens e mulheres. A primeira fase difícil do Casal 4 ilustra isso. Rafaela, por um lado, priorizou a faculdade, mesmo diante dos possíveis riscos à conjugalidade. Rafael, por sua vez, apoiou e incentivou a esposa, mesmo que tal fato lhe multiplicasse as demandas para conciliar vida pessoal, conjugal, familiar e profissional.

No Casal 2 também são identificados novos posicionamentos em relação às possíveis desigualdades decorrentes da condição profissional de cada parceiro. Apesar de Claudia não contribuir atualmente com o orçamento familiar, existe uma consciência da díade quanto ao fato de o dinheiro ser dos dois e para os dois. Tal consciência também significa que a proposta de trato entre ambos é a mesma, independente de quem for o/a provedor/a. No mesmo sentido, Claudio considera que as tarefas domésticas não são obrigação dela e sim de ambos, o que favorece uma distribuição mais igualitária das mesmas.

As relações conjugais se tornam mais instáveis na busca pela igualdade relacional e pela satisfação sexual e emocional (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005). O reordenamento mais igualitário de papéis, posições e relações envolve um enfrentamento diário de conflitos e contradições visíveis na reprodução e cristalização de práticas desiguais (Araújo, 2009). A durabilidade dos projetos conjugais, ora assegurada mesmo antes da união, não está garantida (Garcia & Tassara, 2003). Para assegurar a continuidade do vínculo, ações específicas devem ser colocadas em prática (Giddens, 1991).

5.4.3. Influência da família de origem

Um desafio importante que o casal enfrenta no casamento diz respeito à influência que as famílias de origem têm na relação do casal propriamente dita (McGoldrick, 1995/2001; Menezes & Lopes, 2007a). A seguir, serão citados alguns exemplos dos casais 1, 2 e 3 que ilustram a influência da família de origem nas características, hábitos, estilos, valores, preferências e/ou comportamentos que cada cônjuge apresenta na relação, assim como a necessidade de acomodação por parte da díade a tais influências.

No Casal 1 existem algumas diferenças contrastantes nos estilos e preferências de cada cônjuge, alguns deles motivos de conflito, que têm relação direta aos estilos e preferências das respectivas famílias de origem. Tais diferenças estão relacionadas ao tom de voz de cada um e ao consumo prolongado de bebida em eventos sociais por parte dele:

“É porque na casa dele, eles gritam, eles têm essa mania de gritar. E lá em casa a gente não grita e tipo assim, eu falo até baixo demais, às vezes as pessoas nem entendem. E lá não, eles berram, eles não gritam, eles berram, mas é uma coisa que é deles.” (Joana, Casal 1)

“A bebida é deles, é da família deles. Isso aí é um ponto que é... sabe o que que é isso que eu vejo? Que a gente vê muitas coisas, já percebi, é cultura. É a cultura dele, da família dele. Ele acha que o olho dele não baixa.” (Joana, Casal 1)

“Não, é familiar, baixa no começo já. Ela sabe que meus irmãos, os meus pais, a família...” (João, Casal 1)

O consumo de bebida de João ao longo do dia em eventos sociais é um hábito familiar que Joana denuncia como não desejado. Ela reconhece que, por tratar-se de uma cultura familiar, foi muito difícil mudar esse costume no parceiro no início do

relacionamento. De fato, os cônjuges precisam decidir a respeito das tradições e rituais familiares que serão mantidos e daqueles que desenvolverão sozinhos (McGoldrick, 1995/2001). A diminuição da frequência do consumo de bebida do esposo em eventos sociais e familiares ilustra esse processo:

“Mas é uma coisa que pra mim foi muito difícil, porque eu vejo que é uma questão familiar, então tipo assim... no início, pra tirar isso, família... Porque aí junta o pai, o irmão, o primo, não sei o que, e é até cair. E pra mim isso eu não admito, ficar até... Eu falo: ‘gente, pra mim isso é o fim da picada.’” (Joana, Casal 1)

“E na família dele é muito raro hoje ele ficar bebendo, a não ser quando tem amigos, alguma coisa...” (Joana, Casal 1)

“Tem almoço da minha mãe, do meu pai, meu pai bebe, meus primos bebem e eu não bebo.” (João, Casal 1)

A influência da família de origem de Joana e João também se manifesta na forma como cada cônjuge distribui as atividades de lazer em um mesmo dia. É difícil funcionar de modo diferente ao de suas famílias de origem, pois há uma tendência a repetir o padrão de funcionamento dos pais ou das pessoas que exerceram esta função (Bueno & cols., 2013):

“Ele sai, por exemplo, pra um aniversário, e só tem esse aniversário no dia. Minha família não, minha família é totalmente diferente. A gente sempre foi de sair, de fazer mil coisas, ir pra não sei aonde, isso, aquilo. Então assim, não tem essa coisa de você ficar preso só em um lugar, eu não dou conta.” (Joana, Casal 1)

“Lá em casa só começa a ficar boa quando vai entrando mais tarde.” (João, Casal 1)

O fato de Claudia (Casal 2) vivenciar o esforço do trabalho do pai contribuiu para valorizar as coisas que ele pagava, tal como a faculdade. Atualmente, essa postura é refletida no relacionamento conjugal, quando ela reconhece o esforço do trabalho do esposo e “não abusa” na utilização dos recursos financeiros:

“Eu sei que ela não vai gastar todo o dinheiro, porque eu sei que ela... E isso vem da família dela, também, que o pai dela sempre foi muito controlado nos gastos. Quando ele queria comprar algo pra satisfazer a ele, ou às filhas, ele já sabe, vou comprar e pronto. Agora, quando não pode, ele não comprava. E ela já tem isso. Se a gente não tem condições hoje de trocar o carro, por mais que a gente brinque: ‘Olha, aquele carro ali é bonito, vamos trocar por aquele’. Mas, se eu cito: ‘Ah, vamos trocar de carro mesmo?’, ela própria já fala: ‘Não, amor, não é a hora.’” (Claudio, Casal 2)

“Acho que eu fazia isso com o meu pai também, eu nunca fui de abusar do meu pai. Se eu via um real na mesa, em cima da mesa, jogado no chão, eu pegava e entregava pro meu pai. Então, acho que isso daí veio da minha criação. Como eu sempre via meu pai trabalhando, correndo, então eu sempre fui honesta nesse ponto, de dar muito valor nas coisas que meu pai pagava. Faculdade, que ele pagava caro, quis estudar, quis dar orgulho pra ele, fazer as coisas direitinho, pra fazer valer o dinheiro, né.” (Claudia, Casal 2)

“Eu dou muito valor no trabalho dele [o cônjuge], no dinheiro suado que vem pra dentro de casa. Então, nem penso em abusar disso não [risos]. Eu sei que ele está ali ralando todos os dias, por isso que eu dou valor no dinheiro.” (Claudia, Casal 2)

A importância da interação entre gênero, trabalho e família de origem é evidenciada no relato de Claudio (Casal 2). O fato de ter visto seu pai desempregado e sua mãe responsável pelas finanças durante dois anos e meio contribuiu para “quebrar” o modelo tradicional de homem provedor. Tal fato implicou aceitar a possibilidade, apesar do constrangimento, de essa função ser realizada pela sua esposa. Significou também saber que poderia contar com ela, assim como seu pai contou com sua mãe quando ele precisou. Como afirma Diniz (2011), todo homem e toda mulher trazem para a relação hábitos, valores e uma herança afetivo-emocional de suas famílias de origem:

“Acho que não haveria uma diferença [se ela fosse a provedora]. Porém, pela própria sociedade nossa, eu me sentiria incomodado, porque na nossa sociedade o homem ainda é o provedor. Só que, ao mesmo tempo, isso já quebrou na minha vida, porque durante dois anos e meio eu vi meu pai desempregado em casa, fazendo apenas bico.” (Claudio, Casal 2)

“Eu via o meu pai fazendo esses serviços pontuais. E o salário da minha mãe é que sustentava a casa durante dois anos e alguma coisa. Eu vi isso acontecendo. Eu vi que meu pai se sentia constrangido com a situação, mas vi que quando meu pai precisou, minha mãe estava aí. Então, sei hoje que por mais que eu me sinta constrangido, se chegar uma hora em que ela esteja ganhando e eu esteja desempregado por algum motivo, eu vou me sentir extremamente constrangido, mas eu sei que posso contar com ela. Isso que está acontecendo, é temporário.” (Claudio, Casal 2)

As diferenças entre avisar e consultar, de Claudio e Claudia, respectivamente, também foram aprendidas nas respectivas famílias de origem. Uma rede multigeracional de relacionamentos molda a interação entre individualidade e proximidade. As pessoas têm menos autonomia em suas vidas emocionais do que imaginam (Bueno & cols., 2013; Nichols & Schwartz, 2007):

“Como eu disse, é porque tem uma coisa aí interessante, né. Até de criação. Pra mim, eu a consultei. Na minha criação, eu falei: ‘Ó amor, vou comprar um notebook pra você.’” (Claudio, Casal 2)

“Você avisou, né [risos]. Eu sei que ele é diferente, ele já é mais objetivo, ele vai lá e faz. Eu sou mais indecisa, eu procuro mais a opinião dele.” (Claudia, Casal 2)

“E, por outro lado, o contrário também é verdade. Muitas vezes eu tenho a certeza, na minha cabeça, que ela nem precisaria me consultar. Se ela precisa, ela vai e compra. Se ela precisa, ela vai e faz. Se ela precisa. E aí, quando ela me liga, eu já penso: ‘Por que a Claudia está me ligando?’. Só que aí eu lembro dessa própria dependência que ela traz de família. Então: ‘Não, amor, tudo bem, pode comprar’. Ou então: ‘É isso mesmo, faz isso, não precisa me esperar não, pode ir lá e fazer’. Mas ela me consulta porque já vem de família, que ela consultava.” (Claudio, Casal 2)

Ao contrário do jeito “objetivo” de Claudio de “vai lá e faz”, Claudia é mais “indecisa” e procura mais a opinião dele. O que está sendo chamado de indecisão pode ser visto como um respeito ao outro e ao limite imposto pela relação entre renda, necessidade e desejo. Por outro lado, tais relatos também são consistentes com os resultados do estudo de Bueno e colaboradores (2013), no qual foi constatada uma relação entre apego e dificuldade de diferenciação maior nas participantes do sexo feminino. Tal dependência pode ser transferida para o cônjuge, o que pode acarretar dificuldade em tomar decisões.

No Casal 3, Andréa ofereceu aos filhos tempo para conversar, que ela mesma não teve com seus próprios pais, pelo fato de ambos trabalharem fora. A diferenciação no casamento se faz necessária para que os parceiros consigam delimitar o que será deles e o que repetirão de suas famílias de origem, possibilitando novas formas de funcionamento (Nichols & Schwartz, 2007; Skowron & cols., 2010).

“Aí muito nova também né. Não tinha muita informação de muita coisa. Porque os pais da gente não era assim né de tá... trabalhava tanto pra cuidar da gente, pra ver a gente assim, que não tinha tempo, né, de conversar. Na criação faltou umas coisas assim que hoje nossos filhos têm. Que hoje é tudo diferente... Acho que é isso.” (Andréa, Casal 3)

Andréa considera que a preocupação do esposo com a chave ou com o portão aberto foi aprendida na família de origem. O jeito “cabeça dura” e “cancarrudão” do parceiro também é herança do pai dele:

“Eu vejo que isso também vem lá dos pais dele, da criação, porque lá eles são muito assim, preocupados com portão aberto, com chave, entendeu? Então acho que isso veio da criação dele.” (Andréa, Casal 3)

“Ele puxou um pouquinho o pai dele, assim, é um pouco cabeça dura, sabe [risos].” (Andréa, Casal 3)

“Ah, eu acho que sim. Eu sou mais cabeça dura.” (André, Casal 3)

A transmissão intergeracional de padrões de interação foi constatada por Whitton e colaboradores (2011). Tais autores encontraram que as interações destrutivas durante os conflitos conjugais não são danosas somente para o casamento. Quando utilizadas no contexto familiar, também podem influenciar negativamente as habilidades futuras de comunicação construtiva dos/as filhos/as com seus parceiros/as amorosos/as. O jeito “cancarrudão” que André aprendeu na sua família de origem tem efeitos na sua relação amorosa com Andréa, assim como possíveis consequências para as futuras relações conjugais de seus filhos.

Whitton e colaboradores (2011) também constataram que o risco de os homens terem prejuízos nos relacionamentos conjugais pode ser maior do que o das mulheres, caso vivenciem estratégias de resolução de conflitos destrutivas em suas famílias de origem. Esses dados sinalizam que a probabilidade do filho de André e Andréa ter prejuízos em seus relacionamentos conjugais, tanto atuais como futuros, pode ser maior do que no caso da filha.

Os relatos dos três casais ilustram a relevância dos pais como modelos do modo de agir em um relacionamento conjugal (Bueno & cols., 2013), na interação com os papéis de gênero. É fato que diferenças significantes entre mulheres e homens são criadas pela divisão do trabalho existente na família, o que reflete a profundidade e amplitude da construção social de tais papéis (Okin, 2008). Nas palavras de Diniz (2011):

É no dia a dia da vida familiar que a criança aprende sobre o ser homem e o ser mulher. Ao longo do ciclo vital posições mais rígidas ou mais flexíveis dentro do sistema sexo-gênero vão sendo assimiladas. Homens e mulheres carregam esse aprendizado para a construção e a vivência da conjugalidade (p. 16).

IV. CONCLUSÃO

CAPÍTULO 6 – O PESSOAL É POLÍTICO

Em uma sociedade pós-moderna, o que distingue a família e o casamento é a inexistência de um modelo dominante, tanto em relação às práticas quanto em relação ao discurso normalizador de tais práticas. O Brasil tem sido cenário, ao longo do século XX, da convivência de vários tipos de família, desde a tradicional, caracterizada pela autoridade paterna, até a pós-moderna, na qual convivem arranjos conjugais mais flexíveis e igualitários. Isso se reflete na multiplicidade de identidades e papéis que se tornam contraditórios, por estarem interligados a múltiplos contextos (Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005; Jablonski, 2003, 2009, 2011).

No casamento contemporâneo, há uma convivência paralela entre o antigo e o novo (Araújo & Scalón, 2005; Carvalho & Paiva, 2009; Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005; Jablonski, 2009; 2011; Perlin & Diniz, 2005; Martins, 2009; Rocha-Coutinho, 2009; 2013). Os casais são pressionados a reproduzirem valores e padrões morais tradicionais e a se adequarem, simultaneamente, às novas transformações sociais (Perlin & Diniz, 2005). Casamentos convencionais coexistem com novos arranjos de conjugalidade (Neto & Féres-Carneiro, 2005). Papéis tradicionais de gênero convivem com elementos que configuram uma relação mais igualitária (Martins, 2009).

Jablonski (2009; 2011) identificou seis formas distintas de organizações familiares e conjugais que coexistem nos grandes centros urbanos ocidentais. Os casais deste estudo representam três delas: a primeira é associada ao modelo tradicional no qual o pai trabalha fora e a mãe, não; a segunda é formada por pai e mãe que trabalham fora; e a terceira por casais sem filhos/as, seja por opção ou não. As duas primeiras organizações familiares correspondem aos casais participantes que têm a partir de quinze anos de casamento e a terceira opção corresponde aos casais que possuem três a quatro anos de união. A diversidade dos arranjos conjugais dos/as participantes deste estudo contribui para explicar, portanto, as permanências e mudanças constatadas nas relações de gênero. Elementos paradoxais foram identificados nas interações intra-casal e também na comparação entre casais.

Nesta pesquisa, constatou-se que os motivos de conflito comuns aos quatro casais perpassam questões relacionadas à vida profissional, e têm implicações na

interação conjugal, atreladas a questões de gênero. A estreita relação entre o domínio público e privado evidenciada pelas feministas põe em relevo as interações indissociáveis entre essas duas esferas, quando se trata da conjugalidade. Dentro dessa perspectiva, as questões financeiras e os problemas decorrentes do trabalho de um ou ambos os cônjuges, por um lado, e as questões domésticas ligadas ao cuidado da casa e à educação dos/as filhos/as, pelo outro, podem ser vistas como duas faces de uma mesma moeda, em constante interação. Esse fato é condizente com os principais motivos de conflito conjugal evidenciados nas pesquisas brasileiras (Braz & cols., 2005; Garcia & Tassara, 2003; Mosmann & Falcke, 2011; Miranda-Martins, 2006; Toloí & Souza, 2009).

Os achados do presente estudo apontam também para a existência de uma relação complexa entre conflitos conjugais, estratégias de resolução e papéis de gênero. A importância da família de origem na interrelação entre esses três elementos é indiscutível (Diniz, 2011; McGoldrick, 1995/2001; Menezes & Lopes, 2007a; Nichols & Schwartz, 2007; Whitton & cols., 2011) e fica evidenciada neste trabalho. Diferenças significativas entre mulheres e homens são criadas pela divisão do trabalho existente na família, o que reflete a profundidade e amplitude da construção social do gênero (Okin, 2008).

As desigualdades entre os homens e as mulheres no mundo do trabalho, na esfera social e política estão inevitavelmente relacionadas às desigualdades no interior da família, em um ciclo causal de mão dupla. Tal fato significa que nem o domínio da vida pública, econômica e política, nem aquele da vida doméstica e pessoal, podem ser interpretados isolados um do outro. O que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune às dinâmicas de poder, essa última considerada como a face distintiva do político (Okin, 2008).

Em algumas das interações dos casais estudados foram identificadas relações de poder nos conflitos conjugais e nas estratégias de resolução que comprometem a igualdade ou simetria de tais interações. De fato, nas relações cujo poder é assimétrico, o/a cônjuge mais poderoso/a tende a atingir seus objetivos (Bolze, 2011). A permanência da dicotomia público/doméstico torna possível que os/as teóricos/as ignorem a natureza política da família, a relevância da justiça na vida pessoal e, conseqüentemente, uma parte central das desigualdades de gênero (Okin, 2008).

Não é possível entender as esferas “públicas”, isto é, o estado do mundo do trabalho ou do mercado, sem levar em consideração o fato de que essas dimensões foram construídas sob a afirmação da superioridade e da dominação masculinas. Outra questão é que elas pressupõem a responsabilidade feminina pela esfera doméstica (Okin, 2008). “O pessoal é político” está na raiz das críticas feministas à dicotomia público/doméstico.

A conexão entre público e privado, por outro lado, significa que as transformações no cenário social mudam as formas de homens e mulheres se relacionarem no espaço doméstico. A mudança dos papéis femininos, tais como o aumento de mulheres com nível superior e a busca pela vida profissional (Amazonas & Braga, 2006; Araújo, 2009; Diniz-Neto & Féres-Carneiro, 2005; Diniz, 2011; Giddens, 1992; 1997; Perlin & Diniz, 2005; Jablonski, 2009; 2011; Pasquali & Moura, 2003; Rocha-Coutinho, 2013) trazem implicações para as interações, conflitos e estratégias de resolução de conflitos conjugais. Esse processo foi ilustrado em vários relatos dos/as participantes deste estudo. A permanência da desigualdade no espaço público, contudo, não pode ser ignorada.

A escassez de mulheres nas altas rodas da política, a segregação e a discriminação sexuais correntes na força de trabalho, e a pressuposição estrutural de que trabalhadores/as e ocupantes de cargos políticos não são responsáveis por cuidar dos/as filhos/as são alguns exemplos. A manutenção da desigualdade no espaço doméstico não pode ser explicada, portanto, sem a referência a elementos da esfera não-doméstica (Okin, 2008).

A estreita relação entre poder e práticas políticas e econômicas com as estruturas e práticas da esfera doméstica torna fundamental a criação de políticas públicas que contemplem as desigualdades de homens e mulheres em ambos os âmbitos – público e doméstico. A dificuldade em conciliar vida profissional e vida familiar – e doméstica – é uma preocupação que afeta predominantemente as mulheres, principalmente em países onde há carência de políticas públicas de gênero (Araújo, 2009; Diniz, 1996, 1999, 2009; Perlin & Diniz, 2005).

Políticas públicas voltadas para a concessão de benefícios, tais como licença-*maternidade*, flexibilização dos horários de trabalho de *mães* com filhos/as pequenos/as, ampliação de vagas em creches, pré-escolas e escolas em tempo integral são alternativas oferecidas por parte de alguns governos (Araújo, 2009). O objetivo de

tais políticas é favorecer a conciliação do trabalho remunerado com o trabalho doméstico e cuidados com filhos/as por parte das *mulheres*. Essa realidade política ainda é algo a ser vislumbrado. Mulheres, principalmente aquelas de classes menos favorecidas, continuam a pagar um alto preço pela múltipla jornada de trabalho.

Apesar da contribuição de medidas políticas para amenizar os conflitos decorrentes da dificuldade de conciliar ambos os espaços, ainda é constatada a pressuposição que a responsabilidade pelo âmbito doméstico é principalmente *feminina*. Tais pressupostos resultam diretamente das práticas e teorias patriarcais do passado, que têm sérias consequências, especialmente para as mulheres (Okin, 2008).

Miranda-Martins (2006), Perlin e Diniz (2005) e Rocha-Coutinho (2009; 2011; 2013) evidenciaram as dificuldades encontradas pelas mulheres brasileiras para conciliar as demandas de uma carreira profissional com os cuidados envolvidos nas tarefas domésticas e na criação e educação dos/as filhos/as. Apesar da presença de um discurso social igualitário, as mulheres continuam sendo as principais “cuidadoras”, as responsáveis pela educação da prole, assim como pela administração da casa, e a cuidadora/administradora do funcionamento do casamento (Araújo, 2009; Bruschini, 2007; Carvalho & Paiva, 2009; Martins, 2009; Perlin & Diniz, 2005; Rocha-Coutinho, 2009; 2011; 2013; Silva & cols., 2012). As consequências dessa divisão desigual são, frequentemente, sintomas de ansiedade, estresse e depressão, sentimentos de culpa e de injustiça, aumento de conflitos e diminuição da satisfação marital (Jablonski, 2009; 2011; Miranda-Martins, 2006; Perlin & Diniz, 2005).

Em alguns países, particularmente no norte da Europa, constata-se iniciativas de desenvolvimento de políticas públicas preocupadas em atenuar os efeitos negativos da desigualdade de gênero. Tais políticas estendem igualmente os benefícios para homens e mulheres, com o objetivo de desconstruir o mito de que a mulher é a principal “cuidadora” dos/as filhos/as, da casa e da família (Araújo, 2009).

No Brasil, apesar de algumas iniciativas, ainda são necessários esforços quanto à problemática da desigualdade de gênero nas políticas públicas do governo, de forma que atinja as mulheres de todas as classes sociais. De fato, as mulheres de segmentos menos favorecidos são as mais prejudicadas, especialmente quando têm filhos/as pequenos/as. Além de não contarem com aparatos sociais, tais como creches e escolas em tempo integral, não dispõem de recursos financeiros para delegar a outros/as profissionais – babás e empregados/as domésticos/as – as tarefas de cuidado

dos/as filhos/as e da casa, como fazem as mulheres dos segmentos mais favorecidos (Araújo, 2009). Neste estudo, todos os casais relataram contratar alguém para a realização de tarefas domésticas. Tal possibilidade é condizente com o nível socioeconômico de classe média dos/as participantes.

As famílias, portanto, sem contar com a participação efetiva do Estado no desenvolvimento de políticas públicas de gênero, procuram soluções de âmbito privado. O modelo dual igualitário – homem e mulher provedores e cuidadores- é ideal, mas continua uma utopia (Araújo, 2009; Bruschini, 2007; Carvalho & Paiva, 2009; Martins, 2009; Perlin & Diniz, 2005; Rocha-Coutinho, 2009; 2011; 2013; Silva & cols., 2012). Na prática, o mais comum é o de homem provedor e mulher co-provedora e principal cuidadora (Araújo, 2009).

Na melhor das hipóteses, as mulheres reduzem a sua carga horária no emprego remunerado. Tal fato interfere em sua capacidade produtiva e competitiva no âmbito profissional (Araújo, 2009; Rocha-Coutinho, 2009; 2011; 2013). Esse fator pode comprometer a ascensão profissional de mulheres em um cenário social contemporâneo onde predominam a valorização do crescimento individual, as exigências do mercado de trabalho e a independência financeira (Diniz, 2009; Perlin & Diniz, 2005).

As implicações das questões relacionadas à vida profissional e/ou financeira nos fatores geradores de conflitos conjugais e nas estratégias utilizadas para sua resolução foram evidenciadas nesta pesquisa. Foi constatada também a presença de estratégias construtivas e destrutivas de resolução nos casais estudados. Os efeitos deletérios à conjugalidade, decorrentes da utilização de estratégias destrutivas tornam evidente a importância de iniciativas sociais voltadas à prevenção e intervenção para a promoção de interações conjugais e familiares mais saudáveis (Benetti, 2006; Christensen & cols., 2006; Duarte, 2005; Falcke & cols., 2013; Fincham, 2003; Paleari & cols., 2010; Papp & cols., 2009; Seider & cols., 2009; Wagner & Mosmann, 2012; Whitton & cols., 2011).

Os problemas de saúde física e mental nos cônjuges e nos/as seus/suas filhos/as, em decorrência de episódios constantes e/ou intensos de conflito como forma de relacionamento conjugal e familiar tornam o casamento um tema importante de saúde pública (Benetti, 2006; Bolsoni-Silva & Marturano, 2010; Bolze & cols., 2011; 2013; Braz & cols., 2005; Brock & Lawrence, 2011; Epstein & Schlesinger,

2004; Epstein & cols., 2006; Fincham, 2003; Gottman, 1998; Gouin & cols., 2009; Heyman & cols., 2009; Kouros & cols., 2010; Machado, 2009; Markman, 2004; Mosmann & Falcke, 2011; Oliveira & cols., 2009; Sbicigo & Lisboa, 2009; Sturge-Apple & cols., 2008, Wagner & Mosmann, 2009). É necessária, portanto, a implementação de programas preventivos e de intervenção que ajudem casais, especialmente aqueles que apresentam interações de alto risco, a melhorar a qualidade de seus relacionamentos. Entendemos por interações de alto risco aquelas que recorrem à violência física, psicológica, sexual, patrimonial e/ou moral como estratégias de resolução de conflitos conjugais (Presidência da República, 2006). De fato, a violência conjugal pode ser considerada expressão máxima de disfuncionalidade entre o casal (Diniz, 2011, 2013; Falcke & cols., 2013).

Os programas de Educação Conjugal, nomeados nos Estados Unidos como *Marital Education*, tiveram sua eficiência comprovada em pesquisas longitudinais em um período de cinco anos após a sua realização (Wagner & Mosmann, 2009). Casais que realizaram programas de educação conjugal reportam benefícios, ao longo do tempo, da aprendizagem de formas de comunicação e de resolução de conflitos mais saudáveis, assim como o aumento da satisfação conjugal. Em tais programas, baseados em resultados de pesquisas, os casais aprendem princípios e habilidades que caracterizam interações conjugais construtivas (Carroll & Doherty, 2003; Markman, 2004).

No Brasil, existe uma lacuna importante no que se refere a programas e iniciativas sociais voltadas à promoção da saúde conjugal e familiar. É comum encontrar propostas isoladas que não caracterizam um trabalho consistente de intervenção. A Igreja Católica, por exemplo, vincula a realização do casamento religioso à participação dos cônjuges em cursos de preparação para o matrimônio, tal como ilustrado pelo Casal 1 deste estudo. Tais iniciativas, apesar de sinalizarem a importância da instrumentalização na fase de transição para o casamento, apresentam viés religioso e ideológico que restringe seu alcance e eficácia para a população em geral (Wagner & Mosmann, 2009).

É importante, portanto, que as habilidades a serem desenvolvidas nos programas de prevenção e intervenção conjugal e familiar estejam baseadas em resultados de pesquisas empíricas. Tal fato ilustra a importante inter-relação entre pesquisa e prática (Wagner & Mosmann, 2009). Neste estudo, optamos por um delineamento metodológico transversal, qualitativo e descritivo, que por sua vez,

representa algumas limitações. O caráter descritivo da pesquisa não permite realizar atribuições de causalidade nas variáveis estudadas. Da mesma forma, devido ao tamanho reduzido da amostra e à sua não-representatividade, não é possível realizar generalizações a contextos socio-culturais mais amplos.

Apesar dessas limitações, é importante ressaltar que o objetivo da pesquisa qualitativa não é generalizar os resultados para pessoas, locais, ou situações que não fazem parte do estudo propriamente dito. O valor da pesquisa qualitativa está na descrição específica e nos temas desenvolvidos no contexto de um local específico. A marca dessa escolha metodológica está, portanto, mais na particularidade do que na generalizabilidade dos dados (Creswell, 2010). Daí a importância de se aliar distintas metodologias na abordagem de um mesmo objeto de estudo.

Outra limitação diz respeito ao fato de a coleta de dados ter sido realizada por meio de entrevistas. Tal instrumento proporciona informações indiretas, filtradas pelos pontos de vista dos/as entrevistados/as. Cabe lembrar que a percepção que cada cônjuge possui acerca da situação conflituosa é fundamental (Falcke & cols., 2013). Tal percepção está diretamente relacionada à forma como cada parceiro se propõe a lidar com o conflito (Wagner & Mosmann, 2012). Entrevistas realizadas na presença de ambos os cônjuges permitem acessar não somente o ponto de vista de cada um sobre os fatores de conflito e as estratégias de resolução utilizadas, mas também a concordância ou discordância em relação às percepções do/a parceiro/a sobre si mesmo/a, sobre o/a cônjuge e sobre a relação.

As pesquisas nacionais que abordam diretamente a temática dos conflitos conjugais e das estratégias de resolução ainda são escassas. Sugerimos a realização de novas pesquisas nacionais e internacionais, com delineamentos metodológicos qualitativos, quantitativos e mistos, transversais e longitudinais, junto a casais que ocupam distintos lugares sociais. Nas palavras de Diniz (2009):

Existem múltiplas formas de ser mulher e de ser homem. Fatores como raça, classe e educação demarcam lugares sociais e experiências de vida muito distintas. Esse cenário nos convida a um tipo de reflexão que leve em conta a diversidade de condições do ser, do estar e do fazer das mulheres e dos homens no mundo como elemento fundamental para a compreensão de sua situação pessoal, relacional e social (p. 144).

Novos estudos podem ser realizados, por exemplo, com a participação de casais de distintos níveis socioeconômicos, de contextos culturais diversificados, de

religiões diferentes, entre outras variáveis. Da mesma forma, sugerimos estudos que abordem diretamente a temática de estratégias de resolução de conflitos no contexto das diversas conjugalidades: dentro do casamento, na coabitação, nas transições para o casamento, na transição da conjugalidade para a parentalidade, nas separações conjugais, nos recasamentos e nas uniões homossexuais.

As escolhas de pesquisas são um ato político por suas implicações epistemológicas, ideológicas, éticas e práticas na condução da investigação (Narvaz & Koller, 2006). Com este trabalho, esperamos integrar e contribuir para o corpo de pesquisas nacionais que abordam diretamente a temática de conflitos conjugais e estratégias de resolução. Esperamos também contribuir para o desenvolvimento de programas de prevenção e intervenção conjugal baseados em resultados de pesquisas especificamente voltadas para a população brasileira. Várias das estratégias construtivas descritas pelos casais do estudo são exemplos de interações que preservam a saúde pessoal e relacional e que constituem, portanto, fatores de proteção para o relacionamento. Tais estratégias podem ser úteis para a forma de homens e mulheres se relacionarem em situações de conflito conjugal.

Constatamos também que os fatores geradores de conflito comuns aos quatro casais perpassam questões relacionadas à vida profissional e/ou financeira, e têm implicações na interação conjugal, atreladas a questões de gênero. As múltiplas conexões entre a desigualdade e segregação a que estão submetidas as mulheres nos ambientes de trabalho e seus papéis domésticos, assim como a conexão entre a socialização em famílias generificadas e os aspectos psicológicos de sua subordinação (Okin, 2008) torna fundamentais – e urgentes – o desenvolvimento de políticas públicas de gênero, que privilegiem principalmente a saúde relacional e mental de mulheres.

Gostariamos, portanto, de finalizar este trabalho com as palavras de Andréa, uma das nossas entrevistadas. Esse depoimento sintetiza os dilemas e desafios vividos pelas mulheres, que resvalam para suas conjugalidades na forma de conflitos:

“Mas eu acho também que não é pelo fato de eu não trabalhar fora, porque a mulher é cobrada de todas as formas, mesmo ela trabalhando fora. Eu vejo a minha irmã, minha irmã trabalha o dia todo e é cobrada do mesmo jeito. A mulher em si é muito cobrada, pelo fato de ser mulher, de ser mãe. Então tudo vem pra cima dela. E geralmente se acontece alguma coisa com o filho ou dentro de casa, cai pra cima da mulher e é por isso”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adelman, M. (2009). Visões da Pós-modernidade: discursos e perspectivas teóricas. *Sociologias*, 21, 184-217.
- Amazonas, M. C. L. A., & Braga, M. G. R. (2006). Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 9(2), 177-191.
- Araújo, F. (2009). Gênero e família na construção de relações democráticas. Em Terezinha Fêres-Carneiro (Org.), *Casal e família: permanências e rupturas*, 9-23. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Araújo, C. & Scalon, C. (2005). Apresentação. Em Clara Araújo e Celi Scalon (Orgs.), *Gênero, família e trabalho no Brasil*, 7-13. Rio de Janeiro: FGV.
- Bardin L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bauer, M. W. & Gaskell G. (2005). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beach, S. R. H., Katz, J. Kim, S. & Brody, G. H. (2003). Prospective effects of marital satisfaction on depressive symptoms in established marriages: A dyadic model. *Journal of Social and Personal Relationships*, 20(3), 355–371.
- Beach, S. R. H., Sandeen, E. E. & O’Leary, K. D. (1990). *Depression in marriage: A model for etiology and treatment*. New York: Guilford Press.
- Benetti, S. P. C. (2006). Conflito Conjugal: Impacto no Desenvolvimento Psicológico da Criança e do Adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 261-268.
- Bereza, E. A., Martins, J. P., Moresco, L. & Zanoni, S. H. M. S. (2005). A influência da comunicação no relacionamento conjugal. *Arquivos de Ciência da Saúde da UNIPAR*, 9(1), 31-36.
- Bezerra, P. V. & Justo, J. S. (2010). Relacionamentos amorosos na pós-modernidade: análise de consultas apresentadas em sites de agenciamento amoroso. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* 4(2), 193-204. São João del-Rei.

- Birditt, K. S., Brown, E., Orbuch, T. L. & McIlvane, J. M. (2010). Marital conflict behaviors and implications for divorce over 16 years. *Journal of Marriage and the Family*, 72(5), 1188-1204.
- Boas, A. C. V. B. V., Dessen, M. A. & Melchiori (2010). Conflitos conjugais e seus efeitos sobre o comportamento de crianças: uma revisão teórica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), n. esp.
- Bolsoni-Silva, A. T. & Marturano, E. M. (2010). Relacionamento conjugal, problemas de comportamento e habilidades sociais de pré-escolares. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 67-75.
- Bolze, S. D. A. (2011). *A relação entre engajamento paterno e qualidade de relacionamento conjugal de pais com crianças de 4 a 6 anos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Bolze, S. D. A., Schmidt, B., Crepaldi, M. A., & Vieira, M. L. (2011). Conflito conjugal: uma revisão da produção científica brasileira. *Pensando Famílias*, 15(2), 51-69.
- Bolze, S. D. A., Schmidt, B., Crepaldi, M. A. & Vieira, M. L. (2013). Relacionamento conjugal e táticas de resolução de conflito entre casais. *Actualidades en Psicología*, 27(114), 71-85.
- Bowen, M. (1979). *De la familia al individuo: la diferenciación del sí mismo en el sistema familiar*. Barcelona: Paidós.
- Bozon, M. (2003). Sexualidade e conjugalidade: a redefinição das relações de gênero na França contemporânea. *Cadernos Pagu*, 20 (n. esp.), 131-156.
- Braz, M. P., Dessen, M. A., & Silva, N. L. P. (2005). Relações Conjugais e Parentais: Uma Comparação entre Famílias de Classes Sociais Baixa e Média. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 151-161.
- Brock, R. L. & Lawrence, E. (2011). Marriage as a Risk Factor for Internalizing Disorders: Clarifying Scope and Specificity. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 79(5), 577-589.
- Bruschini, M. C. A. (2007). Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 537-572.
- Bueno, R. K., Souza, S. A., Monteiro, M. A. & Teixeira, R. H. M. (2013). Processo de diferenciação dos casais de suas famílias de origem. *Psico* 44(1), 16-25.

- Caillé, P. (1991). *Un et un font trois: Le couple révélé à lui-même*. Paris: ESF
- Carroll, J. S. & Doherty, W. J. (2003). Evaluating the effectiveness of premarital prevention programs: a meta-analytic review of outcome research. *Family Relations*, 52(2), 105-118.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1995/2001). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. Em Carter, B., McGoldrick, M. & colaboradores (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*, 7-29. Porto Alegre: Artmed.
- Carvalho, F. C. G. & Paiva, M. L. S. C. (2009). O olhar de três gerações de mulheres a respeito do casamento. *Boletim de Psicologia* 59(131), n. esp.
- Christensen, A., Eldridge, K., Catta-Preta, A. B., Lim, V. R. & Santagata, R. (2006). Cross-cultural consistency of the demand-withdraw interaction pattern in couples. *Journal of Marriage and Family*, 68(4), 1029-1044.
- Cicco, M. F.; Paiva, M. L. S. C. & Gomes, I. C. (2005). Família e conjugalidade: o sintoma dos filhos frente à imaturidade do casal parental. *Psicologia Clínica*, 17(2), n. esp.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*, 206-237. Porto Alegre: Artmed.
- Curran, M., Hazen, N., Jacobvitz, D. & Sasaki, T. (2006). How representation of the parental marriage predict marital emotional attunement during the transition to parenthood. *Journal of Family Psychology*, 20(3), 477-484.
- Diniz, G. (1996). Dilemas de trabalho, papel de gênero e matrimônio em casais que trabalham fora em tempo integral. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Coletâneas da ANPEPP: Relação amorosa, casamento, separação e terapia de casal*, 101-111. Rio de Janeiro: Xenon Editora, com apoio da ANPEPP/CNPq/FINEP/FAPERJ/PUC-Rio.
- Diniz, G. (1999). Homens e Mulheres frente à interação casamento-trabalho: aspectos da realidade brasileira. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Casal e Família: entre a tradição e a transformação*, 31-54. Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Diniz, G. (2009). O casamento contemporâneo em revista. Em: T. Féres-Carneiro (Org.). *Casal e família: permanências e rupturas*, 135-155. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Diniz, G. (2011). Conjugalidade e violência: reflexões sob uma ótica de gênero. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*, 11-26. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Diniz, G. (2013). Até que a vida – ou a morte- os separe: análise de paradoxos das relações violentas. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: transmissão, conflito e violência*, 191-216. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Diniz-Neto, O. D. & Féres-Carneiro, T. (2005). Psicoterapia de casal na pós-modernidade: rupturas e possibilidades. *Estudos de Psicologia, Campinas*, 22(2), 133-141.
- Dong, M. C. & Li, S. Y. (2007). Conflict resolution in Chinese family purchase decisions: the impact of changing female roles and marriage duration. *International Journal of Conflict Management*, 18(4), 308-324.
- Duarte, C. M. N. (2005). *Percepções de conflito e violência conjugal*. Tese de doutorado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento. Universidade do Porto.
- Epstein, N. & Schlesinger, S. (2004). Casais em crise. Em Frank M. Dattilio e Arthur Freeman (Orgs.), *Estratégias cognitivo-comportamentais de intervenções em situação de crise*, 243-263. Porto Alegre: Artmed.
- Epstein, N. B., Baucom, D. H., & La Taillade, J. J. (2006). Marital problems. Em Jane E. Fisher e William T. O'Donohue (Orgs.), *Practitioner's guide to evidence-based psychotherapy*, 396-407. New York: Springer.
- Falcke, D., Wagner, A. & Mosmann, C. (2013). Estratégias de resolução de conflito e violência conjugal. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: transmissão, conflito e violência*, 159-176. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Féres-Carneiro, T. (1997). A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10(2), 351-368.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 379-394.
- Féres-Carneiro, T. (2001). Casamento contemporâneo: Construção da identidade conjugal. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Casamento e família: do social à clínica*, 67- 80. Rio de Janeiro: NAU Editora.

- Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, 8(3), 367-374.
- Féres-Carneiro, T., & Diniz-Neto, O. D. (2010). Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. *Paidéia*, 20(46), 269-278.
- Féres-Carneiro, T. & Ziviani, C. (2009). Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: permanências e rupturas*, 83-107. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Féres-Carneiro, T., Ziviani, C. & Magalhães, A. S. (2011). Arranjos amorosos contemporâneos: sexualidade, fidelidade e dinheiro na vivência da conjugalidade. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*, 43-59. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Fincham, F. D., Beach, S. R. H., Harold, G. T. & Osborne, L. N. (1997). Marital satisfaction and depression: Different causal relationships for men and women? *Psychological Science*, 8(5), 351-356.
- Fincham, F. D. (2003). Marital conflict: correlates, structure and context. *Current Directions in Psychology Sciences*, 12(1), 23-27.
- Foucault, M. (1977). *História da sexualidade I*. Rio de Janeiro: Graal
- Garcia, M. L. T. & Tassara, E. T. O. (2001). Estratégias de Enfrentamento do Cotidiano Conjugal. *Psicologia: reflexão e Crítica*, 14(3), 635-642.
- Garcia, M. L. T. & Tassara, E. T. O. (2003). Problemas no casamento: uma análise qualitativa. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 8(1), 127-133.
- Gomes, I. C., & Paiva, M. L. de S. C. (2003). Casamento e família no século XXI: possibilidade de holding? *Psicologia em Estudo, Maringá*, 8, n. esp., 3-9.
- Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- Giddens, A. (1992). *A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: UNESP.
- Giddens, A. (1997). *Modernidade e Identidade pessoal*. Oeiras: Celta.
- Giudici, F., Widmer, E. & Ghisletta, P. (2011). A sociological assessment of conjugal conflict. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 67, n. esp.
- Gottman, J. M. (1991). Predicting the longitudinal course of marriages. *Journal of Marital and Family Therapy*, 17(1), 3-7.
- Gottman, J. M. (1994/2007). *Why marriages succeed or fail and how to make yours last*. London: Bloomsbury publishing.

- Gottman, J. M. (1994/2014). *What predicts divorce? The relationship between marital processes and marital outcomes*. New York: Psychology Press.
- Gottman, J. M. (1998). Psychology and the study of marital processes. *Annual Review of Psychology*, 49, 169-197.
- Gottman, J. M., & Silver, N. (2000). *Sete princípios para o casamento dar certo*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Gottman, J. M. & Levenson, R. W. (2000). The timing of divorce: predicting when a couple will divorce over a 14-year period. *Journal of Marriage and the Family*, 62(3), 737-745.
- Gottman, J. M. & Notarius, C. (2002). Marital research in the 20th century and a research agenda for the 21st century. *Family Process*, 41(2), 159-197.
- Gouin, J-P, Glaser, R., Loving, T. J., Malarkey, W. B., Stowell, J., Houts, C. & Kiecolt-Glaser, J. K. (2009). Attachment avoidance predicts inflammatory responses to marital conflict. *Brain, behavior and immunity*, 23(7), 898-904.
- Heidemarie, K. L., Hyoun, K. K. & Deborah, M. C. (2009). Longitudinal Effects of Conflict Behaviors on Depressive Symptoms in Young Couples. *Journal of Family Psychology*, 23(4), 596-605.
- Heyman, R. E., Hunt, A. N. & Slep, A. M. S. (2009). Desired Change in Couples: Gender Differences and Effects on Communicatio. *Journal of Family Psychology*, 23(4), 474-484.
- Hidalgo, M. & Menendez, S. (2003). La pareja ante la llegada de los hijos. Evolución de la relación conyugal durante el proceso de convertirse em padre y madre. *Infância y Aprendizaje*, 26(4), 469-483.
- Hines, D. A. & Douglas, E. M. (2010). Intimate terrorism by women towards men: does it exist? *Journal of Agression, Conflict and Peace Research*, 2(3), 36-56.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Estatísticas do registro civil (2013). <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/rc/default.asp?o=6&i=P>
- Jablonski, B. (1991/1998). *Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo*. Rio de Janeiro: Agir.
- Jablonski, B. (2003). Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*, 141-168. Rio de Janeiro: PUC-Rio.

- Jablonski, B. (2007). O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil e conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres. Em Terezinha Féres- Carneiro (Org.), *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*, 203-228. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Jablonski, B. (2009). Atitudes e expectativas de jovens solteiros frente à família e ao casamento: duas décadas de estudo. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação*, 109-134. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Jablonski, B. (2011). O país do casamento segundo seus futuros habitantes: pesquisando atitudes e expectativas de jovens solteiros. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*, 27-42. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kiecolt-Glaser, J. K., Malarkey, W. B., Chee, M., Newton, T., Cacioppo, J. T., Mao, H. & Glaser, R. (1993). Negative behavior during marital conflict is associated with immunological down-regulation. *Psychosomatic Medicine* 55(5), 395-409.
- Kiecolt-Glaser, J. K., Loving, T. J., Stowell, J. R., Malarkey, W. B., Lemeshow, S., Dickinson, S. L. & Glaser, R. (2005). Hostile marital interactions, proinflammatory cytokine production, and wound healing. *Arch Gen Psychiatry*, 62(12), 1377-1384.
- Knudson-Martin, C. & Mahoney, A. R. (1998). Language and processes in the construction of equality in new marriages. *Family Relations: Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 47(1), 81-91.
- Koss, K. J., George, M. R. W., Bergman, K. N., Cummings, E. M., Davies, P. T. & Cicchetti, D. (2011). Understanding Children's Emotional Processes and Behavioral Strategies in the Context of Marital Conflict. *Journal of Experimental Child Psychology*, 109(3), 336-352.
- Kouros, C. D., Cummings, E. M. & Davies, P. T. (2010). Early trajectories of interparental conflict and externalizing problems as predictors of social competence in preadolescence. *Development and Psychopathology*, 22(3), 527-537.
- Levandowski, D. C., Piccinini, C. A. & Lopes, R. C. S. (2009). Individualidade e conjugalidade na relação de casal de adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 14(4) 679-687.

- Levy, L. (2013) O casal homoafetivo e a parentalidade. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: transmissão, conflito e violência*, 141-157. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Loriedo, C. & Strom, P. (2002). Os processos de transmissão trans-geracional nos casais e o tratamento das problemáticas ligadas às famílias de origem. Em Maurizio Andolfi (Org.), *A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relacional*, Porto Alegre: Artmed, 123-138.
- Louro, G. (2004). Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes.
- Machado, F. R. (2009). A qualidade do relacionamento conjugal e o desempenho social de crianças pequenas. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Magalhães, A. S. (1993). Individualismo e conjugalidade: um estudo sobre o casamento contemporâneo. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em Psicologia Clínica, PUC-Rio.
- Magalhães, A. S. (2009). Conjugalidade e parentalidade na clínica com famílias. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: permanências e rupturas*, 205-217. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Markman, H. J. (2004). Couples research & practice: toward a Bolder Boulder Model. *The Family Psychologist*, 19(4), 4-6.
- Marshall, A. D., Jones, D. E. & Feinberg, M. E. (2011). Enduring Vulnerabilities, Relationship Attributions, and Couple Conflict: An Integrative Model of the Occurrence and Frequency of Intimate Partner Violence. *Journal of Family Psychology*, 25(5), 709-718.
- Martins, E. M. de. A. (2005). *Família e o processo de individuação na perspectiva de Murray Bowen*. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica do Salvador, Salvador.
- Martins, E. M. de. A., Rabinovich, E. P. & Silva, C. N. (2008). Família e o processo de diferenciação na perspectiva de Murray Bowen: um estudo de caso. *Psicologia USP*, 19(2), 181-197.
- Martins, P. O. (2009). *Vivendo Casamentos, Separações e Recasamentos: Um estudo sobre o Campo Representacional da Conjugalidade*. Tese de Doutorado.

- Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
- McCoy, K. E., Cummings, M. & Davies, P. T. (2009). Constructive and destructive marital conflict, emotional security and children's prosocial behavior. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 50(3), 270-279.
- McGoldrick, M. (1995/2001). A união das famílias através do casamento: o novo casal. Em Carter, B., McGoldrick, M. & colaboradores (Orgs.), *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*, 184-205. Porto Alegre: Artmed.
- Menezes, C. C. & Lopes, R. C. S. (2007a). A transição para o casamento em casais coabitantes e em casais não-coabitantes. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, 17(1), n. esp.
- Menezes, C. C. & Lopes, R. C. S. (2007b). Relação conjugal na transição para a parentalidade: gestação até dezoito meses do bebê. *Psico-USF*, 12(1), n. esp.
- Minayo, M. C. S. (1992). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro: Abrasco.
- Miranda-Martins, A. L. (2006). *Casamento e trabalho: reflexões sob a ótica de gênero e do ciclo vital*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura. Universidade de Brasília, Brasília.
- Mitnick, D. M., Heyman, R. E. & Slep, A. M. S. (2009). The Differential Association between Change Request Qualities and Resistance, Problem Resolution, and Relationship Satisfaction. *Journal of Family Psychology*, 23(4), 464-473.
- Mosmann, C. & Falcke, D. (2011). Conflitos conjugais: motivos e frequência. *SPAGESP*, 12(2), n. esp.
- Mosmann, C., Wagner, A. & Féres-Carneiro, T. (2006). Qualidade conjugal: mapeando conceitos. *Paidéia*, 16(35), 315-325.
- Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 11(3): 647- 654.
- Nichols, M. P. & Schwartz, R. C. (2007). *Terapia familiar: conceitos e métodos*. Porto Alegre: Artmed.
- Okin, S. M. (2008). Gênero, o público e o privado. *Estudos feministas, Florianópolis*, 16(2), 305-332

- Oliveira, D. C. (2008). Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. *Revista Enfermagem UERJ*, 16(4), 569-76.
- Oliveira, M. G. S. O., Falcone, E. M. O. & Ribas Jr., R. C. (2009). A avaliação das relações entre a empatia e a satisfação conjugal: Um estudo preliminar. *Interação (Curitiba)*, 13(2), 287-298.
- Oltramari, L. C. (2009). Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura. *Psicologia em estudo*, 14(4), n. esp.
- Paiva, M. L. S. C. & Gomes, I. C. (2006). Casamentos duradouros: o uso de entrevistas e o TAT na análise psicanalítica da relação conjugal. *Mudanças-Psicologia da Saúde*, 14(2), 151-159.
- Paleari, F. G., Regalia, C. & Fincham, F. D. (2010). Forgiveness and Conflict Resolution in Close Relationships: Within and Cross Partner Effects. *Universitas Psychologica*, 9(1), 35-56.
- Papp, L. M.; Kouros, C. D. & Cummings, M. (2009). Demand-withdraw patterns in marital conflict in the home. *Personal Relationships*, 16 (n. esp.), 285-300.
- Pasquali, L. & Moura, C. F. (2003). Atribuição de causalidade ao divórcio. *Avaliação Psicológica. Porto Alegre*, 2(1), número de páginas não especificado.
- Perlin, G. & Diniz, G. (2005). Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade? *Psicologia Clínica*, 17(2), 15-29.
- Presidência da República (2006). Lei nº 11.340/06, “Lei Maria da Penha”.
- Renner, L. M. & Whitney, S. D. (2012). Risk factors for unidirectional and bidirectional intimate partner violence among young adults. *Child Abuse & Neglect*, 36(1), 40-52.
- Rocha-Coutinho, M. L. (1994). *Tecendo por trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2009). De volta ao lar: mulheres que se afastaram de uma carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: permanências e rupturas*, 219-235. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2013). A difícil arte de harmonizar família, trabalho e vida pessoal. Em T. Féres-Carneiro (Org.). *Casal e família: transmissão, conflito e violência*, 13-33. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Rothman, A. D. (2004). The nature and prediction of marital change across the transition to parenthood. *Dissertation Abstracts International: section B: The sciences and engineering*, 65(2-B), 1038.
- Sbicigo, J. B. & Lisboa, C. S. M. (2009). Habilidade sociais e satisfação conjugal: um estudo correlacional. *Revista Brasileira de Terapia Cognitiva*, (5)2, n. esp.
- Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. (2010). Relacionamentos afetivos na literatura científica: uma revisão integrativa sobre a noção de conjugalidade. *Psicologia para América Latina*, 19 (edição não especificada), n. esp.
- Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L. & França Junior, I. (2008). Violência sexual por parceiro íntimo entre homens e mulheres no Brasil urbano, 2005. *Revista de Saúde Pública*, 42(1), 127-137.
- Schulz, M., Cowan, C. & Cowan, P. (2006). Promoting healthy beginnings: A randomized controlled trial of a preventive intervention to preserve marital quality during the transition to parenthood. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 74(1), 20-31.
- Seider, B. H., Hirschberger, G. & Levenson, R. W. (2009). We can work it out: Age differences in relational pronouns, physiology, and behavior in marital conflict. *Psychology Aging*, 24(3), 604-613.
- Silva, P. O. M., Trindade, Z. A. & Junior, A. S. (2012). As representações sociais de conjugalidade entre casais recasados. *Estudos de Psicologia*, 17(3), n. esp.
- Skowron, E.A., Kozlowski, J.M. & Pincus, A.L. (2010). Differentiation, self-other representations, and rupture-repair process: predicting child maltreatment-risk. *Journal Counseling Psychology*, 57(3), 304-316.
- Stanley, S. M., Markman, H. J. & Whitton, S. W. (2002). Communication, conflict, and commitment: insights on the foundations of relationship success from a national survey. *Family Process* 41(4), 659-675.
- Straus, M. A. (1979). Measuring intrafamily conflict and violence: The Conflict Tactics (CT) Scales. *Journal of Marriage and the Family*, (n. esp.), 75-88.
- Straus, M. A. (2007). Processes explaining the concealment and distortion of evidence on gender symmetry in partner violence. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 13(3-4), 227-232.
- Straus, M. A. (2011). Gender symmetry and mutuality in perpetration of clinical-level partner violence: empirical evidence and implications for prevention and treatment. *Agression and Violent Behavior*, 16(4), 279-288.

- Sturge-Apple, M. L., Davies, P. T., Winter, M. A., Cummings, E. M. & Schermerhorn, A. (2008). Interparental Conflict and Children's School Adjustment: The Explanatory Role of Children's Internal Representations of Interparental and Parent-Child Relationships. *Developmental Psychology* 44(6), 1678-1690.
- Tavora, M.T. (2009). Contrato emocional e código de ética: pilares da reconstrução conjugal. *Revista Psico*, 40(1), 50-57.
- Tschann, J. M; Pasch, L. A.; Flores, H.; Marin, B. V.; Baich, M.; Wibbelsman, C. J. (2009). Nonviolent Aspects of Interparental Conflict and Dating Violence Among Adolescents. *Journal of Family Issues*, 30(3), 295-319.
- Toloi, M. D. C. & Souza, R. M. (2009). Conflitos familiares e conjugais na perspectiva dos filhos adolescentes. *Revista brasileira de psicodrama*, 17(1), n. esp.
- Turato, R. E. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa – construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Valor-Segura, I.; Expósito, F. & Moya, M. (2010). Emociones poderosas y no poderosas ante conflictos de pareja: Diferencias de género. *Intervención Psicosocial*, 19(2), 129-134.
- Wagner, A. & Mosmann, C. (2009). A promoção da qualidade conjugal como uma estratégia de proteção dos filhos. Em Terezinha Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: permanências e rupturas*, 169-180. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Wagner, A. & Mosmann, C. (2012). Intervenção na conjugalidade: estratégias de resolução de conflitos conjugais. Em Makilim, N. Baptista & Maycoln, L. M. Teodoro (Orgs.), *Psicologia de família: Teoria, avaliação e intervenção*, 240-248. Porto Alegre: Artmed
- Walsh, F. (2002). Casais saudáveis e casais disfuncionais: qual a diferença? Em Andolfi, M. (org.), *A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relacional*, 13-28. Porto Alegre: Artmed.
- Watzlawick, P., Beavin, J. H. & Jackson, D. D. (1967/2007). *Pragmática da comunicação humana*. São Paulo: Cultrix
- Weger, H. Jr. (2005). Disconfirming communication and self-verification in marriage: Associations among the demand/withdraw interaction pattern, feeling

- understood, and marital satisfaction. *Journal of Social and Personal Relationships*, 22(1), 19-31.
- Whisman, M. A. & Kaiser, R. (2008). Marriage and relationship issues. Em S. Dobson e David, J. A. Dozois (Orgs.). *Risk factors in depression*. San Diego: Academic Press, 363-384.
- Whisman, M. A. & Uebelacker, L. A. (2009). Prospective associations between marital discord and depressive symptoms in middle-aged and older adults. *Psychology and Aging*, 24(1), 184-189.
- Whisman, M. A., Weinstock, L. M. & Tolejko, N. (2006). Marriage and depression. Em Corey L. M. Keyes e Sherryl H. Goodman (Orgs.), *Women and depression: A handbook for the social, behavioral, and biomedical sciences*, 219-240. New York: Cambridge University Press.
- Whitton, S. W., Waldinger, R. J., Schulz, M. S., Allen, J. P. Crowell, J. A. & Hauser, S. T. (2011). Prospective associations from family-of-origin interactions to adult marital interactions and relationship adjustment. *Journal of Family Psychology*, 22(2), 274-286.
- Whitton, S. W. & Whisman, M. A. (2010). Relationship satisfaction instability and depression. *Journal of Family Psychology*, 24(6), 791-794.
- Zordan, E. P., Wagner, A. & Mosmann, C. (2012). O perfil de casais que vivenciam divórcios consensuais e litigiosos: uma análise das demandas judiciais. *Psico-USF, Bragança Paulista*, 1(2), 185-194.

ANEXOS

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado/a a participar de pesquisa que busca identificar os motivos de conflito e as estratégias de resolução utilizadas em relacionamentos amorosos. A pesquisa é de responsabilidade de Greisy González Vázquez, aluna do Curso de Mestrado Acadêmico e da professora Gláucia Ribeiro Starling Diniz, Ph.D., ambas do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Caso aceite participar, você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguramos que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo de todos os dados pessoais que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários ou entrevistas, ficarão sob a guarda das pesquisadoras responsáveis pela pesquisa, no Laboratório de Saúde Mental e Cultura do Instituto de Psicologia da UnB.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista presencial, com ambos cônjuges simultaneamente. É para estes procedimentos que você está sendo convidado/a a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco. As perguntas poderão gerar reflexão e, caso você sinta necessidade de apoio, deverá solicitar ajuda das pesquisadoras, que poderão encaminhá-lo/a para serviço de atendimento adequado.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Este conhecimento servirá de base para novas pesquisas e possíveis estratégias de apoio a casais brasileiros.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

Caso você venha a ter qualquer dúvida em relação à pesquisa, poderá contatar a pesquisadora através do telefone (61) 9966-8909 ou pelo e-mail *greisy.psicologia@gmail.com*.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de *documento digitalizado*. Os resultados da pesquisa poderão ser divulgados por meio de apresentações em eventos científicos e publicação escrita, tais como artigos e capítulos de livros, para a comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do/a participante da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH *cep_ih@unb.br*.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Eu, Sr/a _____, consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste Termo de Consentimento.

Brasília, ____ de _____ de 2014

Assinatura do/a participante

Greisy González Vázquez
Matrícula: 12/0148307
CRP: 01/14976

ANEXO 2

DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS INDIVIDUAIS**CÔNJUGE MULHER**

Nome: _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

Atividade atual: _____

Jornada de trabalho: _____

Escolaridade da mãe: _____

Escolaridade do pai: _____

Seus pais são casados: Sim () Não ()

Há quanto tempo: _____

CÔNJUGE HOMEM

Nome: _____

Idade: _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

Atividade atual: _____

Jornada de trabalho: _____

Escolaridade da mãe: _____

Escolaridade do pai: _____

Seus pais são casados: Sim () Não ()

Há quanto tempo: _____

ANEXO 3

DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS DO CASAL

Tempo de casados: _____

Tempo de relacionamento entre o namoro e o casamento: _____

Renda familiar mensal: _____

*Número de filhos/as: _____

*Idade do/a/s filho/a/s: _____

*Escolaridade do/a/s filho/a/s: _____

Número de pessoas que moram na casa. Total: _____ pessoas

Especificar grau de parentesco das pessoas que moram na casa:

Em relação à cônjuge: _____

Em relação ao cônjuge: _____

Vocês contratam alguém para cuidar das tarefas domésticas? () sim () não

ANEXO 4

ROTEIRO DE ENTREVISTA**I. Introdução:**

- 1) Como vocês se conheceram?
- 2) O que mais lhe chamou a atenção nele/nela?
- 3) Quais eram suas expectativas para a relação conjugal?
- 4) O que significa o casamento para vocês?
- 5) Como vocês avaliam o casamento de seus pais?
- 6) Como vocês percebem o casamento de vocês?

II. Desenvolvimento:**a) Perguntas gerais**

- 1) Como é a rotina de vocês?
- 2) Como é a divisão de papéis entre vocês na vida conjugal e familiar?
- 3) Que tipo de dificuldades vocês vivem no dia a dia?
- 4) Como vocês lidam com essas dificuldades?
- 5) O que é conflito para vocês?
- 6) Quais são as principais fontes de conflito para vocês?
- 7) Para ele: Como ela resolve os conflitos?
- 8) Para ela: Você concorda? Como você os resolve?
- 9) Para ela: Como ele resolve os conflitos?
- 10) Para ele: Você concorda? Como você os resolve?
- 11) Quem costuma tomar a iniciativa para resolver os conflitos?
- 12) Quais foram os conflitos vivenciados nos últimos quinze dias?
- 13) Como eles foram resolvidos?
- 14) Quem tomou a iniciativa para resolvê-los?

b) Perguntas específicas:

- 1) Existe atualmente algum fator estressor na vida de vocês?
- 2) Como vocês administram a rotina doméstica?
- 3) Como vocês conciliam o emprego com a vida conjugal e familiar?
- 4) Como foi a transição da vida sem filhos para a vida com filhos? (caso houver filhos)
- 5) Como vocês se organizam na divisão de tarefas com os filhos? (caso houver filhos)
- 6) Como vocês distribuem a renda do casal para as despesas domésticas?
- 7) Como é a rotina sexual de vocês (frequência, eventuais conflitos, entre outros)?
- 8) Como vocês administram o tempo livre?
- 9) Como vocês lidam com a própria família?
- 10) Como vocês lidam com a família do/a cônjuge?
- 11) Como vocês organizam a vida social?
- 12) Quando vocês precisam de ajuda, a quem recorrem?
- 13) Como vocês administram a individualidade de cada um?
- 14) Como vocês administram o lazer conjugal?
- 15) Como vocês administram o lazer familiar?
- 16) Como é a comunicação entre vocês nas situações casuais do dia a dia?
- 17) Como é a comunicação entre vocês nas situações de conflito?
- 18) O que os distancia?

III. Fechamento:

- 1) O que os mantém juntos?
- 2) Quais são seus planos futuros?
- 3) Quais são os pontos fortes do relacionamento?

ANEXO 5

SELEÇÃO DE PERGUNTAS PARA ANÁLISE

- 1) O que é conflito para vocês?
- 2) Que tipo de dificuldades vocês vivem no dia a dia?
- 3) Como vocês lidam ou lidaram com essas dificuldades?
- 4) Quais são as principais fontes de conflito para vocês?
- 5) Como é a comunicação entre vocês nas situações de conflito?
- 6) Quais foram os conflitos vivenciados nos últimos quinze dias?
- 7) Como os conflitos vivenciados nos últimos quinze dias foram resolvidos?
- 8) Existe atualmente algum fator estressor na vida de vocês?
- 9) O que os distancia?
- 10) Quais são os planos futuros de vocês?